

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI : 001054493 DE 1993

INATUENZA : PL

01-0544/93-3 DE 04/08/93

PROMOVENTE: EXECUTIVO

PAULO SALIM MALUF

OFICIO ATL : 332 / 93

E M E N T A :

APROVA PLANO DE MELHORAMENTOS NO DISTRITO DE ITAIM-BIBI, LIGAÇÃO ENTRE AS AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, E LUIZ CARLOS BERRINI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I N D I C E :

ABERTURA DE RUA
FARIA LIMA, BRIG., AV.
ITAIM BIBI (DISTRITO)
LUIZ CARLOS BERRINI, ENG., AV.
MELHORAMENTO URBANO

O B S E R V A C O E S :

Lei nº 11.731 de 14/03/95

00000011253-46



ARQUIVADO

EM

03 04 05



Prefeitura do Município de São Paulo

Folha n.º	01	de proc
n.º	544	de 1993

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º

São Paulo, 2 de agosto de 1993

332 /93

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 02/08/93
às 17:30 hrs

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, acompanhado da respectiva exposição de motivos, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

Anexos: projeto de lei, exposição de motivos e duas vias da planta no. 26.725-I-540.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Sampaio

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

SPF/sffs

PROJETO DE LEI 01 - FL
01-0544/93-3

LIDO HOJE 04 AGO 1993
AS COMISSÕES DE:
CONSTITUIÇÃO, JUNTAS
POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
FINANÇAS E ORÇAMENTOS

PRESIDENTE

Aprova plano de melhoramentos
no Distrito de Itaim-Bibi, e
dá outras providências.

PREJUDICADO
★ 07 MAR 1995 ★
[Signature]
PRESIDENTE

A Câmara Municipal de São Paulo *decreta:*

DECRETA:

PREJUDICADO
★ MAR ★
PRESIDENTE

Art. 10. - De acordo com a planta anexa
no. 26.725-I-540, do arquivo da Superintendência de Projetos
Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito
como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de

[Signature]

melhoramentos no Distrito de Itaim—Bibi, consistente em abertura de avenida, com largura básica de 48,00 (quarenta e oito) metros e extensão aproximada de 1.050,00 (hum mil e cinquenta) metros e formação de praças.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos constantes da planta referida neste artigo.

Art. 2o. - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 3o. - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de recursos próprios da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, ou, ainda, de outros recursos, especificamente obtidos para tal finalidade.

Art. 4o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SPF/sffs



PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO

PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto de lei objetiva aprovar plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, com a finalidade de estabelecer a ligação viária entre as Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Luis Carlos Berrini.

Com tal objetivo, é proposta a abertura de avenida que proporcionará a criação de uma via paralela e auxiliar da Marginal do Rio Pinheiros, possibilitando, sua implantação, uma sensível melhoria no sistema viário da região do Itaim-Bibi.

A abertura dessa via será complementada pela formação de praças, necessárias à obtenção dos resultados colimados pela medida.

A ligação projetada vem sendo estudada, desde 1986, pelos órgãos técnicos da Prefeitura, que estabeleceram, como condição básica para sua implantação, a construção de um viaduto direcional para interligação da Avenida Bandeirantes com a pista de trânsito rápido da Avenida das Nações Unidas.

Impende ressaltar que a execução do viaduto em pauta será viabilizada sem a utilização de



recursos da Municipalidade, em função de compromisso - devidamente formalizado - assumido pela Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., em cumprimento às exigências estipuladas pela Secretaria Municipal dos Transportes, através da certidão no. 50/92.

De se destacar, ainda, que a nova ligação das Avenidas Faria Lima e Luis Carlos Berrini possibilitará a melhor distribuição do tráfego de acesso e saída dos túneis sob o Rio Pinheiros, cujas obras foram retomadas por esta Administração, encontrando-se em fase de execução.

É importante salientar, ainda, que o traçado ora proposto foi definido de forma a minimizar o número e o custo das desapropriações das áreas necessárias à implantação do melhoramento, e com o aproveitamento da totalidade do leito da Rua das Olimpíadas e de parte do leito de diversas vias públicas da área, o que reduzirá consideravelmente o número de imóveis atingidos.

A este passo, cabe destacar a marcante atuação dos moradores da área, organizados na "Associação Vila Olímpia Viva", que participaram das discussões dos projetos voltados à região da Avenida Faria Lima.

Em razão dessa participação, e após análise detalhada das reivindicações da Associação, foi revisto o plano anteriormente cogitado, de tal sorte que as desapropriações necessárias foram sensivelmente reduzidas, posto que a execução dos melhoramentos propostos atingirá,



tão somente, cerca de 60 imóveis.

Destarte, a análise da relação custo-benefício para a implantação do projeto revela-se bastante favorável, em razão da criação de novos espaços compatíveis com as necessidades de circulação da área e com a demanda do transporte coletivo, gerada pelo adensamento populacional decorrente do grande volume de construções que estão sendo levadas a efeito na região.

SPF/sffs





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para Informação, rubricado como folha nº 09

do processo nº 544 de 19 93 12 08 93 (a) Adelina

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 12-08-93.

Adelina
Adelina Clara

A Com. de Const. e Justiça

13/8/93

LUIZ AREAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Log. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 16/8 às 12 hs.

Ao Nobre Vereador
para relatar.

S. ... Constituição e Justiça
em 16 de 08 de 1993

Presidente

SEGUE ... juntado ... nesta data, ... documento ... e papel para informação, rubricado ...

sob folha ... nº 50/11, digo, 10

Em 09, digo, 31/08/93

(a) ...



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 10 do Proc.
No 544 de 19 93
O Funcionário

Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, solicito a V.Exa. a prorrogação de prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 31/08/93

Ver.

Relator

DEFERIDO

Ver. DÁRCIO ARRUDA

Presidente da C.C.J.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEQUE, Juntado nesta data ^{para informação} _{documento}, rubricado sob

folha n.º 30/34 03/09/93 a) 



Câmara Municipal de

Folha n.º	10	do proc.	11
N.º	544	de 19	93
O. funcionário	Paulo		

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que encaminhe ao Poder Executivo pedido de informação a fim de que este forneça os elementos a seguir:

1) O Sr. Prefeito encaminhou à Câmara o projeto de lei nº 544/93, que visa aprovar plano de melhoramentos no distrito de Itaim-Bibi, consistente em abertura de avenida, com largura básica de 48,00 metros e extensão aproximada de 1.050,00 metros, formação de praças e concordâncias dos alinhamentos, constantes da planta nº 26.725-I-540, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários. O projeto dispõe também sobre a oportuna declaração de utilidade pública dos imóveis atingidos pelo plano. Contudo as plantas anexas ao projeto não são suficientes para que se possa analisar a extensão da obra, pelo que se requer ao Executivo o encaminhamento de plantas detalhadas onde se possa verificar com clareza a área abrangida pelo plano a ser aprovado.



Câmara Municipal de

Feita no	11	de	ago	12
do	Proc			
do	544	de	19	93
O	funcionário			

2) A exposição de motivos do PL referido esclarece que a execução do plano seria viabilizada sem a utilização de recursos da Municipalidade, conforme compromisso assumido pela Eletropaulo, formalizado através de certidão nº 50/92, da qual também se requer cópia.

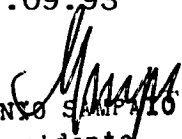
Os elementos indicados são indispensáveis para o seguro pronunciamento desta Comissão no projeto de lei nº 544/93.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça,
03/09/93.

Dárcio Arruda

Presidente

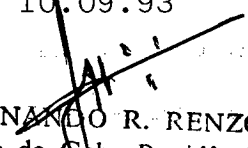
DE F I R O:
09.09.93


ANTONIO SAMPAIO
Presidente

À LEG.3 - Senhora Chefe:

Por determinação do sr. Presidente, estamos encaminhando o presente processo, para as providências que se fizerem necessárias.

10.09.93


FERNANDO R. RENZO
Chefe de Gab. Presidência
Reg. 22336

RECEBIDO EM LEG. 3

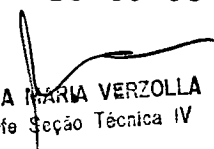
13/09/93

17:10hs.

Sr. Marcos,

Oficiar ao Executivo solicitando informações ao presente projeto de lei.

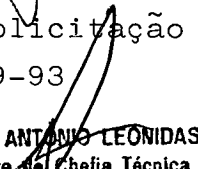
15-09-93


SÔNIA MARIA VERZOLLA
Chefe Seção Técnica IV

Sra. Chefe,

Preparado conforme solicitação de V.Sa.

15-09-93


MARCOS ANTONIO LEONIDAS
Assistente de Chefe Técnica

SEQUE juntado nosla data
documento e papel de informação
rubricado sob folha n.º
Em 11/9/93



Câmara Municipal de São Paulo

Folha Nº. 13	do proc.
Nº. 544	de 1993
O funcionário	

São Paulo, 15 de setembro de 1993.

DT7-LEG3
OFICIO N.300306/93

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho da referida Comissão, referente ao Projeto de Lei nº 544/93 de autoria desse Executivo - que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências, solicitando-lhe se dignar a determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ANTONIO SAMPAIO
Presidente

Anexo: Cópia xerográfica do despacho da Comissão solicitante.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

MAL



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	10	do proc.	11
N.º	544	de	1993
O funcionário	Paulo		

Folha N.º	14	do proc.	
N.º	544	de	1993
O funcionário			

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que encaminhe ao Poder Executivo pedido de informação a fim de que este forneça os elementos a seguir:

1) O Sr. Prefeito encaminhou à Câmara o projeto de lei nº 544/93, que visa aprovar plano de melhoramentos no distrito de Itaim-Bibi, consistente em abertura de avenida, com largura básica de 48,00 metros e extensão aproximada de 1.050,00 metros, formação de praças e concordâncias dos alinhamentos, constantes da planta nº 26.725-I-540, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários. O projeto dispõe também sobre a oportuna declaração de utilidade pública dos imóveis atingidos pelo plano. Contudo as plantas anexas ao projeto não são suficientes para que se possa analisar a extensão da obra, pelo que se requer ao Executivo o encaminhamento de plantas detalhadas onde se possa verificar com clareza a área abrangida pelo plano a ser aprovado.



Câmara Municipal de

Folha Nº 15 do proc.
544 de 1993
funcionário

Folha nº 11 do proc.
544 de 1993
funcionário

2) A exposição de motivos do PL referido esclarece que a execução do plano seria viabilizada sem a utilização de recursos da Municipalidade, conforme compromisso assumido pela Eletropaulo, formalizado através de certidão nº 50/92, da qual também se requer cópia.

Os elementos indicados são indispensáveis para o seguro pronunciamento desta Comissão no projeto de lei nº 544/93.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça,

11/03/09/93.

Dárcio Arruda

Presidente



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL DE

Folha N° 16	do proc.
N° 544	de 1993
Municipal de São Paulo	

São Paulo, 15 de setembro de 1993.

Recebi ofício DT.7/Leg3 nº 300306 de 15/09/93, solicitando ao Executivo informações referentes ao Projeto de Lei nº 544/93 de autoria do ~~Ver~~ Executivo.

Anexo: Cópia xerográfica do P.L. 544/93 e do despacho da Comissão solicitante.

*Recebido em
16/9/93*

[Assinatura]
Elaine Rodrigues Queiroz
S.G.M. - A.T.L.



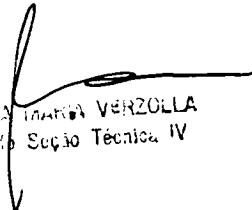
Folha N.º	17	de	1953
N.º	544	de	1953
O funcionário			

Câmara Municipal de São Paulo

À Comissão de Constituição e Justiça -

Para as devidas providências.

17/09/53


SÔNIA MARIA VERZOLLA
Chefe Seção Técnica IV

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEQUE, Juntado nesta data ^{papel para informação}
documento, rubricado sob

folha n. 18/281 18110 193 a) *el*

03-jul.



Prefeitura do Município de São Paulo

Folha n.º 18	do proc.
N.º 544	de 19 93
O funcionário	Paulo

São Paulo, 04 de setembro de 1993

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. T. L. n.º 484/93
Processo nº 59-002.437-93*04

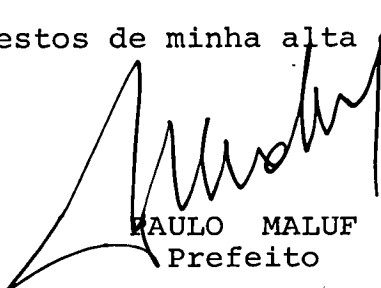
10 - OFICIO
10-0411/93-2

RECEBIDO NA A. T. M.
14/10/93
17:00 horas

Senhor Presidente

Em atenção ao requerido pela D. Comissão de Constituição e Justiça, no ofício nº DT.7/Leg.3/300306/93, dessa Egrégia Câmara, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas ao Projeto de Lei nº 544/93, de autoria deste Executivo, que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.


PAULO MALUF
Prefeito

Anexos: uma via da planta s/nº de fls. 18 e cópias xerográficas de fls. 19/25 do processo nº 59-002.437-93*04.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Sampaio
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/mag.

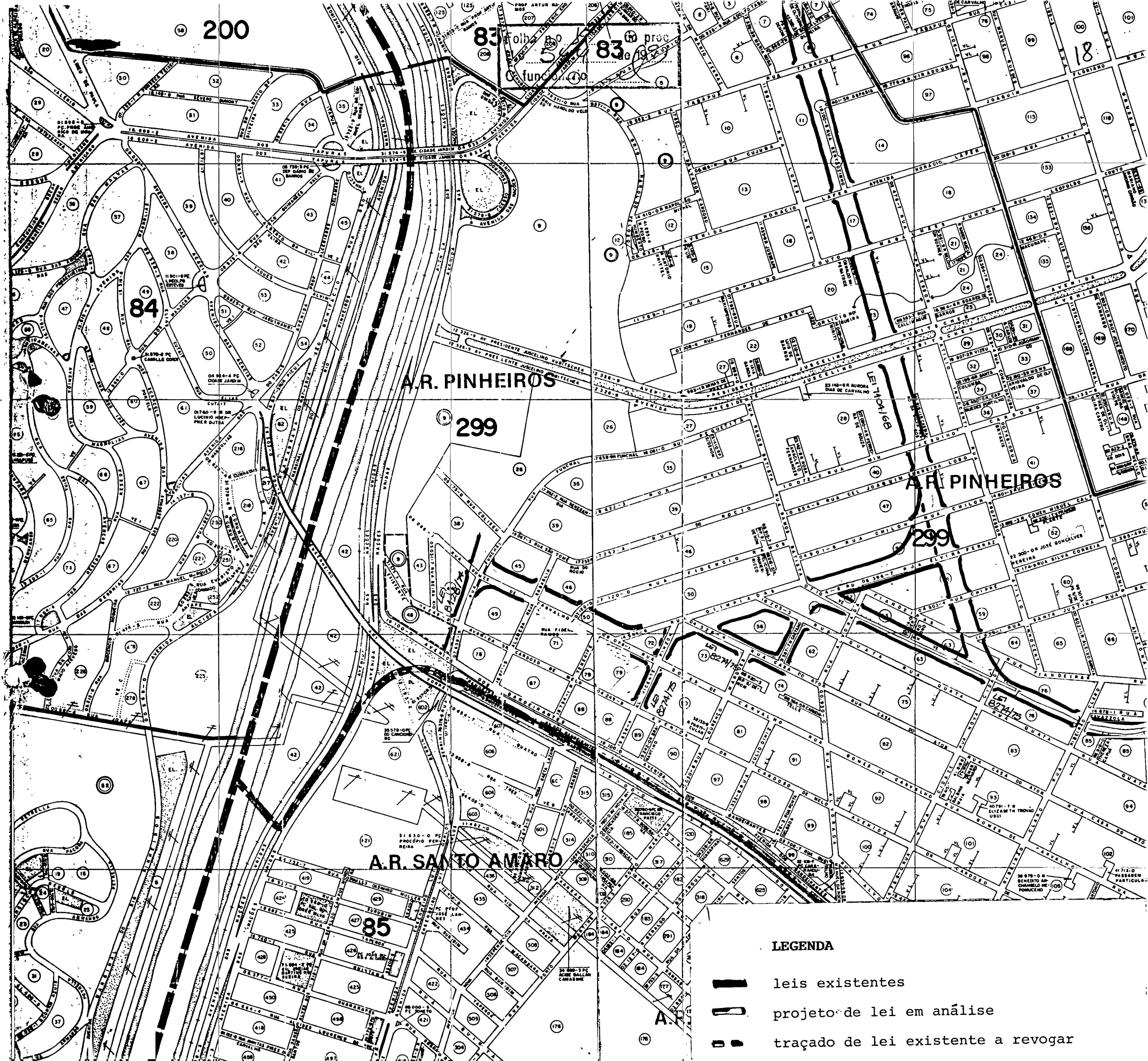
A Com. de Const. e Justiça

15 / 10 / 93

LUIZ AREIAS DE CARVALHO

Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 18/10 às 17 hs.



LEGENDA

-  leis existentes
-  projeto de lei em análise
-  traçado de lei existente a revogar

Folha n.º 18 de proc.
N.º 59-002437-93º04
Ass. D.º
SVF-AT



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO

Folha n.º 20	do proc.
N.º 544	de 1993
O funcionário	

CERTIDÃO DE DIRETRIZES - SMT

Diretrizes nº : 50/92
 Aprovação DOM : 30/07/92 Data da Certidão: 31/07/92
 Interessado : ELETROPAULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
 Local : Av. Pres. Juscelino Kubitschek c/ Av. Nações Unidas - V. OLÍMPIA
 Projetista : Escritório Técnico Julio Neves S.C. Ltda.
 Histórico : Edifícios de Escritórios
 Processo nº : 28-004.820-92*00
 Zoneamento : Z2
 Categoria de Uso : S2.1
 Vagas de Estacionamento
 - Projetadas : 2.345
 - Exigidas por Lei : 1.240

Folha n.º 19	do proc.
N.º 59-002.437-93*04	
Ass. [assinatura]	

SMT - G. AT

DIRETRIZES

1. Estas diretrizes não aprovam o projeto, o qual deverá ter a sua tramitação normal, junto à SEHAB, conforme Decreto nº 15.980/79.
2. O pedido de aprovação de projetos com instalação de atividades efetuadas com base nestas diretrizes deverá ser protocolado em SEHAB, no prazo de 180 dias, a contar da data da expedição desta, conforme Art. 12 da Lei nº 10.334/87.
3. Os dispositivos de Acesso nº 1 e nº 2, para veículos leves (autos), posicionados na frente voltada para a Av. das Nações Unidas, deverão ter as suas geometrias remodeladas.
4. O Acesso X, previsto junto do canto do edifício em L do Bloco 1, deverá, também, ser readaptado, passando a operar somente como entrada de veículos aos subsolos de garagens.
5. As propostas, constantes nos Itens nº 3 e nº 4, foram assinaladas, em vermelho, nas cópias xerográficas da planta de "Implantação - Fl. 01/05", fls. nº 13, 28 e 43, deste.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO

F. 5. 5
Folha n.º 21 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

Folha n.º 20 do proc.
N.º 59-002.437-93'04
Ass. SVP-43

6. As vagas foram posicionadas, nos Estacionamentos A, B, C no piso térreo, para lelas a 90º e opostas 1 a 1, dispensando, também, o emprego de manobristas para operá-las.
7. Nos Estacionamentos D e E, respectivamente 1º e 2º Subsolo, as vagas foram projetadas a 90º, uma atrás das outras e opostas 1 a 1, sendo necessário manobristas.
8. O número de vagas projetadas - 2.345 - é superior ao do mínimo exigido pelo Quadro 4-A da Lei nº 8001/73, pelo qual esse número é de 1.240 vagas.

9. Sobre a interseção da Av. dos Bandeirantes com a Av. Engº Luiz Carlos Berrini deverá ser construído viaduto direcional, ligando a pista central da Av. dos Bandeirantes com a pista expressa da Av. das Nações Unidas.

10. A interseção, formada pelas pistas de interligação entre a Av. Engº Luiz Carlos Berrini e a R. Funchal, deverá ser remodelada.
11. Na interseção, constante, no item antecedente, deverá ser implantado um sistema semafórico operado por controlador eletroeletrônico.
12. Uma nova pista, na lateral ao Viaduto Ary Torres, deverá ser criada, aproveitando parte da R.4.
13. As propostas de melhorias viárias, constantes dos Itens nº 9 ao nº 12, foram assinaladas no croqui "Projeto Funcional - Plano de Melhorias Viárias - Local: Av. das Nações Unidas x Av. dos Bandeirantes x Av. Engº Luiz Carlos Berrini", juntado ao presente, sob fls. nº 74 a nº 76.
14. Também, as citadas propostas dos Itens nº 9 ao nº 12, deverão receber a implantação vertical e horizontal, as quais deverão obedecer as normas e padrões adotados pelo DSV/CET.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO

Folha n.º	22	do Proc.º	03
N.º	544	de	1993
O funcionário	<i>[assinatura]</i>		

15. As melhorias viárias, explicitadas nos Itens nº 9 ao nº 12 e no nº 14, deverão ter os custos de sua implantação as expensas do empreendedor nos termos da Lei nº 10.506/88, devendo o mesmo firmar um "Termo de Compromisso", registrado em Cartório, se comprometendo a atender ao contido neste item.

16. Estas diretrizes são atinentes a projeto com C.A. = 0,99, o qual atende a "Lei de Uso e Ocupação de Solo", para o local em pauta.

17. Acompanham esta Certidão de Diretrizes as fls. nº 43 a 57 e nº 76 do processo nº 28-004.820-92*00.

[assinatura]

Folha n.º	21	do proc.º	
N.º	59-002.437-93*04		
Ass.	<i>[assinatura]</i>		
SVP-G AT			

[assinatura]
MAURO ZILBOVICIUS
Diretor DSV



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO

Folha n.º 234/8 do proc.
N.º 544 de 1993
Secretário

CERTIDÃO DE DIRETRIZES - SMT

Diretrizes nº	: 062/93
Aprovação DOM	: 01/10/93
Data da Certidão	: 01/10/93
Interessado	: ELETROPAULO-ELETRICIDADE DE
	SÃO PAULO S.A
Local	: Av. Pres. Juscelino Kubitschek x
	Av. das Nações Unidas
Processo nº	: 28-002.347-93x36
Zoneamento	: Z2
Categoria de Uso	: S21
Descrição de Uso	: Serviços de Escritório e Negócios
Área do Terreno	
- Real	: 62.545,51m ²
- Escritura	: 61.055,85m ²
- Melhoramento Público	: 4.296,56m ²
- Remanescente (Real)	: 56.733,15m ²
Área da Edificação	
Sede da Empresa (Edif.1)	
- Computável	: 79.957,00m ²
- Não computável	: 58.113,00m ²
- A construir	: 138.070,00m ²
Sede da Empresa (Edif.2)	: COS/COD/CPD
- Computável	: 18.224,00m ²
- Não computável	: 2.091,00m ²
- A construir	: 20.315,00m ²
Centro de Compras (Edif.3)	
- Computável	: 20.500,00m ²
- Não computável	: 37.450,00m ²
- A construir	: 57.950,00m ²
Serviços/Escrit. (Edif.4)	
- Computável	: 8.950,00m ²
- Não computável	: 6.550,00m ²
- A construir	: 15.500,00m
Conjunto de Edificações	
- Total computável	: 127.613,00m ²
- Total não computável	: 104.204,00m ²
- Total a construir	: 231.835,00m ²

Folha n.º 22 do proc.
N.º 59-002.437-93-04
Ass. [Assinatura]
SVP-G-AT

ps



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETARIO

Folha n.º	24	P.5da proc.
N.º	544	de 1992
Ass.	Funcionário	

CERTIDÃO DE DIRETRIZES Nº 062/93 - SMT

Projetista : Escritório Técnico Júlio Neves
S.C Ltda

Vagas de Estacionamento
- Projetadas : 3788
- Exigidas por Lei : 2553

Folha n.º	23	do proc.
N.º	59-002.437-93	04
Ass.	Davi Apique	

SVP-G AT

DIRETRIZES

- Os Itens nº 3 a nº 8 e nº 16 da Certidão de Diretrizes nº 50/92-SMT, emitida em 31/07/92, deverão ser substituídos e complementados pelos que seguem abaixo, sendo que, os demais itens ficam mantidos e válidos. Quanto ao Croqui de fls nº 76 do processo nº 28-004.820-92*00, citado no Item nº 17 da referida Certidão de Diretrizes continua válido.
- Os dispositivos de acesso de veículos e de pedestres foram projetados com geometria adequada a atender as suas finalidades.
- O Acesso W (interno) previsto, junto ao canto do Edifício 1, em L, deverá ser readaptado passando a operar somente como entrada de veículos aos subsolos de garagens, conforme o indicado, em vermelho, nas cópias heliográficas da planta "Implantação Fl. 01/20" às fls 65, 85 e 105, do processo nº 28-002.347-93*36.
- As vias internas de circulação de veículos foram previstas, com largura mínima suficiente para permitir fácil acessibilidade aos bolsões de estacionamento.
- As vagas para autos foram previstas, em todos os estacionamentos, paralelas a 90º e opostas 1 a 1, dispensando o emprego de manobristas para operá-las.
- O número de vagas projetadas - 3788 é superior ao disposto no Quadro 4-A da Lei nº 8001/73, pelo qual o número mínimo de vagas é de 2553.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO

Folha n.º 256/9 do proc.
N.º 544 de 19/93
Escritório

CERTIDÃO DE DIRETRIZES Nº 062/93 - SMT

7. Os Pátios de Carga e Descarga X e Y contam com 15 vagas para caminhões e com área suficiente para permitir adequada manobrabilidade e operacionalidade, dos mesmos.
8. A área do Estacionamento L, destinada a abrigar ônibus fretado, conta com 30 vagas, para tanto.
9. As melhorias viárias, constantes dos Itens nº 9 a nº 12 e nº 14 da Certidão de Diretrizes nº 50/92-SMT - emitida em 31/07/92, deverão estar implantadas até a data de obtenção do Auto de Conclusão do Edifício Sede da Empresa (Edifício 1).
10. Na ocasião da implantação da ligação viária da Rua Funchal com a Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, a área hachureada, constante da cópia heliográfica da planta "Implantação - Fl. 01/20" às fls nº 65, nº 85 e nº 105 atingida por melhoramento público - Lei nº 8126/74, com 4296,56m², prevista no projeto como via de circulação interna de veículos, deverá ser convertida em via pública, a ser incorporada na referida ligação.
11. Acompanham a Certidão de Diretrizes nº 062/93-SMT, às fls nºs 105 a 124 e 171, do processo 28-002.347-93*36, além da cópia do "Termo de Compromisso Para Execução de Obras e Outras Melhorias", registrado em Cartório na data de 23/11/92 e juntado às fls 172 a 174, do referido processo, continuando, o Termo, em apreço, válido.

GILBERTO MONTEIRO LEHFELD
Diretor do DSV

Folha n.º	24	do proc.
N.º	59.002.437-93-04	
Ass.	Daniel L. Lopes	
SVP-G AT		

13



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 26	do proc.
N.º 544	de 1993
O funcionário	

Folha de informação n.º

25

d. o proc. n.º 59-002.437-93*04 em 05/10/93

(a) Dora M. A. Whitaker
VP-G AT

Ref.: Processo n.º 59-002.437-93*04

Loc.: Avenidas Brig. Faria Lima e Eng.º Luiz Carlos Berrini

Ass.: Projeto de lei de ligação das vias supra.-

INF. 1500/AT/93

S G M - A T L

Sra. Assessora Chefe

Visando bem atender ao requerido pela Comissão de Constituição e Justiça da E. Câmara Municipal, entramos em contato com o Gabinete do Nobre Vereador Dárcio Arruda que encaminhou-nos à Assessoria da Casa para maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Consoante entendimentos havidos com a Chefia da referida Assessoria - estamos encaminhando montagem efetuada sobre o Mapa Oficial da Cidade - M.O.C. - onde foram representadas as leis de melhoramentos viários vigentes para a região e que interferem com o projeto em exame, de modo a inseri-lo no plano viário local.

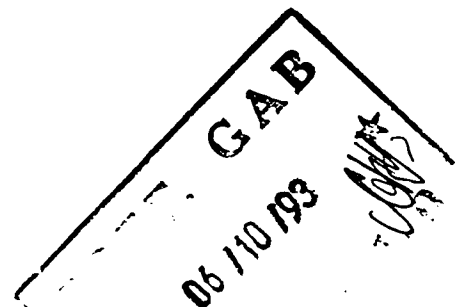
No tocante ao segundo tópico, entramos em contato com SMT que forneceu-nos cópia da certidão 50/92 - SMT, bem como da 62/93 - SMT que a alterou, as quais juntamos como fls. 19 a 21 e 22 a 24, respectivamente.

De ordem do Sr. Chefe da Assessoria Técnica.

05.10.93


Arqta. DORA M. A. WHITAKER
Assessoria Técnica - SVP

DMAW/dl



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, Junhado nesta data ^{papel para informação} _{documento}, rubrica sob

folha n.º 27 / 18/10/93 a) *el*

diço 05/10/93



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 24 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa., a pedido do nobre Vereador Marcos Mendonça, relator do projeto de lei nº 544/93, que se reitere ao Poder Executivo pedido de informação a fim de que este forneça os elementos a seguir:

1. Planta clara e detalhada da área abrangida pelo plano de melhoramentos proposto no P.L. nº 544/93, no distrito do Itaim Bibi, em que se possam ver nitidamente os imóveis a serem desapropriados e onde constem as coordenadas geográficas referidas ao sistema oficial ou EMPLASA.

2. Cópia do "Termo de Compromisso" firmado pela Eletropaulo, em atendimento ao item 15 da Certidão de Diretrizes nº 50/92, da Secretaria Municipal de Transportes (fls. 22) e no item 11 da Certidão nº 62/93 (fls. 24).

Os elementos indicados são indispensáveis para o seguro pronunciamento desta Comissão no projeto de lei nº 544/93.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 25/10/93


Dárcio Arruda
Presidente

LEG-3-

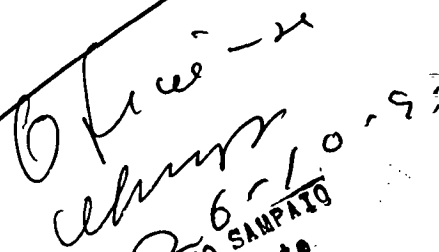
Senhora Chefe:

Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.

SP., 26/10/93.


FERNANDO R. RENZO
Chefe de Gab. Presidência

b-mepc


26/10/93
ANTONIO SAMPATO
Presidente

Sra. Soraia,

Preparar ofício solicitando ao Executivos subsídios
para emissão de Parecer.

27/ 10 / 93



ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

Sra. Chefe,

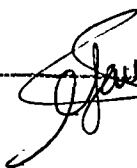
Preparado o ofício conforme despacho de V.Sa.

27/ 10 / 93



SORAIA LÚCIA FERREIRA BARBOSA
Assistente de Chefe Técnica

SEQUE..... juntado..... mesa data
documento..... e papel de informação
rubricado..... sob folha..... n.º 28 a 31
Em 27/ 10 / 93





Câmara Municipal de

São Paulo, 27 de outubro de 1993.

Processo N.º 28 de 1993
N.º 544 de 10-93
S.º 10-93
S.º 10-93

DT7-LEG3
OFICIO N.300411/93

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 544/93 de autoria desse Executivo - que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ANTONIO SAMPAIO
Presidente

Anexo: Cópia xerográfica do despacho da Comissão de Constituição e Justiça.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

SLF.



DT7-LEG3
OFICIO N.300411/93

Câmara Municipal de

Processo n.º	24	do proc.
N.º	544	de 19 93
O funcionário	<i>[assinatura]</i>	
Assinatura	<i>[assinatura]</i>	
N.º	544	de 19 93
Assinatura	<i>[assinatura]</i>	

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa., a pedido do nobre Vereador Marcos Mendonça, relator do projeto de lei nº 544/93, que se reitere ao Poder Executivo pedido de informação a fim de que este forneça os elementos a seguir:

1. Planta clara e detalhada da área abrangida pelo plano de melhoramentos proposto no P.L. nº 544/93, no distrito do Itaim Bibi, em que se possam ver nitidamente os imóveis a serem desapropriados e onde constem as coordenadas geográficas referidas ao sistema oficial ou EMPLASA.

2. Cópia do "Termo de Compromisso" firmado pela Eletropaulo, em atendimento ao item 15 da Certidão de Diretrizes nº 50/92, da Secretaria Municipal de Transportes (fls. 22) e no item 11 da Certidão nº 62/93 (fls. 24).

Os elementos indicados são indispensáveis para o seguro pronunciamento desta Comissão no projeto de lei nº 544/93.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 25/10/93

[assinatura]
Dárcio Arruda
Presidente

[assinatura]
26-10-93
ANTÔNIO SAMPAIO
Presidente

A LEG-3 -

Senhora Chefe:

Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.

SP., 26/10/93,

FERNANDO R. RENZO
Chefe de Gab. Presidência

b-mepc



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL

Processo N.º 30 de 93
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Assinatura: [assinatura]
Data: 27 de 1993

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 411/93 de 27.10.93 solicitando ao Executivo subsídios para emissão de Parecer relativo ao P.L. nº 544/93.

Anexo: Cópia xerográfica do despacho da Comissão solicitante.

Recebido em 3/11/93

Elaine Rodrigues Queiroz

S.G.M. = A.T.L.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para Informação, rubricado como folha nº.....#317

do processo nº.....544.....de 19.....93, 04, 11, 93.....(a).....

SORAIA LÚCIA FERREIRA BARBOSA
Assistente de Chefe Técnica

À Comissão de
Constituição e Justiça,

Para as devidas providências.

04/ 11 / 93

Angela

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

SE GUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 32 e 33

Em

19.11.93

(a).....

[Handwritten signature]

2 Leg 3



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 18 de NOVEMBRO de 1993

Forma n.º	92	do proc.
N.º	544	de 1993
YO	funcionário	Partido

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. no. 59-002.437-93*04

566 /93

Senhor Presidente

10 - OFICIO
10-0492/93-2

RECEBIDO NA A. T. M.
18 / 11 / 93
17:10 horas

Em atenção ao requerido pela D. Comissão de Constituição e Justiça, no ofício no. DT.7/Leg.3/300411/93, dessa Egrégia Câmara, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia da informação prestada, em caráter preliminar, pela Unidade competente desta Prefeitura, relativa ao Projeto de Lei no. 544/93, de autoria deste Executivo, que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

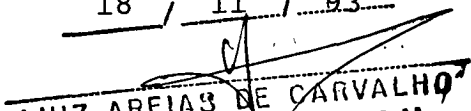
SÓLON BORGES DOS REIS
Vice-Prefeito em exercício

Anexas: cópia xerográfica de fls. 32 do processo no. 59-002.437-93*04.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Sampaio
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/rmn

A Com. de Const. e Justiça

18 / 11 / 93


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 19/11 às 16 hs.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 33 do proc. 544 de 1993
O funcionário 32

Folha de informação nº

a 0 por. nº 59-002.437-93*04 em 11/11/93 (a) SVP-GAT

Ref.: Processo nº 59-002.437-93*04.

Loc.: Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engº Luiz Carlos Berrini.

Ass.: Projeto de lei de ligação das vias supra.

INF.: 1634/AT/93

SGM - ATL

Sra. Assessora Chefe:

Em atenção ao solicitado por V.Sa. examinamos os quesitos formulados pela comissão de Constituição e Justiça sobre o PL 544/43 e informamos:

1. Quanto ao item 1, esclarecemos que ainda não foram elaboradas plantas em esc.1:500 do trecho abrangido pelo projeto de lei em exame, o que será feito apenas se for o mesmo aprovado, para embasar as desapropriações referentes, pois somente nessa oportunidade é necessária tecnicamente a perfeita identificação dos imóveis atingidos, em suas dimensões precisas, proprietários e confrontantes. Até então, é suficiente a base adotada, que é o levantamento aerofotogramétrico EMPLASA/72, em escala 1:2.000.

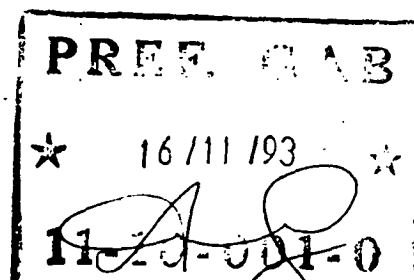
Ressaltamos, outrossim, que a planta do PL, nº 26.725 - clas. I-540 (cópia a fls. 04), constitui-se na montagem das folhas de nºs 3316/11, 3316/14, 3315/23 e 3315/26 do referido levantamento EMPLASA, já integrando a mesma, portanto, as coordenadas geográficas requeridas.

2. Quanto ao item 2, solicitamos seja requerida diretamente a audiência do DSV/CET que cuidou do assunto, ou extraída cópia daquela juntada a fls.172 a 174 do processo 28-002.347-93*36 (fls. 24), tendo em vista a exiguidade do prazo para resposta a E. Câmara Municipal.

11.11.93

Engº José Masi
Chefe da Assessoria Técnica - SVP

DMAW/mrc.-



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, Juntado desta data ^{para para informação}
_{documentos}, rubrica

folha n.º 34 / 6 12 193 n)

el



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 34 do proc.
N.º 544 de 1993
O Funcionário

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Senhor Presidente,

Solicito a V.Exa. que encaminhe pedido de informação ao DSV/CET solicitando cópia do "Termo de Compromisso para Execução de Obras e outras Melhorias", firmado entre a Prefeitura e a Eletropaulo, em atendimento ao item 15 da Certidão de Diretrizes nº 50/92 da Secretaria Municipal de Transportes, registrado em Cartório na data de 23.11.92.

O elemento indicado é necessário ao seguro pronunciamento desta Comissão no projeto de lei nº 544/93 encaminhado pelo Sr. Prefeito, que visa aprovar plano de melhoramentos no distrito de Itaim-Bibi.

Esclareço que tal pedido já foi feito ao Executivo o qual, em resposta, solicitou fosse a informação requerida diretamente ao DSV/CET.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 02/12/93


Presidente


ANTONIO SAMPAIO
Presidente

A-LEG. 3 -

Senhora Chefe:

Por solicitação do Sr. Presidente
para providências.

SP., 07/12/93

FERNANDO R. RENZO
Chefe de Gab. Presidência
Reg. 22336

RECEBIDO EM LEG. 3

07/12/93

17.05h

Sr. Paulo.

Oficiar ao Executivo, solicitando informações
para a D. Comissão de Constituição e Justiça.

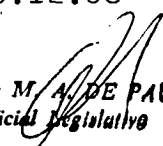
08.12.93


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

Sra. Chefe.

Providenciado conforme o despacho de V.Sa..

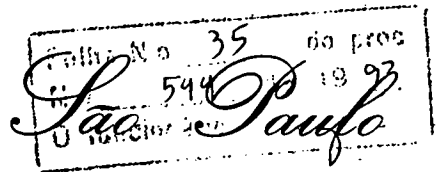
08.12.93


PAULO M. A. DE PAULA
Oficial Legislativo

SEGUE em, juntado 5, nesta data
documento 5 e papel de informação
rubricado 5 sob folha 5 n.º 5 35-42
Em 21/12/93



Câmara Municipal de



São Paulo, 08 de dezembro de 1993.

DT7-LEG3
OFICIO N.300445/93,

Senhor Diretor

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça e nos termos do art. 82 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 544/93 de autoria do Executivo - que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ANTONIO SAMPAIO
Presidente

Anexos: Cópias xerográficas do Projeto de Lei nº 544/93; do despacho da Comissão solicitante e de informações prestadas pelo Executivo.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Monteiro Lehfeld
Digníssimo Diretor Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

MAL

Folha no 02 da proc.
no 544 de 19 93
Cid
Proc.
no 544 de 19 93
Funcionário
544-93-3

PROJETO DE LEI 01 - PL

LIDO 04 AGO 1993
AS COMISSOES
CONSTITUÍDO POR
POLÍCIA URBANA, METEÓLOGIA,
FINANÇAS E ORÇAMENTO

·Aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim—Bibi, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo

~~SECRET~~ A:

Art. 10. - De acordo com a planta anexa no. 26.725-I-540, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de

Wacht

Folha no	03	da pros
no	544	da 19 93
<i>[Handwritten signature]</i>		
15.0		
544 da 19 93		
O funcionario		
2		

melhoramentos no Distrito de Itaim—Bibi, consistente em abertura de avenida, com largura básica de 48,00 (quarenta e oito) metros e extensão aproximada de 1.050,00 (hum mil e cinquenta) metros e formação de praças.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos constantes da planta referida neste artigo.

Art. 2o. - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 3o. - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de recursos próprios da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, ou, ainda, de outros recursos, especificamente obtidos para tal finalidade.

Art. 4o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SPF/sffs





Prefeitura do Município de São Paulo, 18 de novembro de 1993

Form. n.º 32 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário Paulo
N.º 544 de 1993
O funcionário

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. 7 L 566 /93
Processo no. 59-002.437-93*04

10 - OFICIO
10-0492/93-2
Senhor Presidente

RECEBIDO DA A. T. M.
18 / 11 / 93
17:50 horas

Em atenção ao requerido pela D. Comissão de Constituição e Justiça, no ofício no. DT.7/Leq.3/300411/93, dessa Egrégia Câmara, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia da informação prestada, em caráter preliminar, pela Unidade competente desta Prefeitura, relativa ao Projeto de Lei no. 544/93, de autoria deste Executivo, que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

SÓLON BORGES DOS REIS
Vice-Prefeito em exercício

Anexas: cópia xerográfica de fls. 32 do processo no. 59-002.437-93*04.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Antonio Sampaio
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/rmn



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº

Folha nº 33 do proc. 544 de 1993
O funcionário 32
Data 11/11/93
SVP/AT
544 de 1993
O funcionário

Processo nº 59-002.437-93*04

em

11/11/93

(a)

SVP/AT

Ref.: Processo nº 59-002.437-93*04.

Loc.: Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Engº Luiz Carlos Berrini.

Ass.: Projeto de lei de ligação das vias supra.

INF.: 1634/AT/93

SGM - ATL

Sra. Assessora Chefe:

Em atenção ao solicitado por V.Sa. examinamos os quesitos formulados pela comissão de Constituição e Justiça sobre o PL 544/43 e informamos:

1. Quanto ao item 1, esclarecemos que ainda não foram elaboradas plantas em esc. 1:500 do trecho abrangido pelo projeto de lei em exame, o que será feito apenas se for o mesmo aprovado, para embasar as desapropriações referentes, pois somente nessa oportunidade é necessária tecnicamente a perfeita identificação dos imóveis atingidos, em suas dimensões precisas, proprietários e confrontantes. Até então, é suficiente a base adotada, que é o levantamento aerofotogramétrico EMPLASA/72, em escala 1:2.000.

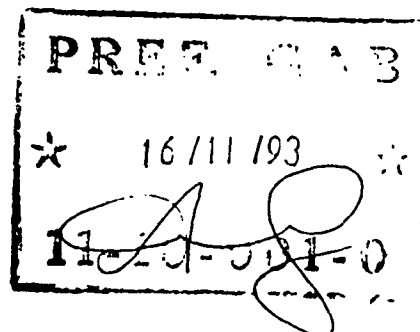
Ressaltamos, outrossim, que a planta do PL, nº 26.725 - clas. I-540 (cópia a fls. 04), constitui-se na montagem das folhas de nºs 3316/11, 3316/14, 3315/23 e 3315/26 do referido levantamento EMPLASA, já integrando a mesma, portanto, as coordenadas geográficas requeridas.

2. Quanto ao item 2, solicitamos seja requerida diretamente a audiência do DSV/CET que cuidou do assunto, ou extraída cópia daquela juntada a fls. 172 a 174 do processo 28-002.347-93*36 (fls. 24), tendo em vista a exiguidade do prazo para resposta a E. Câmara Municipal.

11.11.93

Engº José Masi
Chefe da Assessoria Técnica - SVP

DMIAW/mrc.-





Câmara Municipal de

Folha n.º 34 do proc.
N.º 544 de 1993
O Funcionário

Folha n.º 40 do proc.
N.º 544 de 1993
O Funcionário

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Senhor Presidente,

Solicito a V.Exa. que encaminhe pedido de informação ao DSV/CET solicitando cópia do "Termo de Compromisso para Execução de Obras e outras Melhorias", firmado entre a Prefeitura e a Eletropaulo, em atendimento ao item 15 da Certidão de Diretrizes nº 50/92 da Secretaria Municipal de Transportes, registrado em Cartório na data de 23.11.92.

O elemento inditado é necessário ao seguro pronúncia desta Comissão no projeto de lei nº 544/93 encaminhado pelo Sr. Prefeito, que visa aprovar plano de melhoramentos no distrito de Itaim-Bibi.

Esclareço que tal pedido já foi feito ao Executivo o qual, em resposta, solicitou fosse a informação requerida diretamente ao DSV/CET.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 02/12/93

Presidente

Deferir
Antonio Sampaio
Presidente
7-93

mepc

Folha No 41	
No 544	Q. funcioneiro
93	8

11-11-11



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

42

do processo nº..... de 19..... (a).....

544

93, 91, 12, 93

PAULO M. A. DE PAULA
Oficial 1.ºativo

À Comissão de
Constituição e Justiça.

Para as devidas providências.

21.12.93

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I

SE GUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 43 a 48

Em 21.10.94

(a) 

5 jul.
10.0492/93



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 20 de dezembro de 1993

Folha n.º	43	do processo
N.º	549	de 1993
O funcionário		

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º

618 /93

Processo no. 59-002.437-93*04

10 - OFÍCIO
10-0543/93-6

Senhor Presidente

RECEBIDO NA A. J. L.
Em 30 / 12 / 93
às 16:00 horas

Em aditamento ao ofício ATL. no. 566/93, conforme requerido pela D. Comissão de Constituição e Justiça, no ofício no. DT.7/Leg.3/300411, dessa Egrégia Câmara, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas ao Projeto de Lei no. 544/93, de autoria deste Executivo, que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

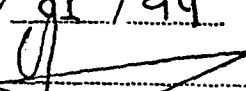
PAULO MALUF
Prefeito

Anexos: cópias xerográficas de fls. 37/41 do processo no. 59-002.437-93*04.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Osvaldo Gianotti
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/maç.

À Com. de Const. e Justiça

03 / 01 / 94


LUIZ AREIAS DE CARVALHO

Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 4/1/94 às 12 hs.

Folha nº 38 do proc.
n.º 52-431-9340
a. ELETROPAULO

SOLANGE APARECIDA GONÇALVES
Estagiária Reg. CET 12963-1

141154
Folha nº do

72
Folha nº 44 do proc.
DE CARTÓRIO DE REGISTRO DE
IMÓVEIS E DOCUMENTOS
SÃO PAULO-SP
O Funcionário
23 NOV 92

TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E OUTRAS MELHORIAS

Pela presente, a ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, sediada na Av. Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, nesta Capital, inscrita no CGC/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada por seus Diretores Romildo Onaldo Favalli, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.527.113, e CPF nº 008.282.118/68, e Everaldo Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.557.273, e CPF nº 068.758.821/91, declara para todos os fins de direito, nos termos da Lei Municipal nº 10.506, de 04/05/88, que se compromete a executar as seguintes obras e melhorias constantes da Certidão de Diretrizes SMT nº 50/92, emitida em 31/07/92, cujo texto integral é o seguinte:

- 1) Estas diretrizes não aprovam o projeto, o qual deverá ter a sua tramitação normal, junto à SEHAB, conforme Decreto nº 15.980/79.
- 2) O pedido de aprovação de projetos com instalação de atividades efetuadas com base nestas diretrizes deverá ser protocolado em SEHAB, no prazo de 180 dias, a contar da data de expedição desta, conforme Art. 12 da Lei nº 10.334/87.
- 3) Os dispositivos de Acesso nº 1 e nº 2, para veículos leves (autos) posicionados na frente voltada para a Av. das Nações Unidas, deverão ter as suas geometrias remodeladas.
- 4) O Acesso X, previsto junto do canto do edifício em L do Bloco 1, deverá, também, ser readaptado, passando a operar somente como entrada de veículos aos subsolos de garagens.
- 5) As propostas, constantes nos Itens nº 3 e nº 4, foram assinaladas em vermelho, nas cópias xerográficas da planta de "Implantação - FL. 01/05", fls. nºs 13, 28 e 43, deste.
- 6) As vagas foram posicionadas, nos Estacionamentos A, B, C no piso térreo, paralelas a 90º e opostas 1 a 1, dispensando, também, o emprego de manobristas para operá-las.
- 7) Nos Estacionamentos D e E, respectivamente 1º e 2º Subsolo, as vagas foram projetadas a 90º, uma atrás das outras e opostas 1 a 1, sendo necessário manobristas.
- 8) O número de vagas projetadas - 2.345 - é superior ao do mínimo exigido pelo Quadro 4-A da Lei nº 8001/73, pelo qual esse número é de 1.240 vagas.
- 9) Sobre a intersecção da Av. dos Bandeirantes com a Av. Engº Luiz Carlos Berrini deverá ser construído viaduto direcional, ligando a Av. dos Bandeirantes com a pista expressa da Av. das Nações Unidas.

Folha n.º 38 do proc.
n.º 591-002-431-9364
a. 14-11-92

Folha n.º 38 do
38

14-11-92 do proc.
7º CARTÓRIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SÃO PAULO-SP
23 NOV 92

ELETROPAULO
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A
SOLANGE APARECIDA GONÇALVES

Engenheiro Reg. CET 19954-1

SPL

- 10) A interseção formada pelas pistas de interligação entre a Av. Engº Luiz Carlos Berrini e a R. Funchal, deverá ser remodelada.
- 11) Na interseção, constante, no item antecedente, deverá ser implantado um sistema semafórico operado por controlador eletro-eletrônico.
- 12) Uma nova pista, na lateral ao Viaduto Ary Torres, deverá ser criada, aproveitando parte da R.4.
- 13) As propostas de melhorias viárias, constantes dos Itens nº 9 nº 12, foram assinaladas no croqui "Projeto Funcional - Plano de Melhorias Viárias - Local: Av. das Nações Unidas X Av. dos Bandeirantes X Av. Engº Luiz Carlos Berrini", juntado ao presente, sob fls. nº 74 a nº 76.
- 14) Também, as citadas propostas dos Itens nº 9 ao nº 12, deverão receber a implantação vertical e horizontal, as quais deverão obedecer as normas e padrões adotados pelo DSV/CET.
- 15) As melhorias viárias, explicitadas nos Itens nº 9 ao nº 12 e no nº 14, deverão ter os custos de sua implantação as expensas do empreendedor nos termos da Lei nº 10.506/88, devendo o mesmo firmar um "Termo de Compromisso", registrado em Cartório, se comprometendo a atender ao contido neste item.
- 16) Estas diretrizes são atinentes a projeto com C.A. = 0,99, o qual atende a "Lei de Uso e Ocupação de Solo", para o local em pauta.
- 17) Acompanham esta Certidão de Diretrizes as fls. nº 43 a 57 e nº 76 do processo nº 28-004.820-92*00."

A ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, declara, ainda, que arcará com todos os custos de implantação e execução das obras e melhorias citadas, assumindo integral responsabilidade, mesmo em relação a terceiros.

Todas as obras e melhorias deverão obedecer os padrões técnicos ditados pela Municipalidade de São Paulo, e serão acompanhadas pelo Departamento competente.

A declarante fica ciente de que o auto de conclusão da edificação licenciada, somente será expedido mediante a integral execução das obras e melhorias referidas.

Em caso de inadimplência total ou parcial, a ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A ficará sujeita à execução judicial.



ELETROPAULO
ELETRICIDADE DE SAO PAULO

folha 29
MARCELO R. CARACCIOLA
BMT.001

141154

78 CARTORIO DE REGISTRO
DE TITULOS E DOCUMENTOS
SAO PAULO-SP

Folha n.º 40.
n.º 59-002-437-92704
a SOLICITANTE
Estagiário ORC. CET 12963-1

Folha n.º 46 do proc.
N.º 23 NOV 82 24 de 1992
O funcionário

Desta forma, para que o presente produza os efeitos legais, nos termos do Artigo 135 do Código Civil, é assinado, subscrito por duas testemunhas, todos com firmas reconhecidas e registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital.

São Paulo, 23 de novembro de 1992.



Romildo Onaldo Favalli
Diretor de Engenharia e Construção

Everaldo Gonçalves
Diretor de Administração

Testemunhas:

Nome: TANIA CRISTINA FERREIRA

RG nº 8.449.727
CPF nº 027.420.968-33

Nome: WILSON WLADIMIR D'ANDREA

RG nº 2.530.680
CPF nº 003.946.378-87

491
RUA EST.
BEL. C.
CANHEO

Reconheço:

Em to

Em to
Ao E. de
Cart. de Pro. Crs
A. P. M. Crs

210. TABELADO DE NOTAS	
Rua Cel. Xavier de Toledo, 44 - 1º. Sobre Loja	
Reconheço a(s) Firma(s) por ASSEMBLHACAO:	
ROMILDO ONALDO FAVALLI	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
WILSON WLADIMIR D'ANDREA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EVERALDO GONCALVES	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Sao Paulo, 23 de Novembro de 1992 / 762 / 87	
LUIZ CARLOS DE SAMTI (Escriv. Autorizado)	
Cada Firma e Proc. Dados Cr\$ 8.453,76 Selos pagos por Verba	

Papel para informação rubricado como folha Nº -41-

Processo Nº 59-002.437-93* / 04

09 , 12 , 93

Data

SOLANGE APARECIDA GONÇALVES

Assinatura

Forma 1008. CARACIOLO
do proc. 28-002.347-93*36
de 1993
Protocolo 549
O funcionário

Ao

DSV.AT - Sr. Assistente

Encaminho cópia de Termo de Compromisso para Execução de Obras e Outras Melhorias, referente ao processo 28-002.347-93*36, conforme solicitado a folha nº 29, item 2 e reiterado à folha nº 32, item 2.

Nancy Reis Schneider

ARQTO NANCY REIS SCHNEIDER

Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento - SPL

HHMM/sag.

D.S.V. - 401
14/12/93
20.20.241-5

DSV - 15
14/12/93
16:30w
RECEBIDO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº

do processo nº 59.002.437-93x 04

em

14/12/93

de

do proc
de 1993

GUACIRA ANSELMO
Reg. 4536.0

SMT/GAB - Sr.Chefe de Gabinete

De ordem do Senhor Diretor do DSV, res-
tituímos o presente processo à V.Sª, informando que o Pro-
jeto de Lei nº544/93, de autoria do executivo, foi anali-
sado em atendimento ao solicitado as fls.36 por essa Che-
fia de Gabinete, com o informado as fls.38 as fls.41 pela
CET/SPL.

DSV/AT., em 14/12/93.

URGENTE



José Almeida Lopes Filho
Assistente Técnico
Gabinete do Diretor do DSV

SMT. H.GAB.

14 DEZ 1993

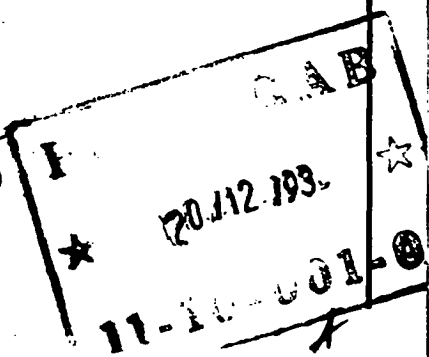
SGM.ATL - Senhora Assessora Chefe

Restituimos o presente com as informações prestadas pelo
Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV, desta
Pasta.

SP - 13.12.93

Pedro Luiz de Brito Machado
Chefe de Gabinete
SMT

sn.-



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE, Justado nesta data ^{papel para informação} documento, rubricado sob

folha n.º 49/ 0802/94 a) *el*



Câmara Municipal de

PARECER
0129/94

Folha n.º 49 do pros.
N.º 544 de 1993
O funcionário *Paulo*

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 544/93.

PUBLIQUE-SE EM

04/03

1994

Trata-se de projeto de lei, encaminhado pelo Sr. Prefeito, que visa aprovar plano de melhoramentos no Distrito do Itaim-Bibi, consistente em abertura de avenida, com largura básica de 48,00 metros e extensão aproximada de 1.050,00 metros e formação de praças, de acordo com a planta anexa nº 26.725-I-540, do arquivo da Superintendência de Projetos Viários.

A propositura dispõe também que os imóveis atingidos pelo plano a ser aprovado serão oportunamente declarados de utilidade pública.

Requeridas informações ao Executivo, este declarou que não foram ainda elaboradas plantas em escala 1:500, enviando, porém, a esta Casa, uma montagem efetuada a partir do Mapa Oficial da Cidade, onde pode-se ver com mais clareza o traçado do plano proposto (fls. 19).

Além disso, afirma o Sr. Prefeito, na exposição de motivos, que a "execução do viaduto em pauta será viabilizada sem a utilização de recursos da Municipalidade, em função de compromisso devidamente formalizado, assumido pela Eletropaulo S.A.", pelo que solicitou-se ao Executivo cópia do termo de compromisso referido, o qual consta de fls. 44/46.

O termo foi elaborado com base na Lei nº 10.506/88 e prevê a obrigatoriedade da Eletropaulo executar um viaduto na interseção da Av. Bandeirantes com a Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini.

O projeto está amparado nos arts. 56, 111 e 69, I, da Lei Orgânica do Município, razão pela qual somos, Pela Legalidade.

Sala Comissão de Constituição e Justiça, em 04/02/94.

MEPC-D

RELATOR

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 09, 03 / 1994
página 3ª
conferido: [assinatura]

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em 09/03/94

[assinatura]
ROSMARI CURY A. DOS SANTOS
Secretária

Recebido na Comissão de Pol. Urbana
Em 13/3/94 às [assinatura]

AO NOBRE VEREADOR

[assinatura]

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

11/15/1994
[assinatura]
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE, Juncto neste d. la ⁶ papel para informação documento, rubricado sob
folha n.º 0502 173 - 13/04/94

[assinatura]
LUIS FERNANDO B. DE ARAÚJO
Secretário

Câmara Municipal de São Paulo

13 - REQ.D(S/PROC)
13-0092/94-0

Requerimento D nº 1

24 FEB 1994

PRESIDENTE

Considerando que o projetos de lei 543/93 e 544/93, de iniciativa do Executivo, estabelecem programas de melhorias para uma grande área de nossa cidade bem como criam incentivos e instrumentos para sua implantação, inclusive através dos *Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAQ* com óbvias implicações nas atividades econômicas daquela região;

Considerando que se efetivamente implantada a Operação Urbana Faria Lima terá um forte impacto econômico com profundas modificações das atividades instaladas naquela área;

Requeiro à Douta Mesa, na forma regimental, que os projetos de lei 543.93 e 544/93 tenham também sua avaliação pela Douta Comissão de Atividade Econômica, conforme art.147,V. do Regimento Interno

Folha n.º 50 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1994.

Aldaíza Sposati
vereadora

SEÇÃO DE REVISÃO

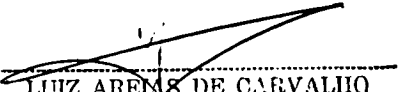
25 FEB 1994

-DT. 10-

À Com. de Pol.Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:

Para juntar ao PL. 544/93, que, em seguida deverá tramitar também, pela douda Com. de Atividade Econômica.

25.02.94


LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe.
A. T. M.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA

E MEIO AMBIENTE.

Folha n.º 51 do Proc.
No 544 de 1993
O Funcionário

Presidente: Sra. Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro

Membros

Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Bruno Feder

Tereza Cristina de Souza Lajolo

Emílio Meneghini

Faria Lima

AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre o PL 543/93, do Executivo,
referente à Operação Urbana da Av. Faria Lima.

Local: Auditório "Oscar Pedroso Horta", da
Câmara Municipal de São Paulo.

Data: em 14 de março de 1994,

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro.

(Memo. URB nº 8/94, da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente.)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B 1	1	morg,	aud.pública	14.3.94		

Folha n.º	52	do Proc.
No	544	de 19 97
O Funcionário		

A SRA. PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Vamos

dar início à audiência pública sobre o PL 543/93.

Primeiramente, peço desculpas aos senhores pelas acomodações da Casa, pois estamos em obras. Tínhamos contactado o Clube Pinheiros, mas como houve um problema com um diretor, fomos barrados. Então, como temos um prazo na Comissão de Política Urbana, para que possamos ter tempo para fazer duas audiências públicas. Hoje estamos realizando a primeira audiência pública e vamos realizar a segunda audiência pública no meio do mês de abril.

Convido os vereadores presentes, Vereador Marcos Mendonça, Vereador Odilon Guedes, Vereador José Mentor, Vereador Maurício Faria, Vereador Roberto Trípoli, Vereador Arnaldo de Abreu Madeira, para fazerem parte da Mesa. Temos já aqui o Vereador Antonio Paiva, que é o relator do projeto sobre a Av. Faria Lima, na Comissão de Política Urbana, a Vereadora Aldaíza Sposati, que também é membro da Comissão de Política Urbana, a Vereadora Ana Martins,

Antes de falar sobre o processo, estamos colhendo as inscrições para quem deseja se pronunciar, para podermos organizar esta audiência pública, e, gostaria que três técnicos pudessem se pronunciar, contra e a favor, ou um só técnico, o tempo seria maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B21	2	morg.	audiência públ.	1.14.3.94	Folha nº 53 do Proc. nº 544 de 1993 O Funcionário	

Então, daremos a palavra, inicialmente, para um expositor do Movimento, a favor, durante 15 minutos, e um outro técnico do Movimento, contra, 15 minutos. Temos vários representantes de várias entidades. Aí daremos um tempo de dez minutos para cada representante de cada entidade. Posteriormente, abriremos a inscrição para algumas pessoas que representam outros interesses. E no final vou deixar a palavra aberta para os Srs. Vereadores. Então, vamos passar essa lista de inscrição para ver quais são os oradores que desejam falar neste primeiro momento da audiência pública.

Vamos ler um resumo sobre o PL 543/93. Temos dois projetos da Av. Faria Lima aqui na Câmara Municipal de São Paulo. Um deles, o que já está tendo encaminhamento na Comissão de Política Urbana e um outro que acabou de ser apresentado na Casa e deve estar na Comissão de Justiça, salvo engano, foi recebido outro projeto. O Sr. Secretário do Meio Ambiente do Município está chegando, faça o favor de chegar à Mesa. Então, vamos ler sobre o projeto. O autor deste primeiro projeto é o Executivo. O resumo do projeto é o seguinte: cria programa de melhorias para a área de interligação da Av. Brig. Faria Lima com a Av. Pedrosa de Moraes e Av. Presidente Juscelino Kubitschek, Av. Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engº Luiz Carlos Berrighe e Cidade Jardim. A Justificativa do autor: A Zona Sul não tem uma política adequada de ocupação de sua área nem um planejamento específico a partir da correta utilização de seu sistema viário. Em vista disso, houve um crescimento desordenado na região, criando e agravando os diversos problemas existentes, atualmente, esses problemas tendem a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Bl	3	morg.	aud.pública	14.3.94	Folha n.º 544 N.º 544 O. Funcionário	de 1993

se agravar com a ocupação de novos edifícios de escritórios e de serviços que estão sendo construídos nas margens do Rio Pinheiros e suas vizinhanças. Os melhoramentos públicos que estão sendo propostos pela Prefeitura, com a utilização de recursos públicos ensejam grande valorização das propriedades desses locais, sem o pagamento da contra partida por parte dos beneficiários e determinando um rápido adensamento e ocupação da região.

Assim, a operação urbana objetivada visa garantir que a integração dos diversos melhoramentos viários seja complementada pela adoção de uma política de adensamento e ocupação do solo compatível com a maximização do uso das redes de infra-estrutura, de transportes e de serviços que deverão ser implementados. ^{to}Prende-se que os recursos necessários à realização da operação urbana sejam fornecidos pela iniciativa privada, em contra partida pela mudança dos parâmetros urbanísticos a exemplo do que já ocorreu com a operação urbana do Anhangabaú. Cabe destacar no projeto de lei, pela inovação, os seguintes aspectos:

a) avaliação dos imóveis ^{de} apropriados, com critérios mais justos e criação de condições para que os seus proprietários possam participar da valorização da região; b) criação de certificados de potencial adicional de construção - CEPAC - como forma de obtenção prévia dos recursos destinados à realização do programa de investimento; c) destinação de 10% do total arrecadado na operação urbana para construção de habitações de interesse social. Posição da Comissão de Justiça. Pela legalidade, com voto em separado, pela ilegalidade, do nobre Vereador José Mentor. Foi juntado parecer proferido pelo Prof. Dr. Manoel Gonçalves



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	1	morg.	aud.pública	14.3.94		Folha no 55 de Proc. No 544 de 1957 O Funcionário

Ferreira Filho, sobre a constitucionalidade do presente projeto de lei. Observações sobre a propositura. A operação urbana Faria Lima, que compreende um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela Prefeitura, por intermédio da EMURB, com a participação dos proprietários e moradores da região, e ainda usuários e investidores em geral, visa a melhoria e a valorização ambiental da sua área de influência, definida em função da implantação do sistema viário, de interligação da Av. Faria Lima com a Av. Pedroso de Moraes, para o lado noroeste e com as Avenidas Juscelino Kubitschek, Hélio Pelegrino, dos Bandeirantes, Engº Luiz Carlos Berrigne e Cidade Jardim para o lado sudeste. Os objetivos específicos dessa operação urbana são: 1º) criar condições para que os investidores e os proprietários dos imóveis beneficiados com a implantação dos investimentos forneçam os recursos necessários à viabilização do empreendimento, sem ônus para a Prefeitura; 2) criar alternativas para que os proprietários de lotes parcial ou totalmente atingidos por melhoramentos aprovados possam receber o valor justo de indenização à vista e previamente e ainda possam participar da valorização decorrente da operação urbana; 3) melhorar na área de influenciada operação a qualidade de vida dos seus atuais e futuros moradores, inclusive, de habitações subnormais; 4) incentivar o melhor aproveitamento dos imóveis; 5) ampliar e articular os espaços de uso público. Isso deve ser conseguido com as seguintes diretrizes urbanísticas: 1) complementação, integração do sistema viário existente, com o macro sistema da zona sul; 2) abertura de espaços de uso público; 3) criação de condições ambientais para os novos espaços públicos; 4) uso do solo das propriedades compatível com a nova conformação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	80 PÁRTE
B2	2	morg.	aud. pública	14,3,94	Folha n.º 544 No 544 O Funcionário	de 19 93

urbana; 5) criação de condições para ampliação de oferta de habitações multifamiliares; 6) estímulo ao remembramento de lotes respeitado o coeficiente de aproveitamento máximo de quatro; 7) interligação de quadras mediante o uso de espaços aéreo subterrâneo; 8) incentivo para o uso comercial do pavimento térreo com ocupação até o máximo de 70% da área do lote; 9) estímulo ao uso residencial, com taxa de ocupação máxima de 50% da área do lote; 10) criação de áreas verdes e adoção de mecanismos que possibilitem a absorção das águas pluviais; 11) construção de habitações de interesse social em locais definidos pela Prefeitura, destinados à venda financiada para a população favelada, residente na área da região e de seu entorno; 12) atendimento à população residente na área interessada em continuar morando na região, através de financiamentos para aquisição de habitações multifamiliares, já construída ou que venham a ser; 13) ampliação das áreas de estacionamento.

Os meios e recursos para a execução do empreendimento virão da outorga de potencial adicional de construção e alteração dos parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação vigente de forma onerosa. Para tanto serão emitidos certificados de potencial adicional de construção - CEPAC - que poderão ser negociados livremente. Os acordos feitos para pagamentos dos imóveis desapropriados serão baseados em laudo de comissão de avaliadores e poderão ser pagos em dinheiro ou certificados CEPAC. É previsto uma série de incentivos aos proprietários de imóveis nãoexpropriados. A EMURB fica autorizada a praticar todos os atos necessários à realização da operação urbana venda de áreas remanescentes, celebração de acordos, estabelecimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B 2	3	morg.	aud.pública	14.3.94	Folha n.º 51 No 544 O Funcionário	do Proc. de 1993

de prioridades e administração dos recursos.

A Câmara Municipal de São Paulo dá uma carta branca à EMURB para que ela pratique os atos necessários à realização da operação. As modificações de índice e característica de parcelamento uso e ocupação de solo, sub-solo, espaço aéreo e das normas edilícias ficam a critério somente do Executivo.

Essa é em rápidas palavras um rápido resumo do que constitui esse imenso projeto que está aqui. Temos também aqui já em notas taquigráficas o resumo do que foi discutido e todo mundo quase participou da discussão em plenário no dia 5 de outubro de 1993, pela Comissão de Justiça. ~~Em 14 de outubro de 1993, a Comissão de Justiça aprovou o projeto de lei nº 1.111/93, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º	do Proc.
b3	1	ANA	AUD. Pública	14.3.94	ORADOR	de CONT. APARTE
					O Funcionário	

Nós temos aqui toda a discussão que foi feita naquela oportunidade. Como toda matéria que passa pela comissão de Política Urbana tem que ter audiência pública, na Comissão de Justiça também teve, porque foi um pedido extra de uma associação, se não me engano do Sindicato dos Arquitetos. É só assim a Comissão de Justiça também pode fazer uma audiência pública. Pela Comissão de Política Urbana vão ter necessariamente duas audiências públicas, a de hoje e posteriormente, meados de abril, num prazo de 30 dias, a gente vai dá a segunda audiência pública. Tudo isso vai ser muito bem registrado e muito bem discutido. E aqui temos hoje um elenco de Vereadores, chegou também a Tereza Kajolo, Vereadora do PT, nós temos aqui membros da Comissão de Política Urbana. E o mais importante, está aqui na Mesa, o relator de Política Urbana, que é o Vereador Antônio Paiva. Então, temos que discutir tudo, muito bem discutido até que mais tarde, tenhamos todos os elementos para que os Vereadores, que vão decidir no plenário, possam saber de tudo que foi discutido democraticamente, por que aqui tem que se fazer a democracia, tão esperada do povo de São Paulo. Não podemos votar nada sem que haja discernimento. O que eu acho, como Vereadora do PSDB, é que possamos discutir a matéria para que mais tarde, nenhum Vereador possa dizer que votou sem conhecimento da causa. Então, acho que agora já estão aí as inscrições. Como temos uma noite toda pela frente, diga-se de passagem, eu sou uma mulher que deixa tudo muito grande, nós podemos chegar até uma hora da manhã, duas horas, mas nós precisamos entrar noite adentro organizados. E sem que haja um cansaço, também, da ilustre platéia. Então, vamos começar com esse primeiro. (Pausa) Vamos começar com aquilo que chamamos de momento técnico, absolutamente técnico. Nós temos oradores inscritos a favor e contra, Nós



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha no. 59 do Proc.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. DEPART.
B3	2	ANA	Aud. Púb.	14.3.94	544	2

Funcionário

vamos começar, até porque somos democratas, com contra, porque a favor já temos aqui o processo. Vamos começar com o Zanetini, que é o presidente da Vila Olimpia Viva, arquiteto e urbanista. É o Leopoldo em vez do Zanetini, então, o Leopoldo Massaro.

O SR. LEOPOLDO MASSARO - Eu sou da Associação Vila Olimpia Viva. Antes de iniciar quero deixar registrado que o que vou ler aqui é produto de uma pesquisa que nós, na nossa associação e na nossa comunidade vimos desenvolvendo ao longo desse ano e meio, quase, de movimento. Onde por convicção nos opomos a este projeto denominado Operação Urbana Faria Lima. A leitura é necessária porque não é um discurso em nenhum momento de emoção. O objetivo é colocar elementos de reflexão e que auxiliem como matéria prima que vai caldear uma decisão, que os Vereadores irão tomar, em relação às questões aqui colocadas e em relação à posição da nossa comunidade, que é conscientemente e frontalmente contra a destruição dos nossos bairros para implantação de uma avenida. "Progresso, é conceito que se prende a fundamentos concretos de finalidade; mecanismo de melhoria efetiva da qualidade de vida de todos, através de distribuição de renda mais justa e da implantação de um equipamento urbano, em especial seus serviços essenciais compatível com suas finalidades e sem agredir o meio ambiente e o equilíbrio das comunidades radicadas. Todos devem assumir suas condições de cidadãos e como tal decidir suas prioridades, como pagá-las e os direitos que adquirirão através delas. Só assim a cidadania deixará de ser emblemática e o progresso mera figura de retórica. São Paulo caminha para o próximo século deixando para trás o perfil de uma cidade marcadamente industrial e transformando-se em uma cidade de serviços. Hoje, o Município de São Paulo tem por volta de 10 milhões



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	60	do Proc.
N.º	544	de 1997
DAPOR		CONT. APART. 1

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	
B3	3	ANA	Aud. Pub.	14.3.94	

de habitantes, 16 milhões da região metropolitana. Por volta de 2.010, incluindo a região metropolitana, as projeções apontam para uma população de 23 milhões de habitantes. Uma cidade com essas características significa movimento, muito movimento de uma população de trânsito diário. A população da região metropolitana que no final da década de 80 já gerava 19 milhões de viagens motorizadas/dia, até o ano 2.000 deverá estar gerando mais de 25 milhões de viagens motorizadas/dia e 35 milhões por volta do ano 2.010. Vale ~~observar~~ observar que no final da década de 80 a população da região metropolitana já gerava por volta de 10 milhões de viagem a pé por dia. Eu disse: a pé por dia. Porque a implantação de avenidas e a extensão do sistema viário não são mais solução para o sistema de transporte da metrópole? São Paulo possui uma área disponível de vias públicas que abrangem quase ~~20~~ 25% da sua área urbana; sua malha viária soma 14.000 quilômetros de ruas e avenidas. É uma distância três vezes maior do que a que liga por rodovia São Paulo a Santiago do Chile. A frota de veículos sobre pneus, no Município de São Paulo é da ordem de três milhões e seiscentos mil, sendo que mais de 90% dessa frota é composta por carros particulares. A média de ocupação dos automóveis no trânsito da Cidade é de 1,3 ocupantes por automóvel. Eu disse: média de ocupação. Na Zona Sul da Cidade é essa média 1,1 ocupantes por automóvel. Ou seja, nós temos praticamente uma pessoa dirigindo um automóvel. E não sabemos se é o automóvel que dirige a pessoa ou se a pessoa que dirige o automóvel. A Avenida ~~23~~ 23 de Maio, modelo comparador, possui quatro faixas de rolamento por sentido e nenhum cruzamento, não há parada para semáforo, adotando-se uma velocidade média do tráfego de 60Km por hora, nas horas de pico, condição teórica excepcional, temos um fluxo de 1.200 carros ~~faixas~~ por hora/sentido. Considerando as quatro faixas, temos um fluxo de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 61 do Proc.

N.º 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ORÇ. FUNCION. CONT. APORTE
B4	1	ANA	Aud. Pública	14.3.94		

quatro mil e oitocentos carros /hora/sentido, ou 6.240 passageiros/hora sentido - guardem este número: 6.240 passageiros/hora/sentido. Nos pios a velocidade média, quando muito é de 20km por hora, reduzindo a capacidade de transporte para 2.080 passageiros/hora/sentido. Situação: plenamente saturada nas horas/pico. Como modelo comparador, em uma única faixa de rolamento, a uma velocidade média de 20km por hora, intervalos de 70 segundos, e lotação de 40 passageiros sentados, uma frota de 52 ônibus transportariam esses mesmos 2.080 passageiros. Ouseja, a frota de ônibus corresponde a 3,25% da frota de automóveis para transportar a mesma quantidade de pessoas. Dois trens de metrô, com folga, transportariam esses mesmos 2.080 passageiros em três minutos -- eu disse três minutos. Ou seja a frota de trens corresponde a 0,125% da frota de automóveis para transportar a mesma quantidade de pessoas, num tempo infinitamente menor. Avenida Brigadeiro Faria Lima, possui quatro faixas de rolamento por sentido, a atual, adotando-se uma velocidade média do tráfego de 60km por hora, nas horas de pico, condição teórica excepcional, temos um fluxo de 1.200 carros faixa/hora/sentido. Considerando as quatro faixas, temos um fluxo de 4.800 carros /hora/sentido, ou 6.240 passageiros hora/sentido. A situação atual, saturada nas horas de pico. Vale uma observação: nós pegamos os mesmos dados da Av. 23 de Maio e projetamos para a Av. Brigadeiro Faria Lima e vale lembrar que a Av. Brigadeiro Faria Lima tem um sem número de cruzamentos e de semáforos, coisas que não acontecem na Av. 23 de Maio. Então, esse número que estamos colocando é de saída extremamente favorável a situação atual da avenida, que já está totalmente saturada. Extensão da Av. Brigadeiro Faria Lima, hipótese um: apenas o prolongamento da avenida, com as atuais quatro faixas de rolamento por sentido,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha no 62 do Proc.

594 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B4	2	ANA	Aud.Púb.	14.3.94		

Sem a operação urbana, e considerando a situação atual ela já nasceria saturada nas horas/pico. Hipótese dois: prolongamento da avenida com operação urbana, adensamento projetado de três milhões de metros quadrados de novas construções provocarão um acréscimo mínimo de 100.000 garagens nas regiões envolvidas. Admitindo que apenas 2% deste total ocupem o viário nas horas de pico, haverá um acréscimo de 5.000x veículos/hora/sentido necessitando de mais cinco faixas de rolamento por sentido, apenas para manter o nível atual de saturação. Não há como impedir que a nova avenida seja utilizada como alternativa de fluxo das marginais. Nas horas de pico e nas premissas estabelecidas circulam nas marginais 10.500 veículos, 1.500 veículos por hora e por sentido. Admitindo que 10% desta demanda utilize a nova avenida, haveria necessidade de mais uma faixa de rolamento por sentido, ~~mais~~ apenas para manter o atual nível de saturação. Em resumo, para continuar como agora plenamente saturada nas horas de pico, com a operação urbana, a nova avenida necessitaria das 4 faixas atuais e mais seis faixas de rolamento por sentido. Ou seja: uma avenida com 10 faixas de rolamento por sentido para manter o mesmo estado de saturação de tráfego nas horas de pico. Vale lembrar que as marginais têm sete faixas de rolamento. Observa-se que as premissas adotadas são extremamente conservadoras pois admitem velocidade média de 60km por hora nos picos, quando na realidade essas velocidades não chegam a 20.

Assinatura: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORDEM	CONT. APART. PROC.
B5	1	Norma	Aud. Públ.	14.03.94		

Folha nº	6	de 19	52
No	894		
O Funcionário			

PL 543/93

Agravantes: nas avenidas o automóvel, a qualidade de vida e o meio ambiente. O automóvel exige imensos espaços físicos para movimentação e para estacionamento. Nos polos de geração e atração de viagens o automóvel provoca congestionamento em grandes áreas no entorno. Polui brutalmente. Na região metropolitana de São Paulo são despejados na atmosfera dois milhões de toneladas/ano de poluentes. Desses, 88% ou seja, 1.800 mil toneladas/ano são produzidos pelo cano de escapeamento dos veículos motorizados. A cada 100 mortes dadas como de causas naturais, 13 são causadas pela poluição do ar. Na população de idosos aumenta em até 15% o número de mortes nos dias críticos de poluição. É causador ainda, o automóvel, de intensa poluição sonora. O automóvel mata; só no Município de São Paulo, registram-se 40 atropelamentos por dia, em média; desses, 99% são provocados por automóveis; morrem 8 pessoas por dia, em média, no trânsito de São Paulo, 5 por atropelamento.

Avenidas são barreiras arquitetônicas de alto risco. Construímos cidades para pessoas jovens e perfeitas, esquecemo-nos das crianças, esquecemo-nos de que 10% da população porta algum tipo de deficiência física, e que 7% da população é composta de idosos, e que o número de viagens a pé é muito grande.

Desperdício de divisas: só no Município de São Paulo são consumidos um bilhão e meio de dólares por ano com combustível para veículos motorizados. Projeções apontam para números entre 10 a 20% desse total, desperdiçados em congestionamentos. A crise atual retirou, e muito, veículos das ruas; vencida a crise, a frota tende



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B5	2	Norma	Aud.Pública	14.03.94	Folha no 64 do Proc. No 544 de 1953 O Funcionário	

a aumentar rapidamente, de forma significativa; isso sem considerar que todos deveriam ter acesso aos bens de consumo. Em uma melhor distribuição de renda sobraria muito carro e faltaria muita rua. As velocidades médias reais, nos picos, nas grandes avenidas, são de 15 a 20 quilômetros por hora, há situações em que não passam de 8 a 10 quilômetros por hora. A velocidade de um pedestre é de 4 quilômetros por hora, e de uma carroça, 15 quilômetros por hora. Não é difícil perceber que avenidas não resolvem problemas de transporte de massa, e tampouco de congestionamentos pois esses acontecem nas horas de grande demanda, e não de madrugada.

A solução: investir em sistemas de transporte coletivo integrado de alta qualidade e com capacidade compatível com as demandas existentes e projetadas. Investir no gerenciamento do sistema viário, no treinamento das equipes e nos equipamentos necessários à suas atividades; nos sistemas de segurança e nos programas de educação para o trânsito; na conservação efetiva da malha viária existente. A malha viária ~~N~~ não precisa ser ampliada e sim operada com eficácia. É evidente que ajustes de melhoria tecnicamente necessários e justificados ~~N~~ devem ser feitos para fazer o sistema viário operar no máximo de sua capacidade, em especial nas horas de pico.

Duas mensagens: a vocação de mobilidade do ser humano; existe uma grande demanda reprimida de transportes gerada pelo baixo poder aquisitivo da população, produto da péssima distribuição de renda existente; essa situação, sem dúvida, gera uma falsa visão da realidade; a demanda não representa a real necessidade de todos e sim a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B5	3	Norma	Aud. Pública	14.03.94		Folha n.º 65 do Proc. No 844 de 1953 O Funcionário

necessiadde daqueles que têm acesso ao produto. Daí porque a única solução para uma metrópole quem que se preparam para ser a maior do Mundo no limiar do novo século é o sistema de transporte coletivo integrado.

Existe no Brasil, hoje, um deficit por volta de 15 milhões de moradias. Uma frase: não derruba; construa; desapropriar só em situações de inequívoco benefício de todos, e, mesmo assim, minimizando ao máximo seus efeitos. Quinze milhões de casas populares como deficit hoje existente correspondem, num governo extremamente agressivo, que se propusesse a fazer um milhão de casas por ano, a quinze anos ininterruptos de trabalho, consumindo o trabalho de quatro governos e fazendo 115 casas por hora. Baixando esse número para 250 mil casas por ano, o que talvez fosse um número um pouco mais compatível com a nossa realidade, 60 anos seriam necessários, 15 governos trabalhariam no projeto, e assim mesmo precisariam construir 28 casas por hora, isso considerando ~~o crescimento~~ crescimento zero da população.

Para encerrar, uma curiosidade: há 130 anos atrás Londres implantava sua primeira linha de transporte fora das ruas, o primeiro metrô do Mundo pois o congestionamento causado por veículos de tração animal já causava graves transtornos à cidade. Obrigado. -
(palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Eu vou chamar agora o Dr. José Eduardo Lefebvre, avisando também que tem os 20 minutos que o Dr. Leopoldo já usou, se quiser fazer uso dos vinte. Eu peço também aos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B6	1	Norma	And. Pública	14.03.94		

Folha n.º	66	do Proc.
N.º	544	de 1994
O Funcionário		

Vereadores, tem lugar aqui, Chico Whitaker, Maurício Faria, Arnaldo de Abreu Madeira, Adriano Diogo.

O SR. JOSÉ EDUARDO LEFEBVRE -- Muito boa-noite. Estou nesta ocasião representando a EMURB nesta Audiência Pública. O que eu gostaria de chamar a atenção, evidentemente não vou expor todo o projeto porque já foi sinteticamente exposto pela Vereadora Zulaê, e acredito que a maior parte das pessoas já conhece o projeto com bastante precisão. No entanto, vou mostrar algumas pranchas mostrando a extensão do projeto.

Mas inicialmente eu gostaria de colocar alguns pontos que foram colocados pelo orador que me antecedeu. Primeiro a questão de qual é a importância maior, afinal: é metrô ou é uma avenida, uma avenida que a Faria Lima, ~~em~~ é o que eu vou procurar justamente demonstrar, não é uma avenida que se destina exclusivamente para o trânsito de veículos particulares, até muito pelo contrário, uma avenida como a 23 de maio é prioritariamente destinada a atender o transporte de particulares, no entanto, pela Avenida Faria Lima, pela Avenida 23 de Maio circulam ônibus. Uma avenida como a Avenida Faria Lima é uma avenida onde atualmente circula uma grande quantidade de ~~ônibus~~ ônibus. Basta conhecer a avenida para saber que de ambos os lados da avenida nos dois sentidos circula uma quantidade brutal de ônibus se destinando ao Largo da Batata, saindo do Largo da Batata para pegar a Nove de Julho, a Teodoro Sampaio, a Cardeal Arco-Verde e Cidade Jardim, uma grande quantidade de ^{circula} ônibus ~~circula~~ por ela, e a ~~extensão~~ extensão da Avenida Faria Lima em direção tanto ao ~~CEAGESP~~ CEAGESP como em direção



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
B6	2	Norma	Aud.Pública	14.03.94	Folha n.º 67 No 544 O Funcionário	do Proc. de 1997

Shopping Morumbi virá a atender uma circulação de ônibus, de transporte coletivo que atualmente é feita em condições precárias. Para quem conhece e usa ônibus que vêm da Lapa em direção a Pinheiros sabe que a circulação é feita com razoável grau de velocidade pela Diógenes Ribeiro de Lima e pela Pedroso de Moraes. Para chegar até o Largo da Batata os ônibus são obrigados a fazer uma grande quantidade de curvas por ruazinhas muito estreitas, é rua paracá, é rua para lá, fazer uma série de ruazinhas até chegar ao Largo da Batata, e depois de sair da Cidade Jardim, até chegar, por exemplo, à Santa Cruz, é necessário sair da Avenida Faria Lima e passar por uma grande quantidade de ruas estreitas até chegar finalmente em direção a um pouco mais adiante para ir ~~para~~, por exemplo, para a rua Santa Cruz, ~~para~~ para ir lá para a outra estação, e uma região como a da Berrini, por exemplo, que atualmente concentra uma grande demanda de transportes particulares não é atendida atualmente por transporte coletivo na quantidade necessária, ou seja, todas as pessoas que trabalham na Avenida Berrini, atualmente, são obrigadas a se deslocar para lá usando transporte particular porque não existe ônibus naquela região.

Essa avenida que será criada ~~na~~ atualmente poderá permitir justamente o acesso por transporte coletivo a toda essa região que atualmente simplesmente não é atendida.

No que diz respeito à questão do Metrô eu gostaria de lembrar o seguinte: as grandes cidades que foram aqui citadas, eu poderia citar inclusive outras, como Londres, como Paris, como Tóquio, que têm ótimos sistemas de Metrô; em Paris é possível se deslocar só



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B6	3	Norma	Aud. Pública	14.03.94		

Folha no	68	do Proc.
No	844	de 19
O Funcionário		

de metrô, em Tóqui também tem uma excelente de metrô e de trem, existe uma grande quantidade de vias expressas que cruzam mesmo as regiões centrais da cidade, quer dizer, Paris construiu um sistema de vias expressas mas muito superior a qualquer coisa que tenhamos em São Paulo. A cidade de Tóquio, que tem um excelente sistema de metrô, tem uma rede de vias expressas mas que deixa qualquer projeto nosso aqui um milésimo do que existe em Tóquio, e mesmo na cidade de Londres, onde as ^{estações} ~~estações~~ de metrô são mais afastadas, um pouco menos confortável do que usar em Paris, mesmo assim existe uma quantidade de vias de alta capacidade, de avenidas que circulam, que cruzam a cidade, de grande capacidade.

O que eu estou querendo dizer com isso é o seguinte: o metrô é, sem dúvida alguma, fundamental para uma metrópole do porte de São Paulo, não só o Metrô como ferrovias de superfície, mas a capacidade que temos de investimento no Metrô eu acredito que está mais ou menos no limite, e os investimentos do Metrô cabem ao Governo do Estado, o Governo do Estado que investe em São Paulo e em todo o interior do Estado, e não está na alçada do Município investir no Metrô. No entanto, o investimento em avenidas é uma prerrogativa da Prefeitura, e não do Estado. Então, nesse caso eu só gostaria de lembrar também o seguinte: uma cidade N como São Paulo se desenvolveu a partir de loteamento de áreas de periferia e as áreas foram sendo ocupadas progressivamente, é o caso do Itaim justamente, que foi um desmembramento de várias chácaras que construiu aquela rede de ruas, essas ruas evidentemente não foram projetadas para o volume de veículos que hoje existem na Cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B6	m4	Norma	Aud. Pública	14.03.94		

Folha n.º	69	do Proc.
N.º	544	de 1953
O Funcionário		

portanto se um prefeito como Prestes Maia, quando projetou algumas avenidas como é a 23 de Maio, a Nove de Julho foi taxado de louco porque fazia avenidas largas demais, nós sabemos que hoje essas avenidas estão saturadas, como bem disse o orador que me antecedeu, e no entanto, quando Prestes Maia ~~fez~~ fez esses projetos foi taxado de visionário, de maluco, de absolutamente fora da realidade, e no entanto essas avenidas hoje já estão ultrapassadas,

Com isso eu estou querendo dizer o seguinte: se mesmo um prefeito que construiu grandes avenidas, como é o Prestes Maia, atualmente fez obras que já estão ultrapassadas, que não se dirá das ruas que foram abertas pelos loteadores no início do século, ou do fim do século passado? São ruas que foram totalmente ultrapassadas pela quantidade de veículos que existem em São Paulo.

Fica muito bom, é muito bonito nós falamos contra o uso do automóvel, eu sou um defensor irrestrito do transporte coletivo, procuro usar sempre que possível, mas o fato é o seguinte, se nós fizermos um levantamento aqui eu gostaria de perguntar aos senhores: quantas pessoas podem dizer honestamente que moram num domicílio que não tenha nenhum veículo? Quantas pessoas moram em domicílio que não tenha nenhum veículo? Eu gostaria que levantassem a mão, ou sejam praticamente todas as pessoas têm em casa ao menos um veículo para fazer compras, para ir ao trabalho, para ir ao colégio, ou seja, a quantidade de veículos que existem numa cidade como São Paulo é muito grande, não adianta nós fazermos discursos contra os automóveis quanto todas as pessoas querem ter automóvel, querem usar o automóvel, e usam mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B6	5	Norma	Aud. Pública	14.03.94		

Folha n.º 70 do Proc.

No 544 de 19 93

O Funcionário

porque realmente numa cidade de São Paulo é necessário

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha da 95	CONT. 1402
BV	1	florência	aud.pública	14.3.94	No 544	de 19 52
					O Funcionário	

usar o automóvel para fazer compras, para ir ao supermercado, ~~p~~ quando não para o uso diário. O uso do automóvel, portanto, numa cidade como São Paulo faz parte da cidade. Querer dizer que nós vamos acabar com o transporte individual é utopia. Isso não existe. Nós podemos é criar condições para que os transportes de automóveis sejam menos necessários do que hoje em dia; e uma das condições é que tenhamos um transporte coletivo que flua normalmente. Esse fluxo do transporte coletivo é possível em avenidas e vias que tenham uma certa capacidade e no caso essa avenida que está sendo proposta agora é uma das avenidas que tem condições de justamente atender a esse fluxo de transporte coletivo.

Foi falado pelo orador que me antecedeu da velocidade de uma avenida, que falou em cifras da ordem de 60 Km/hora, que ~~in~~ pode ser uma velocidade normal numa avenida como a 23 de Maio. Numa avenida como a Faria Lima é absolutamente impossível. Mesmo com a avenida construída - e isso já seria uma grande melhoria - a velocidade poderá ser aumentada de alguns poucos quilômetros/hora, passando a alguma coisa em torno de 25 a 35 Km/hora no decorrer do dia, ou seja, 60 Km/hora só de madrugada e mesmo assim com alto risco para todo o restante da população. A velocidade numa avenida normal de uma avenida como a Faria Lima será da ordem de 25 a 35 Km/hora. Não mais do que isso. E nas marginais, e videntemeto, a velocidade é muito maior porque não há semáforos.

Gostaria de passar algumas imagens.

- Projeção de imagens.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B7	2	florência	aud.pública	14.3.94	Folha no 72 do Proc. No 544 de 1957 O Funcionário	

A SRA. PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro) - PSDB) -

Nessa fase inicial eu gostaria - e nós temos a noite inteira pela frente - nos ativéssemos a exposições para depois termo um debate. Todos vão falar. Ninguém vai sair daqui sem usar da palavra, se quiser. Só peço que o expositor que ~~XXXX~~ esteja falando nessa fase inicial conclua seu raciocínio com o respeito de todos.

O SR. LEFÈVRE - Bem, prosseguindo, essa prancha

dá uma visão geral do projeto e mostra a ligação viária a ser feita desde o Rio Tietê, passando pelo CEAGESP, passando pelo Parque Villa Lobos, chegando até a Frederico Hermann Jr. e a Praça Pan Americana, que é o trecho já construído dessa avenida. São trechos já existentes. O trecho que não existe é aquele ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ ao lado onde está marcado Pinheiros, que é exatamente o trecho que vai da Praça Roquete Pinto, através do alargamento da Rua Coropês e da Rua Miguel Isasa até o Largo da Batata. Esse trecho, que faz parte do projeto do Faria Lima, de 1968, não está executado até hoje e é justamente esse trecho que atualmente o transporte coletivo é obrigado a fazer uma série de desvios. O trecho seguinte, que vai do Largo da Batata até a Avenida Cidade Jardim, é o trecho que já está executado pela lei de 1968. E aqui, tracejado, mostra-se justamente os trechos não executados, aprovados por lei - aquele trecho da Coropê e da Miguel Isasa e o trecho seguinte, já executado, ~~vai~~ passa pelo Shopping Iguatemi até chegar a Avenida Cidade Jardim.

O trecho seguinte é o que vai da Avenida Cidade Jardim, passa pela Avenida Juscelino Kubitecheck e faz a ligação com a Avenida



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B7	3	florência	aud.pública	14.3.94	Folha n.º 73 No 744 O Funcionário	do Proc. de 1992

Hélio Pelegrini, que é aquela minhôquinha preta que está ali, uma avenida que foi inaugurada recentemente e que é um fundo de vale do Córrego Uberaba, exatamente um fundo de vale. Essa avenida liga a República do Líbano atualmente até nada; ela morre na Rua Nova Cidade, cruza com a Santo Amaro e não liga nada. A ligação justamente que está prevista é aproveitando a lei de 1968, ligar com a Avenida Hélio Pelegrini. Além de fazer a ligação com a Avenida Hélio Pelegrini, está previsto pelo atual projeto a execução de um outro melhoramento aprovado numa lei de 1974, que é a ligação que faz com a Avenida Luís Carlos Berrini com a Avenida Cidade Jardim. É um outro trecho ~~uma~~ trecejado, que faz essa ligação até a Avenida Cidade Jardim. É uma lei de 1974. E o trecho novo, totalmente novo, que não existe lei, que é um melhoramento que foi encaminhado à Câmara, é esta pequena ligação que faz, através da Rua Olimpíadas, a ligação desses dois melhoramentos aprovados por leis anteriores, ou seja, o único melhoramento encaminhado para a Câmara, em termos de projeto de lei viário, é essa ligação entre as duas leis de 1968 e 1974, através da Rua Olimpíadas. Nesse trecho, que constitui basicamente um alargamento da Rua Olimpíadas, basicamente a grande quantidade ~~em~~ imóveis são imóveis comerciais e industriais.

Este conjunto de melhoramentos está previsto para ser executado através da Operação Urbana sem onerar o orçamento da Prefeitura, enquanto a construção do Metrô onera o orçamento do Estado, ou onerou o orçamento do Município no ano passado, a previsão é de que essa obra seja executada sem onerar o orçamento da Prefeitura, através da compra de potencial construtivo dos investidores na área. Portanto, sem

que toda a cidade pague este melhoramento,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B7	4	florência	aud. pública	14.3.94	Folha n.º 24 do Proc. 847 de 1993 O Funcionário	

Esta condição é possível na medida em que essa região apresenta um alto potencial de desenvolvimento e de valorização. Este mesmo potencial de valorização será responsável, independentemente da vontade dos moradores, pela transformação do bairro. ~~Não é possível~~

~~transformar a transformação de uma grande quantidade de bairro~~

~~transformar a transformação de uma grande quantidade de bairro~~

~~transformar a transformação de uma grande quantidade de bairro~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Proc.	CONT. APARTE
B-89	1	alice	aud.pública	14.3.94	Folha n.º 25 do 1952	52	
					O Funcionario		

Nós temos assistido em São Paulo a transformação de uma grande quantidade de bairros, independentemente da vontade dos moradores. Se nós formos perguntar para os moradores atuais de Vila Madalena se eles querem aquele movimento todo que existe na rua, provavelmente eles vão dizer que não. No entanto, aquela transformação ocorreu independentemente da sua vontade. Se nós formos perguntar para os moradores antigos do bairro do Itaim ~~se~~ se eles desejavam aquela transformação, de transformar o bairro de residencial para comercial, possivelmente vão dizer que não. No entanto a transformação ocorreu e atualmente o bairro do Itaim, nas imediações da 9 de julho é quase que totalmente comercial. A transformação que houve por exemplo na Rua Estados Unidos, que era uma rua basicamente residencial, se tornou totalmente comercial independentemente da vontade dos moradores. Evidentemente que quando há essas transformações os moradores acabam ganhando porque há uma valorização da sua área. Então, de uma forma ou de outra....

* * *

e

- Manifestação da galaria.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B-8	2	alice	aud.pública	14.3.97	folha n.º 76 do Proc.	

No	544	de	19	57
O Funcionário				

A SRA. PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro - PSD3) = Eu

vou pedir ao Plenário que se contenha. Vocês aqui são maioria total e absoluta, não há necessidade nenhuma de colocarem contra, porque a maioria que está aqui é contra. Já pensou se nós tivéssemos uma torcida de contra e a favor? Isto daqui é uma gravação séria que nós vamos discutir. Hoje nós estamos aqui discutindo a matéria. Nós não podemos permitir que haja manifestações, senão não vamos sair daqui. Eu gostaria de ouvir o Dr. Lefevre até o final da exposição dele e os demais também, sejam contra ou a favor.

O SR. LEFEVRE = Apesar da exaltação de algumas pessoas, realmente eu nunca vi ninguém protestar pela valorização das suas áreas. Se a sua propriedade é valorizada, ninguém reclama. Falando honestamente e não com outra intenção. E o que acontece é o seguinte. Existem áreas da cidade que são transformadas, e que ocorrem um processo de valorização, em que simplesmente aquela área não tem estrutura para receber esse desenvolvimento. Toda área que fica entre a Av. Paulista e a Rua Estados Unidos, por exemplo, se transformou de uma área residencial, em área de prédios, sem ter nenhuma melhoria na infra-estrutura, a não ser o atendimento de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3-88	3	alice	aud.pública	14.3.94		

Folha n.º 22	do Proc.
No 514	de 1992
O Funcionário	

água e esgoto e tudo o mais, mas as ruas ficaram exatamente as mesmas, e o resultado disso é que aquelas ruas hoje em dia são absolutamente congestionadas, porque elas não foram transformadas, ou seja, a cidade não se preparou para aquele desenvolvimento. É com esse intuito que esse projeto foi desenvolvido, justamente prevendo não o apenas o melhoramento viário, não se trata apenas de um projeto de melhoramento viário. Se fosse melhoramento viário bastava uma simples lei, que seria aprovado ou não, mas seria um outro caminho. O que se trata aqui, através da operação urbana, é criar as condições para que um bairro que está em processo de transformação possa se acomodar e receber essas transformações. Esse é o objetivo da operação urbana. Evidentemente que a grande maioria dos senhores aqui tenha os seus imóveis possivelmente desapropriados, o que talvez seja questionável. É preciso verificar. Houve várias informações dadas erradas, inclusive publicadas erroneamente pelo próprio jornal O Estado de S. Paulo recentemente que publicou plantas indicando o que seriam as áreas a serem desapropriadas referentes a um projeto que foi desenvolvido para a Prefeitura durante a gestão Jânio Quadros, que previa a desapropriação de uma grande quantidade de quadras. Mesmo recentemente o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
3-8	4	alice	aud.pública	14.3.94		

Folha n.º	78	do Proc.
N.º	544	de 1994
O Funcionário		

jornal O Estado de S.Paulo publicou essas plantas, o que evidentemente induziu a uma informação errada. Na realidade, as desapropriações que estão previstas são exclusivamente aquelas da Lei de 68, da lei de 74 e as desapropriações previstas nesse melhoramento que foi encaminhado à Câmara agora, que se trata do alargamento da Rua Olimpíadas. No restante não ocorrerão desapropriações, porque as desapropriações serão destinadas exclusivamente para o sistema viário, E, na realidade, haverá mais algumas desapropriações por força da aprovação que já ocorreu do projeto da Faria Lima, junto ao X CADES, que é o órgão Municipal de preservação do Meio Ambiente, Deverão ser filiadas áreas verdes para atendimento da população da área e também para a população de toda a região envoltória. Essas áreas verdes terão de ser construídas mediante a construção de praças e de parques. Essas áreas verdes evidentemente irão aumentar o total de desapropriações necessárias. Isso aliás já foi, numa outra reunião aqui na Câmara mesmo, tratado. Eu já tinha tratado desse assunto. Com relação à questão da operação urbana, apenas para mostrar que não se trata apenas de um melhoramento viário, mas sim de um conjunto de operações, um conjunto de intervenções, existe uma grande quantidade de normas e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARARTE
3-8	5	alice	aud.pública	14.3.94	Folha n.º 79 do Proc. No 544 de 1993 O Funcionário	

de regulamentos específicos regulamentando as características das construções em cada um dos trechos da avenida e da região envol-tória. Ou seja, não é qualquer construção e em qualquer condição que poderá ser feito, existem normas estabelecidas para cada um desses subperímetros, subperímetro 1, 2, 3, 4 e 5. Para cada um desses subperímetros, e conforme a localização, existem condições e diretrizes muito específicas de tal forma que haja um tratamen-to espacial adequado desta região. E, por outro lado, não apenas em termos espaciais, mas está previsto tam ém que do ponto de vis-ta das desapropriações necessárias, e também do ponto de vista dos investimentos necessários, hajam mecanismos que possibilitem, de uma forma mais justa, não só remunerar os proprietários, como incenti-vá-los a participar dos investimentos que venham a ser feitos na região. Basicamente de momento era isso o que eu gostaria de falar. Uma coisa só, eu gostaria só de colocar o seguinte: que devido a aprovação do projeto, e como condicionantes da aprovação do proje-to junto ao órgão municipal de meio ambiente, diversos requisitos terão de ser obedecidos nesse projeto, tanto em termos de comunica-ção com a população, como, já citei aqui, a questão de áreas verdes preservação de árvores e a criação de ciclovias que vão percorrer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B-8	6	alixe	aud.pública	14.3.94	Folha n.º 80 No. 5111 O Funcionário	do Proc. de 1993

esta área, justamente facilitando o uso de um sistema alternativo de meio de transporte. Assim como este existem várias outras, eu não vou ler aqui a relação, porque é uma relação bastante extensa, de requisitos necessários para atender as definições necessárias para a aprovação junto ao CADES, que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Basicamente era isto o que eu queria colocar de momento e estou à disposição para depois continuar.

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Obri-

gada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 81 do Proc. N.º 594 de 1997 ORADOR O Funcionário 14.03.94	CONT. APARTE
b9	1	dalva	Audiência Pública			

(...) Vou chamar, agora, Dr. Ives de Freitas, Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo.

O SR. IVES DE FREITAS - Boa noite a todos. É importante se colocar o seguinte: desde que surgiu esse projeto com vários nomes de facetas, as mais confusas facetas de um mesmo projeto, nas ~~mas~~ várias gestões. Ele tem dois seguimentos claros. O primeiro seguimento de caráter econômico basicamente, quer dizer, é um projeto econômico. Segundo seguimento, ~~para~~ pretensa solução viária, e não mais que isso. Então é necessária mostrar e pela primeira vez nos dão essa oportunidade nessa cidade, parece piada, mas não é, as outras sessões foram uma farsa, que nós todos assistimos, vamos colocar aqui um pouco de urbanismo. Então eu pediria ao Montovane que projetasse o primeiro gráfico. É um gráfico que mostra o que é um pouco o urbanismo para que as pessoas ^{entendem} ~~entendam~~ o que é essa disciplina.

* * *

- É feita a colocação do gráfico.

* * *

O SR. IVES DE FREITAS - A questão urbanística ela se coloca da seguinte ~~maneira~~ maneira: o urbanismo tem como ~~objeto~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	82	do Proc.
N.º	544	de 1962
ORADOR	CONT. APARTE	
O FUNCIONÁRIO	14.03.94	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
B9	2	dalva	Audiência Pública	14.03.94

objetivo básico o homem. Parece piada, mais não é, tem como elemento complementar fundamental, o meio. E se completa, violentamente na medida que se estancende a sociedade. Isso, o homem como centro de gravidade da questão com suas várias atividades, seja de lazer, saúde, educação, habitação e trabalho, constitui o universo ambiental onde o homem vai ~~se~~ desenvolver, em nível de ~~uma~~ sociedade, o homem não existe, ele coexiste, numa relação com a ciência, a política, e as artes. A nível da sociedade, se dá com a comunicação humana, e a nível do espaço urbano, se dá a circulação. A circulação portanto, não é ~~uma~~ nada mais que um meio para se efetiviar as atividades. E o homem só se encontra em plenitude do seu aspecto cultural, na medida em que se integre todo esse projeto sistêmico de uma maneira organizada e integrada, ou seja, de um lado desenvolvendo todas as capacidades sem sensitivas sensoriais, e do outro lado, todo o desenvolvimento ~~se~~ sustentado que se deve dar ao meio. Então pensar urbanismo, como uma parcela, como vem sendo colocado transformando o urbanismo ~~em~~ num mero sistema viário, ou num meio de transporte é ver no mínimo de uma maneira caolha algumas questões que ~~uma~~ lhe é particular. E portanto, nem mais importante. Portanto o desenvolvimento do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 83 do Proc. ORADOR N.º 544 de 1952 CONT. APART. 1403.94
B9	3	dalva	Audiência Pública		

homem no sentido da sua cultura estará, ao nível da sociedade no desenvolvimento da cidadania e ao nível, do ambiente no seu desenvolvimento insustentável. Então são três questões básicas, premissas ~~conceituais~~ conceituais para qualquer planejamento urbanístico que se preze, é o homem como ~~meio~~ centro de gravidade, o meio que é o lugar onde ele efetiva o seu lugar e desempenha suas manifestações artísticas, científicas e culturais, e a sociedade onde ele se integra e coexiste, sem isso não há urbanismo. Como meio é necessário colocar que a cidade não é o seu setor, a cidade não é sua parte, a cidade faz parte de um complexo de inúmeras constelações nas quais elas se integram no caso de São Paulo, num sistema regional e Metropolitano. ~~Regional~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H10	1	Monteiro	Aud. pub.	14.03.94		

Folha n.º	84	do Proc.
N.º	544	de 1993
O Funcionário		

Regional porque ao nível do seu crescimento a leste vai para o complexo de São José, a região metropolitana de São José, vai para noroeste, na região metropolitana de Campinas e, a oeste, na região metropolitana de Sorocaba. São três pólos fundamentais que vão dar toda a caracterização regional da metrópole. Portanto, a cidade tem que ser pensada como um organismo integrado em relação a esse processo de desenvolvimento mais global.

Nesse sentido, a cidade tem, ^{em} inúmeras teses já desenvolvidas por colegas nossos, dois ou três setores de desenvolvimento, diria melhor, a metrópole. Ela tem um desenvolvimento a leste, possível; um desenvolvimento a oeste, possível e um desenvolvimento a noroeste possível. Este na direção de Campinas, na direção de Sorocaba e na direção do Vale do Paraíba, isso corroborado por um fato importante, que é mostrado no "slide" seguinte, que caracteriza a região morfológica da metrópole em São Paulo, hoje definida basicamente por um sistema hídrico, que é o Tietê, que é o rio principal e da qual aflui com uma única saída, lembro, com uma única saída, que é a oeste porque em volta dessa bacia sedimentar da região paulistana, ela está envolvida por um conjunto de colinas, morrotes, morrotes altos, morros altos e serras extremas de Paranapiacaba, Serra da Mantiqueira, parte da Serra de Paranapiacaba. Então, ela é envolvida, essa bacia sedimentar, numa região onde o trecho mais baixo corresponde à região da cidade de São Paulo.

Portanto, isso é fundamental que se entenda porque isso vai



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha PRATOR	de 19
BLO 2	Monteiro	aud. pub.	10.03.94	N.º 544	de 19	93
					O Funcionário	

gerar, como vocês vão ver no "slide" seguinte, e de encontro com todo o pólo de desenvolvimento da região, duas áreas fundamentais de ocupação metropolitana: essa zona leste e essa zona oeste. Isso porque as regiões de mananciais, que são essas áreas verdes, têm que ser protegidas e hoje já aprecem, não sei se dá para ver aqui, umas pequenas manchas de ocupação nas áreas de manancial, invadindo áreas de proteção da água que é a alimentadora da metrópole.

Ao norte, também com a Serra da Cantareira, outra reserva florestal que hoje também está sendo invadida em algumas manchas, como se pode ver aqui, e que não deveria ocorrer. Portanto, limites morfológicos se definem junto com os limites de desenvolvimento econômico e social da região e na qual qualquer plano, setorial da cidade ou específico, tem que levar em consideração.

Se não levar em consideração, vai ocorrer isto, que já vem ocorrendo, o fenômeno da "ilha de calor" que fica isolada entre o mar de serras e coloca uma calçota poluidora, com inversão térmica, com grandes problemas respiratórios nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto, grandes problemas de infecção pulmonar hoje detectados por uma equipe de pesquisas do Hospital das Clínicas. Portanto, a degradação ambiental está na ~~razão~~ razão direta da sulção, da superação dessa calota, que é uma ilha de calor e que muda e que mantém toda a emissão, toda a evolução dos poluentes no sentido vertical. Ela segura e devolve aquilo que vocês conhecem como chuva ácida, já flagrante na Cidade pelo aumento da temperatura média e pelas condições que tem a Cidade hoje de enfrentar, com enor



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º	ORAD	de	Préc.	APARTE
BLO	3	Monteiro	aud. pub.	14.03.94	Nº 544	85	de	1952	
					O Funcionário				

mes dificuldades já, esse adensamento ocupacional que vem capeando toda a cidade, principalmente em empreendimentos de superfície, sejam eles viários, sejam eles de grandes shoppings, sejam eles de edifícios verticais que têm nas suas fundações quase sempre toda a caragem impermeabilizada. Portanto, uma região como a Faria Lima, que passará de uma para quatro, tenderá agravar enormemente as condições dessa calota.

Na questão, portanto, urbana mais global, pensar a Faria Lima, que é este trequinho aqui, como uma solução para a Cidade é, no mínimo, uma visão vesga em relação a todo o contexto metropolitano, que necessitaria uma readequação estrutural, funcional da metrópole. Ou seja, no mínimo 30 subcentros localizados nas vias de maior circulação, alguns complementares à região metropolitana e de municípios vizinhos ou outros, bairros que naturalmente vêm-se desenvolvendo como subcentros. A readequação funcional dessa área leva a um reequilíbrio, a uma reutilização do espaço urbano no sentido de redirecionar os fluxos de trânsito, colocando isso sim um equilíbrio contra essa visão pendular de uma cidade radioconcêntrica que não é radioconcêntrica ~~porque as ruas não são concêntricas~~

~~.....~~

~~.....~~

~~.....~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 87 do Proc. 544 de 1963
Ell	1	ant.	aud, pub	14.3.94	O Funcionário CONT. APARTE

porque não é radiconcêntrica porque os anéis não se fecharam, então ela nasceu com uma visão radiconcêntrica, inclusive contra a morfologia do terreno, e deu um trabalho brilhante sobre isso mostrando que a cidade nasceu claramente pela ocupação pelas ferrovias, pela ocupação das encostas ~~encostas~~ e aqui, nessa região, que você tem os subcentros, para além dos rios, de todos investimentos que se faz na cidade* é sempre nessa região sudoeste, como se a cidade fosse isto, e a cidade é tudo isso, são 4/5 de áreas a mais, é importante mostrar que uma readequação funcional com uma passagem para além dos rios reequilibrando os sistemas todos, basicamente a isto sim, naquela condição de transporte que caracteriza hoje uma rede colocada de lado de 250 quilômetros de ferrovias, que com um investimento de apenas 280 milhões de dólares, recuperariamos toda a rede ferroviária que complementada com os 42 quilômetros de metrô, teríamos cerca de 300 quilômetros sobre ferrovia sem um investimento mínimo e dizer que a cidade não tem investimento, que a cidade só tem dinheiro, é uma mentira, Gasta-se num túnel 160 milhões de dólares, o que corresponde a quase 2 quilômetros de metrô e que não é para ônibus, Outros subterrâneos que estão construindo na cidade e que poderiam, claramente, num processo integrado, isso sim que tem que ser, a cidade não se separa do Estado, ela é o mesmo ambiente, o mesmo lugar e esses investimentos têm que se convergir, elas são obrigatória-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º do Proc.
111	2	ant.	aud. publ	14.3.94	N.º 544 de 1994
					O Funcionário

mente convergidos. Não tem sentido o metrô ficar sem verba e a prefeitura fazer obras para automóvel. Afora isso uma série de investimentos que são realmente necessários a nível de metrópole para reequilíbrio do fluxo todo dela, não só de readequação funcional, mas também de melhoramento desses centros, a ligação viária de alguns eixos fundamentais como essa rodovia do asfalto que faz a ligação de transporte de carga, passando toda essa região Sul para região Norte, portanto, sem passar para o vale de Pinheiros, é um erro pensar que Pinheiros é um escoador. Podemos claramente investir isso de uma maneira clara tirando dessa área central todo transporte básico e completando com esses 250 quilômetros de ferrovias que são a estrutura básica da cidade, a cidade se formou e se desenvolveu a partir desses 250 quilômetros de ferrovia. E nada melhor que uma metrópole como São Paulo você ter 250 quilômetro de ferrovia que atende 17 quilômetros para cima, que complementa o metrô que deve atender 17 quilômetros para baixo. É natural a integração metrô ferrovia, um cobrindo a região macro e outro cobrindo a região micro. Nisso, então, há a adequação de subcentros que levariam a um contraponto no sentido de harmonizar todo equilíbrio funcional da metrópole dando a proteção às áreas de manancial da cidade que são fundamentais. Nisso, então, aparece algumas questões que vão permear por isso. A cidade tem pouquíssimas áreas verdes, não chega a um metro quadrado por habitante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha no <u>11</u> do Proc. <u>19.93</u>	ORÇ. <u>19.93</u>	CONT. <u>19.93</u>	PARTE
B11	3	ant,	aud,p ub	14,3	N.º <u>11</u>			
					O Funcionário			

tante, 7, 8 vezes menos que qualquer metrópole do mundo e que precisaria, além dessas áreas verdes uma série de espaços públicos importantes, porque é nos espaços públicos que se dá a vivência da cidade. E aqui mostra a questão do transporte, a loucura que vem sendo ao nível do tempo. O transporte coletivo vem decrescendo de 68%, em 67, para 61% em 77, para 54% em 87. E o transporte individual vem crescendo de 31% em 67, para 39% em 77, para 45% em 87. Ou seja, quase metade do transporte urbano da metrópole se faz com transporte individual e vejam o crescimento pela pobreza aderente a esse processo de 5 mil em 77, 10 mil em 87, dando um incremento de 36% para transporte a pé. A população hoje anda a pé porque com a velocidade média de dx 16 quilômetros por hora, na maior avenida de São Paulo, é quase igual andar a pé. E aqui mostra um gráfico que andar a pé e andar automóvel está diretamente ligado ao nível de renda. Cresce o nível de salário mínimo, cresce, portanto, o transporte individual que é para servir as classes mais abastadas. E o pior de tudo isso, o sistema de metrô programado para 2010, tem, como base estrutural, além das linhas atuais, que é a linha norte-sul, leste-oeste já implantadas, a linha 4 que vai da Paulista at'Vila Sônia e que, portanto, tira os 600 ônibus que estão no largo da Batata e vão e jogar para a Vila Sônia, ~~quantos, quantos ônibus~~

~~quantos, quantos ônibus~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R12	1	emira	aud. pub.	14.03.94	Folha n.º 544 No. 544 O Funcionário	do Proc. 12 de 1994

Portanto, aquele viaduto Goldfabber poderia muito bem deixar de ser feito. E outras linhas que ~~não~~ estão programadas, como esta linha 5, que vai até Guarulhos, e mais, esta a mais importante para nós, a Faria Lima, é bom que todos saibam, a linha 6 se constitui o arco sul, portanto uma linha perimetral fundamental de ligação perimetral da Cidade, ela passa, passem, embaixo da Faria Lima. Os pontos de parada dessa linha são: Vila Madalena, Largo da Batata, Iguatemi, Av. Cidade Jardim, Juscelino Kubstcheck, Brooklin, e termina na Conceição, Portanto, seria muito melhor que a prefeitura, ao invés de investir quase 4 km de túnel para passar automóvel, investisse no mesmo custo unitário de 100 milhões de dólares por km, para a execução da linha 6 do metrô, que resolveria todo o problema da região, sem mexer em nada, porque a política do metrô agora é não atingir nada na superfície. (palmas)

E completando essa linha do metrô, o arco norte que faria a integração em sistema, porque o metrô também é um sistema, nasceu rádio concêntrico por vício nosso ~~por~~ de rádio concentrista, que vem desde Prestes Maia, com essas malfadadas soluções de avenidas de fundo de vale, que nós pagamos um preço brutal. (palmas). Nós assistimos na região da Juscelino Kubstcheck, assistimos o que é Nove de Julho, assistimos o que é Pacaembu, e assistimos todas as avenidas que inadequadamente cobriram os córregos, cobriram as áreas dos rios. Como dizem os geógrafos, os rios são intocáveis.

E completando, aquilo que é localizado de metrô e aquilo que é específico de um sistema metropolitano, que é a ferrovia, nós teríamos então um transporte digno para a Cidade, na escala da cidade, e na qualidade que a Cidade precisa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
HL2	2	emira	aud. pub.	14.03.94

Ordem do Dia	97	do Proc.
No. 544	CONT. PARTE	de 1994
O Funcionário		

Este é o sistema completo que funcionaria, a integração dos trilhos, que inclusive está nos planos do Governo do Estado para uma aplicação nos próximos dez anos, instalação de todo esse sistema, portanto superando essa visão retrógrada de que a via é para o automóvel. E aí eu aguiria o que acontece com a nossa região, para pegar um estudo de caso. Nós teríamos a linha Faria Lima ligando desde a Vila Madalena ligando até a Estação Conceição, conectando com a linha 4 que vai ser iniciada agora, conectando com a linha 5, que está também em planos, rearticulando todo o sistema viário de superfícies com sistemas não poluidores, aquilo que se usa em qualquer cidade adiantada do mundo. É a retomada do bonde, é a retomada do monorrelé, ^{ou} a retomada de sistemas não poluidores. Então, teríamos aqui uma trama viária completa, com 16 vezes mais capacidade do que o sistema atual, e portanto com condições e receitas(?) de serem executadas na região sem mexer em nenhum dos nossos bairros. Aqui, alguns exemplos do que se faz no mundo todo de sistemas de transportes atuais, esse o mundo do ... (ininteligível);, que não atinge a superfície do solo e que pode ser engatado em sistemas simples ou articuladas, e que passem no meio da cidade. Outro sistema não poluidor: bondes, que hoje estão sendo recolocados como sistema de média capacidade em qualquer cidade do mundo, nas principais cidades do mundo. E com isso a gente poderia ter, ao invés de mais uma malfadada avenida nessa região, isso sim, um sistema integrado de lazer da região sudoeste que integraria cada parte desste como um sistema. E uma multidão de pequenos espaços integrados a um sistema de ciclovias como transporte de baixa capacidade. Completados com transporte de média capacidade e, evidentemente, apoiados naqueles trans-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
HL2	3	emira	aud.pub.	14 .03.94		

Folha n.º	02	do Proc.
N.º	544	de 19
O Funcionário		

portes que citei, de alta capacidade. E com isso não precisaríamos destruir parques como este, que na primeira intervenção da prefeitura... (ininteligível)... do parque do povo. Este é um canto do nosso Parque do Povo, Obrigado. (palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Eu vou chamar agora o Sr. Antonio José Bergamin, do escritório do Engenheiro Júlio Neves.

Olhem, queremos que mantenham o respeito, eu deixei passar ~~5 minutos~~ 5 minutos, porque tinha a amostragem, passou, fiquei quieta, vamos respeitar ambas as partes. É duro democracia, mas temos que fazer democracia no dia a dia. Eu sei, mas a democracia é difícil.

Eu gostaria que a pessoa que fosse falar, se identificasse. Nós tivemos agora a fala do Dr. Zabetino(?).

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 93 do Proc. N.º 644 do CBN. APARTE	O Funcionário
HL3	1	valéria	aud. publ.	14.3.94		

O SR. ANTONIO SERGIO BERGAMIN - Do escritório Júlio Neves, arquiteto, não engenheiro. Sou coordenador do Projeto Faria Lima desde 1986 no escritório Julio Neves e tenho trabalhado bastante em cima de algumas questões que são fundamentais para a cidade de São Paulo. Também sou urbanista, professor e tenho uma porção de outras qualificações que nem cabe citar aqui, mas tinha me esquecido de uma palavra fundamental que a gente usa muito na universidade. Parei de dar aulas há alguns anos e essa palavra tinha me escapado e hoje retomei, depois da exposição do meu colega Zanetini. Essa palavra é utopia. É fundamental que ela exista dentro da universidade. Os jovens não podem trabalhar com a realidade como nós trabalhamos profissionalmente e a utopia é exatamente o que faz mover a universidade. A gente sonha coisas e faz projetos na universidade. Fora a coisa é um pouco diferente. Essa linha 6 do Metrô, por enquanto, é utopia, não faz parte dos planos da Companhia do Metro. Não se tem conhecimento oficial disso, nem a linha 5 está projetada; tem um pedacinho deste tamanho. A linha 4 é a única que está nos planos e que está sendo objeto de um financiamento internacional. Algumas coisas que se diz a respeito do que custa uma cidade são muito interessantes. A Gente troca custo de túnel por túnel de metrô, mas o dinheiro não é o mesmo. O dinheiro investido no Metrô é do Estado. (apartes). Só que é via Estado e não via Prefeitura. A Prefeitura (apartes).

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Por favor, ente, ou terci de retirá-los da sala. Vou tirar sim senhora, Amarelinha fique quieta. (apartes). Olha o palavreado! Pode continuar, Dr. Bergamim, pode continuar, está com a palavra. (apartes), Minha senhora!

O SR. ANTONIO SERGIO BERGAMIN - Eu gostaria de ser ban



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 04 do Proc.	N.º ORAD. 544	do CONT. 227
RL3	2	valéria	aud. publ.	14.3.94	O Funcionário		

queiro e empreiteiro, gostaria. Aí talvez não tivesse de trabalhar tanto para me sustentar. Tudo bem, vou voltar de onde parei. O dinheiro, a origem do dinheiro é a mesma, é do nosso imposto, não há dúvida nenhuma, não é isso que estou discutindo. Os investimentos são diferentes. O Metrô é propriedade do Governo do Estado de São Paulo e o investimento feito no Metrô é objeto de uma negociação complicada entre Estado e município. O dinheiro do sistema viário é diretamente do Orçamento da Prefeitura do município de São Paulo. Mas não era isso que queria falar, foi apenas uma observação que fiz porque os ~~Senhores~~ Annetini me lembrou realmente da utopia. Quero reforçar alguns pontos que fazem parte do projeto e que foram colocados pelo arquiteto Lefevre da Emurb. Trouxe um desenho, que acho que todo mundo vai conseguir enxergar, é um desenho bem esquemático que mostra um esquema do projeto da Faria Lima. A linha branca que atravessa todo o mapa é o traçado da avenida e, ao longo desse traçado em branco estão duas áreas, uma vermelha e outra amarela. O Traçado branco, a menos esse trecho que não tem lei ainda e que é objeto da lei que se encontra em tramitação na Câmara dos Vereadores, é toda a lei de 1967, do Faria Lima. Essa linha branca que atravessa o mapa são os únicos terrenos que vão ser desapropriados. A gente tem lido nos jornais a apreensão de toda a população da área e as pessoas frequentemente dizem: talvez eu seja desapropriada. As pessoas que vão ser desapropriadas sabem quem são, são aquelas que estão dentro do perímetro previsto na lei para a execução da avenida. As outras áreas não vão ser objeto de desapropriação, são simplesmente beneficiárias da construção da avenida. Acho isso um ponto fundamental. Os critérios do projeto Faria Lima mudaram ao longo desses 7, 8 anos em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha no 95 do Proc. 1297	Nº RAD 117	O Funcionário
HL3	3	valéria	aud. publ.	14.3.94			

que estamos trabalhando em cima disso, No início, quando foi feito pela Administração Jânio Quadros, era um projeto baseado nos conceitos de urbanismos que tinham sido fixados na época pela Emurb em São Paulo, que era o conceito da reurbanização: se desapropriava uma ampla área, criava um sistema viário, se implantava equipamentos urbanos e se permitia a construção de edifícios, fixando-se índices de aproveitamento dos terrenos em toda essa área que era desapropriada e uma grande população era deslocada de seus lugares de moradia ou de trabalho, Este projeto evoluiu dessa conceituação de urbanismo, para um conceito um pouco mais contemporâneo que não diz respeito mais à desapropriação de grandes áreas. A desapropriação é a estritamente necessária para a implantação da avenida e os dois perímetros que estão marcados em vermelho e amarelo são as áreas que são indiretamente, amarela, e diretamente, vermelha, beneficiadas pela construção da avenida. Existe uma outra população que é beneficiária também, que sofre a influência positiva da sua construção

...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º do Proc.	ORADOR	de	COM. APARTE
BL4	1	regina	Aud.Púb.	14.3.94	N.º 844	O Funcionário	de	18/3

~~que beneficiaria também da avenida, que sofre a influência positiva~~
~~desta ligação~~, (Pausa), São as populações que moram nas duas extremidades, que vão ser ligadas por essa avenida. A ligação não é como o Zanetini disse, um nada dentro do mapa região metropolitana, mas é uma ligação que vai unir o litoral do Estado de São Paulo, Santos, Guarujá e a saída para o mar, com as rodovias que demandam o interior. Avenida Cupecê, Avenida Berrini, Faria Lima, e, depois, Pedroso de Moraes e Gastão Vidigal, ligam-se as entradas da Cidade do lado oeste, vias Bandeirantes, Castelo Branco e Anhanguera, com a Via Anchieta, que demanda o litoral. Isso não é uma coisa desimportante dentro da região metropolitana, é uma das ligações necessárias. E é uma alternativa as marginais. Como disse o Zanetini e como disse o primeiro orador da noite, eu nem preoquepei de dizer os números que ele disse, mas me parece que estão corretos. A demanda da marginal, 20% dos ocupantes, dos veículos ocupantes da Avenida Marginal Pinheiros provavelmente vão sair de lá e irão circular pela Faria Lima. E não pela Faria Lima, pelo complexo todo, representado pela Faria Lima e pelas ruas, pelo sistema viário complementar. Essa retirada de veículos da marginal, irá permitir fluidez um pouco maior do trânsito das marginais. Esse é um fator fundamental de circulação na Cidade de São Paulo e na região metropolitana. Qualquer coisa que se faça na Cidade de São Paulo, que beneficie ou estrague o funcionamento da Cidade, estraga, de uma certa maneira, o funcionamento de toda região metropolitana. E dessas três grandes regiões, que o Zanetini também se referia, que são a Grande Sorocaba, a Grande Campinas e a Grande São José, que por enquanto não existem mas é um outro pedacinho da utopia. Tem até uma palavra muito feia, mas que descreve bem esse processo: é a comurbação. Imagina-se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA
BL4	2	regina	Aud.Púb.	14.3.94

Folha n.º 07 do Proc.
N.º RADO 11 de 19 57
O Funcionário
CONT. PARTE

que um dia a Cidade do Rio de Janeiro estará ligada com a Cidade de São Paulo, via todas as pequenas cidades que irão se desenvolver ao longo do Vale do Paraíba, e que vão fazer da Via Dutra apenas uma avenida. A cidade não é pequena, a cidade abriga entre 10 e 12 milhões de habitantes hoje, e a região metropolitana mais do que isso. Essa cidade cresceu. É impossível se pensar hoje que o sistema viário que foi projetado no século passado, começo deste século, e implantado apenas parte dele durante a primeira metade do século, até a década de 50/60, possa suportar esse aumento da população. É mais ou menos evidente também que o aumento da frota particular de automóveis é de ou diretamente proporcional a má distribuição de renda. Isso é evidente. Se o governo deixasse de permitir a fabricação de automóveis e concentrasse seus investimentos na fabricação de veículos de transportes de cargas, talvez se pudesse inverter essa pirâmide. Mas isso é praticamente impossível, existem outros investimentos, que o governo faz com nosso dinheiro e que não são só o transporte coletivo numa cidade como a nossa. Isso faz parte dos planos de governo e talvez aqui, a Câmara dos Vereadores, seja um bom lugar para se discutir isso mesmo. É uma das primeiras vezes que a gente tem oportunidade de discutir isso com os Vereadores, que vão votar as leis da Cidade. Acho que isso é um fato importante da nossa claudicante iniciática, não..., iniciante democracia. É difícil. Nós temos um longo caminho para percorrer. E não estamos conseguindo ir muito depressa. Estamos indo muito devagar, porque a gente realmente não entende ou não quer entender o que acontece com a Cidade, com o governo, com o nosso dinheiro e conosco mesmo. A gente se coloca, às vezes, numa posição puramente emocional. É claro que é terrível ter a casa desapropriada. Não acho que seja confortável. não acho que seja agradável isso, é uma coisa bastante complicada. Mas a de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	Folha n.º 28 do Proc. 144 de 1994
B14	3	regina	Aud. Púb.	14,3.94	O Funcionário

sapropriação hoje em dia não é mais o que era antes, Eu leio nos jornais que as pessoas têm medo de sair de casa, que as crianças têm medo de sair de casa, porque quando voltarem da escola não irão mais encontrar a casa. Que a casa foi demolida na sua ausência. Isso é um terrorismo terrível e que se espalha, eu não sei bem com que objetivos. A desapropriação hoje vai ser feita como um negócio imobiliário. A Prefeitura irá comprar a casa de cada um de nós quando for necessário, e a preços de mercado. E só o estritamente necessário para construção do sistema viário, das áreas verdes ou da implantação de outros equipamentos urbanos, que interessam a toda comunidade. Isso faz com que seja possível usar o instrumento da desapropriação de uma maneira um pouco mais justa. A população se desloca dentro da cidade de uma maneira bastante grande. Não é a desapropriação a única coisa que expulsa as pessoas das suas casas. No bairro do Itaim, da própria Vila Olímpia, começo da Vila Olímpia, no bairro de Pinheiros, a população tem sido sistematicamente expulsa pelo comércio. E não diga que não porque eu estudei isso e sei, eu tenho os números,...(burburinho dos presentes).

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Eu gostaria que não se manifestassem, senão eu marco uma só para os prós, outra para os contra. Nós estamos discutindo aquilo que não queremos ouvir. ~~Eu gostaria que não se manifestassem, senão eu marco uma só para os prós, outra para os contra. Nós estamos discutindo aquilo que não queremos ouvir.~~

~~Eu gostaria que não se manifestassem, senão eu marco uma só para os prós, outra para os contra. Nós estamos discutindo aquilo que não queremos ouvir.~~

~~Eu gostaria que não se manifestassem, senão eu marco uma só para os prós, outra para os contra. Nós estamos discutindo aquilo que não queremos ouvir.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 23 do Proc.
N.º 544 de 1963
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B15 1		Mareelo	Com. Pel. Urb.	14.03.94		

É um direito nosso ter que ouvir, mas vamos ter que ouvir. Nós não somos pró ou contra? ~~Exx~~ Aqui a audiência pública hoje é dos prós e dos contra. Se não a próxima audiência eu faço só dos contras e num outro dia só dos prós, porque eu estou colhendo informações que são úteis. Por favor, vamos com calma que chegamos lá.

O Sr. _____ - As populações são expulsas pelo comércio, vocês ~~x~~ sabem disso. Mais de 50% dos imóveis que vão ser desapropriados são ocupados por comércio, são imóveis alugados para comércio. Isso não impede que as pessoas que estão sendo desapropriadas sejam contra desapropriação. É óbvio que tem que ser. Eu também não gostaria de ter minha casa ~~xt~~ desapropriada. Mas tem que se entender que isso é uma pequena parcela da população, de um número assustados, 12 milhões de habitantes que dependem ainda de um sistema viário. É impossível se imaginar que num prazo de um ou dois anos, nesse prazo nós não vamos ter nenhuma linha do metrô nova inaugurada, nenhuma estação vai estar pronta. A previsão da Companhia do Metrô para execução da linha quatro, se tudo der certo, é entre quatro e cinco anos, só depois disso é que vai se poder ~~xxxxx~~ contar com o metrô, só o metrô. Ao mesmo tempo está se estudando pelas diversas esferas do Governo a interligação entre metrô e as ferrovias que circulam ao longo do rio Pinheiros. Até



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO	100	do Proc.
Folha n.º		
No	544	de 19 92
0	REDAÇÃO	CONT. A PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
B15	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	14.03.94	

hoje é um mistério. Ninguém sabe o que vai acontecer.

Existem previsões também de terminais de ônibus que vão fazer a interligação do transporte de superfície com o transporte de massa subterrâneo, que é o metrô. Isto é um pouco mais fácil de equacionar, mas o prazo mínimo para começo de funcionamento dessa integração será o prazo de execução ~~do~~ do metrô, acima de quatro ou cinco anos se tudo der certo.

Esse "se tudo der certo" significa que o projeto ter que ser feito, o dinheiro tem que vir, o dinheiro não é R brasileiro, não é investimento direto do Governo do Estado, o Governo do Estado gerencia o dinheiro, mas ele tem que ser financiado pelo Banco Mundial ou outro organismo desse quilate, é dinheiro internacional e simplesmente vai aumentar ainda mais a dívida externa brasileira. O que significa? Mais ônus para nós, não é para o Governo, é nosso o dinheiro. Isto tudo é ~~muito~~ muito complicado.

Lidar com uma cidade deste tamanho é uma coisa muito complicada. Na Prefeitura existe um corpo técnico altamente qualificado e que trabalha nisso ~~há~~ há aproximadamente 25 anos e é um corpo bastante ~~experiente~~ estável no sentido de que algumas ~~as~~ pessoas permanecem, ou permanecem um longo tempo, o que permite a maturação das outras pessoas que entram e fazem um certo rodízio. Esses corpos técnicos que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº	10	do Proc.
Nº	844	de 1994
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONTA PARTE
B15	3	Marcelo	Com. Pol. Urb.	14.03.94		

estudam cada um dos aspectos de ~~funcionamento~~ funcionamento da cidade estão todos envolvidos no desenvolvimento da cidade. Quando se fala em se fazer uma nova avenida, seja ela a Faria Lima ou seja uma avenida na Zona Leste ou onde for dentro da cidade, esses órgãos ~~técnicos~~ técnicos da Prefeitura fazem a contagem de tráfego, fazem as simulações todas e dão subsídios para quem está fazendo os projetos. É de se supor que essas pessoas entendam um pouco do que estão fazendo. Uma avenida não é projetada e executada como aquela senhora que saiu da sala disse, por interesse de empreiteiras. Não tem nenhuma empreiteira envolvida no processo de implementação da avenida. Vocês podem achar que é brincadeira minha, mas não é. Vocês deviam olhar para quem ~~está~~ está falando essas coisas para vocês e ver se a pessoa é séria. Não é bem verdade isso.

O projeto não está sendo feito pelas empreiteiras.

As empreiteiras têm o interesse no desenvolvimento claro da sua companhia, talvez seja prioritário sobre o desenvolvimento da ~~cidade~~ cidade. Mas sem as empreiteiras nós não teríamos a cidade de São Paulo. Vocês podem achar que eles são um bando de bandido e deveriam estar todos na ~~cadeia~~ cadeia. É até possível. Existem uma porção de bandidos soltos, existem bastante. Não é porque a polícia mata três ou quatro pessoas por dia na cidade de São Paulo que nós podemos prescindir da polícia, não é porque morrem 11 pessoas atropeladas na cidade de São Paulo por



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata do	102	do Proc.
No	111	de 1993
O Funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B15	4	Mareelo	Com. Pol. Urb.	14.03.94		

dia que nós ~~precisamos~~ precisamos acabar com os automóveis. É impossível, vocês sabem disso. A Pesquisa suscita que o Lefreve fez aqui demonstrou isso, nenhuma pessoa levantou o braço, todos nós temos automóveis, mas de um.

X X X X X

- Manifestação na galeria. Inaudível.

X X X X X

O Sr. _____ - A senhora deve ser dona de uma frota de taxi, outra maneira de explorar o povo.

Eu queria ~~e~~ reforçar esses pontos: acho muito importante que se escute o que os outros têm a dizer, da mesma maneira como ~~e~~ escutei o que o Zanettini falou o tempo todo e o outro que ~~ela~~ falou antes dele, que não lembro o nome. Muito obrigado

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vamos chamar ~~uma~~ agora o Dr. Antônio Fernando ~~Ribeiro~~ Pinheiro, da ~~Sra~~ OAB.

O SR. ANTÔNIO FERNANDO PINHEIRO - Primeiramente a minha homenagem aos Vereadores presentes, a todos os senhores e ao Secretário Werner Zulauf, que está presente, que é pessoa que admiro e sei das dificuldades operacionais que deve enfrentar para poder implementar uma Secretaria Municipal do Meio-Ambiente no clima em que hoje se encontra



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	103	do Proc.
N.º	544	de 83
O Funcionário	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
B15	5	Marcelo	Com.Pol.Urb.	14.01.94

tra a atividade urbanística na capital paulista.

Eu vou centrar especificamente a minha análise na
questão do ~~questionamento~~ questionamento do projeto ~~questionamento~~

~~questionamento do projeto de urbanização da zona sul~~
~~questionamento do projeto de urbanização da zona sul~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	Folha n.º <u>104</u> do Proc. <u>84/8</u> ORADOR <u>Angela</u> CONT. APARTE N.º <u>13</u> O Funcionário <u>Angela</u>
16-B	1	Angela	Aud. Públ.	14.03.94	

quanto ao licenciamento deste, em termos ambientais, pelo Município. Já disse isso, inclusive na qualidade de Conselheiro do CADS e de Conselheiro do Consema, e me manifestei pela aprovação ou reprovação do projeto, mas pela apreciação desse projeto pelo órgão estadual competente, que é o Conselho Estadual do Meio Ambiente e vou elencar, aqui, as razões.

Reza o artigo 52^º, inciso I, do Projeto de Lei 331/93, que cria a Operação Urbana Faria Lima~~††~~: "A operação urbana Faria Lima tem como diretrizes urbanísticas ...". E eu vou começar e parar no próprio Inciso I desse artigo, "... complementação e integração do sistema viário existente na região, com o macrossistema de circulação da Zona Sul, de forma ~~na~~ a possibilitar a distribuição adequada dos novos fluxos de tráfego gerados, quando da conclusão das obras da Ponte Bernardo Goldfab, do Túnel sobre o rio Pinheiros, dos corredores de ônibus ~~xe~~, ainda, pela implantação dos projetos de transporte de massa elaborados pelo Metrô e pela Fepasa, para atendimento dos usuários da região.

Isso significa, efetivamente, que temos aí um projeto com área de impacto superior ao perímetro do Município, em especial atingindo áreas de circulação, de competência ~~est~~ estadual, e sistemas de infra-estrutura de transporte e áreas de preservação estaduais. A área de impactação desse projeto é de 4 milhões e 500 mil metros quadrados, ou seja, 450 ha.

Verificaremos, então, a necessidade do estudo de impacto ambiental e um estudo de impacto ambiental não só pela ~~le~~ le-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	105	do Proc.
N.º	544	de 1993
ORÇAMENTÁRIO	CONTÁBIL	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
16-B	2	Angela	Aud.Públ.	14.03.94	

gislação federal, estadual pertinente, mas pela própria legislação do Município de São Paulo, do Plano do Diretor do Município de São Paulo, Lei 10.676/88, que no seu artigo 11, letra "j" e parágrafo único reza o seguinte:

"Os objetivos gerais quanto ao meio ambiente são: exigir a elaboração de relatório de impacto sobre o meio-ambiente - RIMA - para todos os empreendimentos e de grande efeito na área urbana, avaliando a sua adequação aos dispositivos desta lei." Isso é da lei municipal. "Preservar os espaços naturais e construídos considerados patrimônio histórico-cultural e sítios consagrados como referências urbanas."

O parágrafo único desse mesmo artigo diz: "Entende-se por empreendimento de grande efeito, além daqueles explicitados por norma federal, os grandes equipamentos referidos no artigo 10 desta lei e mais os equipamentos do sistema estrutural viário e de transporte coletivo, os conjuntos habitacionais acima de 400 unidades e as operações urbanas com área de intervenção acima de 10 hectares." Nós temos uma de 450 hectares na área.

A própria lei municipal exige o estudo do impacto ambiental. E como esse estudo é feito? A Constituição Federal, artigo 225, inciso IV, estabelece: "Exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio-ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade." Aí já temos a primeira questão. Nós tivemos, no âmbito do CADS, que é um órgão auxiliar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 106 do Proc. 544 de COSTA APARECIDA
16B	3	Angela	Aud.Públ.	14.03.94	O Funcionário

do Executivo Municipal, um ~~licenciamento~~ licenciamento prévio de uma operação urbana que já não se encontrava mais de posse do próprio Executivo Paulistano, pois que já está em tramitação e submetido ao órgão legislativo, que é esta Casa, poder diverso do executivo. Daí porque a dificuldade de se entender uma aprovação prévia pelo Conselho Municipal, que foi criado depois que o próprio anteprojeto de lei já havia saído do Executivo e estaria submetido a outra esfera de poder constitucionalmente assegurado, que seria a própria Casa Legislativa Municipal, a Câmara Municipal de São Paulo. Qualquer exigência ou modificação nesse projeto, como de fato ocorreu, implementada pelas exigências estabelecidas e votadas pelo CADS, só poderia implicar em efetividade, em eficácia, se o projeto fosse retirado pela Prefeitura, da Câmara Municipal, e, após, reapresentado, acondicionando as exigências do órgão municipal, o que não foi feito até o momento.

Resolução CONAMA 01/86 e a Lei 6938/81, que é a Lei da Política Nacional do Meio-Ambiente, uma lei federal, no seu artigo 10, estabelece o seguinte: "A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos de atividades causadoras ou utilizadoras de recursos ambientais consideradas de efetivo potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio-Ambiente - SISNAMA e do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente - Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, inclusive a muni



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha N.º	de	de
16B	4	Angela	Aud. Públ.	14.03.94	No 544	de 1993	de 1993
					O Funcionário		

Mas os senhores verifiquem que a Lei Federal fala em apreciação e ~~licenciamento~~ licenciamento pelo órgão estadual competente. A Resolução CONAMA 01/86, que é quem regula os estudos de impacto ambiental, em todo o território federal, em seu artigo 2º, diz: "Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, a serem submetidos à aprovação de órgão estadual competente e da Secretaria do Meio-Ambiente, que é federal, em caráter supletivo ou de ministério, o licenciamento de atividades modificadoras do meio-ambiente, tais como, Inciso XV, projetos urbanísticos acima de 100 hectares, ou em áreas ~~de~~ consideradas de relevante interesse ambiental, a ~~critério~~ critério da Secretaria do Meio-Ambiente e dos órgãos municipais e estaduais competentes."

Verifiquem os senhores que competiria, então, ao órgão estadual apreciar um relatório de impacto ambiental de qualquer projeto urbanístico acima de 100 hectares e estamos falando ...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	DEBATE
17B	1	Paula	Com. Pol. Urb.	14.03.94	Folha nº 544	de 19.53

ORADOR	108	DEBATE
Folha nº	544	de 19.53
No		
O Funcionário		

~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~ de uma operação urbana quem tem áreas de impactação de 450 hectares.

Continuando, a nível de lei federal, a Lei Complementar Federal nº 14/73 que institui as regiões metropolitanas e estabelece o seguinte: "Artigo 5º, reputam-se de interesse metropolitano, portanto submetido a órgão estadual, os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região". Como se sabe, São Paulo está inserido na região metropolitana.

"Inciso III, Uso do solo metropolitano; inciso IV, transportes e sistema viário": são de interesse do Estado pela própria lei federal que instituiu a região metropolitana de São Paulo. Mas, a própria lei estadual paulista, a Lei Complementar nº 94, de 29 de maio de 1974, reforça o mesmo entendimento.

Vamos a essa Lei : " Art. 2º, reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram ou que venham a integrar a região metropolitana da Grande São Paulo: I) planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social. Inciso III) o uso do solo metropolitano; inciso IV) transporte e sistema viário".

Portanto, a lei complementar estadual, em reforço a lei ~~complementar~~ federal, também remete ao órgão estadual e ao interesse do Estado os projetos que implicam em modificações no uso do solo urbano e no sistema viário da região da Grande São Paulo , inclusive, obviamente, o próprio município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	105	de	Proc.
N.º	544	de	1992
O Funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
17B	2	Paula	Com.Pol.Urb.	14.03.94		

Verificamos a lei do Plano Diretor do Município que exige estudo de impacto ambiental, mas ao contrário das outras normas, prestem bem atenção nisso, não especifica qual o órgão que vai, efetivamente, se encarregar do exame do estudo de impacto ambiental. Por quê? Porque a Constituição, a Lei Estadual e a Lei Federal já estabelecem o órgão estadual competente.

Não bastasse isso, os senhores tiveram a chance de verificar pelo próprios senhores, defensores do projeto urbanístico, que a alteração urbana da Faria Lima trata-se, na verdade, de uma grande operação de reuso do solo urbano; uma modificação do sistema viário com alteração em todo o seu entorno. E, como bem diz o projeto de lei que se encontra nesta Casa: "a abertura de espaços de uso público compatíveis com a dinâmica de desenvolvimento da região; circulação de pedestres e vias que permitam a utilização de transporte coletivo; uso do solo das propriedades coletivas e privadas compatíveis com as novas quadras; implantação de melhorias viárias e de infra-estrutura, criação de condições para ampliação de ofertas de habitação multifamiliares em áreas de melhor qualidade ambiental, alteração de área; estímulo ao remembramento de lotes de uma mesma quadra." A Lei Municipal estabelece o que é remembramento, que é justamente junção de lotes e novas glebas, formação de novas glebas sem prejuízo da qualidade ambiental, respeitado o coeficiente de aproveitamento. E: "interligação de quadras mediante uso de espaços aéreos e subterrâneos dos logradouros públicos". Significa o seguinte: não passa, na verdade, a operação urbana da Faria Lima, de um grande projeto de reuso de solo urbano e, na verdade, um loteamento da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
173	3	Paula	Com. Pol. Urb.	14.03.94		

região. (Palmas)

Folha n.º	110	do Proc.
No	544	de 1983
O Funcionário		

Verificamos que o ~~reparcelamento do solo~~ urbano segue outra lei, que é a Lei de Uso e Parcelamento do Solo Urbano nº 6766/79 | e que estabelece o seguinte, apenas para ficarmos no início da Lei: "Art. 12º, o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal ou pelo Distrito Federal quando for um caso a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os ~~artigos~~ artigos 6º § e 7º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte".

O que diz o artigo seguinte, o Artigo 13º da Lei de Parcelamento do Solo Urbano: "cabirão aos Estados o exame e a amuência prévia para a aprovação pelos municípios de loteamento e desmembramento nas seguintes condições:

Inciso I~~x~~: quando localizados em área de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais, ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal".

Temos na área duas áreas de preservação estadual: o Parque do Povo e a Casa do Bandeirista.

"Inciso II: quando o loteamento ou desmembramento localizar ser em área limítrofe do município ou que pertença a mais de um município nas regiões metropolitanas". É o nosso caso. ... "ou em aglomerações urbanas definidas em lei municipal, estadual ou federal.

~~Inciso III: quando o loteamento abrangar área urbana~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO	Folha n.º 777	do Proc.
No 544	de 1933	
OP. F. R. E. F. O. N. A. R. I. O.	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
B18	1	Leo	Comissão de H. Urbana	14/3/94	

Três - quando o loteamento abranger área superior a um milhão de metros quadrados e nós temos quatro milhões e quinhentos mil metros quadrados de área a ser reloteada.

Os senhores hão de verificar que nós temos, então, na operação urbana, uma figura nova na vida dos direitos no Brasil. É uma atuação do poder público em conjunto com a iniciativa privada. Porque é assim que está escrito na Lei de Diretrizes do Município, o Plano Diretor. É conjunto o poder público e iniciativa privada. Não há como negar que não haja o interesse privado nesse tipo de operação, é óbvio, no sentido de recapacitar e reutilizar toda uma área de modificações do sistema viário, estabelecidas na região. Utilizando - se, ainda, dos aparelhos existentes, mas modificando-os para readaptá-los a toda uma reutilização de lotes, remembramento de lotes, desmembramento de lotes, o que significa uma operação pura e simples de loteamento.

Estamos diante daquilo que a lei prevê como esgotamento do solo urbano pela especulação imobiliária, quando não temos mais condição de especularmos sobre a área existente no Município, porque está escassa. Vamos começar a especular sobre aquilo que já existe. (Palmas). E nós vamos, então, enfrentar um tipo de atividade perigosíssimo e a lei federal vem em nosso reforço. Retira do Município parcialmente a competência para esse tipo de atividade, justamente pelo grande volume de dinheiro, de interesses que, efetivamente, estão implícitos nesse tipo de operação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 112 do Proc.
PAULO 44 de 19 57
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B18	2	Leo	Q. de Política	Urbana	14/3/93	

Portanto, é mais do que um direito. É um dever do poder público e da própria coletividade, nos termos da Constituição Federal, artigo 225: "O poder público e a coletividade têm o dever de preservar isso para as futuras gerações". Portanto, é mais do que um direito nosso, É um dever nosso concitar, inclusive, o poder público a obedecer a lei em vigor. E não é apenas uma. São uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito! Oito diplomas federais, estaduais, que estão sendo vilipendiados pelo projeto ora em trâmite nesta Câmara.

É apenas isso que eu gostaria de colocar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaia Cobra Ribeiro) -(PSDB) -

Com ordem, ouviremos a todos. Não havendo nenhum tipo de situação conflitante, vamos ouvir a todos.

Dr. Luiz Antonio Siqueira Dias, do Movimento Zona Sul .

Olha, aí, já começaram. Nós temos que saber que temos aqui mais gente do movimento contra do que do movimento a favor. Vamos respeitar aqui hoje a minoria. Eles não têm sequer aplausos. Nós temos aplauso, temos emoção, temos tudo. Então, vamos respeitar aqueles que aqui estão defendendo também as suas idéias. Pois não, doutor,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha no 113 de Proc.
PAULO 544 de 1953
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B18	3	Leo	C. de Política Urbana	14/3/94		

O SR. LUIZ ANTONIO SIQUEIRA DIAS - Eu queria informar que hoje fiz questão de estar sozinho aqui e talvez ter, pela primeira vez, a oportunidade de conversar, de uma maneira diferente com vocês. Porque, agora, eu concluí todo o trabalho que o movimento se dispôs a fazer.

Peço desculpas por não ter, em nenhum momento, sugerido o que tínhamos feito, porque achava que só o trabalho concluído poderia dar para vocês a visão do que estamos defendendo. E, ao contrário do que vocês imaginam, eu fiquei sob suspeita no meu Partido, nas pessoas que eu tenho uma vida pública, que podem perguntar. Nunca fui ligado a nenhum tipo de empreiteira ou a qualquer tipo de ditadura. Eu estava apanhando na rua quando muita gente aqui estava em casa! Então, é uma história do outro lado. Mas, eu não podia colocar isso em outro momento.

Também fui muito vaiado por vocês, fui muito xingado por vocês, e eu não, ou melhor, relevei, porque acho que todos vocês estão no pleno direito de se organizarem.

Ocorre o seguinte: logo que acabei o Mestrado, no Largo de São Francisco, fui para o Governo Montoro, que era o primeiro Governo democrático de São Paulo. E eu era a ponte entre os Prefeitos e o Governador.

Aí tive essa visão municipal que eu adotei como postura na minha vida. E, como a própria Vereadora Zulaê sabe, que é de São José do Rio Preto, política, no interior, é "nós e eles".



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO 114 No Proc.
Folha n.º 544 de 1927

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	FORADORIO	CONT. APARTE
B18	4	Leo	Comissão de P. Urbana	14/3/94		

O que "nós" faz, "eles não gosta. O que "eles" faz, "nóis" não gosta!

É esse tipo de política juráica é que gerou esses esquemas de corrupção, esses esquemas de favor, que a política brasileira encontrou até 88, quando graças a um trabalho violentíssimo do Vereador do PT, ligado à Igreja, o Chico Whitaker, fez um trabalho fantástico para permitir as emendas populares. E, de outro lado, a inclusão dos Planos Diretores em qualquer cidade com mais de vinte mil habitantes. Isso por que? Porque a população não podia ficar à mercê dos interesses de "nóis" e nem "deles". Elatinha que ter o que é melhor: a aplicação do recurso de maneira correta, para gerar o benefício para o maior número de cidadãos de uma cidade.

Então, para evitar essa coisa do "nóis" e "eles", as questões da cidade, principalmente na Cidade de São Paulo, tinham que ser mais discutidas. E quando eu digo mais discutidas, tínhamos que envolver o maior número de gente,

Então, resolvi dividir em dois segmentos: um que nós somos divergentes, mas outro que somos convergentes. Isso vocês nunca me perguntaram,

Somos divergentes na questão da extensão da Faria Lima, mas convergentes na questão do desapropriado. Porque, ~~ninguém discute~~

~~na Câmara~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 115 do Proc.
N.º 44 de 1957
C. Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABATE
B19	1	morg,	aud. pública	14.3.94		

ninguém encosta na casa de alguém se o instituto da desapropriação, que é constitucional, ele é punitivo, você perde o seu direito individual para a coletividade, e a coletividade não te paga. Então, está errado. Então, enquanto a faixa que nós temos de desapropriados, nós somos convergentes e contem comigo e com o movimento inteiro para apoiar isso. Nós entendemos que nenhum desapropriado deve ser lesado e estamos à disposição no que puder colaborar. De outro lado, eu sou advogado e economista e não podia chegar aqui e dar uma aula tão boa com o objetivo de urbanismo, eu teria que aderir a um projeto. Mas eu tinha condições, como é que nós vamos avaliar do ponto de vista técnico. Precedeu-me um colega advogado, que ~~tem~~ eu contradito exatamente o que ele falou mas não é o caso, então, existe o conflito. Ele tem o direito de expor as idéias urbanísticas dele, como os outros têm o direito de expor. Agora, a gente precisava levar ao maior número de pessoas possíveis, que são as pessoas da cidade. Então, a primeira providência foi procurar através do projeto oficial da Prefeitura, que foi eleita para isso, etc., eu não julgo o mérito porque eu não sou Prefeito, não sou vereador, eu não tenho esse poder, eu sou uma "ongue" (?) só. Então, fui procurar outros arquitetos de tendências diferentes, eu não podia também fazer, nós com nós, eles com eles, e consegui 53 artigos assinados, artigos técnicos de urbanistas, arquitetos, engenheiros, que aprovam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Faixa nº 0	126	do Proc.
Nº	544	do 19
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B 19	2	morg.	aud.pública	14.3.94		

essa expansão da avenida. Eles estão aqui, vão ser entregues para a comissão e para todos os vereadores e para vocês que estiverem interessados em conhecer o que esses outros técnicos também pensam. Mas eu não achei suficiente. Era preciso ter razão política, como nós tínhamos dito no começo, eu acredito no Plano Diretor, que é consensual, ele tem que ser discutido, ele tem que ser trabalhado, então, fui atrás dos três últimos planos diretores a saber, do Mário Covas, ~~ele~~ está incluído, do Jânio, está incluído, e da Brundina, está incluído. Estão incluídos, eu tenho aqui e está provado, Diário Oficial, eu trouxe, eu não estou falando sem provas, isso que eu queria dizer para vocês, eu não vim aqui para mentir, eu não sou ligada a nada que vocês possam me acusar, nada, nada, estou mostrando, estou provando, só, só. Depois como estava incluído com esse respaldo técnico, nós tínhamos que ir para a população. Nós consultamos via telemarketing, 150.000 casas, das quais 30.000 casas eu tenho o nome, o endereço, o que cada pessoa respondeu e a que horas respondeu. Só 30.000 pessoas quiseram responder. Olha que interessante. Ah eu achei que como era a periferia maior, não era justo, então, afunilamos e a área lindeira à Faria Lima, uma área mais comercial, nós consultamos 686 estabelecimentos comerciais, eu tenho nome, endereço, hora, a pessoa que falou, está tudo aqui e o resultado se vocês quiserem eu digo depois está tudo aqui. Ah fomos mais perto, os possíveis desapropriados, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO 712 do Proc.
Folha n.º 544 de 19 58

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O FUNDO ORÇÃO	CONT. APARTE
B19	3	morg,	aud.pública	14.3.94		

a gente não tem a lista da Prefeitura, eu não sei quem é, então, os possíveis, e fizemos o enquadramento de 700 famílias, é menos, sei lá, também temos esse resultado, está aqui à disposição de quem quiser. Então, com esse conjunto de coisas nós entendemos que era necessário respaldar a atividade do movimento, para dar oportunidade para quem não está mobilizado como vocês de participar desse processo que é super importante para a cidade inteira. Agora, vocês estão numa vantagem em relação ao resto, porque vocês estão organizados e mobilizados com interesse específico de defender um direito que é não ser desapropriado e punido, mas os outros também têm que interferir na cidade e aí nós colhemos 30 mil assinaturas, das quais quatro mil não julgamos corretas, riscamos. Então, nós temos, 26.234 assinaturas com nome, endereço, RG e telefone pedindo para a Câmara ouvir de maneira mais ampla a comunidade em geral. Não adianta imaginar que o que nós vimos na audiência pública do CADIS, que ir para o confronto de gente com plaquinha. Se você põe dez, o outro vai por 15, 20 e cada um vai mobilizar de um g jeito, isso não é sadio. É importante saber que a divergência na hora que acabou a divergência tem a convergência e aí que avança o direito do cidadão, não só de vocês mas de todo e qualquer desapropriado da cidade, porque o dever de vocês é fazer jurisprudência de uma causa de gente penalizada que não tinha a organização de vocês, que era um , dois, o metrô teve novela falando de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata nº 118	do Proc.
Nº 844	de 1957
O Funcionário	
ORADOR	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B19	4	morg.	aud. pública	14.3.94		

desapropriados do Metrô e ~~em~~ não foi só querer fazer o Metrô, mas o Metrô teve que se enquadrar com a sociedade, hoje você não tem uma reclamação porque eles vão te procurar, eles te pagam o preço justo, eles vão até ajudar na mudança, ajudar a encontrar outro imóvel compptível, isso tudo o Metrô faz, não tem problema. O que precisa conseguir na eventualidade da desapropriação é ter essa organização, para lutar por direito objetivo, um direito que se vocês não tiveram a consciência de ser unidos nesse instante, porque nesse caso vocês são em minoria em relação à cidade, mas não são minoria, porque vocês têm ~~em~~ relação à cidade inteira que é solidária a vocês. E a pergunta está aqui. Então, vamos ver qual é a luta, vamos analisar como é que vamos fazer. Então, eu termino o que eu tenho a dizer, me coloco à disposição de todo mundo no que puder colaborar. Eu queria pedir para ser incluído nas atas desta reunião o material que eu trouxe. Muito obrigado. (Palmas e Apupos.)

A SRA. PRESIDENTE (Zulaiê Cobra Ribeiro) - Com a palavra agora o Secretário do Meio Ambiente do Município, o Dr. Werner Eugênio Zulauf.

OSR. WERNER EUGÊNIO ZULAUF - Sra. Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro, que preside esta reunião, senhoras e senhores, A minha intervenção será muito breve, uma vez que nós já tivemos oportunidade de discutir o projeto no âmbito do CADIS, inclusive, com uma audiência pública,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	119	de Proc.
ANEXO	0544	de 1967
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B20	1	morg.	aud.pública	14.3.94		

e quero fazer alguns adendos, alguns complementos, algumas lembranças em função do processo que estamos acompanhando ao longo dos últimos meses. Primeiro lembrar que a licença ambiental prévia concedida pelo CADIS, pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, ouvido o CADIS, é uma licença que tem no seu bôjo algumas exigências. As exigências o Dr. Lefréve já mencionou as mais importantes. Não vou retomar esse aspecto, até porque passaram a ser exigências que terão que ser cumpridas pela EMURB antes de submeter o projeto executivo a uma nova licença, aí sim a licença de instalação e haverá uma terceira licença, que é a de operação, ao final das obras. Portanto, o que foi concedido foi apenas a licença ambiental prévia, que tem uma duração de dois anos e se não for solicitado nesse período a licença de instalação o projeto, aquela licença ambiental caduca. O importante que eu quero ressaltar ké nas recomendações, porque o CADIS fez exigências e recomendações. Por que recomendações ? Porque são assuntos que extrapolam a competência de um órgão de defesa do meio ambiente, que têm como objetivo avaliar os impactos ambientais. Extrapolam-se muitas vezes a idéia do licenciamento ambiental, porque no processo se analisam outros aspectos que não estão diretamente relacionados. Então, é importante resgatar também essa massa crítica, essas contribuições e incorporá-las no licenciamento, só que não podem ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 020 do Proc.
No 544 de 1992
O Funcionário

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
B20	2	morg.	aud. pública	14.3.94		

exigências porque são assuntos da competência da Câmara Municipal. Se o projeto, como disse o Dr. Antonio Pinheiro Pedro, está na Câmara, os aspectos relacionados à aprovação são decisão soberana da Câmara. Nós podemos, quando muito, ~~apenas~~ como Conselho fornecer subsídios, sugestões ou recomendações para a Câmara. E nesse sentido várias recomendações foram feitas e também não vou ler todas, apenas destacar três que são no meu entender extremamente enriquecedoras do processo.

A recomendação 2.2 diz o seguinte: que seja instituído mecanismo de recompra por parte da Prefeitura, do CEPACs para os expropriados no limite do valor do imóvel ~~recompra~~ corrigido, excluídos os 50% a mais oferecidos a título de incentivo. Isso significa o seguinte, o projeto de lei já contempla uma bonificação, um acréscimo no valor por conta da valorização futura para os imóveis desapropriados, desde que o proprietário concorde em receber esse valor em CEPACs. Muito bem. Um conselheiro levantou a seguinte questão: mas se o instituto do CEPAC não der certo? Nós estamos lidando com o mercado, embora os estudos ~~mostrem~~ sinalizem o sucesso do empreendimento, a hipótese do insucesso tem que ser considerada. Muito bem. Então, a recomendação que eu gostaria de que os vereadores registrassem e incluíssem isto como sugestão, como recomendação, como emenda, que no caso, exclusivo ~~existência~~ critério do desapropriado, que recebeu o valor em CEPAC, se por uma razão pessoal ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 121 do Proc.
PAULO SILVA de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
B20	3	morg.	aud. pública	14.3.94		

uma razão de mercado ele quiser se arrepender, quiser mudar de idéia, ele poderá fazê-lo em qualquer tempo, Quer dizer, isto dá mais flexibilidade para inclusive pode encorajar os desapropriados a receber o valor em CEPAC, porque ele tem a garantia de em qualquer tempo poder reverter o processo. Esta é uma recomendação.

Uma segunda, que os proprietários, cujos imóveis representam a totalidade de uma quadra, não inclusos em área a ser desapropriada, que promovam a transferência do domínio de seus imóveis para a área pública de uso coletivo, seja pago em CEPACs, quatro vezes o valor do imóvel. Esta recomendação significa o seguinte, apenas e exclusivamente se todos os proprietários de um quarteirão concordarem, eles poderão realizar esta operação recebendo o valor em quatro vezes o valor em CEPACs. Uma terceira recomendação do CADIS, se refere a que seja criada uma bonificação em caráter especial e específico, por meio de CEPACs, aos inquilinos residenciais dos imóveis desapropriados de valor real, devidamente comprovado por documentos fiscais, dos aluguéis pagos ao longo do ano de 1993. Isto significa que pela primeira vez o inquilino passaria a ser considerado, a receber sob a forma de bonificação todo o aluguel pago ao longo de um ano, Isto em CEPAC como uma forma de indenização pelo seu incômodo, pelo seu inconveniente de ter que abandonar um prédio, porque o proprietário recebe a indenização e o inquilino nunca



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
B21	1	morg.	aud.pública	14.3.94	

recebe nada, seria uma inovação, pela primeira vez, o inquilino teria uma bonificação. São recomendações que eu gostaria, em nome do Conselho do Meio Ambiente, o conselho que eu presido, deixar consignados nesta audiência pública.

Algumas considerações sobre as ponderações do Dr. Antonio Pinheiro Pedro. Na medida em que ele se refere, ou alega que o CADIS não teria competência para examinar um projeto que não cabe um estudo de impacto ambiental, em relação ao projeto que está na Câmara. Ora, o instituto do estudo do impacto ambiental é exatamente para empreendimentos em estudos, em projeto, em fase de concepção. Não se faz um EIA-RIMA para um estudo pronto, para um projeto pronto e acabado, porque é preciso a partir do momento em que se caracteriza o empreendimento, o que o empreender, seja público ou privado quer fazer, é preciso neste momento fazer a avaliação de impacto ambiental. E se esta avaliação demonstrar que o empreendimento não deve ser executado, evitou-se até gastos e trabalhos de desenvolvimento de projetos. Portanto, é na concepção do projeto, na idéia básica do projeto que se realizam estudos de impacto ambiental, e isto foi feito, na medida em que houve a concessão da licença ambiental prévia, com exigências, o empreendedor só poderá iniciar as obras depois que apresentar os projetos executivos, agora sim, projetos detalhados incluindo as exigências da licença, só depois ele terá



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
B21	2	morg.,	aud.pública	14.3.94

Folha n.º 123 de Proc.
No 544 de 1994
O Funcionário

a licença de instalação, e, mesmo assim, no final do empreendimento, ainda, além de toda a fiscalização no final do empreendimento, no final ela só terá a licença de operação se tiver cumprido as exigências.

O advogado Pinheiro Pedro, menciona a Lei Complementar 14, que fala em uso do solo metropolitano, transportes, em saneamento, em outras atividades chamadas pela lei complementar 14 e pela lei complementar 94, estadual, de assuntos de interesse metropolitano. Ocorre que essa legislação está virtualmente revogada pela Constituição Federal de 88, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica do Município. Portanto, é uma legislação absolutamente fora de uso e o advogado sabe disso. Sobre a competência do Município de fazer apreciação, avaliação, aprovação e licenciamento ambiental, isto está suficientemente consignado na Constituição, na Lei 6938/81, portanto, há 13 anos que as Prefeituras têm esta competência, porque fazem parte do sistema nacional do meio Ambiente, o SISNAMA, como autoridade local, e isto é reeditado no artigo 23 da Constituição, reforçado pelo artigo 30 da Constituição Federal, e reforçado por diversos dispositivos da Lei Orgânica do Município de São Paulo. Além disso, há inúmeros pareceres de juristas famosos que dão o embasamento a esta decisão.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida em afirmar, contrariando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha no	24	do Proc.
N.º	894	de 1953
O Funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
B21	3	morg.	aud.pública	14.3.94		

o brilhante conselheiro, diga-se de passagem, um atuante e brilhante conselheiro tanto do CONSEMA como do CADIS, Dr. Pinheiro Pedro, mas com todo o seu brilho ouse discordar à luz de argumentos de juristas famosos, e eu não sou jurista, sou engenheiro civil e sanitarista apenas, mas documentos que dão todo embasamento, e a Prefeitura de São Paulo, a Prefeitura da maior Cidade do Brasil ~~de São Paulo, a Prefeitura da maior Cidade do Brasil~~

~~titula de conselheiro, e a Prefeitura de São Paulo, a Prefeitura da maior Cidade do Brasil~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	25	do Proc.
N.º	5111	de 19 99
PRADOR	Inhabido	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
B22	1	ANA	Aud. Pub.	14.3.94	

não iria assumir uma atitude de contestação, que tivesse flagrantes ilegalidades como procurou fazer supor o advogado Pinheiro (ininteligível). Haveria outras questões que poderia argumentar, mas parece-me que devemos dar mais espaço aos moradores que estão aqui legitimamente reivindicando seus direitos. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO — Acho que precisamos aqui fazer um ato de louvor, que a platéia ficou absolutamente ~~XXXXXX~~ silenciosa. E gostaria de realçar que é um secretário do município de São Paulo que fica na discussão até esta hora. Coisa raríssima em matéria de Secretário. Não de convir que o Dr. Zulauf é um homem digno (palmas) porque é um SEcretário do Município que fica aqui discutindo com a população na Casa Legislativa do Município. Gostaria que seu exemplo, Sr. Secretário fosse seguido por outros Secretários. A coisa mais difícil do mundo é a autoridade discutir com o povo. Agora vamos partir para a 2ª fase da noite. Nós vamos ouvir agora por 5 minutos os representantes das entidades. Agora vamos olhar o tempo com muita seriedade. Eu vou chamar então, por parte dos representantes — sempre estou dando primeiro para os contras —, o Dr. Ives de Freitas, que é presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo. Dr. Ives, por favor, cinco minutos.

X O SR. IVES DE FREITAS — Antes de mais nada gostaria de cumprimentar a Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro, que sem dúvida consegue garantir aquilo que é raro, também na Câmara Municipal, que neste horário quinze para onze, a gente possa democraticamente estar debatendo com a população, nunca iniciativa que já houve, mas quero aqui registrar, não com esse nível, com essa possibilidade, com o auditório tomado e com a população presente até agora. Se o Executivo Municipal, se a Administração Paulo Maluf tomas-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha n.º 26 do Proc. 126	ORADOR	CONT. PARTE
B22	2	ANA	Aud. Pub.	14.3.94		O Funcionário	

se iniciativa, abrindo discussões, esse projeto não teria a dimensão que adquiriu pela falta de democracia. E acho que a Câmara Municipal dá um exemplo de trabalho, de seriedade e da própria construção democrática, da solução que venha a ser melhor para a Cidade de São Paulo. A entidade que represento, que tenho a honra de presidir já participou de várias audiências, já convocou a tribuna popular aqui, já convocou audiência pública, mas é fundamental registrar três aspectos. Primeiro, esse malfadado projeto Operação Faria Lima, não é — é importante que se registre isso mais uma vez — uma proposta de melhoria do sistema viário. É uma operação econômica, operação financeira, operação imobiliária, e os seus números são compatíveis com o tamanho da encrência que a gente enfrenta até agora pela entidade ter se pronunciado criticamente com relação a isso. É um investimento de perto de 600 milhões de dólares. Esta estimativa foi admitida até pela Prefeitura, quando fez a anúncio oficial em maio do ano passado. Isso está envolvendo 4 ou 5 milhões de metros quadrados. Isso representa 3 partes do Ibirapuera. Esse projeto dito ~~MADEIRA~~ pelos promotores, envolve 20 anos de implantação. E é fundamental lembrar que esse projeto, na versão final que foi encaminhado e publicado em agosto do ano passado, pelo Diário Oficial é também um projeto que também sete anos tramita pela prefeitura, sem um concurso público feito junto aos profissionais que poderiam estar contribuindo desde aquela época. E só. Do ano passado para cá com sete modificações feitas, registre-se: pela pressão popular. Porque caso contrário, nem assim. De qualquer maneira é importante que a gente saiba diferenciar ^{porque} ~~que~~ o projeto se encontra na Câmara tem duas facetas. É importante que a gente saiba discutir isso com muita precisão, uma é aquilo que se fala que seria o prolongamento da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha 127 do Proc. 127	CONT. APARTE
B22	3	ANA	Aud. Pub.	14.3.94	No 894	De 19.02
					(1) Funcionário	

nida, o que não é tanto o caso, e a outra é a figura da operação urbana. Eu acho fundamental não confundirmos esta operação urbana com qualquer outra que venha a ter interesse social no Município de São Paulo. Sou um dos técnicos que participou da formulação conceitual da figura da operação urbana implementada na administração passada. Mas a que está aí com o nome operação urbana Faria Lima é exatamente o contrário da concepção discutida técnica e politicamente em anos passados. O que não quer dizer que não seja ilegítima. Mas é importante registrar a grande diferença. Porque uma operação urbana deveria, primeiro, estar voltada ao interesse social, esta não está, está voltada ao interesse econômico, imobiliário e financeiro e mais do que isso por uma redistribuição de recursos do Município onde o recurso privado captado pela operação deveria estar financiando obras e setores carentes do município, o que também não é o caso neste projeto. Agora, o fundamental é chamar a atenção. O Advogado representante da OAB já simplificou a exposição que eu faria. Este projeto não toma ~~por~~ por base o que a Lei Orgânica do Município estabelece. Não cumpre o Plano Diretor, não atende a adequação de diretrizes orçamentárias, que é o Art. 124, da Lei Orgânica do Município; não atende ao que seria a representação popular do planejamento municipal, o Art. 8º. E mais do que isso, não define pela própria operação urbana que setores que estariam envolvidos com os tais recursos captados para a habitação popular no município. O projeto que se encontra na Câmara onite, se de maneira proposital ou não onde esses recursos, que ao meu ver se dão por sobre interesse da população de maneira ilegítima, como está sendo proposto, sem dizer que favela, que setores habitacionais do município seriam beneficiados com os recursos captados, por um título chamado Cepac,



Folha n.º	127	do Proc.
N.º	844	de 1993
ORA DO FUNCIONÁRIO	CONT.	PART.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORA DO FUNCIONÁRIO	CONT.	PART.
B22	4	ANA	Aud. Pub.	14.3.94			

que o Município não tem competência para instituir, competência da União e que é dito aqui como algo já implantado e a gente sabe que o jurista renomado da Cidade de São Paulo, diga-se de passagem, professor titular da cadeira, já deixou claro que o Cepac é um instrumento inconstitucional. Mas agora isso, queria concluir dizendo o seguinte: acho que a Câmara Municipal vive um impasse. Isso que queria concluir dizendo aos Vereadores. Acho que a gente está prestes a enfrentar, a admitir ou não um estelionato público em função daquilo que a Prefeitura vem fazendo. E quero deixar isso bem claro pelo seguinte motivo: existe um projeto de operação urbana que está tramitando aqui que é objeto desta audiência pública, porém a Prefeitura vem executando na prática uma lei 68, 25 anos passados e isto não está sendo considerado na argumentação que vem ocorrendo. A pressão que é feita como a Lei 58, enquanto a Prefeitura põe na rua os tratores e o direito de cidadania faz uma demagogia com o projeto que tramita aqui dentro. Este o caráter. Sabendo que esta Câmara Municipal e que os Vereadores são sensíveis pela luta pela cidadania e direitos da população que saibam distinguir a diferença do que tramita aqui e a força que vem sendo imposta de maneira ~~XXXX~~ ilegal por sobre os moradores, o direito de cidadania com a lei de 68, que já tem dois decretos de utilidade pública, a ameaça permanece em cada um dos bairros afetados e isso tem que ser considerado na Câmara Municipal, caso contrário não vai ser um estelionato eleitoral, mas estelionato político contra o direito de todos nós, da Cidade de São Paulo. Muito obrigado, (Palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Ainda bem que o Ives é arquiteto. Imaginem se fosse advogado. Brilhante! Se deixar o homem vai embora. Vamos chamar aqui o Sr. Edgar Alcides Orgiz, é desapropriado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	Folha n.º do Proc.	ORADOR	CONT. DE ARTS
B23	1	ANA	Aud. Pub.	14.3.94	N.º 544/29 de 19 92	O Funcionário	

O SR. EDUAR ALCIDES ORTIZ - Eu quero dizer que não represento nenhuma associação, falo em meu nome próprio apenas, embora seja desapropriado eu sou favorável ao projeto da Faria Lima. Eu sei que muita gente vai me vaiar, tem até este direito, mas vou me permitir explicar por que. Há casos que estão diferenciados. Eu, por exemplo, não tenho a minha residência desapropriada. Eu tenho um imóvel de natureza comercial. Este imóvel, aliás é de meu pai, que já faleceu. Desde o ano de 68 que estamos com uma espada na cabeça porque o imóvel foi declarado de utilidade pública e não se pode fazer absolutamente nada com ele. Não se pode reformar ou vender. E desde 68 que existe o projeto e a avenida não sai. Eu já cansei de ser contra. Agora eu fico a favor porque eu quero uma solução para meu problema. De certa forma isso representa egoísmo de minha parte porque quero resolver meu problema. Eu coloquei isso para ser o mais honesto possível. Agora, a consideração que quero fazer é de caráter geral e engloba interesses de todos. Eu acho que muito se falou contra a avenida. RESpeito muito as posições, também se falou a favor, mas ninguém* pensou no desapropriado em si. Ah, nobres Vereadores, que eu queria pedir a máxima atenção dos senhores porque existe a figura do desapropriado e há uma série de estudos de se pagar o valor justo. E é muito importante que se determina o valor justo porque todo mundo sabe o valor do metro quadrado da nossa região. Falam muito de especulação imobiliária. No momento em que esta avenida saí ou não sair, de qualquer maneira vai haver adensamento dos lotes porque nós todos temos uma porção de prédios vizinhos. Isso foi produto de adensamento de lotes, de casas que foram vendidas, de gente que acabou vendendo porque realmente o valor do metro quadrado é muito alto. Com avenida ou sem, nós vamos ter adensamen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Adm. Q. 130 de 1994
No 544 de 1994
O. F. 1994
ORADOR CONT. A PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
B23	2	ANA	Aud. Pub.	14.3.94		

to, Isso é fatal. Eu more no bairro há 30 anos e tenho acompanhado essa evolução. Tivemos que mudar porque não dava mais para morar das as condições comerciais da região. Por último queria lembrar também uma figura que é muito importante, que é o inquilino, especialmente aquele que tem o fundo de comércio, que ninguém falou aqui. Porque quem tem o fundo de comércio, tem o patrimônio, tem anos de trabalho, tem uma clientela, tem uma freguesia. Então, é importante que se veja, ao apreciar a lei essa figura, que no meu entendimento será a mais prejudicada porque não há, pelo menos no que eu conheço de lei, uma previsão para que o fundo de comércio receba uma cobertura ~~um~~ ideal e adequada. Para finalizar, queria fazer novamente uma denúncia, já fiz em outra ocasião, queria aproveitar a presença do meu colega da Ordem dos Advogados, até porque sou advogado e jornalista, e faço parte da Comissão de Imprensa da OAB-Santo Amaro, para pedir a ele que me ajude nesta denúncia pública de dizer que a gente fala tanto em lei e falamos aqui muito em lei. Aliás, minha vó dizia que o Getúlio costumava dizer: aos amigos tudo, aos inimigos ~~uma~~ a lei. A lei não está sendo cumprida na própria Vila Olímpia. Sabem por quê? Pelo governo do Estado de São Paulo. A rua Arlinda tem sete metros de leito carroçável e quatro metros de calçada, onde metros. E a lei municipal, que vou me permitir ler, a 10.015, de 16 de dezembro de 85, proíbe terminantemente a utilização, o uso de imóveis comerciais, no caso o prédio da própria Secretaria de Planejamento do Estado em ruas que tenham largura inferiores a 12 metros. De modo que o próprio Estado, pasmem os senhores, a Secretaria de Planejamento num prédio recém-instalado, não cumpre a lei. Será que vale a pena a gente discutir tanto? Se a competência é do Estado ou é do Município. As leis existem, é preciso que se cumpra. Mul-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 131	de Proc.
No 544	de 1994
ORADOR	CONT. APARTE
Funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B23	3	ANA	Aud. Pub.	14.3.94		

to. obrigado.

A SRA. ZULATÊ COBRA RIBEIRO - Vou chamar agora Dr. Sérgio
Spilama, da Associação Nacional do Solo Urbano.

O SR. SERGIO SUMAMA - Exma. Sra. Presidenta da Comissão de
Política Urbana, Exmo. Srs. Vereadores, Sr. Secretário,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B24	1	Norma	Aud. Pública	14.03.94		

PL 543/93

Sras. e Srs. presentes: A Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR, uma organização não governamental que já há dez anos vem lutando na perspectiva da democratização das cidades e da reforma urbana comparece a esta audiência pública em que se discute o projeto de lei Operação Urbana Faria Lima, na perspectiva de contribuir para o debate de tão relevante matéria. Esta não é nossa primeira intervenção no projeto; desde a sua divulgação temos acompanhado cotidianamente os acontecimentos e a pedido da Associação Vila Olímpia Viva e do Movimento Pinheiros Vivo elaboramos um parecer jurídico sobre o projeto, defendido nesta Câmara em outubro do ano passado.

No documento, que não foi contestado pela Prefeitura nós argüimos, em síntese, a inconstitucionalidade e ilegalidade do projeto Faria Lima, pela falta de Plano Diretor da Cidade. A nossa intervenção comada ao parecer contrário do Professor José Afonso da Silva, professor da Universidade de São Paulo, e de inúmeras manifestações da população e de entidades representativas da sociedade civil, conduziram o projeto de lei ao ostracismo nesta Câmara.

Inconformado com o fracasso e preocupado com o insucesso de sua administração em um ano eleitoral, o Prefeito Paulo Maluf iniciou 1994 resolvido a aprovar o projeto a qualquer custo e a iniciar as obras. Para tanto, vale não respeitar um compromisso ético firmado aqui nesta Câmara, vale se utilizar de uma lei de 68, aprovada por decurso de prazo para iniciar as desapropriações, vale aprovar um estudo de impacto ambiental que não cumpre os requisitos mínimos exigidos pela legislação, enfim, Sra. Presidenta e Srs., vale tudo.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B24	2	Norma	Aud. Pública	14.03.94		

Felizmente o Prefeito Paulo Maluf não governa mais no período militar e diferentemente do que repetiu significativamente o representante da EMURB aqui presente ele não pode mais realizar obras independentemente da vontade dos moradores pois a vontade da lei e a vontade da população devem ser respeitadas.

Eu me permitiria aprofundar alguns pontos que anotei aqui: o estudo do relatório de impacto ambiental...- (incompreensível)-... que deveria acompanhar o projeto só foi divulgado em janeiro, ou seja, seis meses após a apresentação, como o próprio Secretário admite, e não pode sequer ser chamado de ...-(incompreensível)-... por não conter os requisitos mínimos exigidos pela legislação ambiental.

Aqui, senhores, cabe uma observação: o projeto Faria Lima, ao contrário do que é divulgado pela Prefeitura, não constitui simplesmente, como o colega ME Yves ~~XXXX~~ falou, não constitui simplesmente uma obra viária de extensão da Avenida, ele se constitui, sim, num rentável empreendimento imobiliário, de 4.5 milhões de metros quadrados, o equivalente a três parques como o Ibirapuera.

Prevê o projeto, para essa área, o acréscimo do adensamento em até quatro vezes a metragem do terreno. É incrível, Sra. Presidente e Srs. presentes, mas o que representa dois milhões e meio de metros quadrados construídos a mais na região, em termos de impacto, à rede de água e esgoto, à circulação de automóvel, ao sistema de telefonia, à poluição do ar e da Represa Billings, e que deveria obviamente ser objeto de uma análise pelo estudo de impacto ambiental pra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha N.º	34	do Proc.
N.º	511	de 19 93
ORADOR	CONTAPARTES	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTES
B24	3	Norma	Aud. Pública	14.03.94		

ticamente foi omitido no documento apresentado pela Prefeitura.

A segunda estratégia do Prefeito Maluf é a de legitimar (?), de modo falso, social e legalmente, o projeto. Para tanto ele ten tou instaurar um falso confronto entre os conselhos municipal e estadual do meio ambiente, avocando para o primeiro a competência exclusiva para apreciar o EIA/RIMA(?) da Faria Lima. A posição não se sustenta. A proteção do meio ambiente é constitucionalmente competência comum da União, Estados e ~~municípios~~ municípios, cabendo evidentemente ao Estado de São Paulo, quer dizer, o Estado de São Paulo não pode, evidentemente, deixar de apreciar o projeto sobretudo porque atinge o seu patrimônio cultural e histórico e, mais grave ainda, atinge, pela forma de adensamento brutal, a Represa Billings, fonte de abastecimento de água da Grande São Paulo.

Acrescente-se, ainda, que o CADES - Conselho Municipal do Meio Ambiente, é uma antiga reivindicação do movimento ambientalista, só que pela maneira pela qual foi instalado tem sido usado como massa de manobra do Prefeito pois apesar de paritário não tem poder deliberativo, ao contrário dos conselhos estadual e nacional de meio ambiente.

Aqui cabe acrescentar que pela falta de legitimidade, por entender a falta de legitimidade desse conselho, e pela falta de representatividade das entidades ambientalistas presentes no CADES, metade, três dos seis conselheiros de entidades ambientalistas apresentaram, na sexta-feira, carta-renúncia ao Secretário, renunciando ao cargo de Conselheiro do CADES.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	de Proc.	CONT. APARTE
B24	4	Norma	Aud.Pública	14.03.94	Nº 544	de 1952

Finalmente, Sra. Presidenta, Srs. Vereadores e Sras. e Srs. presentes, uma última consideração, fundamental para a apreciação do projeto por esta egrégia Comissão de Política Urbana: além dos estudos de impacto ambiental e de vizinhança, a prioridade de obras e serviços na Cidade deve ser decidida democraticamente por toda a população, por ocasião da elaboração do Plano Diretor. Aqui isso é consenso entre constitucionalistas e urbanistas, não há política urbana válida sem esse instrumento fundamental que é o Plano Diretor, que está previsto na Constituição do Estado e na Lei Orgânica do Município.

Ao contrário do que os representantes favoráveis ao projeto querem fazer crer aqui para nós, esse não é, o problema não se trata ~~simplesmente~~ simplesmente dos desapropriados, não é só uma questão de quem é desapropriado e quem não é, e se pode ser ou não, a questão é de toda a Cidade, e é por isso que a gente está aqui, por isso que várias entidades da sociedade civil estão aqui, e é por isso que a população de São Paulo inteira é contrária ao projeto, não se trata de um problema local, do bairro, trata-se de um problema da Cidade ~~inteira~~ inteira, qual seja, o problema de discutir, democraticamente, sem ~~imposição~~ imposição do Poder Executivo, as prioridades para a Cidade.

Aqui eu me permitira ler a Lei Orgânica, no seu artigo 5º, das Disposições Transitórias, que diz o seguinte: "O Executivo ^{submeter} ~~disporá~~ disporá de um prazo máximo de dez meses para ~~submeter~~ ao Legislativo um novo Plano Diretor do Município.". Dez meses; essa lei foi promulgada em 1990; essa lei, que é fundamental para o Município,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B25	1	Norma	Aud. Pública	14.03.94	Folha no 106 do Proc. No 544 de 19 93 O Funcionário	

e que o Prefeito Paulo Maluf jurou respeitar e cumprir; e não está cumprindo porque retirou o projeto que foi apresentado em 1992, retirou em 1993 e até hoje, até 14 de março de 94, portanto treze meses após ter retirado, quase quatro anos após a promulgação dessa lei, não apresentou um projeto de Plano Diretor. Isso representa uma violação da lei e cabe à sociedade civil se utilizar, as entidades da sociedade civil e a população, se utilizarem dos meios jurídicos necessários para fazer cumprir essa norma da Lei Orgânica.

Eu gostaria de concluir falando o seguinte: eu acho, eu acredito, nós acreditamos que a gente vive hoje um momento muito grave na Cidade, um momento de arbítrio, de desrespeito às leis, às instituições democráticas como o Conselho Estadual ~~do Meio Ambiente~~ do Meio Ambiente e um desrespeito à vontade soberana da população, por outro lado, eu acho que uma esperança está aí, é que nós vivemos também um momento de participação da sociedade civil na discussão dos problemas da Cidade, do País, um amplo movimento pela ética e pela cidadania. Prova disso é a presença da população aqui, nesta audiência pública. Estamos certos de que os membros da Comissão de Política Urbana saberão apreciar conscientemente a ~~flagrante~~ flagrante ~~illegalidade~~ ilegalidade e impropriedade do projeto imobiliário Operação Urbana Faria Lima, fazendo prevalecer a vontade da população de São Paulo. Muito obrigado. -
(palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	FORABARRA 127 CONT. PARTE
B25	2	Norma	Aud. Pública	14.03.94	Nº 544 de 1957 O Funcionário

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vou chamar agora o Dr. Horácio Galvanes, do Movimento Pinheiros Vivo, Arquiteto.

O SR. HORÁVIO GALVANESI - Em que pese toda a argumentação apresentada pelo Leopoldo em sua primeira intervenção nesta audiência pública, não posso me furtar de citar um artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", ontem, assinado pelo Engenheiro José Carlos de Figueiredo Ferraz, ex-Prefeito, como bem lembra o Sr. Victor, e diz ele o seguinte: "Toda a sociedade arca com os custos da via pública usufruída ~~majoritariamente~~ majoritariamente pelos proprietários de carros. O carro, como meio de transporte de massa, é, pois, uma aberração. Além do grande espaço requerido, ele é um agente poluidor, com ele surge o congestionamento e com ele aumenta, em muito, o tempo de percurso. Quantificados que sejam esses efeitos diretos e colaterais, o carro se apresenta como uma solução de enorme custo social.". Acho que desnecessário se torna dizer algo mais sobre isso, porém eu, nas leituras do cotidiano, acabamos por achar documentos interessantes; vou ler um deles e depois tecer alguns comentários; diz o seguinte: "Objetiva o presente projeto a aprovação do plano de melhoramentos nos bairros de Pinheiros, Jardim América, Jardim Paulista e Ibirapuera. A ligação na Praça Roquette Pinto e todas as zonas intermediárias como Brooklin é obtida pela Avenida Marginal do Pinheiros, situada a 600 metros da avenida prevista. A complementação da avenida marginal e execução ou melhoramentos em todas as ligações da zona intermediária entre a Praça Roquette Pinto e o Brooklin, como se verifica, se tornaria muito mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Folha nº 37 do Proc. ORADOR No 544 de 19 57 O Funcionário
B25	3	Norma	Aut. Pública	14.03.94	

útil e muito menos onerosa que o projeto do que o projeto proposto. Acresce que a Avenida Marginal tem muito menos cruzamentos, menos ~~inter~~ interrupções por paradas, comércio, etc, pelo que seria consideravelmente mais eficiente em termos de rendimento de tráfego. A tudo isso há que argumentar, em contrário à medida proposta, o fator desapropriação de número elevadíssimo de residências e prédios para uma cidade que apresenta tremendo deficit de moradias. Tudo considerado, podemos colocar como insofismável a menor prioridade do projeto proposto ante problemas muito mais graves com os quais se depara São Paulo, entre os quais ressaltamos o de águas pluviais e o de canalização de córregos. Opinamos, assim, contrariamente ao projeto proposto."

Para quem tem acompanhado ~~o~~ a leitura dos jornais das últimas semanas, pode imaginar, pensar que isso daqui se refere às enchentes da zona leste, ou talvez até ao próprio Córrego do Sapateiro que provocou aquele enorme buraco na Avenida Juscelino Kubitschek, ou ainda pode estar pensando nos 15 milhões de deficit de habitações como deficit para todo o País, porém não é nada disso. Esse ~~o~~ documento é um parecer conjunto das Comissões de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos e de Finanças e Orçamento sobre o ~~o~~ projeto de lei nº 137/67. Esse projeto de lei nº 137/67 transformou-se, posteriormente, na Lei 7.104, de 68.

O que eu estou levantando é o seguinte: há um parecer - esse que eu li - que desde 1968 coloca a Avenida Faria Lima, o prolongamento da Av. Faria Lima, inclusive, como algo não prioritário para a Cidade, como desnecessário, e o que a gente vê - e eu gostaria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B25	4	Norma	Aud. Pública	14.03.94	Folha n.º 39 No 544 O Funcionário	do Proc. de 1997

de retomar as palavras do Yves - é o estelionato político, é uma lei que foi aprovada por decurso de prazo, com parecer contrário das Comissões, como eu pude ler aqui, e que agora, 25 anos depois, com todas as mudanças que a Cidade por si só implementou, é usada para desapropriar imóveis, rasgar bairros.

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Forma RGR	CONT. PARTE
B26	1	valéria	aud.públ.	14.3.94	No 544	de 19 57
					O Funcionário	

é usada para desapropriar imóveis, rasgar bairros. O Estelionato - e aí é grave -* está no seguinte: o Prefeito se comprometeu a fazer uma obra e apresentou projeto dd operação urbana como tal a custo zero. E nós, democraticamente, estamos discutindo aqui. Aliás, vale uma ressalva, parabenizar o Presidente por estar possibilitando essa discussão - certamente haverá outras - e lamentar a ausência do relator, particularmente, e de outros membros da Comissão. Mas, de qualquer forma, o que está colocado é o seguinte: há um projeto de operação urbana em discussão na Câmara. Estamos aqui para discuti-lo e temos certeza que nós vamos conseguir rejeitá-lo, por toda a argumentação pesada que a gente tem e pela falta de argumentação, entendendo assim, do ponto de vista urbano, dos favoráveis ao projeto. Há sim interesse especulativo no projeto. Agora, enquanto se discute democraticamente o projeto aqui, o Prefeito usa de seu autoritarismo, de sua truculência, talvez substituindo o instituto de decurso de prazo por um que ele tem o hábito de utilizar que é o do rolo compressor. E enquanto está discutindo aqui ele está desapropriando nossas casas lá e isso nós não vamos admitir. (palmas).

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO = DR. Sérgio Caneiro, vice-presidente da Vila Olímpia Viva. NÃO quero cortar ninguém. O tempo é de 5 minutos. Mas ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ já estão falando 12, 10. Tudo bem, não há problema, vamos ficando. Mas se puderem condensar, melhor para todos.

O SR. SERGIO CARNEIRO - O tempo vai passando e a gente vai ficando cada vez mais indignado, cansado e com a expectativa de que vai se alongando, se alongando diante de um projeto que é problemático.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
B26	2	valéria	aud.públ.	14.3.94	N.º 144 O Funcionário	to 19 52

Isso aqui não é um projeto, é um conjunto de problemas que não consegue revelar uma alternativa viável para a Cidade. É um projeto que simplesmente atropela, não apenas no sentido literal da avenida que pretende construir, mas no sentido ético e moral, toda uma população que tem as suas pequenas propriedades, suas residências, e agora, diante de um estelionato, é pressionada a sair para ser substituída por aqueles que têm capital para fazer edificações em áreas de no mínimo mil metros quadrados. Isso é uma pouca vergonha, isso não cai no Legislativo com a dignidade dos Vereadores que estão aqui presentes e que é capaz de nos reunirmos aqui num plenário democrático, não é possível que uma Câmara Municipal com essa presença, com essa legitimidade permita que uma sacanagem como essa seja aprovada a bem de interesses econômicos em prejuízo daqueles que há muitos e muitos anos estão construindo o progresso daquele bairro. Agora isso, esse projeto tem problemas técnicos de várias naturezas que vou tentar abordar rapidamente. Não vou ler isso, um documento que preparamos em nome da Associação Vila Olímpia Viva e do Movimento Pinheiros Vivo, Vamos encaminhar à mesa solicitando informações porque ao longo desses períodos em que estivemos discutindo, discutimos muitos entre nós, e a Prefeitura, Emurb, Secretaria do Meio Ambiente e vários organismos que estão aqui presentes, em nenhum momento apresentaram formalmente esse projeto. Então, temos problemas que gostaríamos que a direção dos trabalhos, que vimos aqui muito democraticamente se conduzindo, encaminhasse à Prefeitura e solicitasse para que os Srs. Vereadores também possam ter essas informações para decidirem sobre o que isso representa. Esse projeto vai provocar impactos na infraestrutura e equipamentos que são em boa parte do Estado, como abastecimento de água, energia elétrica, telefonia, gás.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Proc. n.º	142	do Proc.
N.º	844	de 1957
O Funcionário		
ORADOR	CONT. ABASTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
B26	3	valéria	aud.públ.	14.3.94		

Porque vai adensar uma região e vai torná-la com uma demanda muito maior do que a que tem hoje. E quem é que vai pagar isso? Já se disse aqui, outro defensor do projeto, que passouna sequência de indignados e oportunistas, passou um aqui dizendo que o dânhairo é do povo mas quem aplica é a Prefeitura ou o Estado. Nesse caso a Prefeitura está fazendo um projeto dito de custo zero porque vai lotear nosso espaço, como disse o Pinheiro Pedro, o advogado, mas vai angariar recursos de um ~~mpe~~ sepac(?) que vai custear obras da Municipalidade mas não vai pagar o abastecimento de serviços que são do Estado. Como fica isso? A Prefeitura, a Emurbax que está aqui presente tem os números e gostaria de ouvi-los, ouvir a estimativa em relação ao que isso vai representar em termos de adensamento, em termos de demanda e quais são as medidas ou iniciativas que estão tomando para resolver. Outro problema que é muito grave e não está tendo a atenção, é o problema viário. Se falou até aqui de uma forma que se não fosse trágico, seria cômico, que essa avenida vai estar fazendo uma ligação nacional, ~~vai estar ligando o Faria~~

~~prima, o meu bairro, vai estar ligando o Faria~~
~~de um lado do rio para o outro, ligando o Faria~~
~~com São Paulo~~
~~que é o rio que vai ser provido por uma grande ligação, e uma outra~~
~~ligação que vai fazer um~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 143 do Proc.
N.º 0544 de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B27	1	regina	14.3.94	PL 543/94		

está ligando a Faria Lima, o meu bairro, Vila Olímpia, com o mundo. Claro que é exagero de minha parte, mas vai ligar com Guarujá, vai ligar com Sorocaba, vai ligar com o sul do País. Então como é que se vai resolver, nesta grande ligação, o fluxo que vai ser provocado por essa grande ligação? Afora esta ligação, que vai trazer um tráfego, que a marginal, segundo a expressão, não comporta, vai trazer para a Faria Lima, e obviamente vai criar mais congestionamentos. Vai estar criando, através dos artifícios do Cepacs, adensamento muito superior do que o que já existe, gerando polo de tráfego para o qual perguntamos: qual a expectativa, a estimativa em números, em cifras, para este congestionamento fantástico que está se prevendo? Como que os órgãos públicos estão prevendo a circulação e como pretendem resolver. Afora isso, vamos ter vários cruzamentos, por que além da Avenida Faria Lima, Avenida Funchal, da avenida que ainda não tem nome, mas aquela que curiosamente passa por cima de lideranças do nosso movimento. É uma avenida que faz cotovelo de 90º, passando por cima de vários líderes do nosso movimento que, publicamente, tem se despojado numa luta contra esse projeto. Então são várias avenidas para facilitar fluxo de tráfego, que vai fazer essa ligação fantástica, e vai cruzar com outras avenidas. E como é que vai se resolver isso? Vai se fazer mais obras de arte? Viadutos? Mais túneis? Quer dizer, vai se gerar mais obras? Essa é uma avenida que pode ser muito tentável aos empreendedores que cuidam desses assuntos. Outra questão que é importante, e que não se fala e não se discute, e temos de aproveitar a oportunidade da Câmara, é questão da bacia hidrográfica. Temos aqui uma bacia hidrográfica particularmente, uma sub-bacia do Pinheiros, e o sistema Eletropaulo, que faz a reversão para manutenção da Represa Light, da geração de energia na Billings, na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 144 do Proc. N.º 544 de 1993
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
B27	2	regina	PL 543/94	14.3.94		

Henry Borden(?), onde temos toda uma situação de fragilidade desse solo, e uma necessidade de conhecermos profundamente a bacia. O projeto também, como as questões anteriores que levantei, não faz menção. Como não faz também o EIA-Rima, apresentado por esse projeto. Então são questões que a gente gostaria de saber como estão sendo tratadas, como pensa a Prefeitura a cerca do que está sendo colocado aqui. Outra questão que curiosamente o projeto não trata, é sobre o aeroporto. Temos aqui na área de influência desse projeto, o Aeroporto de Congonhas, que é e além de estar situado na área de influência, faz com que a rota dos aviões passe exatamente em cima das nossas casas, em cima desse projeto viário fantástico, que vai ligar várias partes do País com Pinheiros e Vila Olímpia. E não se faz nenhuma referência, nem em termos de estudo de ruídos e, muito menos, sobre o impacto provocado pelas edificações, que certamente não serão baixinhas, como é o nosso padrão horizontal de hoje. Deve ser daquelas bem altas, compridas, como pretende o Cepac. E não há nenhum estudo. Existem várias outras questões, eu não vou ficar alongando. Acho que seria interessante aqui que a direção dos trabalhos, e eu vou encaminhar, incluísse também apenas mais três, que nós gostaríamos de saber. Como é que foram feitas as concorrências públicas? Como é que foi feito todo processo licitatório para escolha do escritório que fez o projeto? Nós não estamos duvidando da lisura dos procedimentos, mas gostaríamos de conhecer. Como gostaríamos de conhecer como é que foi escolhido, ... (Palmas prolongadas). Gostaríamos de saber como é que foi escolhida a empresa construtora que fez o EIA-Rima. Qual foi o processo de concorrência, gostaríamos que nos informassem. Aliás já foi pedido na outra audiência pública, ao Secretário Werner Zulauf, e nós estamos aguardando até hoje essas informações. Não que nós estejamos duvidando,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 145 do Proc.º
MO 544 de 1994
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B27	3	regina	PL 543/94	16.3.94		

mas como são concorrências públicas, nós temos o direito de conhecê-las. Gostaríamos de saber, também, como é que foram contratadas as empresas, as instituições, que fizeram análise do EIA-Rima. Gostaríamos até, inclusive, de conhecermos as conclusões a que chegaram. Eu vou encerrar entregando, à Mesa dos trabalhos, documento que foi elaborado por oito entidades, mostrando as insuficiências de informação, as fragilidades e as omissões do estudo de impacto ambiental. Que no nosso entender, e no entender do Conselho Estadual do Meio Ambiente, não dão conta das necessidades de informação, de explicação para que esse projeto com esse EIA-Rima possa ser ~~aprovado~~ aprovado naquilo que o seu impacto ambiental possa representar. Nós consideramos, e isso está escrito em documento preliminar (nós estamos preparando outros), em 17 páginas, estamos dizendo que esse ... (ininteligível), é insuficiente. Encaminhamos ao Cades, a todos os conselheiros do Cades, que certamente devem ter lido, mas na sua apreciação pelo menos a maioria não levou em mínima consideração a opinião da comunidade. Como de sobra, também, não levaram em consideração a própria verdade, porque recentemente publicaram anúncios nos jornais dizendo que houve audiências públicas, no plural. Quando, na realidade, houve uma farsa, apenas uma, entendida e apresentada como audiência pública, em cumprimento da legislação, e nos alijando. Nós, os moradores, os envolvidos, os interessados no processo. Então vou encaminhar esse documento e pedir aos representantes da municipalidade para que perguntem ao Sr. Prefeito, ou perguntem aos dirigentes municipais, o por que do desespero e por que o medo tão terrível de nós? Por que a Prefeitura não encaminha de uma forma mais de acordo com a capacidade de discutir e encaminhar democraticamente o processo, sem nos atropelar com mentiras, com conversas fiadas e sem considerar as necessidades efetivas da Cida



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 544/46 do Proc. 1993
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B27	4	regina	PL543/94	14.3.94		

de, fazendo um projeto sério e um EIA-Rima sério. Afinal de contas o dinheiro que estão gastando é público, não é particular.(Palmas prolongadas).

~~Assinatura do Sr. Regina~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 47 do Proc.
N.º 544 de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B28	1	Marcelo	Com. Pol. Urb.	14.03.94		

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Eu vou chamar ~~auxgo~~
agora o Sr. Pedro Camponês Santos, que é do Grêmio da Faculdade de Ar-
quitetura da USP.

O SR. PEDRO CAMPONÊS SANTOS - Eu gostaria de mani-
festar mais uma vez nosso apoio, dos companheiros da Faculdade de Arqui-
tectura e Urbanismo da USP e dos estudantes, acho que não comparecem
aqui, mas a UNE está com a gente, ~~par~~ e parabenizar por todos os argu-
mentos brilhantes contra esse projeto absurdo.

Eu não vou me deter, preparei um discurso, mas gos-
taria de falar ~~ã~~ sobre o que foi dito como utopia universitária. ~~X~~ Pre-
tende fazer uma breve defesa.

Acontece que o urbanismo que a gente aprende na uni-
versidade passa por planejamento urbano. Isso ocorre da seguinte forma:
os problemas da cidade são eleitos e as soluções para resolvê-los são
também eleitos de uma forma democrática. Isso, pelo que estou vendo aqui,
representa democracia e eu não estou vendo aquelas 30 mil assinaturas
a favor do projeto, não estou vendo nenhuma ~~ã~~ pessoa defender o seu au-
tomóvel, o trânsito, porque para mim isso é defender o seu ~~prp~~ próprio
umbigo. Essas pessoas não entendem o que é uma coisa chamada cidadania.

Continuando a questão do urbanismo, nesse processo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

AF 11019/48 do Proc.
N.º 544 de 1992
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B28	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	14.03.94		

democrático os recursos são captados, concentrados e aplicados numa forma racional e mais eficiente no sentido de resolver um determinado problema ou conjunto de problemas urbanos. Isso de maneira que os interesses da coletividade sejam mantido e não do capital especulativo, capital imobiliário, que é o que está ocorrendo na cidade. Basta ver que a gente não tem nenhum plano diretor para a ~~Síndese~~ Cidade de São Paulo, por isso esse projeto se coloca de uma maneira absurda.

Justamente uma proposta racional e ~~eficaz~~ eficiente, eficiente porque democratiza as questões da cidade, porque levanta o papel da cidadania, porque exclui os corruptos e aqueles que estão se aproveitando do Estado, das nossas cidades, dos nossos recursos. Acreditar que uma proposta deste é uma utopia é a mesma coisa que continuar vivendo num AI-5 mais sofisticado e expandido na sociedade, porque acredito que a desapropriação vai além das casas, atinge também a cidadania.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vou chamara agora a Sr. ~~Sara~~ Sara, que é representante das mulheres dos dois movimentos, porque até agora nenhuma mulher falou.

A SRA. SARA REALTE - Temos que agradecer as Vereadoras, os Vereadores, o Secretário que esteve até aqui, agradecer esse jovem que acabou de nos defender, porque a juventude é o futuro nosso, en-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 149 do Proc.
Nº 511 de 1987
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADER	CONT. APARTE
B28	3	Marcelo	Com.Pol.Urb.	14.03.94		

tão, nós, os mais velhos, temos que passar para esses jovens, mostrar a eles o direito da cidadania. Esta camiseta representa a ~~esta~~ cidadania representa a cidadania brasileira e democrática. É uma luta que está se estendendo por todo o país. Tanto no norte já tivemos notícia de nosso movimento, como sul, que estive no Paraná há pouco tempo e lá já se comentava o nosso movimento. Isso é importante para o nosso país, isso é importante para o nosso povo, porque estamos lutando por um direito, estamos lutando por leis que devem ser naturalmente exigidas ^{por} ~~de~~ nós para com os governantes. As leis não são feitas para estarem nos livros, leis são feitas para serem executadas, leis são feitas para serem respeitadas. Nós estamos no país democrático, não ~~monocórdica~~ numa ditadura. Portanto, ~~seus~~ senhores e senhoras, eu, sinceramente, não conhecia a Câmara Municipal, passei a conhecê-la de um ano e dois meses para cá. Hoje eu respeito com muita dignidade este Parlamento, respeito estes Vereadores que lutam pelo povo, respeito estas Vereadoras que lutam pela cidadania brasileira. Portanto, o nosso Prefeito não pode passar por cima da Câmara, como se isto aqui não existisse, passar por cima da Secretaria do Meio-Ambiente Estadual, como se também não existisse. Ele tem que respeitar porque está num país democrático, ele não está mais na ditadura, ele tem que respeitar a nossa cidadania, os legisladores, ~~porque~~ porque, caso contrário, não sei o que será do futuro político desse se-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 150 do Proc.
L.º 844 de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B28	4	Marcelo	Com. Pol. Urb.	14.03.94		

nhor. (Palmas).

Senhoras Vereadoras, defendendo as mulheres, nós so-
mos donas-de-casa, lutamos junto com nossos maridos para construir aque-
le nosso aconchego, aquele nosso ninho, é nossa concha. Não é que não
queiramos
~~queiramos~~ ~~que~~ o progresso da cidade porque nós lutamos, estou com 64 anos
e lutei desde menina para que minha ~~cidade~~ cidade progredisse, não é
queiramos barrar o progresso, é que nós estamos vendo que esta avenida,
mais dois quilômetros, não vai resolver o problema de trânsito de São
Paulo, essa avenida é um engodo, essa avenida tem atrás interesses imo-
biliários, essa avenida não vai beneficiar em nada São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 151 do Proc.
N.º 5111 de 1992
O Função do

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B29	1	Angela	Aud.Públ.	14.03.94		

o que nós precisamos é de transporte coletivo, de metrô, de ferrovias. Não vamos ficar jogando dinheiro aqui e ali, porque alguém achou que tem o direito de mandar e desmandar na Cidade, porque foi eleito por uma minoria. Ele não foi eleito pela maioria, não, foi eleito por uma minoria enganada por ele. Nos palanques ele dizia que ia ficar até o fim da gestão, que ele não tinha interesse na Presidência. Na verdade, ele sempre esteve de olho na Presidência.

Não estou aqui representando partido algum, estou aqui como brasileira, como paulista, como defensora das leis do meu Brasil, do meu Estado e do meu Município, que têm de ser respeitadas pelos nossos Vereadores. Eles estão aqui para decidir a sorte da Cidade. Para isso votamos neles e para isso confiamos neles. Ninguém tem o direito de passar por cima deste prédio, desta Câmara. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro) - Vou dar a palavra, agora, à Sandra Regina Santo Ambrósio. Agora só fala mulher. Os homens que me desculpem, mas agora vai falar só mulher.

A SRA. SANDRA REGINA SANTO AMBRÓSIO - Eu não vou falar mais "boa noite" porque vai parecer até uma ironia. Daqui a pouco eu já vou poder falar "boa madrugada".

Em primeiro lugar, queria expressar a minha profunda indignação. É uma pena que ele não esteja mais aqui. Tivemos de ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Vol. nº 152 do Proc.

Nº 841 de 1997

Funcionário

CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B29	2	Angela	Aud.Públ.	14.03.94		

vir, do Presidente do Movimento Zona Sul, a invocação do seu passado democrático. Que passado democrático é esse de alguém que preparou uma farsa no dia 26 de janeiro, naquele triste dia, à frente do microfone, na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, assumiu que lotou o ônibus com miseráveis para ir lá nos vaiar. Essa mesma pessoa, no entanto, vem aqui para evocar um passado democrático.

Com que moral ele vem falar isso aqui? Acho que isso indignou a todos nós e eu estou expressando o que todos nós tínhamos entalado, desde a fala dele. (Palmas.) É um absurdo, é uma vergonha! (Palmas.)

Em segundo lugar, eu queria também rebater o argumento falso, surrado e ridículo, mas que faz a cabeça das pessoas, que foi usado por esse "infeliz" desapropriado que veio aqui dar o seu depoimento. Ele veio e disse, para justificar a avenida, assim como o Maluf, que temos, de uma vez por todas, acabar com essa lenga-lenga que vem desde 1968, que não dá mais para aguentar uma espada em cima da cabeça.

Então, eu digo: "Tira a espada. Não enfia ela. Acaba com a lei de 1968. Revoga a lei de 1968." (Palmas calorosas.)

Em terceiro lugar, agora um pouco menos inflamada, ~~mas~~ infelizmente as pessoas que usaram esses argumentos estúpidos não estão mais aqui, eu queria lembrar, como tive oportunidade de participar da reunião do CONSEMA, não na sua totalidade, mas a tempo de ouvir brilhantes ~~exposições~~ exposições de Conselheiros que es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Flho no 153 do Proc.
N.º 844 de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B29	3	Angela	Aud.Públ.	14.03.94		

tiveram lá debatendo a questão urbanística de uma forma bastante elevada, e um professor lá presente, o Prof. Engrácia, citou um fato que acho muito importante deixar registrado aqui.

O Prof. Engrácia participou de um estudo financiado ~~por~~ pela Volvo Internacional, uma indústria fabricante de carros das mais famosas do mundo, empresa preocupada com o futuro do automóvel. O que é o futuro da metrópole? O carro está deixando de ser um símbolo de status porque está se tornando, de repente, um estorvo na vida das pessoas.

A Volvo, ~~uma~~ produtora de carros, está tendo essa visão de longo prazo ~~existente~~ e encomendou estudos a respeito. Esse Prof. Engrácia participou deles e estava dando um depoimento, depoimento esse muito importante para nós, que é o de deixar de ver a cidade, de ver o poder público a serviço da indústria automobilística.

A gente precisa de carro, sim, mas a gente precisa porque não temos transporte público. Muita gente usa o carro mesmo tendo de tirar da boca, da vestimenta. Vemos tanta gente andando com Monza, gente que não tem estrutura pessoal para ter um carro desse porte.

Além do que, a indústria automobilística nacional também tem privilegiado os modelos mais sofisticados, que também não são a realidade do País. A gente ridiculariza muito o Itamar pelo fusquinha, mas a maior parte dos brasileiros deveria ter fusquinha e olha lá.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 154 do Proc.
N.º 544 de 1992
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B29	4	Angela	Aud.Públ.	14.03.94		

Então, acho que isso daí é uma questão importante. Não é porque a gente tem carro, o que é um fato, mas precisamos olhar as causas que geraram esse fato e não usar o fato para que o poder público atue em cima da empresa automobilística a favorecendo.

Era só isso. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaiê Cobra Ribeiro) - Agora, vou dar a palavra à mulher que mais me criou problemas aqui hoje. (Risos.) Com muita honra. No microfone.

A SRA. - Boa noite, Sras. Vereadoras.

Eu só queria dizer uma coisa. Depois de ouvir toda essa polêmica aqui, todo mundo falou, alguns contra e outros a favor, cheguei à minha conclusão neste minuto. Se esse projeto fosse realmente importante para esta Cidade, ele não seria tão polêmico.

Vejam bem que há um ano e pouco que estamos batalhando e até agora não conseguimos nada. É sinal de que ele não é tão importante assim. Mas ~~isso~~ o povo da Vila Olímpia, por isso, vai dar uma lição para o resto do Brasil, pois esse povo unido pode derrubar até governo. O povo precisa se unir,

Precisamos sair às ruas, defender os pobres que estão sem hospitais, gente que está passando fome, gente que não tem remédio nem para se manter no dia-a-dia.

~~... e isso é uma realidade que não pode ser ignorada...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 155 do Proc.
n.º 544 de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
30B	1	Paula	Com.Pol.Urbm.	14.03.94	XXXXXXXXXX Shirley	

... está na hora de nós, depois que ganharmos essa causa, arregaçarmos as mangas e ir à luta por aqueles que não têm teto.

Repito, se esse projeto fosse tão importante ! não seria tão polêmico. Uma piadinha para desanuviar este ambiente tão carregado: " Vocês já imaginaram se toda a Vila Olimpia for desapropriada? Vamos todos acampar nos jardins da casa do Sr. Prefeito, do Sr. Neves. O que vocês acham? Vamos levantar um acampamento? (Palmas)

Outra coisa, eles que não esperem que vamos pagar aluguel a eles. Quando sairmos disso estaremos tão duros, tão desgastados, muitos já morreram de enfarte. Não é fácil ter uma casa, batalhar e de repente querem te tirar! Vamos à luta por esta e outras causas! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaiê Cobra Ribeiro - PSDB) -

Tem mais alguma mulher que gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Então, vou passar a palavra aos Vereadores que ficaram aqui até agora.

Tem a palavra o Vereador Odilon Guedes, do PT, por cinco minutos.

O SR. ODILON GUEDES - Em primeiro lugar, acho que um dos ~~xxxxxx~~ saldos mais importantes desta audiência pública foi trazido na manifestação da Shirley ~~xxxx~~. Acho que é um exemplo ~~xx~~ para população brasileira. Só vão mudar este País no dia em que a população se organizar. Se o Movimento Vila Olimpia Viva não tivesse feito isso, os tratores já teriam derrubado aquela avenida. Esta é a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 156 do Proc.
No 544 de 1953
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. ADJ. TE.
BOB	2	Paula	Com. Pol. Urb.	14.03.94	Odilon	

questão central do saldo que temos que tirar desse movimento. Acho que temos que permanecer nesta luta.

Eu estava pensando: a população se uniu e está brigando. O que será que se passa na cabeça do Prefeito? Ele está lá para resolver problemas e não para criar mais. Acho que a grande questão é que o Sr. Maluf enganou a população.

Não cabe aqui dizer que o transporte, a educação e a saúde estão se deteriorando, sem contar essa questão gravíssima da Faria Lima;

O Poder Legislativo tem que estar aqui para sentir quais são os problemas da cidade e tentar resolver. O risco que se corre caso não haja essa mobilização, são os Vereadores que apóiam o Prefeito aprovarem esse projeto de vez. Quer dizer, acho que esta é a questão de fundo.

Finalizando, vamos supor que esse projeto se justificasse por ser de interesse da cidade, acredito que quem mora em Pinheiros e no Itaim não é contra o desenvolvimento da cidade. Agora, esta não é a prioridade. Em São Paulo têm pessoas morrendo de leptospirose. Estão havendo enchentes por aí, quer dizer, ao invés de resolver esse problema que está matando gente, ele quer derrubar casas onde estão pessoas que moram. (Palmas) É uma questão que fica clara: esse projeto é simplesmente de especulação financeira. Ele quer acabar com a residência dos senhores para ganhar dinheiro! para fazer campanha. Acredito que somente poderemos impedir isso se houver mobilização como a que foi feita em Pinheiros e no Itaim.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIVO
30B	33	Paula	Com. Pol. Urb.	14.03.94	Odilon	

Acho que devemos permanecer até o fim nesta luta.
A saída é esta e não tem outra. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Tem a palavra a Vereadora Ana Martins, do PCdoB.

A SRA. ANA MARTINS - Companheiros, companheiras, colegas Vereadores, em primeiro lugar, parabenizar vocês por esta grandiosa luta democrática. Vocês estão dando um grande exemplo nesta cidade. O povo pobre sofre terrivelmente a falta de democracia e o anti-popularismo do Sr. Maluf. Vocês são o exemplo vivo de que se pode levantar a cabeça e lutar quando um Prefeito não pratica a democracia; quando ele é anti-popular.

Apenas para vocês terem uma idéia, os 88 mutirões receberam apenas uma vez verbas durante o ano passado inteiro. Este ano ainda não receberam nada. O povo pobre continua sendo enganado. Os hospitais das unidades básicas continuam praticamente desativados. O Sr. Prefeito prioriza grandes obras que lhe interessam, como o Projeto Faria Lima porque seu interesse é em grandes empreiteiras que farão o caixa 2 de sua campanha.

Portanto, esse projeto é eleitoreiro. É um projeto que antes que o debate de operação urbana fosse feito aqui nesta Casa, ele já fez dois decretos de desapropriação. Por que essa pressa toda? Porque ele quer fazer disso um projeto eleitoreiro para garantir quem lhe garante financeiramente as campanhas indecentes que normalmente faz, campanhas corruptas...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 158 do Proc.
N.º 544 de 1992
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APATVE
B31	1	dalva	Audiência Pública	14.03.94		

~~(...)~~ campanhas, campanhas que nós sabemos todo o envol-
vimento da PAU BRASIL, e nós não devemos nos quietar não. O Prefei-
to ~~XXXXXXXX~~ com pressa de criar um fato consumado, usa leis antigas
fora do contexto atual das nossas cidades para tentar acelerar
as desapropriações. Esse decreto 7.104, ele é um decreto da dita-
dura, é uma lei anti-popular, é uma lei que tinha que ser revista
foi por isso que nós do PC do B, entramos na justiça com ação di-
reta de inconstitucionalidade, contra a lei 7.104 de 68 e o Prefei-
to tem conhecimento dessa ação, e ^{mesmo} ~~XXXXX~~ assim ele acelera o proces-
so das desapropriações, cometendo mais uma ilegalidade ao se utili-
zar de um instrumento que está sobre ação na justiça, e por isso
nós do PC do B, entramos com um pedido de liminar para suspender os
dois decretos de desapropriação dos imóveis de Piñeiros e de Vi-
la Olímpia. Eu queria aqui me solidarizar, e dizer a vocês que es-
sa luta interessa a toda a cidade, ao povo que luta por moradia,
ao povo que luta por saúde, ao povo faminto que está exigindo
mais emprego e o Senhor ~~M~~ Maluf, se quer contrata um cargo dos
concursados. Ele está ~~XXXXX~~ desativando as cre-
ches, todas as regiões, todos os ~~XXXXXX~~ meses ADIs vão deixando
suas funções. Ele não retoma, ele não ~~XXXXXXXXXXXX~~ chama os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 159 do Proc. 844 de 1997
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B31	2	dalva	Audiência Pública	14.03.97		

novos cargos concursados, ele está desativando os serviços públicos das áreas sociais. Nós mulheres somos duramente atingidas pela desativação da coordenadoria da mulher, da Casa Eliane de Gramout, das casas abrigo, que acolhiam mulheres que eram violentadas. Por isso companheiros, a nossa solidariedade, essas características de governo não servem para a nossa época, não adianta conversas de modernos, modernos, é atender os interesses sociais, moderno é ouvir a população, moderno é cumprir a lei é cumprir a Constituição. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MAURÍCIO FARIA - Eu entendo que nós estamos aqui vivendo uma experiência democrática, nessa reunião. É positiva a condução dada pela minha Colega Zulaia Cobra Ribeiro, é positivo o fato de nós termos aqui argumentando, inclusive aqueles que defendem a operação urbana, Faria Lima.

Mas há uma situação ~~paradoxal~~ paradoxal, uma situação absurda, porque apesar de que nós estamos aqui vivendo um ambiente democrático, ~~em~~ em uma reunião democrática, é possível que a nossa reunião esteja num contexto de simulacro de democracia. Porque qual é a lógica da audiência pública? Essa lógica é a de que na tramitação de projetos de lei, que atinge a cidade e a população,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 160 de Proc.
No 544 de 1992
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B31	3	dalva	Audiência Pública	14.03.94		

a população deve ser ouvida, para que o ~~legisla~~ legislador leve em consideração a vontade da população, quando ele for deliberar com legilsador. Está é a lógica democrática da audiêcia pública, e no entanto nós estamos aqui discutindo o projeto de lei de operação urbana, em tese deveríamos estar discutindo ~~xxx~~ se deve ou não operação urbana. E no entanto operação urbana está em marcha, a através da ~~xx~~ lei de 68, com ~~xxx~~ a política do fato consumado, com as desapropriações j^a ~~xx~~ em andamento. Tudo isso na verdade é um absurdo do ponto de vista da democracia. Temos aqui nesta noite, ~~xxxxx~~ também, fatos que devem merecer a reflexão. Quando o cidadão vem e diz: eu estou desde de 68 sob a pressão dessa lei, estou desde 68 com uma espada sob a minha cabeça, e por isso agora eu me rendo e aceito o o projeto. Isso significa exaramente a não opção livre, porque só é verdadeira e democrática a ~~xxxxx~~ e opção que é feita em ambiente de liberdade e em condições de liberdade. O cidadão que faz a opção, com uma espada pendente sob a cabeça, por vinte e ~~xxxxx~~ cinco anos, esse cidadão está fazendo uma pseudo opção. Está sendo coagido a optar para uma determinada direção. É de se lamentar que ele tenha optado dessa maneira e se rendido, mas é o testemunho da não democracia, é o testemunho do abuso de ~~xxxxx~~ poder em matéria de vigir uma lei por 25 anos.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
B31	4	dalva	Audiência Pública	14.03.94		

E um parênteses, em 68 havia um substitutivo da Comissão de Justiça da época, propondo que ~~aliosex~~ a lei só deveria vigorar por 5 anos no ~~max~~ máximo para efeito de desaprizações, porque o legislador da época, tinha consciência do absurdo que seria de sujeitar os contribuintes a vigência de uma lei por mais de 5 ~~max~~ anos, quando essa lei afeta profundamente a vida daquelas pessoas. Também foi dito aqui, que aqueles que moram nas Estados Unidos, que moravam em outras áreas que eram residenciais, ~~max~~ que foram transformadas em ~~comerciais~~ comerciais, foram sentido essas transformação, sem saber o que ocorria, isso significa alienação, isso significa uma dinâmica que a democracia brasileira deve quebrar. O Município deve saber o que se passa, com a sua cidade, deve saber porque está havendo quais e tais mudanças na rua em que ele mora. Ele não pode ser objeto dessas mudanças ele não pode ser algo que é levado de trombolhão pela dinâmica da cidade, como se ele fosse algo que a enchrrada urbana leva ~~adiante~~ adiante. E o que há de novo nessa reunião de hoje, um movimento da oposição a Faria Lima, é que vocês o cidadãos são plenos que agora refletem sobre o que se passa e fazem opção ~~em~~ e não querem que aconteça com o bairro de vocês aquilo que vem acontecendo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha no	162
N.º	544
de	19
O Funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B31	5	dalva	Audiência Pública	14.03.94		

em tantas situações dessa cidade, de algo que vai se impondo

~~que se impõe a todos os cidadãos da cidade de São Paulo~~

~~que se impõe a todos os cidadãos da cidade de São Paulo~~

~~que se impõe a todos os cidadãos da cidade de São Paulo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

163
Folha no 162 do Proc.
No 544 de 1953
GRADOR CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. PARTE
B32	1	Monteiro	aud. pub,	14.03.94		

ao morador e ao munícipe sem que ele possa refletir e escolher efetivamente os rumos da sua rua, os rumos do seu bairro, os rumos da sua cidade.

É um dado também importante o seguinte: tenta-se desqualificar o movimento dizendo que seria apenas a reação dos desapropriados. É muito mais que isso. Na verdade, o que se defende é a realidade de bairros que significam uma qualidade de vida, um modo de viver, significam histórias pessoais, relações de vizinhança, significam tradições no que elas têm de melhor e na verdade os moradores não estão apenas reagindo no raciocínio do simples desapropriado, estão defendendo o que acham que é bom nos seus bairros e refutando o que eles veem de mau em uma série de bairros que o Cidade liquidou, que a Cidade desorganizou, que a Cidade tornou desumanos.

Então, quando se vem aqui dizer que esse projeto contava como cogitação, como hipótese de operação urbana no plano diretor da gestão anterior, eu digo: é verdade, como hipótese e como cogitação, mas para mim foi uma honra ter aprendido com o movimento e hoje formar uma consciência crítica a esse projeto. (Palmas) Eu, então, tenho a convicção, tenho dito isso, que se for respeitado o processo democrático na Câmara Municipal esse projeto não tem os 33 votos, ele não passa na Câmara Municipal e é por isso que se tenta impor o fato consumado, é por isso que nós estamos aqui até dez para a meia-noite com a possibilidade de que nosso esforço e a nossa par-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

164
163
do Proc. 544
de 19 53
O Funcionário
ORADOR CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O Funcionário	CONT. PARTE
B32	2	Monteiro	aud. pub,	14.03.94		

ticipação virem letra morta. Mas isso não vai acontecer. Nós devemos confiar nessa tenacidade, nessa garra e confiar, eu confio, em que a Câmara Municipal não aprovará a operação urbana e nós teremos muito logo 23 Vereadores contra a operação urbana e dando um xeque no Prefeito porque, se 23 Vereadores estiverem contra essa operação urbana, significa que ela não vai ser aprovada e que o Prefeito deve desligar o trator e se render à vontade da cidadania. Obrigado,
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE - Vereadora Tereza Lajolo, do PT,

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - Companheiros e companheiras, eu quero lamentar aqui a ausência das autoridades porque eu queria perguntar a elas, (Palmas)

Dizer a vocês mais do que já foi dito acho que é redundar, porque estamos conscientes da nossa posição, mas quero perguntar a elas, tenho várias perguntas a fazer a eles e cadê eles? Portanto, vou dizer a vocês: nós vamos continuar na luta porque a gente sabe que é assim que a gente vence, é lutando e de forma consciente. Foi uma lição que vocês deram aqui hoje e foi importante que só vocês falassem e nós ficássemos por último e vou dizer: eu fico para a próxima. Na próxima, com a presença das autoridades, quero discutir com elas, quero fazer perguntas para elas, inclusive com base no que vocês colocaram, o que vocês falaram porque, além daquilo que a gente já sabe, muito mais coisas foram ditas aqui, foi o mo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 144 do P. V
de 1993
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B32	3	Monteiro	aud. pub.	16.03.94		

mento de dizer, de falar.

Vamos ~~xxx~~ agora então discutir com eles. Eu ~~xxx~~ reservo, portanto, o desejo de fazer perguntas para as autoridades que fizeram o projeto e que estão desrespeitando coisas estabelecidas pelas leis. Então, preciso perguntar para eles porque estão usando uma lei de 68 que tem tal e tal condição, por que eles estão fazendo isso? É por que, por que, por que, para eles, não é para vocês, nós já sabemos de tudo. Então, na próxima vez eu quero fazer perguntas para eles. E vamos fazer juntos, vocês ajudaram, ajudaram no processo de elaborar mais questões ainda, que a gente esqueceu, para poder botá-los na parede, para que eles respondam,

Uma coisa que colocava um companheiro da luta de vocês: "Poxa, utopia?" Porque esse projeto é uma utopia. Porque ele é um projeto, ninguém disse para nós, o ele disse que não tem nenhuma empreiteira, portanto não tem nenhum investidor envolvido e se não tem nenhum investidor envolvido, como é que eles vão vender a ilusão, a utopia para os investidores e a ilusão, a utopia para vocês que algum dia alguém vai pagá-los? Com base em que, se não tem os investidores, se não tem ninguém? Então, vou perguntar para eles, nós queremos saber deles quem são os seus aliados, em termos de investidores, para garantir que vocês sejam pagos de forma efetiva, quando, como, o diabo. Se eles não existem, então é uma mera utopia o projeto e, portanto, tem que ser efetivamente rejeitado. (Palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 155 do Proc.
N.º 844 da 197
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B32 4		Monteiro	aud. pub.	16.03.94		

O SR. PRESIDENTE - Vereador Adriano Diogo.

O SR. ADRIANO DIOGO - São cinco para meia-noite e só vou falar em respeito às pessoas que ficaram aqui e aos Vereadores porque os empreendedores e o Poder Público fugiram, assim como o Prefeito está fugindo. Então, só queria dizer o seguinte: o governo do Maluf é uma espécie de um pesadelo, de um filme antigo que a gente é obrigado a viver no presente.

Então, a gente viu a CPI do Orçamento e viu coisas que a gente imaginava que nunca mais pudesse ocorrer no Brasil. Em São Paulo ocorreu, as empreiteiras tomaram conta da Cidade e elas dirigiram todo o orçamento da Prefeitura. Dia 18 vai ser inaugurado um túnel lá no Ipiranga que custou 63 milhões de dólares, pelos dados que a gente conseguiu levantar, ainda falta liberar uma parcela de mais vinte milhões de dólares. Por que a gente fez tanto esforço para que saísse essa matéria da "Folha de S. Paulo"? Porque, ao contrário do que diz a matéria, 210 famílias, conseguimos levantar que foram 510 famílias que foram tiradas das extremidades do túnel sem receber um tostão de desapropriação, um centavo sequer. E

~~que vai fazer um túnel, com aquelas festas de tempo de menino,~~
~~o túnel vai ser feito nas extremidades e~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 167 do Proc.
N.º 111 da 19ª Sessão
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
B33	1	ant.	aud. publ	14.3.94		

e dia 18 ele vai fazer uma festa, como daquelas festas do tempo do nazismo onde o povo estava massacrado nos crematórios e o fausto do nazismo desfilando as suas bandeiras. É muito parecido até como Nefisto que estava presente aqui na mesa. Foi uma pena que os moradores do Ipiranga não puderam vir aqui depor, porque eles estavam a vir aqui e dizer na cara desses senhores quanto eles receberam de desapropriação. Algumas pessoas que estão aqui foram no Jd. São Luiz ver aqueles coitados que foram pôr a camisa Faria Lima, sim. Esse senhor veio falar em Franco Montoro. Ele não tem o direito de falar em Franco Montoro. Ele não tem o direito de falar em democracia. Ele nunca teve importância nenhuma. Ele devia ser um puxa saco servil tentando se aproximar. Tanto é que falou e foi embora, não ouviu ninguém. O outro empreendedor veio nos ensinar como fazia democracia e na hora que a gente pediu aquela planta bonita para ficar na Câmara, na Comissão de Política Urbana, nem isso ele nos cedeu porque precisamos dela. Então esse é o governo do Maluf. Mas faltam alguns dias, porque a sanha, a fome, ambição dele é tanta que ele vai abandonar a cidade de São Paulo endividada, segundo denúncia que o Madeira e o Odilon fizeram, arrebatada. O Odilon marcou audiência com o Tribunal de Contas para denunciar o destrocamento do orçamento desta cidade. Então o resquício da ditadura, ao contrário da D. Sara, permaneceu. O Maluf, Júlio Neves, Silvano Raia, toda essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

168
Folha n.º 76 do Proc. No 544 de 1957
O funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B33	2	ant.	aud.pub	14.3.		

raça é tudo que de pior a ditadura produziu. Essa raça da CBPO, da Constram, da Andrade Gutierrez, é o Pau Brasil mandando em São Paulo, ao vivo. O passado está vivo, o germen do ~~pau~~ fascismo está vivo, está brotando na garriga dessas empreiteiras. Muito obrigado.

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI - Boa noite, eu queria, inclusive, acho que depois de tudo o que foi dito, fazer algumas observações até como membro da Comissão de Política Urbana, porque cabe a nós vereadores, dentro dessa comissão, darmos o parecer e eu gostaria já de colocar alguns pontos sobre esse parecer, inclusive no que se refere até o próprio encaminhamento dentro da comissão, Primeiro, entendo que temos duas grandes questões e pelas quais eu sou contra, esse projeto Faria Lima, pelo conteúdo e pela forma, Pelo conteúdo, pelos valores que este projeto tem extremamente destrutiva, destrutiva até ^{a ponto} de fazer chacota de utopia que é aquilo que realmente nos movimenta na vida, nos dá esperança, Então o conteúdo destrutivo deste projeto me faz, no exercício do Parlamento e da representação ~~ser~~ totalmente contra. Acho que esta é uma primeira perspectiva que eu queria colocar, porque ele é destrutivo da memória da cidade, ele é destrutivo da qualidade de vida instalada para uma parcela significativa da população desta cidade. E mais ainda, como aqui foi dito, na medida em que ele se ba-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

169
Folha n.º 168 do Proc. No 544 de 1957
O Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B33	3	ant.	ad. pub.			

seja numa legislação de 68 e já foi dito, uma legislação da ditadura, que ~~seix~~ ganhou foros de lei pela medida de decurso de prazo, devia a população, já na tramitação do projeto de lei de 68, que valiam mais os cavalos do que as próprias pessoas porque estava em questão preservar a fílipica no trajeto da abertura da prolongamento da Faria Lima. E penso, mais do que penso, entendo, aqui, o hoje se discutiu profundamente que está valando muito mais os carros, a especulação do que as pessoas, do que suas vidas, do que, na verdade, suas condições humanas dentro de uma cidade. Até acho que aquele quadro ali atrás, na fria colocação que ele tem de uma cidade, de uma carros do futuro, a gente vê algo inanimado enquanto nos outros quadros, embora numa menção de campo, aquele, naquela noção de uma cidade do futuro, ele não tem gente, ele não tem vida. E é assustador, eu olhava a toda hora o debate para aquele quadro o quanto ele representava essa ausência de humano nessa perspectiva da Faria Lima. Mas, sou contra pela forma, pela tramitação deste projeto porque ele fare , in totum, a Lei Orgânica do Município, porque ele não vem sequer acompanhado de EIA/RIMA e de relatório de impacto sobre a vizinhança. Portanto, Sra. Presidente, eu entendo que este projeto não está absolutamente intuído para tramitar na Câmara Municipal de acordo com a Lei Orgânica do Município. Eu requeri isso ao Presidente desta Casa. Requeri já há um quatro meses, senão mais, e não obtive res-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

170
Folha no 169 de Proc
No 5111 de 1957
O Funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O FATOR	CONT. APARTE
B33	4	ant,	aud, pub			

posta até este momento, Portanto, como membro da Comissão de Política Urbana, eu afirmo este projeto de lei fere na sua tramitação, o disposto na Lei Orgânica e pelo Regimento desta Casa. Por isso ele não tem condição de tramitar. E aí quero dizer mais. Quanto a forma, quanto o nosso encaminhamento democrático, aqui estamos nós numa audiência, muitos poderão dizer, do que vale se não tem os oponentes, realmente, nós precisamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

171
Folha nº 320 do Proc.
No 544 de 1957
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B34	1	emira	aud.pub.	14.3.94		

Eu afirmo: este Projeto de lei fore, na sua tramitação, o disposto pela Lei Orgânica e pelo Regimento desta Casa. Por isso, ele não tem condição de tramitar. E quero dizer mais, quanto à forma, quanto ao nosso encaminhamento democrático, aqui estamos nós numa audiência, muitos poderão dizer "de que vale, se não tem os oponentes?" Realmente, precisamos questionar os membros do governo que apoiam esta proposta. Mas, temos o registro do depoimento de todos, e de cada um daqueles que falou aqui, e esse registro consta do processo, consta dos autos deste Projeto de lei, e que poderão ser requeridos a qualquer momento, na luta, e na justiça que este movimento caminhar. Portanto, temos nesta audiência, embora não o debate, não a democracia plena, como muito bem disse o Maurício Faria, mas temos aqui dados, elementos e argumentos para essa luta. Argumentos inclusive que nos vão poder fazer questionar como é que um movimento da zona sul vem aqui com uma pilha de papéis, e que eu queria muito daquilo que eu conheço de movimento social, de uma trajetória de mais de 20 anos no trabalho social, onde é que o movimento arranja dinheiro para contratar pesquisadores, até para fazer tanto documento e tanta papelada. Eu queria entender, eu não conheço isso em toda a minha experiência a nível nacional, e até mesmo internacional. Não conheço isto, e queria saber quem financia, e como é que um movimento pode se chamar movimento quando tem o eu sozinho. Eu também não consigo entender como é que um eu pode se chamado de movimento. Por isso, eu realmente desconhecerei, Sr. Presidente, e o que eu pude olhar, claro que numa primeira vista, mas que possamos dar estatuto de representação a essa manifestação, sem inquirir? E gostaria, que como membro da Comissão de Inquirir, quais são os fundos, pelos quais esse movimen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

172
Folha n.º 375 do Proc. N.º 844 de 19 97
CONT. APART.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
B34	2	emira	aud.pub.	14.3.94	aldaisa	

to se sustenta? Isso, também, gostaria que fizesse parte do registro aqui da nossa audiência. E acho que com tudo isso, vamos para uma nova audiência. Vamos ~~reivindicar~~ reivindicar que ~~esta~~ esteja neste ~~novo~~ momento os demais representantes do executivo, secretário de vias públicas, secretário de negócios jurídicos, secretário do planejamento. E vamos mostrar, como estamos mostrando aqui, que este movimento é presente desde às 10 horas do dia, e é presente todo dia na sua ação vigilante. Portanto, começando à 0 hora, e não terminamos de forma nenhuma pela vitória desta luta. Era só, e obrigada. (palmas)

A SRA. ZULATÊ COBRA RIBEIRO - Depois da fala dos Vereadores, eu quero encerrar esta audiência pública de hoje, dos dois PLS. 543 e 544/93.

Quero, antes de tudo, até porque estamos aprendendo também, essa democracia do debate, dizer aos senhores que algumas coisas nós vamos aprimorar para o próximo momento, que vai ser a segunda audiência pública. O que eu noto um pouco hoje aqui, que não gostaria que ocorresse na outra audiência, é que tivéssemos só o movimento que aqui hoje se encontrou. Eu gostaria que nós conseguíssemos trazer outros bairros, porque o movimento dos senhores e das senhoras é um movimento muito importante para o município de São Paulo. E eu gostaria, então, que marcássemos a próxima data num local bem melhor que a Câmara Municipal de São Paulo. Desde que estou aqui na Câmara, estou tentando fazer todas as audiências públicas fora do recinto da Câmara. Hoje, por uma situação de emergência, eu tive que fazer aqui na Câmara. Não que eu não goste da Câmara, até que gosto um pouco, mas a grande verdade é que aqui não temos um ambiente preparado para que possamos receber um núme-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

173
Folha p.o. 172 do Proc.
N.o 544 de 1971
O Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B34	3	emira	aud. pub.	14.3.94	zulaiê	

roo muito maior de pessoas que tem que ter ~~xxxx~~ contato com a luta dos senhores. Eu acho que precisamos arrumar um local que possa caber mil pessoas. E vamos arrumar esse local. É uma promessa que eu faço. E na próxima audiência pública nós vamos inverter as situações. Eu prometo aos Srs. Vereadores, prometo aos senhores do movimento Pinheiros Vive, Itaim Vive, Mulheres Vivas, Homens Vivos que vamos fazer de uma outra maneira. Vamos fazer o debate que tanto vocês querem. Só que hoje eu gostaria que fizéssemos assim, porque estamos registrando a fala de todo mundo que hoje falaram muito e foi dada uma liberdade de fala. Num segundo momento as falas vão ser mais curtas, objetivas, e com esse seguimento vivo da pergunta e da resposta no debate. Eu quero convidar a todos, e quero que cada um dos senhores e das senhoras possam trazer mais gente para a próxima audiência.

Muito obrigada. (palmas)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 43	de 100.
N.º 544-	93
O funcionário	8

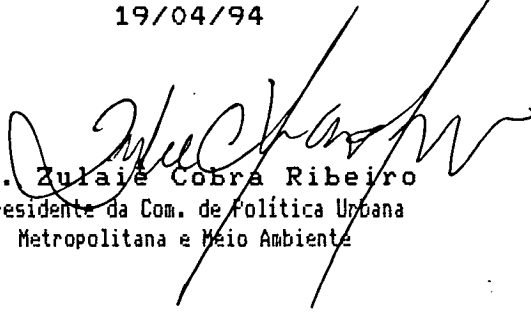
EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Conforme solicitado em Audiência Pública, encaminho a V.Exa. os quesitos abaixo relacionados no sentido de que seja oficiado ao Executivo, para que este se manifeste através de seus órgãos competentes.

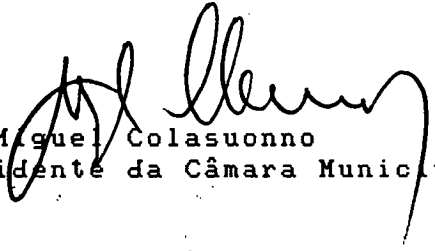
PROJETO DE LEI Nº 544/93

1. Onde se situam as praças que o Projeto de lei menciona ?
2. Os alinhamentos que serão revogados constarão de outro PL ?
3. A presente proposição está na dependência da aprovação da Operação Urbana Faria Lima para obtenção de recursos necessários à sua execução ?

19/04/94


Ver. Zulaide Cobra Ribeiro
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro


Ver. Miguel Colasuonno
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

A

LEG 3 - Senhora Chefe
Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.
SP., 20/04/94

CAETANO DEL CIOPIO
Chefe Gab. Presidência
Reg. 22.272

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Conforme solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

RECEBIDO EM LEG 3
Em 20/04/94
Hs. 14:00 horas

para providências.

de ser providenciado

Sr. Zuzi.

Providenciar ofício ao Executivo, solicitando
informações.

20-04-94

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANGELA FORRIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica II

SECRETARIA

Verificar e providenciar

Sra. Chefe.

Providenciado, conforme determinação de V.Sa.

20-04-94

ZUZU ASSATO
Oficial Legislativo

SECRETARIA

Verificar e providenciar

SEGUIE m, juntado f, nesta data
documento f e papel de informação
rubricado f sob folha f n.º 175/8
Em 20/04/94



Câmara Municipal de São Paulo

Folha No	175	do proc.
No	544	de 1993
funcionário		

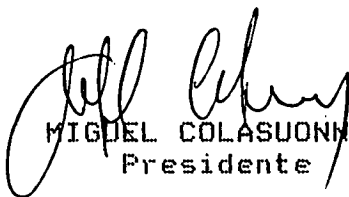
São Paulo, 26 de Abril de 1994.

DT7-LEG3
OFICIO N.300151/94

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho da referida comissão sobre o Projeto de Lei nº 544/93 de autoria desse Executivo - que aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e dá outras providências - solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do despacho da comissão solicitante.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

pmap



Câmara Municipal de
DT7-LEG3
OFICIO N.300151/94

Folha No 176 do proc.
No 544 de 1993
O Funcionário

São Paulo

Folha n.º 173 de 1993
No 544 de 1993
O funcionário

EXMO. SR.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Conforme solicitado em Audiência Pública, encaminho a.V.Exa. os quesitos abaixo relacionados no sentido de que seja oficiado ao Executivo, para que este se manifeste através de seus órgãos competentes.

PROJETO DE LEI Nº 544/93

1. Onde se situam as praças que o Projeto de lei menciona ?
2. Os alinhamentos que serão revogados constarão de outro PL ?
3. A presente propositura está na dependência da aprovação da Operação Urbana Faria Lima para obtenção de recursos necessários à sua execução ?

19/04/94

Zulaide Cobra Ribeiro
Ver. Zulaide Cobra Ribeiro
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro

Miguel Colasuonno
Ver. Miguel Colasuonno
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha No 177 do proc
No 544 de 1993
O Secretário

MEMORANDO

São Paulo, 26 de abril de 1994

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 300151/94 de 26.04.94 ,
solicitando ao Executivo subsídios referentes ao P.L. nº 544/93,
para emissão de Parecer.

Anexo: Cópia xerográfica do Relatório da Comissão de Política Ur-
bana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Recebido
Em - 27/4/94

Lucia Miranda
Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº.....178.....

do processo nº.....544.93 de 28.04.94.....(a).....

ZUZASSATO
Oficial Legislativo

À
COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE.

28-04-94


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica II

SE GUE *m* unidade *p* nesta data, documento *p* e papel para informação, rubricado *p*

sob folha *p* nº *p* 179 a 307

Em 02, 05, 94

(a) *prof. Luiz*



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEN REVISAO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE

Presidente:

Sra. Vereadora Zulaia Cobra Ribeiro

Membros:

Srs. Vereadores

Aldalza Spocati

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Bruno Feder

Tereza Cristina de Souza Lajolo

Enilio Meneghini

Faria Lima

AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre a "Operação Faria Lima"
(Pls. 543/93 e 544/93) , realizada no Auditório
"Oscar Pedrosa Horta", da Câmara Municipal de
São Paulo, em 18 de abril de 1994.

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaia Cobra Ribeiro

(Memo.nº 25/94, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

544 180 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	RELATORADOR	CONT. APARTE
xcl	1	emira	aud. publ.	18.4.94		

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vamos dar início à nossa segunda audiência pública da Comissão de Política Urbana e Metropolitana e Meio Ambiente.

Quero chamar, inicialmente, os Vereadores presentes, Odilon Guedes, Arselino Tatto, Tereza Lajolo.

Por favor, tem cadeiras aqui na mesa, e gostaria que os Vereadores ficassem em lugar de destaque, não porque são importantes, mas porque precisam ser vistos. Vereador precisa ser visto, precisa ser olhada, precisa saber quem é quem. Vereador Trípoli está te procurando lá. Faça o favor.

Gostaria que ficassem aqui à mesa.

O SR. _____ - Vereadora, gostaria de colocar uma questão inicial, se possível.

Tendo em vista que a audiência pública, sobretudo para formar opinião dos Vereadores, que vão ser aqueles que vão deliberar acerca desse projeto, acho indispensável, e fundamental, que para a realização dessa audiência pública, que estejam presentes aqui, particularmente os Vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Principalmente o seu relator. Porque, como ele poderá fazer a relatoria se não estiver aqui presente. Nós estamos perdendo horário de trabalho para estar aqui presentes para defender interesses de trabalho da nossa cidade. Acho que os Vereadores teriam que estar fazendo até por obrigação do ofício, a mesma coisa. Acho que não deveria se iniciar, ah bem da dignidade desta Casa, e do interesse dessa Comissão,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORDEN	CONT. APARTE
Cl	2	emira	aud. publ.	18.4.94	181 544	93

essa audiência pública, sem que a Comissão estivesse todinha nesta mesa, e principalmente o seu relator. (palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Meu senhor, esta fala é importante para constar dos autos. A intervenção é muito boa, e necessária. Mas, quero avisar que todos os sVereadores já tinham officio em mãos, da realização desta audiência, na sexta-feira, dia 8 de abril, tanto é que quando foi na segunda-feira, dia 11, quando disseram que tinha um outro local para a audiência, eu disse que tinha que ter um prazo para publicar anteriormente e intimar todos os Vereadores para a data de hoje, 18 de abril. Consequentemente, desde o dia 11 de abril, segunda-feira passada, todos os Vereadores stinham^{em} seus gabinetes o officio da Comissão designada para hoje a audiência às 14 horas. Houve um erro no Diário Oficial de hoje, saindo que seria às 12 horas. Mas, os senhores Vereadores todos sabiam que a audiência era no dia 18 de abril, às 14 horas, aqui no Padroso Horta. Portanto, meu senhor, a sua fala é importante, é necessária, corrfeta, porém não podemos esperar a presença dos Vereadores, sob pena de não ter audiência pública, porque eles não virão. Se até agora não compareceram, eu dei uma margem de 35 minutos, eles não compareceram.

Eu gostaria de deixar de lado a questão.

O SR. _____ - Vereadora, eu gostaria então que se suspendesse a audiência pública. Como que os Vereadores vão formar decisão se não estão aqui presentes?

Nós, da comunidade, estamos vindo com frequência. A discussão entre nós é muito clara, límpida e transparente. Estamos nesta Ca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	N.º ORADOR	CONT. AFABTE
Cl	3	emira	aud.publ.	18.4.94	182	13

sa a convite dos Srs. Vereadores, e eu pleitearia que ou se tem, no mínimo, o relator aqui presente, ou não realizamos esta audiência pública, porque ela passa a se tratar apenas de um encontro entre nós. É muito desagradável ser convidado e o dono da casa não estar presente.

Gostaria que fosse não apenas registrado, mas acho lamentável que realizemos esta audiência pública nestas condições. Acho que nestas condições a audiência pública se inicia de forma precária.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Certo, Meu senhor, as audiências públicas na Câmara Municipal de São Paulo são sempre assim: não tem ninguém. A gente abre e fecha as audiências públicas.

Eu estou cumprindo aquilo que determina a Lei Orgânica do Município. E eu tenho que fazer duas audiências públicas pela Comissão de Política Urbana.

Então, nós vamos continuar, e o Dr. Paiva, que é o relator, já foi chamado em seu gabinete, já está aqui a assessora dele, já foi solicitado, e ele não veio por que não quis. Então, meu senhor, com todo o respeito, com toda a consideração, é justíssima a sua fala, mas vamos dar início à audiência pública, que deve terminar, no máximo, até às 19 horas. Nós temos um tempo para ouvir todo mundo. O que quero é registrar, no presente processo, as falas.

A SRA. TEREZA LAJOLO - Com licença. Eu gostaria de colocar que o protesto, como disse a Zulaiê, é correto. Mas, há uma coisa que é necessária: cumprir aquilo que determina a lei. E nós estamos cumprindo. Tem audiência pública, tem que ter, e nós vamos fazer. Está certo?

Na medida em que não tivermos audiência pública, a gente po-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 183 do proc. 544/93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	1	emira	aud. publica	18.4.94	tereza	10

de ter problemas. Tudo bem, não tem quórum da comissão, mas, tem uma coisa, nos autos do processo, vai a audiência pública. Então, a audiência pública está indo, ~~para~~ faz parte de todo o processo. Então, tudo aquilo que é dito aqui, falado e discutido, está nos autos do processo. Portanto, vocês não estão deixando de fazer parte do processo. Vocês vieram, e vocês defenderam. Vocês se colocaram, e a gente também. Portanto, nós temos com isso na mão elementos para pressionar também, dizendo "ausência do indivíduo", inclusive para ele se manifestar e se colocar é para mim um erro, e ele tem que arcar com consequências desse erro em comissão. Tá certo?

Então, a audiência acontece, porque não temos mais prazo para fazer a audiência. Então, ela acontece, está nos autos, e a gente tem, com isso, um instrumento na mão para que no momento da discussão dizer o que aconteceu. Se o senhor vem com outra posição, ou com outra situação, é fruto da sua cabeça, e não fruto de uma discussão pública com a população e entre nós, da Comissão.

Nós temos um elemento político na mão.

A SRA. PRESIDENTE (Zulaê Cobra Ribeiro) - Em respeito em respeito às pessoas que aqui estão, e em respeito aos Vereadores que aqui estão também, vamos dar início à segunda audiência pública.

Os PLS são 544/93 e 543/93. São dois projetos. E já na audiência anterior eu fiz um resumo de tudo o que acontece aqui nos autos. Já faz parte, este calhamaço é a audiência anterior, que foi devidamente registrada. Então, vou deixar de ler tudo de novo, a justificativa do autor, que é o Prefeito de São Paulo, o porque que está fazendo essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO 184
n.º 544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	2	emira	aud. publica	18.04.94	zulaie	

obra, para deixar já nós nos manifestarmos a respeito da discussão,

Resumidamente, o Projeto 543/93, só para ler o resumo e constar na gravação, cria programa de melhoria para a área de interligação da Av. Brig. Faria Lima com a Pedrosa de Moraes e Avenidas Pres. Juscelino Kubstcheck, Hélio Pelegrino, dos Bandeirantes, Eng. Luiz Carlos Derrini, e Cidalde Jardim. Este é o resumo do PL, 543/93.

O resumo do Projeto 544/93, aprova planos de melhoramentos no Distrito de Itaim Bibi, consistindo na abertura de avenida com largura básica de 48 metros, e extensão aproximada de 1.050 metros de formação de praça. Em resumo, são estes dois projetos.

Eu quero, e hoje vou fazer diferente, nós vamos diminuir um pouco as disposições. Na última audiência pública nós fizemos uma exposição de 20 minutos a cada expositor — foi dia 14 de março —, e até passaram um pouco dos 20 minutos. Hoje, vamos fazer um resumo de 10 minutos para cada expositor. Depois, darei a palavra por 5 minutos para todas as pessoas que queiram falar. Todas. Vamos ficar aqui até às 7 horas da noite, se Deus quiser, e vamos fazer para constar no processo todas as falas. Então, as pessoas que quiserem se manifestar, é só dar o nome, que vão se manifestar no microfone, para não ter aquela confusão, que às vezes atrapalha a Taquigrafia. Porque gritar, se manifestar, atrapalha a pessoa que está falando, e na hora de passar a limpo, na Taquigrafia, não entende o que estava sendo falado. Então, para não prejudicarmos o conteúdo da ~~fix~~ fala das pessoas, outras pessoas que quiserem se manifestar, que quiserem ir de encontro, ou que quiserem brigar, vão ao microfone posteriormente e façam suas coloca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

185
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	3	emira	sud,pública	18.04.94	zulnie	

Eu vou, inicialmente, manter a ordem da audiência passada, porque ninguém se inscreveu até agora. E vou dar a palavra, primeiro, ao Sr. Leopoldo Mattar, que foi o primeiro orador da primeira audiência pública.

O SR. - Permita-me, Vereadora, propor uma inversão de método na reunião de hoje.

Na primeira audiência pública, os representantes do Movimento foram os primeiros que falaram. Agora, nós não queremos ser os primeiros. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - (Líder do Partido Verde, nesta Casa)

Só queria lembrar a todos que até concordo com o que o colega colocou ainda há pouco. Porque a Comissão de Política Urbana, que é quem vai dar o parecer desse projeto, não está presente, na sua maioria.

E o interessante é que nessas audiências e nesses momentos, só aparecem os Vereadores que são contrários ao projeto. Quer dizer, os Vereadores que apóiam a Coligação, que apóiam o Prefeito Paulo Maluf, nesta Casa, dificilmente vêm à audiência pública colocar as suas posições. Assim, queria parabenizar as colocações do colega, porque de fato os Vereadores não estão presentes.

E queria colocar também que este Vereador, tão logo foi dado início ao Projeto da Faria Lima, entrou em contato com a assessoria da Vereadora Aldaíza, e fomos nós, em conjunto, que redigimos aquele projeto, revogando aquela lei antiga.

Então, o meu voto continua o mesmo. Eu sou morador de Perdizes, e sou contrário a esse projeto de benefício do Prefeito Paulo Maluf.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

186
544
93
PROS.
se

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	1	emira	mud. publica	18.4.94	Trípoli	

É só para deixar mais uma vez claro ~~que~~ porque já estive em reuniões com vocês na Vila Olímpia e no Itaim, por várias vezes, e nem sempre eu posso estar presente..

Eu só queria, neste momento, deixar registrado, nesta audiência pública, que o Partido Verde votará contra a qualquer projeto com relação à ampliação da Faria Lima. É só para registro. Porque eu já coloquei várias vezes a minha posição..

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vereador Trípoli, é questão de ordem sobre o andamento desta audiência, que os Vereadores farão depois. Todos os Vereadores que querem se manifestar, inclusive há um pedido de um Vereador que quer sair, está com pressa, está com problema.

Se for para se manifestar a respeito da Faria Lima, eu gostaria que aguardasse. Porque eu queria que se manifestasse, agora, a respeito da audiência. O Sr. pediu uma questão de ordem e eu pensei que fosse com relação à ordem dos trabalhos.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - O companheiro disse que não ia se pronunciar, e que queria a inversão. Então, eu tomei a palavra, dizendo que o Partido Verde, e peço a vocês que cobrem dos Vereadores que vocês votaram. Muito obrigado. (palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Então, vamos acatar, e vamos fazer a inversão. Eu vou chamar o primeiro orador, Dr. José Eduardo Levefre, que vai falar em nome do Projeto, por 10 minutos.

Estão presentes os Vereadores Aldaíza, Arnaldo Madeira.

O DR. JOSÉ EDUARDO LEVEFRE - Muito boa tarde senhores Vereadores, presidente da Comissão, demais Vereadores aqui presentes,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 544 de 87
n. 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	2	e mira	aud. publica	18.4.94	J. Eduardo	

e senhoras e senhores aqui presentes,

Não vou expor o Projeto desde o início até agora porque já o fiz por várias vezes para os senhores e senhoras que estão aqui presentes.

Vou expor muito resumidamente, e procurando chamar a atenção para alguns aspectos do Projeto.

Como se sabe, o Projeto da Operação Urbana Faria Lima, que é o primeiro Projeto de lei, se refere a um mecanismo jurídico e financeiro para obtenção de recursos para realização de obras dentro do perímetro da chamada Operação Faria Lima.

Esse perímetro é descrito aqui, e no interior dessa área está prevista a realização de uma certa quantidade de obras, que está descrita no Projeto de lei, e que não é apenas o alargamento, o prosseguimento da Av. Faria Lima, mas inclui a realização de obras, como por exemplo viaduto na Praça Roger Parti, que é na Av. Bandeirantes, e inclui diversas obras a serem construídas com os recursos obtidos pela Operação Faria Lima.

O objetivo dessas obras é justamente permitir que essa área, ao passar por um processo de adensamento, possa acomodar o acréscimo de pessoas que irão circular por essa área. Esse acréscimo já ocorre atualmente, espontaneamente, e o objetivo da Operação é justamente executar obras que venham possibilitar não só a livre circulação de pessoas, de veículos, de transportes coletivos, e transporte individual dentro dessa área. O objetivo da Operação Urbana é criar condições pelas quais essas edificações possam ser feitas den-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 188 do 1.º T.º
de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
04	1	emira	aud.pública	18.4.94	J.eduardo	

tro de uma forma equilibrada para a Cidade.

A obra principal da Operação Urbana Faria Lima é o prolongamento da Av. Faria Lima, de acordo com a Lei, aprovada em 1968, e também a execução da ligação entre as Avenidas Luiz Carlos Berrini, Cidade Jardim, através de uma lei aprovada em 74.

Há outras leis que estão ao lado do Parque do Povo.(?)

Essas obras têm sua execução já aprovadas por legislação anterior, de 68 e 74, e o objetivo da Operação Urbana, como já estava dizendo, é possibilitar a sua execução com recursos provenientes, não ~~do orçamento da prefeitura~~ do orçamento da prefeitura, mas sim da iniciativa privada, e que a haja condições de que esse adensamento seja feito de uma forma equilibrada para a Cidade, e não como tem ocorrido em áreas como o Itaim, onde o adensamento esse deu de uma forma totalmente desequilibrada, e ainda o acréscimo de funções veio sobrecarregar, de forma muito intensa, o sistema viário já existente.

O sistema viário atual, nessa região, é deficiente em matéria de circulação, e a execução dessas obras virá possibilitar a realização de ligações diretas entre bairros, que atualmente são prejudicados pela ausência dessas ligações.

Um dos benefícios maiores, representado por esta obra, é exatamente um alívio na circulação das Avenidas Marginais, que atualmente são sobrecarregadas por trânsito de média e curta distância. Todo trânsito de média e longa distância, que atualmente utiliza as marginais, não somente sobrecarregam as marginais, como principalmente as travessias. As pontes que atravessam, nos dois sentidos, a



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C4	2	emira	aud. pública	18.4.94	J. Eduardo	

Marginal do Rio Pinheiros, e que são a origem dos congestionamentos que se verificam nas vias que atravessam a Faria Lima, como também a Marginal do Rio Pinheiros.

- (aparte fora do microfone)

O SR. JOSÉ EDUARDO LEBEVRE - Tudo bem, se quiser eu posso explicar, mas imagino que este assunto já está mais do que conhecido, mas vou expor de acordo com o que está previsto.

Esta planta, que aqui está sendo mostrada, que é uma visão geral do projeto, mostra, onde está marcado "Parque Vila Lobos, CEAGESP", até onde está marcado "Hípica", a ampliação da Av. Faria Lima. A Av. Faria Lima atualmente é uma obra que foi executada de acordo com a lei de 68, e fica entre o Largo da Batata e a Av. Cidade Jardim. Ali, onde está marcado "Shopping Iguatemi", entre o Largo da Batata, em linha negra, é a Av. Faria Lima, atualmente executada. Existem dois trechos dessa lei de 68 que não foram executadas, e cuja execução está prevista para agora. São os dois trechos tracejados, que ficam entre o Largo da Batata e Av. Pedroso de Moraes, e o trecho que fica entre a Av. Cidade Jardim e a Av. Hálvio Pelegrino. A Av. Hálvio Pelegrino é uma ligação, uma avenida que vai pelo Córrego Uberaba, e que faz a ligação entre a Av. República do Líbano e uma pequena rua, chamada Rua Nova Cidade.

A execução do prolongamento da Av. Faria Lima virá dar, exatamente, uma ligação para essa avenida, que atualmente ela não termina em nada. Essa Rua Nova Cidade é uma rua extremamente estreita,

Aqui está sendo mostrada a planta da área de Pinheiros, e a ligação a ser executada é justamente entre a Pedroso de Moraes e a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 190 do proc.
544 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C4	3	emira	aud. publica	18.4.94	j. eduardo	

Av. Faria Lima, dando sequência a essa ligação paralela à Marginal do Rio oPinheiros, através da Lei de 68, que desapropria apenas do lado nordeste, digamos assim. É apenas do lado nordeste da Rua Miguel Iza-ze, da Rua Coropé, que ali não está mostrado, mas é o lado do centro da cidade, o lado oposto à Marginal do Rio Pinheiros. As desapropria-ções são todas do lado oposto. Essa ligação possibilitará a interli-gação da Pedrosa de Moraes com a Faria Lima, concluindo no Largo da Batata.

O segundo trecho de prolongamento da Faria Lima é esse que está mostrado nessa planta, que mostra a sul-viária de Itaim, e que vai justamente da Av. Cidade Jardim, paralelamente à Rua Iguatemi, atravessando a Leopoldo de Magalhães, atravessando a Presidente Jus-celino Kubstcheck, ~~atravessando~~ seguindo paralelamente à R. Atilio Inocenti, e saindo fora ainda da área dessa planta e vai até a Av. do oCórrego Uberaba, que é a Av. Hélio Pelegriño.

Aqui mostra exatamente o prolongamento, atravessando a Juscelino Kubstcheck, indo paralela à Atilio Inocente, atravessando a R. Flandeiros, e chegando até a Av. Hélio Pelegriño, que é a ave-nida sobre o Córrego Uberaba.

O projeto de lei que está sendo discutido, que é o segundo, logo em seguida da Operação Urbana, é o projeto de lei que prevê o alargamento da Rua Olimpíadas e a ligação da Lei de 68 com o traçado da Lei de 74, que é essa ligação da Av. Eng. Luiz Carlos Berrini através da Rua Fuchal com a Brig. Arnoldo Veloso até a Av. Cidade Jardim.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 191 do proc.
PA 544 de 1993
o funcionário *Re*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	1	enira	op, faria lima	18,4,94	j,eduardo	

Esse alargamento, ~~em consequência~~ e essa interligação entre as duas leis, se dá basicamente através do alargamento da R. Olímpicas e o alargamento da ~~rua~~ R. Gomes de Carvalho. A Rua Gomes de Carvalho é paralela à Rua Av. dos Bandeirantes, e que também tem o alargamento previsto. Essa ligação possibilita a interligação do prolongamento da Av. Faria Lima com a ligação da Av. Luiz Carlos Barriani com Av. Cidade Jardim.

Nessas plantas estão mostradas também quais são as áreas previstas no Projeto de lei da Operação Urbana, como áreas de benefício direto e indireto. Então, gostaria de esclarecer que os imóveis que deverão ser desapropriados serão apenas os imóveis ~~que~~ situados no leito dessas avenidas. Esses são os imóveis necessários para abrir as avenidas propriamente ditas. Não haverá a desapropriação de nenhum imóvel, além dos que estão estritamente previstos para essas leis de melhoramentos viários.

O primeiro projeto, chamado "Boulevard Zona Sul" havia a previsão de desapropriação de todas as quadras que seriam atravessadas por avenida. No entanto, esse projeto foi abandonado e não existe nenhuma idéia, quer dizer, isso não está no projeto de lei, muito pelo contrário, não deverá haver nenhuma desapropriação além daquelas estritamente necessárias para o alargamento das ruas que estão aqui citadas.

As pessoas que estão situadas nas áreas aqui colocadas como a área mais oculta, que é esse benefício direto, poderão, voluntariamente, se quiserem, participar da Operação Urbana, em termos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

54402 do proc.
do 1993
Re

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	2	emira	oper. urbana	18.4.94	J. Eduardo	

compra de potencial ~~construtivo~~ construtivo, além daquilo que estabelece o zoneamento. Essa possibilidade vem aumentar a possibilidade de construção nessas áreas. É justamente o mecanismo de obtenção de recursos para a Operação Urbana. Isso representará, para esses imóveis, na área de beneficiamento direto, uma valorização, pois há uma possibilidade de construção a mais do que aquela que existe hoje. Não representa a desapropriação e nem representa uma perda, porque as pessoas continuam com os mesmos direitos que têm hoje, com o acréscimo do direito de construir a mais do que hoje pode. E as regras estabelecidas nessas áreas de beneficiamento ~~direta~~, são ^{regras} ~~as mesmas~~ que já estão estabelecidas no projeto de lei, e não há necessidade de um exame, caso a caso, como é o caso dos imóveis situados na área de beneficiamento indireto. Na área de beneficiamento indireto, também existe a possibilidade de construção a mais do que atualmente o zoneamento prevê, mas é necessário apresentar cada projeto isoladamente, e ser inicialmente examinados, se é possível, ou se não é possível fazer essa ampliação.

No que diz respeito à desapropriação, eu gostaria de chamar a atenção e porque atualmente a desapropriação, a emissão do posse, só é concedida à prefeitura no momento em que a prefeitura deposita, em juízo, o valor integral do imóvel, estabelecido não a partir do valor venal do imóvel, mas sim a ~~partir~~ partir do que o juiz determina com o valor de mercado. Esse valor de mercado é determinado por peritos do juízo, e não por perito da prefeitura. E a prefeitura é obrigada a depositar 100% do valor. A pessoa pode retirar 80% des-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

1993
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	3	emira	oper.f.lima	18.4.94	j.eduardo	

se valor, à vista. Se quiser continuar discutindo, continua, e ficam os 20% retidos na justiça. Ou seja, não estou aqui dizendo que desapropriação seja uma beleza. Muito pelo contrário, desapropriação representa um truma na vida de todas as pessoas. No entanto, as condições de um novo imóvel, a pessoa dispõe de 80% do valor de ~~mercado~~ ~~valor de mercado~~, pelo seu imóvel, pelo valor exato, dispõe desse valor à vista, as condições de negociação para a compra de um novo imóvel são altamente favorecidas. Porque a pessoa vai dispor de um valor à vista, coisa que atualmente, no valor de mercado, é muito difícil se fazer uma negociação com essa porcentagem de valor à vista.

É evidente que não é agradável ter a desapropriação, mas no entanto os 80% do valor à vista, representa condições de se fazer a aquisição de um outro imóvel razoável. E com a possibilidade da pessoa continuar lutando na justiça para receber o restante do que julga conveniente.

Eu gostaria, ainda, de mostrar... esta é a ligação, é a subárea Ubirajara, que é uma extensão em direção ao Ibirapuera, as áreas de beneficiamento diretas, que são as áreas mais escuras, e as áreas de beneficiamento indireto, que são as áreas com a convenção mais clara neste projeto.

Basicamente era esta a exposição, e gostaria apenas de salientar que com relação à lei de 1968, é uma lei que está em vigor e,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	1	emira	op.faria lima	18,4,94	j.eduardo	

portanto, a prefeitura pode executar, por ela, o início das obras.

O que está em discussão, na Câmara, é justamente um mecanismo legal, pelo qual essas obras poderão ser feitas sem que o resultado final dos investimentos ~~para~~ feitos pela prefeitura, haja dispêndio pela prefeitura. A prefeitura tem como recuperar esse valor das obras, necessário para a execução desse prolongamento.

Essa Operação Urbana permite, portanto, que as obras sejam feitas, sem sobrecarregar o restante do orçamento da prefeitura.

Basicamente era isto o que gostaria de colocar, (palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Eu vou chamar, agora, pelo Movimento da Faria Lima, contra o Projeto, o Dr. Sérgio Carneiro, que fará uma exposição também de 10 minutos.

O DR. SÉRGIO CARNEIRO - Sra. Presidenta da Comissão, eu na realidade não vou fazer uma exposição sobre esse assunto.

Estivemos aqui há um mês atrás, e na oportunidade ^{de} encaminhamos um ofício, no qual estavam reunidas algumas das nossas indagações, que não têm sido respondidas, ~~em~~ nem pela Prefeitura, nem pela consultora, que fez o projeto, e gostaríamos que através desta Câmara, como foi solicitado e registrado na audiência anterior, eu vou ler para saber se desta vez teremos a oportunidade de termos respostas.

Eu entendo, e até admiro o esforço daqueles que têm vindo até aqui para explicar, ou justificar o projeto -- faz parte da missão de cada um, na defesa dessas propostas que andam aqui na Câmara. Contudo, elas não têm respondido às seguintes questões: vou ler, e gostaria que a Mesa, se possível, prestasse atenção. Eu aguardo, não



1860 do proc.
544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	2	emira	farin lima	18.4.94	sergio	

A SRA. ZULAIÉ COBRA RIBEIRO - O senhor pode ir falando.

O DR. SÉRGIO CARNEIRO - Não, eu aguardo por que gostaria de ter resposta hoje, na sequência. A cada um destas perguntas, eu gostaria de ter uma resposta, tendo em vista que este ofício foi encaminhado na sessão de audiência pública do dia 14. Como já disse, e estou repetindo, eu confio que a Presidência e os Vereadores dessa Comissão tenham, conforme a nossa solicitação, providenciado a resposta.

Eu não permitiria ler o ofício, que já foi apresentado aqui na sessão anterior e, se possível, faria alguns comentários muito rápidos, sobretudo porque o que nos interessa são as respostas, que confiamos, desta vez, que as teremos, porque não as temos da prefeitura, não as temos do escritório que fez o projeto, e confiamos que essa Comissão, representando o legislativo que cuida de uma forma tão séria e objetiva, a tramitação desse projeto, que a gente tenha essas respostas, porque sem elas, acho muito difícil, os Srs. Vereadores e o Sr. relator tomarem qualquer decisão. Apesar de que temos três Vereadores dessa Comissão que continuam ausentes no andamento dos trabalhos: o Vereador Faria Lima, o Vereador Bruno Feder e o Vereador Emílio Meneghini, que acredito, estão faltando ao serviço.

Trata-se do seguinte: a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Sra. Presidenta, considerando a magnitude urbanística e ambiental do Projeto de lei 0543/93, alcançando área de 450 hectares, na região sudoeste da Cidade, solicitamos a V.Sa. providências no sentido de obter, junto à Prefeitura do Município de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 96 do proc.
-TAQUIGRAFIA- 544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	3	emira	farla lima	18.4.94	sergio	

São Paulo, informações indispensáveis ao pleno entendimento desse projeto.

A primeira é a seguinte: quais os impactos previstos por essa proposta de Operação Urbana, sob os serviços e equipamentos de infraestrutura...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	1	dalva	Faria Idna	18.04.94		

(...) no sentido de obter, junto a Prefeitura do Município de São Paulo, informações indispensáveis ao pleno entendimento deste projeto. A primeira é o seguinte: quais os impactos previstos por esta proposta de operação urbana, sob os serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana, relativas aos abastecimento de água, energia elétrica, telefonia, gás e coleta de esgoto, e quais as medidas e iniciativas para equacionar o suprimento das demandas potencializadas pelo eventual implantação do projeto.

2- Qual é a projeção para circulação viária na região após o adensamento previsto pelo projeto, incluindo-se a atração de fluxos, e alternativas as marginais, quais as soluções viárias que estão sendo elaboradas para os cruzamentos entre as avenidas e para os congestionamentos nesses novos polos geradores de tráfego. Essa é a segunda questão que ainda não temos resposta pela Prefeitura,

3 - Como se prevê a compatibilização do projeto e seus efeitos decorrentes no fluxo de veículos e no adensamento da região com o sistema integrado metropolitano, recentemente apresentado pelo governo do Estado de São Paulo,

4 - Com relação a bacia hidrográfica, particularmente



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

SÃO PAULO 1980
3440
do proc.
193
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	2	dalva	Faria Lima	18.04.94		

a sub-bacia do Pinheiros, em sistema eletropaulo, quais as medidas previstas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, departamento de água e esgoto, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SANEESP - ELETROPAULO, para minimizar o impacto dos conjuntos das edificações e adensamentos estimados para a região. E ainda qual o ~~estado~~ estado das galerias pluviais, de córregos para suportarem o efeito dos projetos. Essa última questão é plenamente justificada pelos recentes acidentes que nós tivemos no nosso próprio bairro de Vila Olímpia.

5 - Qual o tratamento técnico e legal no que se refere as interferências da operação urbana, com o ~~xxx~~ Aeroporto e rotas aéreas, na mesma direção do projeto e na sua área de influência. Além das considerações de praxes, para obras próximas a aeroportos, solicitamos considerações quanto aos ruídos, e alturas de edificações a serem estimuladas pelo certificado de potencial ~~de~~ adicional de construção. SEPAC.

6 - Qual a solução para o Colégio Estadual Ciciliano José Enis(?), Instituto Nossa Senhora do Carmo e seus alunos. Essas escolas estão no loteiro das desapropriações.

7 - Quanto a poluição do ar, quais as previsões e mo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

folha 544 de 544
nº 1993
1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	RECORADOR	CONT. APARTE
C7	3	dalva	Faria Lima	18.04.94		

didas e contenção estão contempladas no projeto.

8 - Sobre as concorrências públicas relativas ao projeto, é indispensável informações acerca dos processos licitatórios; quanto: 1 - a escolha do escritório responsável pela elaboração do projeto. Essa pergunta particularmente, ela foi feita inúmeras vezes, e já foi até citado no programa de rádio que tivemos agora, no sábado pelo Direto da EMURB, ue foi feita licitação só que eles não recordava, então nós achamos que a Câmara Municipal deve nos trazer essa informação. O nº do processo como foi feito essa licitação e Diário Oficial x em que foi publicado, a escolha do projeto de orperação urbana que nós estamos analisando hoje. Esse projeto com certeza não pode ser tramitado sem que te nha ocorrido uma licitação pública para sua escolha.

2 - a ~~mon~~ escolha da empresa consultora responsável pela elaboração de estudos e impactos ambientais e relatório de impacto do meio ambiente, 3 - licitação para a concorrência que solucionou as empresas ou instituições responsáveis pela análise deste EIA/RIMA, sobre o projeto.

Essas questões são decorrentes de várias dúvidas a respeito deste projeto. Dúvidas que ainda não puderam ser resol



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	5	dalva	204 Faria Lima		18.04.94	

vidas por vários motivos. Ausência de apresentação do projeto pela Prefeitura de São Paulo, aos moradores, e demais interessados; insuficiência de informações do EIA/RIMA; e nenhuma comunicação dos seus autores. Esse estudo de impacto ambiental foi feito sem qualquer contato e duvidamos até, sem qualquer visita a áreas em que ocorreram. Eles tem inúmeros * equívocos que nós apontamos em documentos que também foram encaminhados a essa mesa. E também nossas dúvidas são geradas pela não realização de audiência pública promovidas pelo executivo municipal, e quaisquer organismo a eles vinculados. Nós não estamos considerando aquela farsa que ocorreu que foi sem dúvida um grande escândalo para a nossa democracia aqui em São Paulo, logo da deliberação do CABES. Eu acho que seria importante que se registrasse isso. Confiança na possibilidade de ampla informação e discussão a serem encaminhadas pelo Legislativo Municipal, especialmente pela Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, que já realiza essa primeira audiência agradeceremos respeitosamente. Em anexo, nós encaminhamos um documento técnico elaborado, pela Associação Vila Olímpia *Viva, e pelo Movimento de Pinheiros Vivo, apontando as insuficiências e lacunas do EIA/RIMA. Esse documento, embora enviado ao CABES, e aos seus conselheiros, não foi citado. Nós gostaríamos que essa Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 301 do proc. 3440 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C8	1	dalva	Faria Lima	19.04.94		

são examinasse, esse documento, e se pronunciasse sobre ele. Porque neste documento nós apontamos de uma forma muito clara, o equívocos, a insuficiência, e a má qualidade desse instrumento que atesta a má qualidade desse projeto que estamos discutindo aqui hoje. Ou seja, eu gostaria, Sra. Presidenta, eu e todos aqueles, mesmo os que são favoráveis ao projeto, estamos aqui numa discussão democrática, eu reconheço que vários defensores do projeto tem se portado e tem comparecido, e apresentado de uma forma democrática, ~~mas~~ com tudo nós estamos aqui carentes de informação, e eu creio que essa Casa que vai deliberar sobre este projeto, e nós estamos aqui comparecendo para externar as nossas posições as nossas críticas, e uma decisão sincera, conciente desses representantes legislativos sobre esse projeto, respondam essas questões. Eu não gostaria de mais uma vez, e muito menos os vários moradores aqui presentes, inúmeras vezes fomos para casa, sem que nenhuma dessas questões fossem respondidas. Eu solicito dentro daquilo que nos compete como cidadãos, que essas respostas não sejam dadas. Isso aqui foi solicitado na audiência pública do mês passado ou aguardo que elas sejam respondidas ainda hoje, se não for possível ser respondidas até as 19:00hs, nós podemos ~~passar~~ passar a noite aqui, esperando resposta. O que não pode é nós irmos para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

202
5440
1993
O FUNDO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CB	2	dalva	S0830	19.04.94		

à casa novamente, depois de várias e várias solicitações, em todas as oportunidades que tivemos, sem que nada disso fosse respondido.

A SRA. PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro) - Eu vou dar uma informação, ~~última~~ a última audiência pública foi no dia 14 de março. Nós enviamos ofício, hoje é 18 de abril, o nosso prazo fatal é dia 20 de abril. Dia 20, quarta-feira agora, essa comissão tem que se manifestar, o processo vai embora para outra comissão. Portanto meu senhor, essas suas respostas virão para os autos, mas em outra comissão e não na Política Urbana. Hoje já é 18 de abril, eu dei um prazo grande para nós realizarmos, e o nosso prazo fatal, dentro do Regimento da Casa, é dia 20. Enfim nós precisamos fazer isso junto a nossa Comissão. Eu digo ao Senhor, que veio para nós, nós nomeamos o relator no dia 22 de fevereiro, e a primeira audiência no dia 14 de março, e a segunda no dia 18 de abril. Portanto, virão aos autos, essas informações. Assim que chegarem nós passaremos aos moradores, ao movimento, essas respostas. Mas hoje é impossível, porque essas perguntas, não são a nós vereadores, e sim ao Executivo.

O SR. _____ - Senhora Presidente, me permite. Eu acho que trata de questões que não são de forma alguma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 223 do proc.
544 de 1993
o funcionamento

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C8	3	dalva	Faria Lima	19.04.94		

pichadoras, ou questões que tentam descaracterizar ou desvalorizar o projeto. São perguntas de conteúdo, e que nós precisamos ter resposta. Eu entendo que tenha havido por parte do Legislativo, o empenho ~~em encaminhá-la~~ encaminhar desde a época que foi encaminhado essa solicitação dia 14 de março, eu quero entender que o Executivo, segundo o que a senhora está dizendo, que não está encaminhando essa votação.

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - São
vários processos nossos que não vem resposta, e quando vem resposta já passou o processo para outra comissão.

O SR. _____ - Em se tratando dessa comissão, Comissão de mérito que vai analisar as questões urbanísticas, metropolitanas e ambientais. É isso que nós estamos levantando ~~que~~ aqui, eu lhe pergunto: como vai, os senhores ~~em~~ membros dessa comissão, decidir a favor ou contra, sendo que há ~~várias~~ várias e várias questões, essas não são todas, existem várias outras que ainda vão ser levantadas, que não estão esclarecidas.

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - Nós
já temos elementos suficientes, em relação ao projeto. Nós temos solução, que é passar o projeto sem parecer da Comissão de Políti-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1993
- TAQUIGRAFIA -

204 do proc.
511
O funcionamento

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C9	1	dalva	Faria Lima	19.04.94		

ca Urbana. Essa é uma solução, ambén que pode ser feita ^{se} nós não conseguirmos um parecer até 4ª feira. Nós temos aqui elementos suficientes para ~~tem~~ termos um parecer a ~~respeito~~ respeito da Faria Lima.

O SR. _____ - Sra. Presidenta, eu não gostaria, ~~...~~ ininteligível ~~...~~ esses elementos suficientes ~~então~~ sejam aqueles que estão provocando demolição dos imóveis que começam a realizar essa operação ... Sra. Presidenta nós estamos tratando de um problema social, grave, que é questão urbanística...

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) -

O Sr. Prefeito não precisa nem de processo. Eu gostaria que nós não ficássemos nessa discussão, isso não vai adiantar absolutamente nada. O senhor já fez suas colocações, eu ~~já~~ já lhe dei as respostas, eu quero então continuar a audiência pública, porque nós temos um tempo para isso. E o Sr. Prefeito, está fazendo coisas que não tem nada a ver com esses procedimentos aqui. Aliás, não está nem respeitando o legislativo.

O SR. _____ - Sra. Presidenta, só para finalizar então, eu quero dizer que eu saio, mas saio sem resposta, saio porque o Executivo, não respondeu ao Legislativo, saio



205 do proc.
544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C9	2	dalva	Faria Lima	19.04.94		

sabendo que esta Comissão vai tomar decisões sem que tenham respondido nossas ~~informações~~ informações que consideramos fundamentais, e saio ainda mais, sabendo que existem questões que gostaria que apurasse a própria legalidade delas. Eu saio, mas saio sem respostas.

A SRA. TEREZA LAJOLO - Eu gostaria dedizer, que as informações que ele está colocando para que seja anexado ao conjunto de informações, eu gostaria de colocar, que eu tenho condições, sem essas respostas que você colocou aí, do Executivo, colocadas pelo movimento, eu e os companheiros do meu partido, temos condições de tomar posições com relação a questão do projeto. Temos. Portanto, não julgue a comissão, nem os Vereadores sem capacidade de tomar posições na medida em que não tem ^{respostas} ~~apartar~~ sobre essas questões. Porque nós já estamos interessados dessas discussões, e discussões sobre essa questão do projeto de Faria Lima, já tomamos posições sobre a questão da legalidade, ilegalidade, já sabemos disso. Portanto, nós temos elementos. Isso viria enriquecer e acrescentar elementos. Está certo. Agora do ponto de vista do Executivo, responder ou não, essa é uma outra discussão, porque já coube aqui, por parte da Câmara, várias iniciativas da exigências



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

SÃO PAULO do proc.

n°

544

93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
29	1	dalva	Faria Lima	19.04.94		

a grande questão que se coloca. Nós não precisamos nem ser um grande urbanista, para saber que um projeto desse vai ter um impacto enorme na ~~uma~~ região do ponto de vista o que vai influenciar no serviço de água, esgoto, eletricidade e transporte. Segundo, a grande questão que se coloca, como já, tecnicamente, os arquitetos que já tiveram aqui, já mostraram que esse projeto ele não é prioritário na cidade de São Paulo, ele não vai resolver os problemas da região, (Palmas) Isso fica claro, e o Sr. Paulo Maluf, eu acho que nós não podemos nos surpreender, quem o conhece apesar de que nessa campanha eleitoral, ele de forma demagógica enganou parte da população que votou nele, ele é igual como sempre foi, nunca mudou. Eu acho que o exemplo mais claro disso, inclusive eu queria trazer a solidariedade nossa ao Horácio, que foi suspenso por 90 dias. O Sr. Paulo Maluf ele pensa que está nadando na água, quando foi prefeito/governador, e fazia o que queria e não acontecia nada. E essa atitude que ele tomou, em vez de fazer a discussão técnica a respeito do projeto, o que ele faz, ele vai lá e suspende um funcionário da Prefeitura, quer dizer, não respeita o direito das pessoas, se colocarem contra ou ~~fora~~ favor do projeto. Então isso tudo não nos causa surpresa. Esse é o Sr. Paulo Maluf que nós sempre conhecemos. Então eu quero deixar



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 398 do proc.
SÃO PAULO 94
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
10	2	dalva	Faria Lima	19.04.94	xxxxxx	

muito claro, que esse projeto reafirma mais uma vez o que nós temos dito inúmeras vezes. É um projeto excencionalmente especulativo que não vai resolver os problemas da região. Mas são investimentos, uma área da cidade, uma área que tem mais investimentos, (Palmas)

...

- Fora do microfone. Manifestações

...

O SR. ODILON GUNDES - Como eu estava dizendo, essa a região mais privilegiada da cidade. Nós fizemos um trabalho na semana passada, só para vocês terem uma ideia, o complexo Juscelino Kubistscheck do Túnel, aquela avenida ficou por enquanto em 186 milhões de dolares. Isso daria para construir 26 milcasas populares. Enquanto a cidade de São Paulo está com problemas de doença como colera, tracoma, o Sr. Paulo Maluf quer ~~destruir~~ destruir dois bairros para fazer uma ~~xxxxxx~~ avenida, que atende os interesses das ~~empresarias~~ grandes empreiteiras da especulação de dezenas de milhões de dolares. (Palmas) A rede da cidadania ativa, que é uma organização que nós participamos, nós passamos um abaixo assinado e conseguimos 1.030 assinaturas, no manifesto de



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

SÃO PAULO do proc.
544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
10	3	dalva	Faria Lima	19.04.94		

defesa da cidade de São Paulo, passo para o Zanetini(?). Nós ainda não perdemos essa batalha. Temos que continuar nos mobilizando fazendo o que está aqui, quantas vezes for necessário, visitar todos os vereadores da situação, presioná-los a não cometer mais um crime desse contra a cidade de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - Com a palavra ~~monstruosa~~ o Arquiteto Zanetini.

O SR. ZANETINI - Em primeiro lugar gostaria de agradecer a juventude desse País, que no fundo é o que esse movimento está fazendo. Ele não está preocupado em salvar suas próprias casa não. Ele está e veio para ficar, vindo ou não vindo essa avenida, está se formando nessa cidade uma consciência onde essa administração será a última a efetivar posições desse tipo. (Palmas) Nós vamos enterrar, juntamente, com essa corrupção ligadas a empreiteiras em âmbito federal que tenha a sua tradução paulista com a Paulipetro, que tem também todas as conveniências no legislativo, no Executivo, no judiciário, na promotoria, etc., em tudo quanto é órgão está minado, está podre. (Palmas) É contra essa poderidão que nós estamos lutando. E vamos lutar até cansar. Nós vamos derrubar todos. Nós vamos balançar essa árvore não vai ficar um



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

do proc.
n.º 547 do 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	1	dalva	Faria Lima	18.04.94		

só fruto, pôdrn nela. (Palmas) São técnicos que se vendem, São profissionais que não assinam embaixo de vergonha, é isso que esse país é. E ele só será mudado, numa luta sem ~~inter~~ interrupção da população. E o movimento está aí para isso. (Palmas) Então querem embrulhar a cidade com um projeto que é econômico. É negócio. Um projeto, que nada mais é que um péssimo sistema viário. ~~Nem~~ Nem ~~conexões~~ conexão paralela, avenida é. Fixeram conexões a 90 graus, isso não existe em urbanismos. Grandes áreas urbanísticas que não pensam o homem, que não pensa no Meio Ambiente, que não pensam no transporte da cidade, que não pensam na habitação, na saúde, é só sistema viário, viário para passar automóvel. Só isso que se pensa. E esse viário sai hoje na "Folha de S. Paulo", para contestar claramente os corredores da ~~morte~~ morte em São Paulo, Marginal Tietê; 3.800 vítimas; Marginal Pinheiros, 1.952 vítimas, Av. 23 de Maio, 1.852 vítimas. Radial Leste, 1.490 vítimas. Av. D. s Bandeirantes, 1.126 vítimas. Av. do Estado, 1.108 vítimas. Av. Aricanduva, 932 vítimas. Av. Interlagos, 758. Av. Francisco Morato, 745 Vítimas, Av. Santo Amaro, 697 vítimas. Av. Rebouças, 659 vítimas. Av. Ibirapuera, 619 vítimas. Av. Salim Maluf, 611. Av. Paulista, 602. Rua da Consolação, 499... ~~sem~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 211 do p. 544 de 1992
n. 544
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	2	dalva	Faria Lima	18.04.94		

Querem mais avenidas para fazer mais vítimas, São 900 pessoas que morreram no ano passado por esse tráfego indigente, em 42 mil pessoas foram vitimadas por esse trânsito que é uma guerra civil. O meio não estabelece esse projeto nada com as visões urbanas, e com as relações com a metrópole e com a região. É um negócio setorial da cidade. Não incere numa política urbana, condizente com o contexto real da cidade. Não respeita paisagem cultural desses bairros. Não respeita a paisagem natural edificada com a importante bacia de Pinheiros. Não coloca dentro da necessária estruturação funcional da metrópole. Não toca na questão do espaço público. Não coloca na gestão burocrática da cidade. É imposto. É anacrônico, e se limita ao sistema viário. Quanto ao viário. Não integra ao sistema metropolitano de METRO E FERROVIA, como propostas paralelas de marginais, o projeto enquanto máfia viária é desastrosa, descontínua, com cotovelos em 90 graus e lógico, quanto a sociedade, a gestão é autoritária, e é sodada, despreza a posição das entidades. Associações de bairro, organizações ambientalista, Judiciário, Ministério Público, órgãos dos Estado, e q que é pior desautoriza os seus representantes na Câmara, e nem sequer aguarda o plano ser aprovado ou não para iniciar as demolições como está fazendo. Utiliza os meios mais subreptícios



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 212 do proc.
341 de 1993
o funcional *pe*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E12	1	dalva	Varia Lima	18.04.94		

monta cenários, utilizando a miséria, gincanas pagas para pesquisas de opiniões, e utiliza de uma associação que pelas suas ações inescrupulosas não merecem nenhum crédito. Para isso é necessário mostrar fisicamente o que é que é esse viário. E ~~nonx~~ nem a lógica interna deles, num projeto inicial, que era esse que fazia essa curva, que destuía o bairro, olha só isso não precisa ser urbanis ~~tixax~~ ta para entender. Se defende uma paralela ao rio como via de tráfego, o que é que vocês fariam? Qual é o caminho menor entre dois pontos? É reta. E a reta está aqui? Mas essa reta não interessa, o que interessa é essa curva, para destruir três bairros, só neste lado. Existem, ~~inchaçadix~~ inclusive alternativas decentes de ~~xix~~ sistema viário usando a ~~própria~~ própria lógica deles. E pior, ao adotar o último sistema que é desastroso, faz de uma maneira absolutamente inequívoca. Faz uma ligação que deveria integrar Helio Pelegriñi, ue deveria ter continuidade pelo córrego beiracinha, e conectando embaixo da ponte dos Bandoirantes, e no entanto ~~pxx~~ continua p rando na nova ~~xix~~ cidade, faz um cotovelo a esquerda, faz outro cotovelo a direita, faz outro cotovelo na funchal para ligar o mesmo ponto. Isso não é urbanismo, minha gente. Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- n° 544 de 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	3	dalva	Faria Lima	19.04.94		

de que respondam essas indagações que nós fazemos. Então aí é uma outra ~~kk~~ discussão. Essa questão tem que ser respondida. Eles tem que prestar esclarecimentos, agora, independente disso eu acho ue nós já temos elementos, para permitir que se faça parecer que se tenha ~~profissiolalimox~~ ~~profissiolalimox~~ ~~profissiolalimox~~ ~~profissiolalimox~~.

O SR. _____ - Vereador ~~ax~~, eu concordo com todo respeito eu quero dizer. Eu digo isso, falei e levantei essas questões, e saio daqui de um acerta forma, bastante frutado por não ter essas respostas. Saio daqui, bastante perplexo por saber que a comissão vai encaminhar, sem que tenha apirado essas questões que inclusive são da maior importância e gravidade, mas as fiz porque tinha uma ~~xxx~~ audiência pública, para qual nós fomos convidados exatamente para fazer isso. Se não fora para fazer porque estaremos aqui. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - Com a ~~xxx~~ palavra o nobre Vereador ~~xxxx~~ Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Podemos ser bem objetivos. O Sr. ~~xxxx~~ Prefeito Paulo Maluf não respondeu nenhum desses ~~xxx~~ questionamentos, porque se ele for responder honestamente, vai se chegar a conclusão, que não é para fazer essa Avenida. Essa é ~~xxx~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 213 do proc.
544 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	2	dalva	Faria Lima	18.04.94		

A SRA. PRESIDENTA (Zulaig Cobra Ribeiro) - Com a pa-
lavra o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO - Eu acho que depois que
o Zanetini falou, não é preciso falar mais nada. Eu apenas queria

~~deixar aqui a solicitação~~



CÂMARA MUNICIPAL DE
- TAQUIGRAFIA -

SÃO PAULO 14 do proc.
544 de 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL3	1	florência	audiência pública Rafia Lima	18.4.94	a.tatto	

deixar aqui a solidariedade da Bancada do PT e como Líder da minha Bancada vou fazer uma proposta. Não entendo nada de Urbanismo. O pouco que passei a entender aprendi durante essas reuniões com vocês, mas entendendo muito de violência. Portanto, queria te falar, Horácio, que vou propor à minha Bancada que, a partir de amanhã, a gente obstrua a tramitação de qualquer projeto em todas as comissões das quais Vereadores do PT façam parte enquanto ele não recuar dessa atitude ditatorial, arbitrária, sem-vergonha e filha da puta que ele fez com vocês. (Palmas)

O SR. ANTÔNIO DE PAIVA MONTEIRO FILHO (PPR)-

O senhor me desculpe, mas não pode abaixar o nível!

O SR. ARSELINO TATTO (PT) -

Queria pedir desculpas a vocês pela expressão, mas isso que estão fazendo com vocês é sacanagem pura!

O SR. ANTÔNIO DE PAIVA MONTEIRO FILHO (PPR) -

Pela ordem, Sra. Presidente ...

- Tumulto.



CÂMARA MUNICIPAL DE
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 215 do proc.
SÃO PAULO 0 de 1993
n.º 40

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL3	2	florêncio	aud.F.Lima	18.4.94		

A SRA. PRESIDENTA (Zulaê C. Ribeiro - PSDB) -

Atenção. Por favor, o Vereador Antônio Paiva é Vereador do PL, da Coligação. Ele tem o direito ... Ele não é cafajeste, é um Vereador!

Vou garantir a palavra ao Vereador Arselino Tatto, que, no ímpeto da emoção, se referiu indevidamente, tenho certeza ... Tenho certeza de que o Vereador Tatto, que é um Vereador digno, fará isso por nós.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) -

Gostaria de pedir desculpas a vocês pela expressão. É incorreta, mas a atitude do Prefeito representa algo parecido com isso. Só queria colocar para vocês o seguinte: eles vão precisar de 3/5 para aprovar esse projeto. Nós vamos fazer o possível e o impossível para evitar que ele atinja isso. Pode ser que ele venda mais algumas Regionais, como ele tem feito ultimamente. Pode ser que ele faça isso para conseguir essa maioria. Infelizmente, é uma vergonha que a Câmara Municipal ainda não faça nada depois do que o companheiro Sérgio Carneiro acaba de colocar! A Câmara se submeta, antes de obter essas informações de que rer encaminhar para frente ainda esse projeto! Se a Câmara Municipal, se a tivesse dignidade paralisava tudo! Por
~~XXXX~~
pela maioria de seus Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Pol. Urb. 316 do proc.
n.º 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL3	3	florência	faría lima	18.4.94	tatto	

que
O Prefeito não tem direito de ter a Câmara Municipal como se fosse a sua casa. Isso aqui não é a casa do Prefeito! Se isso aqui fosse a Casa do povo a Câmara se revoltava, paralisava tudo enquanto essas informações não viessem! Pica aqui a nossa solidariedade a vocês! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide C. Ribeiro - PSDB) -

Quero dizer ao Vereador Tatto que, ânimos à parte, já decidimos aqui, na Comissão de Política Urbana - e até já avisei ao Dr. Sérgio Carneiro - que vamos pessoalmente buscar as informações amanhã. Então, é bom que saibam que é uma decisão da Comissão de Política Urbana.

Quero dar a palavra agora à ~~D. Maria~~ Angela Giacomelli.

11. As falas deverão durar cinco minutos.

A SRA. MARIA ÂNGELA GIACOMELLI - Eu quero ler um manifesto de repúdio ~~EXE~~ da nossa Associação Vila Olímpia Viva à punição de Horácio Galvanese, do Movimento contra a extensão da Av. Faria Lima.

"Diante da notícia da suspensão funcional por 90 dias do Arquiteto Horácio Galvanese pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a associação Vila Olímpia Viva vem a pública manifestar sua indignação com esse ato de constrangimento. Trata-se de notório abuso de poder contra a liderança de um movimento social que legitimamente empenha-se



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 217 de proc.
SÃO PAULO 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL4-1		florência	faris lima	18.4.94	m.ângela	

na defesa dos nossos direitos.

Horácio é Membro ativo da comunidade e da Direção do Movimento Pinheiros Vivo e está sendo punido pela autoridade municipal por ter se destacado na crítica ao Projeto Faria Lima.

A Prefeitura demonstra claramente que não sabe lidar com a democracia em consolidação no Brasil de hoje, graças aos esforços da nossa sociedade. O exercício da cidadania é dever de cada um de nós e essa arbitrariedade ofende a nossa consciência e a luta por uma cidade mais humana e mais justa. Associação Vila Olímpia Viva." (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulciê C. Ribeiro - PSDB) -

Passo agora a palavra ao Vereador Marcos Mendonça.

O SR. MARCOS MENDONÇA (PSDB) -

Bem, meus amigos, antes de mais nada quero, em nome da Bancada do PSDB, dar minha solidariedade e mostrar meu repúdio à atitude de violência tomada pelo Prefeito contra uma pessoa que, agindo num país democrático, manifesta sua opinião a respeito de determinada questão. Não faz sentido que, num regime democrático, uma pessoa que tenha um determinado ponto de vista e que o defenda, como foi o caso do Horácio, venha



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

3/8 de 1993
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C14	2	florência	faria lima	18.4.94	n.mendonça	

a ser punida pela Administração. Esse é um fato inconcebível e que não condiz com o regime democrático que o País atravessa. Não tenho dúvida nenhuma de que a Câmara Municipal tomará, no seu conjunto, incluindo as ^{vinculações de} ~~vinculações de~~ leitores que têm ~~vinex~~ laços políticos com o Prefeito, tomarão posição a respeito porque é algo que contradiz o sentido democrático de qualquer cidadão e de qualquer Parlamentar desta Câmara Municipal de São Paulo. Minha solidariedade ao Horácio. (Palmas) com relação a esse episódio.

Bem, gostaria de tecer algumas considerações com relação a esse projeto, que considero estar totalmente prejudicado. na medida em que o Executivo vem atropelando o processo, tomando uma série de posições ao arrepio da Câmara Municipal, sem dar atenção ao Legislativo ... Nós temos que imaginar que na Câmara Federal temos, a nível do âmbito do Município, dois Poderes, que são independentes, harmônicos, e que têm as mesmas prerrogativas dentro do seu nível de competência. Ou seja, a Câmara Municipal tem a competência de legislar e autonomia e a soberania para legislar, de mesma forma que o Executivo tem sua competência específica de agir e de executar as leis que forem votadas e aprovadas pela Câmara Municipal. O que se verifica aqui é um total desrespeito por parte do Executivo com relação ao Legislativo. Tanto a Constituição Federal como a Lei Orgânica dos Municípios estabelecem prazos que devem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C14	3	florência	faria lima	18.4.94	m.mendonça	

ser obedecidos pelo Executivo no sentido de atender pedidos de certidões e de informações feitos pela Câmara Municipal de São Paulo. Esses prazos estão sendo desrespeitados e no meu entender creio que essa matéria está totalmente prejudicada. Entendo, Vereadora Zulaif, que deveria haver uma suspensão do andamento desse processo até que o Executivo venha a informar aqueles questões que foram solicitadas pela Comissão para que ela possa formar o seu julgamento. (Palmas) Por outro lado, entendo que existe uma outra vertente nessa questão. Esse projeto não impede que o Prefeito venha a executar obras, como ele vem executando, muitas delas ao arrepio da lei. Algumas dessas obras são contrárias inclusive ou divergem do que está no dispositivo daquela lei de 1968.

Portanto, fica aqui uma proposta que já discuti com os companheiros de Bancada, que seria a seguinte: existem em tramitação na Câmara Municipal dois projetos relativos a essa questão - um apresentado no início do ano passado, senão me falha a memória, que estabelecia a revogação dessa lei - Projeto 3693. Bem, esse é um projeto. E existe um projeto de Decreto Legislativo apresentado recentemente que suspende os efeitos do decreto que estabeleceu a desapropriação dos imóveis mais recentemente. Bem, essas duas matérias podem e devem ser avaliadas e analisadas pela Câmara Municipal de São Paulo. No decorrer da última semana fiz três apelos da tribuna no sentido de que o Presidente da Câ-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- 544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C15	1	florência	f.lima	18.4.94	m.mendonça	

meza Municipal colocasse essas matérias na pauta dos trabalhos da Câmara Municipal. Não vi nenhuma receptividade por parte do Presidente nesse sentido. Então, o que discutimos na Bancada do PSDB e que aqui torno público hoje é que vamos solicitar uma sessão extraordinária da Câmara Municipal de São Paulo (Palmas), que deverá ser realizada em meados da semana que vem e terá como pauta da Ordem do Dia dos trabalhos dois projetos - o Projeto 3693 e o PDL que suspende a execução da desapropriação. Então, no meio da semana que vem a Câmara Municipal vai ter que se manifestar. Os Vereadores, no seu conjunto, poderão dar sua opinião. Poderão discutir, debater, dizer "Sim", dizer "Não", correto? Mas não é possível que a Câmara Municipal fique assistindo sem ter nenhum posicionamento a respeito dessa questão. Quer dizer, os Vereadores devem assumir o seu posicionamento e todo posicionamento terá os seus argumentos favoráveis e os desfavoráveis. Portanto, fica aqui - provavelmente deveremos convocar essa sessão para quarta-feira que vem, mas ~~semana~~ amanhã estabeleceremos a data exata da realização dessa sessão extraordinária para discutir essas duas matérias. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide C. Ribeiro - PSDB) =

Passo agora a palavra à D^a Sara Realiti.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL 2	2	florência	f. lima	18.4.94	SARA	

A SRA. SARA - Amigos, vizinhos e companheiros,
mais uma vez estou aqui preocupada.

Sr. Relator, Sra. Presidenta, Srs. Vereadores,
sei que os senhores não foram eleitos por nosso bairro, nossa região,
mas foram eleitos pelo povo e não pelo voto do Prefeito... Acredito
que foram eleitos merecidamente. Então, creio que o Sr. Relator irá
analisar o nosso problema com sinceridade e dignidade, assim como a
Sra. Zulaide Cobra Ribeiro. Espero que a Sra. Presidente corresponda à
quilo que o povo almeja, de um legislador, que é honradez e justiça.

Depois de todos os pareceres técnicos que aqui fo
ram dados, depois de todas as leis que estão a nosso favor^e que foram
apresentadas, espero, como cidadã brasileira, paulistana, que vossa
Cidade crescer e ajudou no seu crescimento porque aqui constituiu minha
família, porque aqui criei meu filhos e os eduquei, que esta Cidade cor
responda a tudo aquilo que todos temos feito por ela. Não vamos masso
crá-la com uma lei de 1968, que já caducou há cinco anos após sua elab
oração, à época da ditadura. Naquela época não poderia haver necessi
dade dessa avenida, essa maldita avenida, que já levou um filho meu ao
cemitério. E agora quer levar as nossas casas? As nossas famílias?
Destruir as nossas residências, que foram feitas com sacrifício. Nós



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 222 do proc.
544 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C16	1	florência	f.lina	19.4.54	sara	

não roubamos! Não fizemos murecantaia! Não nos aproveitamos do Governo!
Nada nos foi dado de mão beijada! Nós pagamos os nossos impostos!
Criemos nossas famílias corretamente! para que a Nação crescesse e tivés-
semos orgulho de ser brasileiros e paulistanos!

Esta Cidade tem uma tradição bandeirante e portan-
to o povo desta terra não pode ficar calado diante de tanta insensatez
e de tanta arbitrariedade! As leis estão sendo passadas para trás para
proveito de meia-dúzia de construtoras, que é um poder paralelo em nosso
País e que já destruiu Brasília, já destruiu a moral dos nossos Deputa-
dos! já destruiu a moral dos nossos legisladores! Está na hora, senho-
res e jovens, de lutarem pela nossa cidadania, de lutar pela nossa Cida-
de!

Se hoje aquele legislador lhe ofendeu, ~~SENHORE~~ Sr.
Relator, na verdade ele passou dos limites ao ~~SENHORE~~ proferir diante
dos senhores aquela palavra, pode estar certo de que no coração de toda
a população existe esta vontade! (Palmas) Sinto que tenha sido o se-
nhor e essas Vereadoras nobres que tenham que ter ouvido tal palavra!
Peço desculpas ao senhores pelo nosso Vereador! Peço desculpas ao senho-
res pela nossa exaltação, mas a população está há um ano e quatro meses
com essa espada na cabeça! Não roubamos, Srs. Vereadores! Nós trabalha-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 223
de 1993
544
o TURCISTO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CLQ	2	florência	f.lima	18.4.94	sara	

nos! Nós lutamos! Renunciámos muitas vezes a um passeio, a um conforto em nosso lar para poder empregar em nossa casa, em nosso lar, porque quando se destrói um lar se destrói uma família, se destrói um Estado, se destrói um país e se destrói uma cidade, Srs. Vereador! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Zulaide C. Ribeiro - PSDB) -

Vou dar a palavra agora à Vereadora Tereza Lajolo.

A SRA. TEREZA S. LAJOLO (PT) -

Companheiros e companheiras presentes a esta audiência pública, essa situação vivida por vocês é a situação que vem sendo vivida por nós na Cidade de São Paulo desde o início deste Governo. Todos os processos que são encaminhados pela Prefeitura têm o caráter de ilegalidade, do desrespeito à lei. (Palmas) E como consequência, o desrespeito a todos os trabalhadores e construtores desta Cidade...

Falo isso com toda a tranquilidade porque acompanho de mais de perto o processo, que não é de privatização, mas de desativação da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, desde o início, o processo é ilegal. É o desrespeito a uma lei aprovada pela Câmara Municipal que foi aditada de forma ilegal pela Prefeitura. Esses processos temos encaminhado judicialmente e vai para nossa tristeza em alguns ca-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

224 do proc.
343 de 1993
R. J. J. J.

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL7	1	florência	faria lima	18.4.94	lajolo	

cos até agora a justiça não nos responde no sentido de dizer que realmente os processos são ilegais. Mas a nossa luta continua e nós temos responsabilidade diante desse processo. Mais do que eu acho da existência, hoje, do movimento e questionando tudo isso que está acontecendo, eu acho que é fundamental que a Câmara Municipal ou os Vereadores que não são coniventes com esta realidade que está sendo vivida pela cidade de São Paulo hoje tenham a capacidade de se manifestar.- Mais do que um mero voto a ~~FAVOR~~ favor ou contra uma lei, verifico que hoje temos elementos para tomarmos medidas judiciais enquanto Vereadores. Tivemos um respeito imenso pela luta do movimento e muitas vezes nos pronunciávamos neste sentido, mas acho, e vou colocar a vocês, que é impossível considerar a legalidade do processo quando se tem uma lei que já caducou! É impossível considerar legal um processo que está se dando na medida em que não houve realmente nenhum processo licitatório em termos de quem é consultor, ~~QUAIS~~ quais foram as empresas que ganharam em termos de projeto... Portanto, é um processo que tem várias nuances de ilegalidade e de irregularidade. Nós, Vereadores, ficarmos quietos diante disto é sermos coniventes e limitarmos a expor uma mera questão de posicionamento em plenário nós podemos perder. E não podemos perder ou ficar limitados ao voto em plenário e à exposição daqueles que são a favor de um processo legal. Como Vereadores, temos que assumir que o processo é ilegal e nos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do REG.
- TAQUIGRAFIA - Nº 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL7	2	florência	faria lima	18.4.94	ajolo	

promunciarmos a nível da Justiça. Portanto, além da briga que temos que fazer a nível da Câmara Municipal, temos também que caminhar no sentido de tomarmos uma posição diante dessa questão. E acho que é o momento, pelo que concordo os companheiros de Bancada, os companheiros que não são coniventes com essa realidade e não ficarmos meramente limitados à exposição daqueles que são a favor de um processo ilegal. Nós temos que dizer que ele é ilegal e que com a ilegalidade ele é ilegítimo, desumano, tudo o que vem como consequência, mas temos que dizer isso e tomar posições e encaminhar ações. Mais do que um mero pronunciamento em plenário, um mero pronunciar em momentos públicos, temos que dizer que somos contra e por quê, e exigirmos que haja um pronunciamento da Justiça em relação a esse processo, porque somos legisladores e sabemos que tudo isso é ilegal! Além de constituir um desrespeito à Câmara Municipal de São Paulo! O processo está sendo encaminhado sem que a Câmara se posicione sobre isso. Mas mesmo que a Câmara venha a se posicionar ~~XXX~~ a Câmara não ^{tem} a maioria dos votos necessária. Pode ter 28 votos e 28 votos o Prefeito vai ter praticamente no plenário. Poderá ter, sim. Então, nós vamos ficar quietos diante de 28 votos a favor de uma ilegalidade. Temos que nos posicionar e encaminhar as nossas ações como legisladores responsáveis, primeiro com relação à lei, com relação ao que nós representamos e em segundo como respeito a uma Cidade,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C 18 1		florência faria lima		18.4.94	lajolo	

a seus trabalhadores, que não têm que sofrer com equências de processos que foram negociados e estão sendo legitimados por um governo que foi sustentado realmente por empreiteiras que deram colaboração.

E quero aqui colocar que todas as empreiteiras que foram denunciadas no Processo Pau Brasil estão sendo agraciadas a nível da Prefeitura com obras que foram negociadas em termos não só da sua continuidade, como da sua execução. E o Projeto Faria Lima é um exemplo dessa questão. Ficarmos quietos diante disso é permitirmos ~~vag~~ aquilo que na Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento foi a principal denúncia. A principal não foi só a corrupção, o Parlamentar comprado, mas foi o Estado a serviço das empreiteiras, o Estado ser manipulado pelas empreiteiras e portanto o interesse privado acima do interesse social. ^{sobre} E essa questão é fundamental que a gente se posicione, que a gente ~~EXE~~ se coloque e não permita que outros governos existam nesse sentido. Por isso o momento é de nos posicionarmos! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaio C. Ribeiro - PPR) -

Vou passar a palavra agora ao Dr. Sérgio Suyama,
da ANSUR.

O SR. SÉRGIO SUYAMA - Boa tarde. Eu tinha feito

~~um discurso aqui com muitas considerações, ressaltando novamente a que~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

227 do proc.
54407 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CLB 2		florência	feria lima	18.4.94	sérgio	

tão do aspecto técnico, das nossas críticas em relação a esse projeto de lei. Mas eu resolvi falar de uma outra coisa, que eu acho muito importante falar neste momento. Nós, da Associação Nacional do Solo Urbano, temos uma trajetória ~~in~~ institucional já de 10 anos de defesa da Reforma Urbana e da democratização da terra, da democratização da Cidade, mais do que da terra. Só citaria um fato que acho interessante, que é a nossa participação como uma das patrocinadoras da emenda popular da Reforma Urbana, que se traduziu no capítulo da Política Urbana da Constituição Federal, Art. 182 e 183 da Constituição Federal, bem como a participação na elaboração da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município. Fazer a todo ... Nesta Câmara Municipal a gente já ~~tem~~ vem há algum tempo participando de audiências públicas na perspectiva, justamente porque a gente aposta na democracia das instituições e na participação popular e na elaboração de políticas públicas. Diante desses últimos acontecimentos eu pergunto um pouco assim -por que a gente está participando? Para que serviu a gente participar durante 10 anos, as pessoas que lutaram contra a ditadura, que em 31 de março completou 30 anos, para que ~~nesses~~ serviram esses 30 anos de luta contra a ditadura, de elaboração da Constituinte, de elaboração da Lei Orgânica do Município,...



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 228 do proc.
SÃO PAULO 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
019	1	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

as pessoas que lutaram contra a Ditadura, aqueles que, em 31 de março completou 30 anos, para que serviram esses trinta anos de luta contra a Ditadura, de elaboração do processo da Constituinte, de elaboração da Lei Orgânica de Município, de discussão do Plano Diretor apresentado na última gestão? Pra que é que serviu se a gente vê hoje o Poder Executivo, que constrói as suas obras à revelia - à revelia - do Poder Legislativo?! Pra que serve, gente? Pra que serve? - (palmas)-

Então eu acho - as pessoas que são partidárias da obra, elas vieram aqui, elas estão muito tranquilas porque a obra já começou, enquanto a gente está aqui discutindo, publicamente, democraticamente, numa audiência pública, o Prefeito Paulo Maluf, o Secretário Reynaldo de Barros, a EMURB, a Secretaria do Meio Ambiente, que estão sendo coniventes, já iniciaram uma obra, já iniciaram, à revelia do Poder Legislativo, essa obra da Faria Lima, tá? Eu acho que isso serve para a gente ver que o Estado brasileiro, que foi construído em nosso país um estado paralelo, certo? Um estado clandestino ao Estado democrático fundado na Constituição de 88. Evidência disso é a lista do jogo do bicho onde inclusive ~~MEU~~ consta o nome do Prefeito Paulo Maluf, o que demonstra a sua participação nesse estado clandestino, nesse estado oligárquico, nesse estado autoritário e nesse estado onde dominam



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

229 do proc.
5470 de 1993
AD

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C19	2	Norma	And.Pública	18.04.94		

as oligarquias econômicas em prejuízo da imensa maioria da população que passa fome e que vive nas ruas, e vê seus direitos mais básicos desprezados.

Então eu acho que esta audiência pública é um mecanismo democrático, e eu gostaria de encerrar um pouco falando, chamando, conclamando os membros do Poder Legislativo, não ~~só~~ só os aqui presentes, a assumirem a sua condição de poder - a sua condição de poder e não a sua submissão ao Poder Executivo - como ~~ben~~ bem falou o Vereador Marcos Mendonça, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não são subordinados ao Poder Executivo.

E Eu terminaria conclamando todos os Vereadores desta ~~MLI~~ Câmara a assumirem o seu papel de poder mesmo que seja para ser a favor do Projeto, mas que assumam publicamente a sua função de poder e ouçam efetivamente as demandas, os anseios de toda a população de São Paulo que já se ~~manifestou~~ demonstrou obviamente contrária à obra da Faria Lima.

Eu vou finalizar isso fazendo essa conclamação; eu gostaria de frisar que a gente, já fora, ~~enquanto~~ enquanto o Sérgio estava falando a gente estava discutindo se ficava aqui ou ia embora, tá? A gente resolveu ficar aqui e apostar na democracia - apostar na democra



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha 230 do proc.
5440 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
019	3	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

democracia. Eu espero, eu acho que toda a ~~Município~~ sociedade espera também que os Vereadores assumam essa pauta da democracia rejeitando, aprovando o Decreto Legislativo do Vereador Dalmo Pessoa que anula os decretos do Paulo Maluf, para que a gente possa democraticamente aqui discutir os prós e os contras desse Projeto Faria Lima. Muito obrigada. -(palmas)-

A SRA. PRESIDENTA (Zulaiô Cobra Ribeiro) - Dou a palavra agora ao ~~MEXE~~ Vereador Arnaldo de Abreu Madeira.

O SR. ARNALDO DE ABREU MADEIRA (PSDB) - Sra. Presidente, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, nos encontramos aqui, cara Vereadora Zulaiô, numa situação absolutamente singular. Estamos aqui, em ~~uma~~ plena audiência pública, para apreciar um projeto chamado de Operação Urbana Faria Lima. Esse projeto foi anunciado pelo Sr. Prefeito na perspectiva de apresentar uma grande inovação para a Cidade, que era a possibilidade de fazer uma intervenção urbanística paga pela iniciativa privada. E ao mesmo tempo tomando como partida leis que foram aprovadas em 68, rediscutir aquela região apresentando um novo traçado e um novo quadro de como deveria ser o sistema viário em um processo de recuperação daquela área.

~~E iniciamos os debates. Na comunidade, que esteve esse~~



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 231 do proc.
SÃO PAULO 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C20	1	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

tempo todo ativa, questionando, de qualquer forma levantando problemas da Operação, e aqui na Câmara as Comissões competentes, Comissão de Justiça, inicialmente, discutiu os problemas legais do chamado CEPAC, e a Comissão de Política Urbana começou a entrar no conteúdo propriamente urbanístico do Projeto.

Nesse processo faz-se um parecer da Comissão Municipal de Meio Ambiente em que são apresentadas uma série de sugestões para modificar o Projeto. Até então, estávamos numa discussão técnica, al-
frontalmente
guns ~~EXTRAORDINÁRIOS~~ contra o Projeto, outros favoráveis, mas discutindo conteúdo, discutindo mudanças. De repente vem Sr. Prefeito e vários decretos de desapropriação de casas, contrariando, de ~~EXTRAORDINÁRIOS~~ imóveis, contrariando aquilo que tinha sido objeto de entendimento nesta Câmara Municipal de São Paulo, que era a não iniciação de qualquer tipo de obra antes que a Câmara aprovasse a matéria desde que se trata de uma matéria nova para a Cidade. Nós não estamos mais discutindo projeto velho, da década de 60, mas estamos discutindo outro projeto, uma outra proposta. E o compromisso foi claro, explícito, está nos Anais da Câmara, de que se faria uma rediscussão da matéria.

Muito bem, tudo, ocorre ~~ENTÃO~~ o Parecer da Comissão de Meio Ambiente, que propicia, que propõe uma série de modificações ao Proje



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 232 do proc.
SÃO PAULO de 1993
n.º 544
o (funcionário) 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C20	2	Norma	Aut. Pública	18.04.94		

Projeto, e o Prefeito dá início, dá o pontapé inicial à obra - à obra não, propriamente, mas, enfim, ao processo de desapropriação, inclusive derrubando um primeiro imóvel, e eu pergunto, Sra. Presidente, Srs. Vereadores: como fica a Câmara Municipal de São Paulo num processo desse tipo? -(palmas)-

A verdade, Sra. Presidente, é que, do meu ponto de vista, o Poder Legislativo foi violentado. Nós teríamos de estar discutindo aqui que tipo de relação temos de estabelecer com o Executivo face ao fato de que a matéria foi ultrapassada pelas atitudes que o Executivo tomou, objetivamente. E, vejam, um dos dados desse projeto, importante, que foi usado como argumento fundamental, foi a questão dos recursos. É preciso ter presente, é preciso que a Cidade saiba, que a situação da Prefeitura de São Paulo, que do ponto de vista financeiro vinha sendo uma situação tranquila, já não é tão tranquila assim, por que? Porque ano passado foram emitidos 500 milhões de dólares de títulos da dívida pública municipal, a dívida fundada no Município aumentou de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares para um bilhão e novecentos milhões de dólares. E mais, este ano começou a se recorrer àquilo que é a coisa da qual o administrador público deve fugir que é o chamado empréstimo por antecipação de receita, em que se vai a bancos privados



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

544 93
do proc. 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DELEGADOR	CONT. APARTE
C20	3	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

Foram já, neste primeiros meses do ano, 51 milhões de dólares feitos de empréstimos, a taxas de juros de 27% ao ano, mais TR.

Portanto

~~MANE~~, eu pergunto: se o projeto não foi aprovado pela Câmara, qual é a idéia do Executivo? Que vai fazer com recursos próprios? E de onde virão esses recursos próprios? De uma Prefeitura hoje que não consegue amortizar a sua dívida e, pelo contrário, até para sua própria ~~MANE~~ manutenção tem que recorrer a empréstimos, a endividamento? Eu acho que estamos aí caminhando num certo nível de irresponsabilidade. Nem falo aqui da situação das desapropriações, das situações sociais que estão sendo vividas e todas nós conhecemos, já foi colocado várias vezes aqui por diferentes oradores nesta audiência e em outras audiências, mas me refiro até à situação de bom senso para a administração desta Cidade de São Paulo. É óbvio que a Cidade, a continuar nesse diapasão do ponto de vista de mexer com recurso público vamos finalizar o quarto ano desta Gestão como uma cidade inteiramente falida do ponto de vista dos recursos necessários para tocar a Administração Pública. Portanto, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, me parece que nós estamos vivendo, nesse caso desse projeto, dentro do contexto da Administração Municipal, uma situação de total anomalia, de total irresponsabilidade e de violentação da Câmara Municipal de São



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- 544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRARABE
C21	1	Norma	Aud.Pública	18.04.94		

que a maioria dos Vereadores votassem, etc, era preciso ter pelo menos a paciência de aguardar a decisão da maioria do Plenário, para então iniciar qualquer coisa nesse sentido, mas, não, o que se fez foi, não à paciência, não se espera, não se cumprem as regras do jogo democrático e se coloca a Câmara Municipal de São Paulo objetivamente contra a parede.

Eu acho, minha cara Vereadora Zulaiê, meus caros Vereadores presentes, a nós, Vereadores, neste instante, fica muito difícil continuar a discussão técnica desse projeto; discutir o quê se na verdade o Executivo interrompeu o diálogo, interrompeu a discussão e resolveu atropelar os fatos? Eu, neste instante, só espero da Câmara uma coisa: uma manifestação de soberania e independência, tomando uma atitude dura em relação ao Executivo. --(palmas)--

A SRA. PRESIDENTA(Zulaiê Cobra Ribeiro)(PSDB) - Eu quero
~~continuar a audiência até em respeito às pessoas~~ continuar a audiência até em respeito às pessoas que estão aqui, mas quero avisar, de antemão, que nós vamos suspender esse negócio aqui hoje. Depois que nós terminarmos - vamos ouvir todos, eu vou dar a palavra a todo mundo que está aqui, nós vamos abrir esta audiência pública em diligências, porque eu acho, eu só quero manifestar, o Vereador Paiva volta, ele pediu licença - ele volta - Dr. Sérgio, ele volta, ele vai sair e vai voltar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

335 do proc.
544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT: APARTE
C21	2	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

Eu vou dar a palavra agora ao Leopoldo Massargi. -(palmas)

Eu só quero dizer - pois não, pode se sentar; Dr. Mauricio Faria, daria para o senhor dar lugar para o Sr. Leopoldo sentar? Eu só quero dizer que diante de tantas calamidades públicas nós vamos tomar a atitude de converter depois em diligência, para conseguirmos as respostas de tudo aquilo que nós queremos, porque eu estou sentindo, por parte de vários vereadores essas manifestações todas a respeito dessa situação perplexa que estamos vivendo aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

Nós vamos continuar, vamos dar a palavra a todo mundo, e no final nós vamos fazer uma revolução. Eu dou a palavra ao Dr. Leopoldo Massarti(?).

O SR. LEOPOLDO MASSARTI - Boa tarde a todos. Quando nós aqui chegamos hoje, e logo depois todos nós acabamos nos envolvendo na grande emoção que está dominando o ambiente aqui hoje neste plenário, ouvimos a Vereadora Euláio colocar uma informação no mínimo preocupante, a de que audiência pública nunca tem ninguém, abre e fecha; lamentamos muito que as coisas ocorram dessa forma; não temos porque colocar em dúvida a afirmação da Vereadora, até porque a respeitamos. Mas nós estamos aqui, e estamos aqui colocando todas as informações, técnicas, jurídicas, filosóficas; material para reflexão não falta; material



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 236 do proc.
544 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C21	3	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

para base de decisão não falta, então, para mim fica claro que esta audiência pública é muito diferente de uma série de outras que já ocorreram nesta Casa.

A SRA .PRESIDENTA(Zulniô Cobra Ribeiro - PSDB) - Só um aparte, Leopoldo, eu falei com relação à presença dos Vereadores. Se nós fôssemos exigir, como foi colocado pelo Sérgio, a presença de todos os Vereadores para iniciarmos a audiência pública, aí seria crime impossível na Câmara Municipal de São Paulo. Foi com relação a isso.

O SR. LEOPOLDO MASSARTI - Pois é, foi o que foi entendido. De qualquer forma, objetivando colocar uma série de informações para que os Vereadores possam refletir sobre elas e possam formar ainda mais a sua base de ~~informação~~ convicção para um posicionamento diante dessa contenda, eu vou novamente me permitir a leitura de um material que tem esse objetivo, material para reflexão, material para base de decisão. Quem tem a informação decide segundo a sua consciência e jamais poderá alegar que está decidindo porque não estava adequadamente informado.

- A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente. Há muito tempo, desde que essa luta começou, falamos, argumentamos, colocamos as nossas razões, nossas posições, apresentamos ~~elas~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- Folha 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. À PARTE
022	1	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

fatos e dados técnicos, morais e humanos, e por incrível que pareça, nada muda. Esse processo segue como se o sistema que o protege fosse inexpugnável. Não nos perguntam nada. Nenhum esclarecimento sequer é solicitado, e as decisões vão avançando, todas contra nós, lacônicas, distantes, impossíveis de identificar as razões, os valores, os princípios que levaram cada um à decisão, decisões essas, diga-se, contrárias à nossa vontade de cidadãos, por eles representados, os Vereadores.

Tentando compreender o porquê de tudo isso, lembramos Nelson Rodrigues, dizia ele: Falo, falo, e não digo o essencial. E nos perguntamos: será que nós não estamos conseguindo dizer o essencial, ou será que aqueles que nos representam e decidem não querem ouvir o essencial? E aí uma dúvida, amarga, inferniza nossos íntimos: para que esta Casa de fiscalização e de leis é apenas um instrumento para referendar as decisões do Executivo? - Ficamos muitas vezes a cisnar. Não. Não pode ser. Esta Casa é uma Casa digna, e seus membros também o são. Temos certeza de que considerarão nossas posições, que refletirão, que se posicionarão acima de paixões partidárias, de bancadas de situação ou de oposição, e não permitirão que essa violência, essa inominável injustiça seja cometida contra nós, e contra a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

376 de proc.
344 de 1993
90

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-35	2	alioe	con.pel.urb.	18.4.94	maurício	

cunco do ponto de vista de qualquer critério lógico de preservação do patrimônio histórico e cultural. É o peso da pressão do poder econômico, é o peso da pressão da interferência político-partidária e de instituições que teriam de ser autônomas. E eu quero agora entrar, com a licença da Sra. Presidenta, no que atingiu o cidadão Horácio Galvanese. Na sexta-feira o Sr. Prefeito lançou um decreto suspendendo o servidor Horácio Galvanese por 90 dias. E em entrevista ao repórter do Diário Popular esse servidor foi classificado como vagabundo pelo Sr. Reynaldo de Barros porque estaria participando de uma manifestação em horário de serviço. Ou seja, tal foi a sanha da vingança que nem se deram conta na sexta-feira que Horácio Galvanese era lotado no meu gabinete e que quem estabeleceu o horário de serviço do_1o ou eu. (Palmas)

Mas, é muito pior do que isso, porque na verdade está se usando uma sanção administrativa para atingir o cidadão Horácio Galvanese, que estava na manifestação como morador de Pinheiros, não estava como servidor público. Não há nada que vincule a atuação dele como Presidente do Movimento de Pinheiros Vivo como a condição dele de Arquiteto da Prefeitura de São Paulo. Pretender fazer reproscília contra o exercício do direito de cidadania usando o Estatuto



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
022	2	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

nossa comunidade. Hoje queremos colocar a maior de todas as questões que sustentam ~~NMA~~ uma posição contra esse projeto, a questão definitiva, queremos colocar a questão da vida e do direito à vida, em sua dimensão mais ampla, em sua dimensão universal. A questão do impacto ambiental, do impacto de vizinhança, do impacto sobre o cidadão atingido diretamente sustenta a teoria dos três "is" que desaconselham a implantação desse projeto porque esse projeto é inútil. Para quê servem avenidas? Para que veículos se movimentem. Para quê veículos se movimentam? Para transportar pessoas. É possível resolver a quantidade de viagens geradas na Cidade de São Paulo, em sua região metropolitana, através do automóvel e da construção de novas avenidas que suportem a sua demanda atual e futura? Não. Definitivamente não. Então, por que construir mais avenidas? Já foi demonstrado em várias oportunidades que além de não ser solução para o transporte coletivo, além de não resolver congestionamentos, gera uma série de agravantes indesejáveis. A Cidade de São Paulo, principalmente em suas regiões centrais, não precisa de mais avenidas, precisa, isto sim, de um sistema de transportes coletivos integrados e de alta qualidade. -(palmas)- Como essas questões foram por nós exaustivamente colocadas em outras ocasiões, e particularmente na primeira audiência pública desta Comissão,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 239 do proc.
nº 547 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
C23	1	Norma	Aud.Pública	18.04.94		

Ilegal - ~~HELENA~~ Lerei carta do Prof. José Afonso da Silva, apenas para recordar, senão o maior certamente um dos maiores nomes do Direito no Brasil. "Excelentíssimo Sr. Alfredo Carmargo Penteado Netto; Prezado Sr." - O Dr. Camargo é Coordenador Jurídico do nosso movimento, e nosso vizinho - "Acuso o recebimento de sua carta de 30 de outubro próximo passado em que, em nome da Associação Vila Olímpia Viva, me indaga da constitucionalidade, da negociabilidade do CEPAC - Certificado de Potencial Adicional de Construção, tal como previsto no Projeto de Lei 010543/93, em trâmite perante a Câmara Municipal de São Paulo. Em resposta, reafirmo meu parecer verbal no sentido da inconstitucionalidade desse procedimento previsto no referido projeto de lei. De fato, seu ~~HELENA~~ artigo 7º autoriza a Secretaria Municipal de Planejamento a emitir certificados referentes à outorga de potencial adicional de construção e da alteração de parâmetros de uso e ocupação do solo, sob a denominação de Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC, ~~HELENA~~ que serão convertidos, na ocasião de sejaada por seu detentor, em quantidade de metros quadrados de área de construção computável, estabelecida em função da sua aplicação em lote específico. Isso quer dizer que se trata de um título representativo de um bem de natureza real - metros quadrados de área de construção



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C23	2	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

- será uma novidade da mais alta repercussão porque será um título ou valor mobiliário tal como qualquer título representativo de valores como os sujeitos ao IOF. Mas com a peculiaridade de ser também de natureza real, na medida em que representa valores imobiliários: metros quadrados de área de construção. É esse título, com essa natureza complexa, que o parágrafo terceiro do artigo 7º do Projeto declara livremente negociável, nos termos seguinte: os certificados poderão ser negociados livremente, até que seus direitos sejam utilizados na vinculação a lote específico, cujo projeto de edificação deverá ser submetido aos órgãos competentes, à aprovação dos órgãos competentes da Municipalidade, toremos então transações imobiliárias através do negócio de compra e venda do CEPC, mediante simples tradição e não por escritura pública, como prevê a legislação federal, e o registro imobiliário, como fica ?" - Pergunta o eminente professor. Não importa sequer entrar aqui nessas cogitações mais sofisticadas, basta verificar que tal negociabilidade se caracteriza como um negócio de compra e venda cuja regulamentação escapa à competência municipal, mormente em se tratando de compra e venda de algo ainda não considerado no ordenamento jurídico brasileiro. A compra e venda, qualquer que seja o seu objeto, é sempre um contrato pelo qual uma das partes se obriga a transfe-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 242 do proc. 544 de 1993
o dia 18 de 04

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C24	1	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

limitado.

O SR. LEOPOLDO LIASSARTE - OK. A paciência que estou lhe pedindo é para me dar um pouquinho mais de tempo, só. -(risos)-

E Ilegítimo: por inacreditável que possa parecer - por inacreditável que possa parecer - não está sequer sendo considerada a posição da comunidade diretamente atingida. Afirmam os defensores do Projeto que somos contra o progresso e a modernidade. Será que é progresso expulsar pessoas de suas próprias casas, e negociar o espaço que lhes pertence com mega incorporadores, numa flagrante e insuportável desigualdade de forças? Será que é moderno aliciar pessoas despreparadas, desinformadas e desesperadas para produzir a falsa idéia pública de apoio popular ao projeto? O que somos contra, convictamente contra, é à desapropriações desnecessárias e à forma pela qual se processam. Em países onde as instituições são mais desenvolvidas, processos dessa natureza consomem anos de negociação, e muitas vezes não são aprovados, isso porque o eventual desapropriado tem de concordar com a desapropriação e com as soluções a ele apresentadas para os problemas por ela criados. Poderíamos aqui citar - e não vamos fazê-lo por uma questão de tempo, uma série de exemplos: a ilha de Manhattan, o caso de Firenze, o caso de Tóquio e outros tantos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

343
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C24	2	Norma	Aud.Pública	18.04.94		

A imagem, para aqueles que serão expulsos, é da derrubada de uma floresta, no momento seguinte nada mais existe. ~~Restam~~ Alguns morrem; aos sobreviventes resta apenas a desorientação e o desespero. Como fica a reconstrução de tudo o que possuíam e conquistaram ao longo de suas vidas ? Não é só a casa - é também a casa - quem paga a desorganização da vida das pessoas atingidas, de famílias inteiras ? Como se valoriza isso ? Quem paga a desestruturação emocional das pessoas, a desesperança que se instalará definitivamente em suas almas? Quem paga a destruição da comunidade e das coisas que tenham valor afetivo imensurável ~~para~~ para aqueles que a compõem ? Antes de perguntar às pessoas se são a favor ou contra, é ~~fundamental~~ fundamental perguntar se elas sabem sobre o que estão opinando, se conhecem as regras do jogo, se sabem como são valorizados os imóveis, se sabem como ficarão as pessoas no dia seguinte ao da expulsão de suas próprias casas, se sabem que a grande maioria dessas pessoas não têm para onde ir, se sabem que as demandas judiciais poderão demorar anos, se sabem que as comunidades destruídas, o tecido da vida das pessoas, jamais serão reconstruídas, enfim, se sabem que ~~se trata~~ se trata de uma violência econômica e social contra as pessoas dos locais escolhidos.

Infelizmente, vivemos num tempo de muita informação ~~em~~
~~de~~



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

244 do proc.
543 93
O JORNAL DE SÃO PAULO

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C24	3	Norma	Aud.Pública	18.04.94		

sem sequer procurar saber se os objetivos e o entendimento dos incentivadores da proposta são iguais aos seus. O resultado disso é legítimo, perguntamos. Definitivamente, a avenida nós não queremos, por não ser necessária e por não resolver quase nada das questões a que pretensamente se destina. A Operação Urbana e o CEPAC que lhe dá sustentação precisam ser vetados por esta Câmara. Vale lembrar que o dever do Poder Público ser árbitro isento das demandas da sociedade. Jamais pode ser parte nos negócios gerados por essas demandas. Isso não é certo, isso não é ético. Isso não é moral. -(palmas)-

Uma vez iniciado esse processo, ele se alastrará como um câncer de metástase, aniquilando todo o organismo vivo da Cidade. Onde precisar uma rua, uma avenida, uma praça, seja que benfeitoria de infraestrutura for, lá terá de comparecer o Poder Público para viabilizar o interesse incorporador e conseqüentemente o negócio. A parte fraca, o cidadão comum, nós, que formamos o tecido vivo das comunidades, seremos esmagados.

Srs. Vereadores, não permitam que isso aconteça! Não se transformem em cúmplices dessa violência, nós, das comunidades atingidas, estamos sentindo como as Nações Índias, eu vou repetir para que seja entendido: estamos nos sentindo como as Nações Índias, dizimo-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

345
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
024	4	Norma	And. Pública	18.04.94		

dizimadas décadas atrás na América do Norte, e ainda, nos dias atuais, nos locais onde sobrevivem. De nada vale lamentar a história, é preciso escrever a história com justiça e dignidade. O massacre dos Ianomamis está, desgraciadamente, presente em nossos dias; o massacre das Nações Índias da América do Norte já se consumou, como escreveu Dee Brown em vários livros, particularmente o relato impressionante contido em sua obra "Enterrem meu coração na curva do rio.", da qual me permitirei reproduzir rapidamente um pequeno trecho cuja eloquência dos fatos se basta. Estou encerrado. "Nos velhos tempos em que o moçoíno ganhava do bandido e casava com a moçoína ninguém era mais bandido que o índio. Quando os pacíficos colonos vinham falando de uma nova ...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA- 544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
025	1	emira	op.faria lima	18.4.94		

O massacre das nações índias na América do Norte já se consumou, como escreveu Di Brown(?) em vários livros, particularmente o relato impressionante contido em sua obra "Enterrem meu coração na curva do Rio", da qual me permiti reproduzir rapidamente um pequeno trecho, cuja eloquência dos fatos se basta: "Nos velhos tempos em que o mocinho ganhava do bandido, e casava com a mocinha, ninguém era mais bandido do que o índio. Quando os pacíficos colonos vinham falando de uma nova terra prometida, a a câmara ia para o alto das escarpas e era inevitável, lá estavam as silhuetas odiadas. Confusão, berros, o mocinho dava as ordens, os carroções ficavam em círculo. Um índio velho, cheio de penas, dava um berro, ou agitava uma lança. Era um sinal, lá ia o bando de gente pintada, berrando agredindo os pacíficos colonos. Mas, e a verdade, a tal gente pintada que berrava, é um povo ativo, nobre, com uma cultura própria, que só entre em guerra defendendo o direito de viver nas terras que sempre foram suas. Contra eles um dos maiores exércitos da época, armado com as últimas descobertas da tecnologia bélica, para enfrentar mosquetões obsoletos: arcos e flechas". O livro de Di Brown virou "best seller", e passou mais de um ano sacudindo consciências, e revelou uma face triste da formação dos Estados Unidos. O resultado foi fulgurante. Após "Enterrem meu coração na curva do rio", a opinião pública se voltou para o índio, porém realizou a tardia revisão histórica da epopéia da conquista do Oeste. Como afirma Di Brown, se os leitores desse livro alguma vez puderem ver a pobreza, a desesperança, e a miséria de uma reserva índia moderna, acharão possível compreender realmente as razões disso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

347
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
025	2	emira	op.faria lima	18.4.94		

Poderão aprender algo com a própria relação com a terra. ~~Exponham~~ Com um povo que era de conservacionistas verdadeiros. Os índios sabiam que a vida equivale à terra, e seus recursos. E não podiam compreender por que os invasores do Leste estavam decididos a destruir tudo que era índio, e a própria América.

Níven Verrealha, do Sioux, sintetizou tudo numa frase: "fizeram-nos muitas promessas, mais do que posso me lembrar, mas eles nunca cumpriram. Menos uma, prometeram tomar nossa terra, e a tomaram? Nunca foi tão presente e tão atual, apesar de milenar, o pensamento de Sêneca: "Não há razão para se fazer o elogio do que é errado, apenas porque não se consegue viver à altura do que é certo".

Nobres Vereadores, a história está em vossas mãos. Este Projeto não pode prosperar. A Operação Urbana precisa ser vetada, ou com outras tintas, outras imagens, outro cenário, mais uma vez se repetirá a destruição de comunidades. Não há ilusões. É falsa a idéia de interesse público. Esse projeto não é para beneficiar a todos, é para expulsar uns, e abrir espaços para que outros o ocupem.

Derrubem esse projeto, derrubem essa Operação Urbana, antes que derrubem tudo. Nossas comunidades, nossas casas, nossos direitos, nossas esperanças, nossos sonhos, nossas vidas, Confiamos em vosso espírito de justiça. Muito obrigado. (palmas)

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vou dar a palavra agora, à Vereadora Aldaíza Spesatti, por 5 minutos. Eu deixei o Leopoldo 25 minutos, para que conste dos autos o belo discurso que ele fez. Então, aqui estamos de acordo com a situação. (Palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C25	3	emira	op, faria lima	18.4.94		

A SRA. ALDAIZA SPOSATI - Boa tarde, senhoras e senhores, caros Vereadores, penso que pronunciar nesta audiência, e na condição de Vereador, não é mais ~~anunciamento~~ — e aqui outros que me antecederam disseram algo nessa direção — do que falar sobre o mérito da Operação Urbana Faria Lima, no ponto a que chegamos.

Mas, entendo que a ~~mã~~ audiência de hoje só terá efetivamente o papel democrático dela, previsto de audiência, se ela tomar uma posição de fato em relação à dignidade do legislativo municipal, a dignidade de cada um dos Vereadores, a dignidade de realmente corresponder e responder à tramitação prevista nas leis. Por que que estou dizendo isto? Acho que foi bastante forte, dentre os vários pronunciamentos, quando o Sérgio Suyama disse que estava em dúvida se iria falar, porque havia uma questão em plenário, se ficar, ou ~~ira~~ embora. E essa questão — cara Vereadora Zulaiê, lhe dirijo na condição de Presidenta —, quando estávamos na semana passada, na quinta-feira, fizemos realmente essa pergunta, ou seja, de que valia, e de que vale o processo pretensamente democrático, de ~~seixum~~ ^{projeto de lei} ter um ~~projeto~~ sem tramitação na Câmara de São Paulo, ter audiências públicas aqui que terminam sendo ~~re~~ rituais, para fazer constar, mas não de fato para poder se incorporar no processo, de que vale isso, se de fato o Executivo, o Prefeito Paulo Maluf, permanece em atitudes arbitrárias sem fazer valer em nada o respeito, a dignidade do legislativo e a dignidade de cada um de nós, Vereadores?

Então, acho que essa pergunta é extremamente séria, e eu diria que esta audiência põe esta questão para cada um de nós, quer diz



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

249
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C26	1	emira	op.faria lima	18.4.94	aldaisa	

zer, a nossa dignidade está ondds, e vai tomar qual rumo neste momento, neste processo e neste projeto de lei? Então, para mim, não é mais uma questão somente da análise do mérito. É muito mais do que isso, Por quê? Por que uma lei de 68, aprovada pelo Executivo por ~~o~~ decurso de prazo, prevalece a um processo democrático, ela prevalece à história, a tudo o que aconteceu de 68 para cá. Eu acho que já foi dito e redito isto, mas acho que este é o marco emblemático do que está acontecendo.

Segundo ponto, esse envio do projeto de lei veio aqui para a Câmara sem estar instruído. Então, se ^{qualquer} ~~se~~ um de nós, como cidadão déssemos entrada numa repartição da Prefeitura um projeto de aprovação não instruído como esta este, ou teríamos vários "communique-se", ou não conseguiríamos aprovar. Todavia, nós, enquanto legislativo, não tivemos sequer o respeito de receber a cópia do relatório de impacto de vizinhança, que seria o mínimo do disposto em lei, para examinarmos. Então, está prejudicado, sim. E está prejudicado também por que o debate não é feito frente à frente com as autoridades que estão colocando este projeto de lei. E aí, eu diria ao caro Arquiteto Lefèvre, que trabalhou na Administração Luíza Erundina, e que seguramente não teve na Administração Luíza Erundina o constrangimento de ser o único técnico, sem ter a Presidência da EMURB junto discutindo um projeto odessa monta com a população. Nunca se negou, na verdade, a democracia da discussão direta. Então, por que isso acontece? Por que de nada vale essa discussão. O que importa é o que está havendo lá, de fato, em termos de demolição. ~~Isso~~ Isto aqui é meramente um ritual de faz de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

54450
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
026	2	emira	op.faria lima	18.4.94	aldaisa	

acho que está realmente posto para nós o limite da dignidade. E acho que essas arbitrariedades vão além. O sentimento de traição não é só dos senhores. O sentimento de traição, pelo menos, é meu, e penso que de outros Vereadores também, pelo ~~próprio~~ pronunciamento de muitos que me antecederam, quando um presidente, hoje presidente da Casa, no ano passado líder do governo, afirmou que nada será feito antes da aprovação do projeto. Isto foi dito. Só que os fatos não seguem as palavras.

Foi dito também: "nenhum recurso será gasto na Operação Faria Lima". Só que no orçamento veio com dinheiro para a Operação Faria Lima. Ou mais, todos os desapropriados receberão muito mais do que o valor da desapropriação. E o fato é que nem isso está ocorrendo, e que todos os precatórios emitidos no ano passado estão sendo usados e foram usados os recursos daí advindos, para as grandes obras. E os desapropriados continuam na fila ~~para~~ aguardando seu pagamento. Testemunhem com os desapropriados! Então, é uma sucessão, na verdade, de traições. E acho que isso é extremamente importante, do ponto de vista do nosso foro íntimo, da palavra que o legislativo tem perante a sociedade. Qual é o apalavramento das discussões que aqui foram feitas? (Palmas) Eu disse em plenário, e quero registrar mais uma vez, e disse aos senhores, até o meu depoimento tendo sido secretária das Administrações Regionais: Quando se pega funcionário de administração regional para fazer demolição, ou é porque é uma urgência urgentíssima, ou por que há, meramente, um interesse político. Funcionário de regional é para manter a cidade, e não para fazer, na verdade, demoli-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

544 251 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
226	31	emira	op.faria lima	18.4.94	aldalza	

ção de prédios. Então, isto é, na verdade, a demonstração de mais um constrangimento: fazer valer a lei de 88, passar por cima do legislativo, passar por cima das palavras, dos compromissos, usar os funcionários, fazer esse uso político indevido. E mais, agora, acho que chegamos às raízes desse constrangimento, foi suspenso o Horácio; foi suspenso o Arquiteto Horácio Galvanese, sem dizer o porquê. E inquirido, não se sabe por que ele foi suspenso. Mas, mais do que isso, Vereadora Zullaiê, aí que está uma questão gravíssima para o legislativo, esse funcionário, Horácio Galvanese, estava ~~matriculado~~ comissionado aqui na Câmara, e o Diário Oficial de hoje publica a remoção dele, sem qualquer consulta ao Vereador Maurício Faria. Então, onde está, de fato, o respeito à cada um de nós, Vereadores? O que faz o Presidente Miguel Colasuomo? (Palmas) Então, quero dizer que dados(?) estão sendo postos como válidos todos os mecanismos de constrangimentos. Então, é realmente de profunda indignação que a gente tem que estar aqui. E aquela questão "ficar, ou ir embora", ela é profundamente correta, por que estamos nos olhando cara a cara pra quê? Estamos discutindo aqui pra quê? Então, ou nós ^{tomamos} ~~tomamos~~ efetivamente uma posição, que já foram aqui consideradas. E aqui, para encerrar, vou novamente ~~reafirmar~~ reafirmá-las. Primeira posição: este projeto está prejudicado, por que ele não está realmente instruído para tramitar no legislativo. E se é necessário mais uma formalização para dizer que ele não está instruído, está aqui o meu requerimento, mais um que faço, dentre outros que não foram aqui anexados. Este projeto não está acompanhado do relatório de impacto de vizinhança; não está acompanhado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

362 do proc.
344 19 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT'APARTE
C26	24	emira	op.faria lim.	18.4.94	aldaíza	

No relatório de impacto ambiental, O legislativo não recebeu esses relatórios, portanto, isso não pode receber parecer de mérito; não pode sair desta Comissão. É uma ilegalidade, do ponto de vista do parecer de mérito. Então, acrescentamos, e entregamos mais este requerimento, como forma de justificativa formal. Os fatos já têm. Acho que a Sra. Presidenta, os Vereadores todos desta Comissão já têm, mas mais um ato formal. Se na verdade ajuda mais um ato formal.

E a proposta do Vereador Marcos Mendonça: saímos realmente com o propósito de marcarmos uma sessão extraordinária na próxima semana para estar nos examinando tanto o projeto de revogação da lei,...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

544 do pres.
de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C28	2	regina	Faria Lima	18.4.94		

Gostaria da presença do Sr. Relator. Então, pelo menos, que comunicassem a ele o que falei, ou que ouvisse a gravação e tomasse alguma providência. Quanto à questão ambiental da obra, na audiência passada foi encaminhado documento contendo diversas críticas, de diversas associações, em relação ao estudo de impacto ambiental do projeto Faria Lima. Então gostaria de saber se os Vereadores tomaram conhecimento das observações, porque o EIA que foi apresentado tem conteúdo técnico duvidoso. Em também ~~em~~ aspecto duvidoso do ponto de vista ético, (Palmas). Bom, vou recomençar, porque estou falando sobre a questão ambiental. Falei que foi encaminhado na audiência passada documento contendo críticas, assinado por diversas associações sobre o EIA-Rima, estudo de impacto ambiental do Projeto Faria Lima. Na nossa crítica, ~~as~~ a gente mostrou que o EIA-Rima tem aspecto técnico duvidoso e também aspecto ético com alguns problemas. Estou falando ético no sentido amplo da escolha de valores sociais que promovem justiça, igualdade e liberdade humana, que são conquistas da civilização. O EIA considera como pacto positivo, e ^{textual} é uma citação ~~presente~~, a mudança do perfil da população em termos de renda. Ou seja, citação textual, o deslocamento da população não compatível com as novas regras de consumo que se estabelecerão no bairro. Um EIA desse tipo mostra que não pode ser ético. O EIA colocou como valor positivo máximo a animação do mercado imobiliário, o que demonstra claramente mais interesses ou a quais interesses o projeto e o EIA estão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO 255 do proc.
n° 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O ORADOR	CONT. APARTE
C28	3	regina	Faria Lima	18.4.94		

servindo, O EIA tem também avaliação da positividade ou não do impacto, a valorização imobiliária, que também não é, do ponto de vista ético, de promoção de justiça, não há ética no projeto como no EIA. Agora, em um país como o Brasil qualquer ação que promove mais concentração de renda, e esse projeto nitidamente vai promover concentração de renda grande em uma área, qualquer tipo de ação como essa, num país como o Brasil, deve ser denunciada no mínimo como imoral. (Aparte fora do microfone). Não está ouvindo? (Pausa). Concluímos que o EIA era inepto para tomada de decisão e, mesmo assim, foi aprovado na instância municipal. Ainda mais, esse EIA foi arbitrariamente denominado de "relatório de vizinhança", para um ato gramatical. Escreveu-se assim: "Este EIA é, portanto, um relatório de vizinhança". Quer dizer, quem conhece o EIA percebeu que o cidadão não é considerado, isso quem lê. A Cidade é vista como um conjunto de edifícios, sistema viário e, quando muito, umas praças. O cidadão aparece apenas enquanto usuário passivo dos equipamentos, a cidade é vista como equipamento de consumo, e não como personagem.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 256 do proc.
n.º 344 de 1993
n.º funcional 10

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C29	1	Marcelo	Aud. Pública	18.04.94		

~~_____~~ atuante na construção dos espaços. Agora, como esse ~~EIA~~ EIA (?) pode ser denominado relatório de vizinhança se o marador não aparece, os bairros são descritos em termos de desenho urbano e não termos de uma rede de ~~relações~~ relações sociais locais. ~~agora~~

Agora, existe metodologia de estudo, de rede de relações sociais, metodologia muito conhecida internacionalmente, imensa, quer dizer, quem escreveu esse EIA parece que não conhecia esse tipo. Ai eu penso, se tivesse um estudo mais competente ou um verdadeiro relatório de vizinhança, ~~as~~ as ~~conclusões~~ conclusões seriam outras, quem pode garantir. A questão ambiental tem recebido um tratamento muito superficial e apressado, o EIA é fraco, é sumariamente aprovado, o processo de licenciamento contou com ~~as~~ etapas espúrias, que já foram denunciadas aqui, a deliberação Consema, do Conselho Estadual de Meio-Ambiente, está sendo desconsiderada, o EIA-Rima não está lá dentro para ser licenciado e não existe um estudo real de relações de vizinhança. E aí eu queria saber como os Vereadores da Comissão vão se posicionar frente a tantos problemas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

267 do REG.
544 de 1993
n° 544

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
029	2	Marcelo	Av. Pública	18.04.94		

Agora, só um comentário final, como cidadã estou muito preocupada não só com a avenida, que até pode valorizar minhas propriedades, mas dinheiro aqui não é relevante, eu estou preocupada com esses procedimentos falsos, estou preocupada com a manipulação da opinião de um público que é desinformado para viabilizar intervenções que vão beneficiar pequenos grupos, estou preocupada com o abuso de poder que está sendo utilizado ~~x~~ como forma de ~~manipulação~~ coerção, que no caso, hoje é patente, preocupa-me com essa vitória da ignorância, porque parece que sempre a ignorância vence e escorada numa concepção de modernidade muito mofada, do século XIX. Estou preocupada também com a ausência de mecanismos institucionais de defesa do cidadão contra ações estatais e leis injustas. E aí o que nos resta? A desobediência civil. Quem não luta por seus direitos não é digno de direitos. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Zuleiê Cobra Ribeiro) - Tem a palavra a nobre Vereadora Ana Martins.

A SRA. ANA MARTINS - Sra. Vereadores da Comissão de Política Urbana e demais Vereadores, senhores, senhoras e companheiros, nós vivemos nesta cidade uma situação de intranquilidade para os setores ~~x~~ empobrecidos, ~~x~~ uma situação de injustiça como esta que todos que são atingidos por este projeto vem vivendo e isso tem raízes na ques



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 58 do proc.
- TAQUIGRAFIA - Folha n. 544 de 1393

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C29	3	Marcelo	M. Pública	18.04.94		

tão democrática. A raiz disso está no perfil de uma administração que quer, desde sua campanha, demonstrar uma falsa pregação de democracia e de participação, nas que na realidade seu conteúdo é antidemocrático, é anti-participação popular. Seriam inúmeros os fatos se fossemos examinar aqui. Eu gostaria de iniciar dizendo, eu que ~~min~~ estou falando em nome da Bancada do PC do B, que nós para podermos viver, para podermos não ter que conciliar com as injustiças, nós precisamos de um estado democrático, seja federa, estadual ou municipal, um estado democrático que garanta a participação popular. Essa é uma das conquistas da Constituição de 5 de outubro de 1988, e que estão querendo destruir. Nós precisamos de um estado que garanta a soberania dos poderes e não isso que foi denunciado aqui, que não se respeita a Câmara Municipal, não se respeita o mandato de um Vereador quando se demite um funcionário do gabinete sem sequer colocar, conversar, mas para puni-lo. ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

259 do proc.
544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
030	1	morg.	aud. pública	18.4.94		

é uma administração que sabe punir, pune politicamente, portanto, não garante a democracia, também nós precisamos de uma administração no município que garanta os direitos sociais e essa administração não faz isso. Vou adiantando a minha fala e no final vamos ver que levanto fatos concretos. Esta administração administra de forma ilegal, porque tanto o velho projeto como o novo projeto têm características anti-constitucionais. Nós do PC do B entramos na justiça com uma ação de inconstitucionalidade direta. Essa lei 7.104 não foi revista e dá base para o novo projeto. Quando a Justiça pede informações ao Executivo, ele sai pela tangente. Temos um documento de 30 páginas, ele não assume com seriedade nem quando fala com a Justiça. Então, queria dizer aqui que essa é uma administração que quer pregar a modernidade, quer implantar um projeto que vai trazer modernidade, mas isso quando não se pratica a democracia, não se respeita a participação popular essa é uma modernidade caduca, é uma forma velha de governar, é uma forma ultrapassada de governar. Daí o desgaste dessa administração eo Sr. Maluf não ter condições de se lançar numa coligação consistente porque não tem pernas para segurar. Por que se desgastou com uma administração antidemocrática que tirou dinheiro da saúde, da moradia. ~~Srs.~~ Senhores, tenho estado em administrações como em São Miguel Paulista, Guaiunazes,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

260 do proc.
544 de 1993
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	U	ORADOR	CONT. APARTE
030	2	morg.	mod. pública	18.4.94			

Itaquera, Campo Limpo e as verbas estão congeladas para fazer asfalto em pequenas ruas, mas o projeto Faria Lima, por vaidade do Sr. Maluf quer que vingue. Isso para o que é. Isso porque ele tem interesse pessoal com o Sr. Júlio Neves, e com as grandes empreiteiras e o povo da cidade sai prejudicado. A saúde está numa situação cada vez mais graves e muitas mortes que estão ocorrendo são de responsabilidade dos que estão no poder. Eu queria colocar aqui que nós precisamos sim continuar ganhando a Câmara Municipal para que ela seja coerente, coberana, que assuma o papel dela com a cidade de São Paulo. Quero dizer aqui que os vereadores dos partidos políticos que já aprofundaram a questão e se posicionaram precisam sim também ganhar os demais colegas. Por isso essa proposta que o Vereador Arnaldo Madeira fez aqui de uma sessão extraordinária merece todo o nosso apoio e precisamos sim além do PSDB, do PT, do PC do B fazer um apêlo aos colegas do PL, que muitas e muitas vezes têm agido aqui com independência que novamente discutam essa questão com a bancada deles e que se posicionem com dignidade, se posicionem com democracia, com independência, para que a cidade não fique mais prejudicada. Precisamos também apelar aqui aos Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- n.º 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	1	Angela	Faria Lima	18.04 .94		

para que a Cidade não fique mais prejudicada.

Precisamos, também, apelar aqui aos Vereadores do PMDB. Não precisamos de todos, não, precisamos de uns três ou quatro . Para que eles, em nome do partido que o ajudou a lutar contra a ditadura, tenham uma postura digna aqui.

Para encerrar, queria dizer que a luta jurídica e a luta política têm de continuar, porque a Cidade não pode ser tão prejudicada. Essa avenida vai favorecer, sim, o carro, o transporte individual, os setores, os bairros muito bem servidos, enquanto as periferias ficam sem asfalto .

Eu queria que tanto o Movimento Pinheiro Vivo quanto o Movimento Faria Lima fossem persistentes, para que ganhassem o apoio de outros setores . A USP, que esteve aqui comemorando os 60 anos de fundação, falou muito bem que o seu papel é, também, o de pensar sobre os grandes problemas da Cidade. Então, que também eles se posicionem a respeito para que todos nós, unidos, façamos prevalecer a democracia, a participação popular e os direitos sociais do povo da Cidade.

Muito obrigada. (Palmas,)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

262 do pres.
549 de 1993
o Vereador

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C31	2	Angela	Faria Lima	18 .04 .94		

A SRA. PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro) - Dou a palavra, agora, ao Sr. Djalma Andrade da Silva, por 5 minutos, por favor.

O SR. DJALMA ANDRADE DA SILVA - Sra. Presidenta, Srs.

Vereadores, senhores e senhoras, antes de atingir o alcaide da Cidade num momento muito importante para a Nação, que é o da eleição da Presidência da República, eu quero me pronunciar a respeito da criação dessa nova moeda .

Não adianta nós mudarmos o nome do nosso dinheiro .

É a mesma coisa de termos um talão de cheques e não termos fundos .

Não adianta URV ou PO ou TI, qualquer coisa, não adianta, teríamos de depositar o ouro no Fundo Monetário Internacional para valorizarmos a moeda e não mudarmos o nome .

Agora, quanto ao Sr. Paulo Salim Maluf, um homem sem caráter, sem brio, sem palavra, ... (Palmas.) Ele é um homem que não tem brios. Ele pode ser macho, mas homem ele não é . (Risos.)

Eu falo porque ~~eu~~ tenho na carne ... Eu pertencço à Comunidade de Sofredores de Rua e vejo que já tem muitas pessoas no meio da rua, para que ele venha pôr mais gente ainda na rua, tirar as pessoas da casa para colocar na rua. (Palmas.)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 264 do proc. 524 do 1993
e seu anexo 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
032	1	Raimundo	C. Política Urb. 18-4			

... Então, vamos lá, Sandra Regina Santo Ambrósio, (Palmas)

A SRA. SANDRA REGINA SANTO AMBRÓSIO - Eu t~~ei~~inha decidi-
do nos últimos dias que se eu fosse me pronunciar hoje aqui eu iria fa-
lar sobre ética e acho que ~~a~~ Deus me iluminou, porque nunca foi tão pre-
sente esta ~~a~~ questão da ética como nós estamos discutindo hoje aqui.

Eu não procurei no dicionário a definição para ética e talvez nem seja a pessoa mais apropriada para essa definição, mas eu vou dar uma definição minha que eu acho que é compreensível para todos, e que acho que é uma definição válida. Ética é respeito a princípios. E queria abordar aqui a questão da ética sob 3 aspectos: a ética na tra-
mitação ou avaliação técnica do projeto, a ética na ~~a~~ forma como parte da mídia tem nos tratado e a ética na relação eleitores-eleitos.

Começando pela avaliação técnica, entrando um pouquinho na seara ~~a~~ do que a Bia acabou de falar, se a gente pegar, por exemplo, um dos pontos do EIA, que significa Estudo de Impacto Ambiental, que, em tese, deveria ser um estudo realmente técnico e ~~a~~ isento para fazer a avaliação de todos os aspectos que uma obra traumática como essa vai causar sobre as populações dos 4 bairros atingidos. Esse estudo não se furta ou não se envergonha de, servindo ou de tentando justificar ou le-
gitimar a cobiça imobiliária que se volta sobre os nossos bairros, esse estudo tem a ousadia de ~~zix~~ dizer que a valorização imobiliária da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

265 do proc.
949 de 1993
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
	032 2	Raimundo	Com. Pol. Urb.	18-4-		

região servirá para descolocar a população não compatível com o novo padrão de consumo que lá deverá se instalar. Isso significa o que, trazendo em miúdos ? Significa que nós não servimos mais para lá, que eles resolveram um outro desenho para a Cidade e que nós enfeíamos essa paisagem. Então, eu pergunto, será que a minha família que tem 70 anos de bairro não tem mais direito de morar lá ? Ou vocês todos, nós não temos mais esse direito ? Provavelmente nós enfeíamos sim a paisagem, porque todo estorvo é feio e nós nos tornamos um estorvo para essa cobiça imobiliária que só quer realizar os lucros dela nessa região, quer travestir um projeto imobiliário como se ~~uma~~ fosse uma obra viária necessária para a Cidade.

Ainda dentro desse aspecto técnico, quero me reportar à própria fala, ~~essa~~ declaração para a imprensa da responsável por esse estudo técnico no dia daquela maldadada audiência do CADIS. Naquela dia, a senhora Manece (?), se não me engano, como é conhecida, disse o seguinte numa entrevista que eu vi pela TV, de que não havia como medir, como mensurar o impacto humano que causaria uma obra desse vulto sobre a vida das pessoas. Então, ela disse o seguinte: não dar para medir, fica difícil medir. Mas não dar para medir, em compensação, em se considerando o benefício que ela trará para o restante da população esse impacto, digamos assim, pode ser esquecido ou desprezado. As pa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 266 de 1993
644
O Secretário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c32	3	Raimundo Com. Pol. Urb.		18-4		

lavras não são textuais, mas o sentido é o mesmo. Será que isso é verdade, minha gente? ~~Rar~~ Provavelmente não.

Quanto ao segundo aspecto da ética, quero me referir especificamente à matéria maldosa, encomendada, paga e suja com que a Vejinha nos tratou na reportagem de domingo passado.... (Palmas) Eu, Janetine (?) Roseangela, dona de escola, Profe. Antônio Cândido e tantas outras pessoas do bairro fomos entrevistados por essas 2 jornalistas. Eu particularmente deu uma entrevista para Miriam Scavoni (?) e já falei a ela sobre essa indignação e mandamos inclusive um Fax contestando. Muito bem, nós fomos entrevistados, só que vimos que aquela matéria estava muito mais para para a Coluna da Joyce Pascowitch, porque só tinha a socialite lá. Então, será que em vez de dar um espaço para o Clodovil, não pelo Clodovial de quem eu gosto, mas que sequer tinha opinião formada, não x deveríamos dar esse espaço, por exemplo, para o Prof. Antonio Cândido, que além de um dos mais brilhantes intelectuais deste País, além de tudo nós dar a honra de ser morador do nosso bairro? Que critérios jornalísticos, que princípios moveram essas jornalistas a fazer uma matéria tão baixa e vil, tão escancaradamente tendenciosa.

E no terceiro aspecto que eu acho que é o aspecto ~~1~~ que foi hoje colocado aqui na extensão desta audiência pública, mas eu tom



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 367 do proc.
SÃO PAULO 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c32	4	Raimundo	Com Pol. Urb.	18-4		

bém quero citar 2 exemplos pessoais e especificamente vividos nas s2
últimas semanas em contatos meus e da dona Célia, do Itaim, na tentati-
va legítima nossa, como cidadãos e como representantes do Movimento, de
tentarmos a anuência dos Vereadores para a tramitação desse projeto
que tenta sustar o decreto de utilidade pública do Maluf. Muito bem,
nós tivemos 2ª oportunidades, numa delas, fortuitamente, e só pode ser
fortuitamente, porque o Vereador Dárcio Arruda se nega a conversar co-
nosco com hora marcada, então fortuitamente numa intervenção ~~de Vereador~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

368 do proc.
544
1993
n.º
10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	1	Leo	C. de Política Urbana	18/4/94		

da Vereadora Ana Maria Martins nós conseguimos conversar com ele .

Naquela oportunidade, véspera da Páscoa, o vereador não nos prometeu ficar do nosso lado, mas prometeu-nos uma atenção para o caso. Pois bem. Na semana seguinte soubemos que já havíamos sido traídos porque ele já havia assinado a ilegalidade do nosso assunto quando conversou conosco.

Na semana seguinte, nessa mesma tentativa cidadã, de dar tramitação ao processo, eu e a Da. Célia estivemos com o assessor do Vereador Aurélio Nomura, do PL. Naquela ocasião, o assessor do Vereador , assessor jurídico, inclusive me elogiou, encheu a minha bola. Disse: olha, gostaria que você voltasse aqui para que, com a sua veemência, falasse com o Vereador. Soubemos, depois, que da mesma forma, há uma semana e dois dias, já havia ele assinado também pela ilegalidade.

Então, que relação é essa? Quem é o tolo dessa história? Tentaram me fazer de tola, só que eu não visto essa carapuça. Primeiro, porque não sou e, segundo, porque não vou deixar que façam. E, na semana retrasada, tivemos também um triste episódio nesta Câmara, em que o Vereador Almir Guimarães, da tribuna, de dedo em riste disse: vocês vão se ferrar! Ele estava nos ameaçando! Nós é que temos de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

369 do 93
544

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
034	2	Leo	C. de Política Urbana	18/4/94		

dizer: Vereador Almir Guimarães, te cuida, que quem pode te ferrar somos nós! Porque nós temos agora aqui democracia e eleição direta .

(Palmas),

Então, acho que muitos se julgam espertos nesta Casa mas padecem de miopia política porque não percebem que, embora tênue, mas a cidadania vem crescendo neste País. E nós aqui, alguns mais jovens , outros mais velhos, que não eram cidadãos, se transformaram em cidadãos nestes últimos um ano e quatro meses. E esse é um processo que não tem volta! E se multiplicarmos esse efeito, muita coisa vai mudar neste País daqui para a frente.

E eu queria pegar uma "carona" , na fala daquele senhor humilde, mas humilde sabe o que acabou de falar aqui. E ele começou a falar de moeda. E eu queria dizer que no jogo político, muitos de nós aqui, fala de política como se política fosse palavrão.

Pegando um pouco de "economês", que é a minha formação, na economia mais clássica dizia-se que a moeda tinha lastro, ou seja, a moeda tinha legitimidade, quando ela podia ser trocada por ouro. Era o lastro dela, era o que dava poder, o que tornava uma moeda forte .

Então, eu digo: na relação política, a única moeda legítima e lastro é o voto. Portanto, nós é que podemos ameaçar. Hoje eles estão do lado de cá do balcão. Em outubro a situação se inverte:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n. 544 do proc. 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C33	3	Leo	C. de Política Urbana	18/4/94		

quem está no balcão somos nós e eles é que estão do lado de cá! Está certo? (Palmas)

Para encerrar: em função de tudo isso, eu queria que vocês prestassem atenção no que eu vou ler: (Lê): "O que estamos fazendo aqui? O que é uma audiência pública? Para que serve? Nós somos contra a operação urbana Faria Lima. Em nosso entendimento, hoje, através desta audiência pública, deve estar sendo desencadeada uma pesquisa em debate, pelo tempo necessário e por quantas audiências mais forem necessárias, para que as opiniões se cristalizem, moldadas num debate democrático e verdadeiro, único veículo das decisões legítimas. É fundamental que fique claro que não queremos explicações unilaterais sobre questões já decididas, e muito menos o direito garantido de espernear. Até porque assim, não é direito, é concessão. Queremos a garantia do direito de contestar e de fazer parte efetiva do processo de decisão, com condições reais de influir no resultado, se a nossa posição e os nossos argumentos forem os melhores para a Cidade, para os cidadãos e para os moradores ameaçados.

Em nome da transparência com que a ilustre Presidenta desta Comissão vem conduzindo os trabalhos, propomos o compromisso de declaração pública do voto de cada um dos membros que a compõem."

Muito obrigada. (Palmas)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C 33	4	Leo	C, de Política Urbana	18/4/94		

Eu queria aproveitar o ensejo para passar para a Zulaíê, não na concorrência de uma gincana, até porque talvez, em número, as nossas assinaturas sejam menores do que as apresentadas pelo Siqueira, do Movimento Zona Azul. Ele parece que entregou dez mil, quer dizer, trinta mil e nós vamos entregar dez mil. Mas estas são legítimas, Vereadora. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Zulaíê Cobra Ribeiro - PSDB) - Quero acusar a presença do Deputado Federal, Aldo Rabello, do PC do B e quero dar a palavra, agora, ao Verendor Maurício Faria, do PT. Eu só pediria, com toda a paciência que vamos ter, de pelo menos manter os cinco minutos, aqueles que pudessem manter. Porque, a esta altura dos acontecimentos, já não sei mais quem é que pode e quem não pode. Mas, se possível, não saírem do assunto e fazerem uma mensagem rápida.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do Pres.
-TAQUIGRAFIA- 544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	1	Leo	C. de Política Urbana	18/4/94		

O SR. MAURÍCIO FARIA - (PT)- Eu compreendo essa preocupação da Sra. Presidenta. Sinto-me hoje no dever especial de me manifestar pelos fatos que atingem o Horácio Galvanezi, o cidadão Horácio Galvanêzi.

Eu poderia aqui me manifestar através da pura indignação. Isso seria, a meu ver, legítimo, cabível, mas vou fazer um esforço muito grande para argumentar mais uma vez, racionalmente, inclusive dialogando com o meu colega, Antonio Paiva, e também com os representantes da EMURB.

Entendo que os decretos publicados no Diário Oficial, na sexta-feira e hoje, atingindo o Horácio Galvanezi, atingem a democracia, atingem inclusive esta relação, que deveria estar aqui na audiência pública, de uma disputa de argumentos, de uma disputa democrática, de idéias, de teses e de propostas. Entendo que estamos vivendo fatos muito graves e muito delicados, envolvendo o movimento que se opõe à extensão da Faria Lima.

Quando essa obra foi anunciada, tivemos uma resposta dos moradores, que se organizaram e que, além disso e acima disso, organizaram argumentos, organizaram idéias.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO 273 do proc.
544 1993
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C34	2	Leo	C.de Política Urbana	18/4/94		

É muito ilustrativo que os dois movimentos sejam presi-
didos por dois arquitetos. Esse movimento, mais do que aquela reação
legítima é do proprietário e do morador atingido, este movimento traz
uma argumentação sobre os rumos da cidade de São Paulo, sobre aquilo
que entende que deva ser uma Cidade mais humana e melhor. E este mo-
vimento de cidadãos e cidadãs, este movimento cidadão, buscou as in-
stituições democráticas, ele acreditou na democracia. E o que estava
posto até janeiro é que a instituição democrática à qual os cidadãos
deviam se dirigir, era a Câmara Municipal de São Paulo. E os cidadãos
para cá vieram, numa verdadeira romaria, numa verdadeira peregrina-
ção, procurando e argumentando com todos os vereadores, com todos,
inclusive o Vereador Antônio Paiva sabe disso. Foi procurado, se ar-
gumentou com ele. E este movimento, aqui na Câmara, foi encontrando,
nos vereadores, uma resposta que foi, no fundo, o reconhecimento da
autenticidade do movimento, da importância do movimento, da represen-
tatividade do movimento.

Os vereadores situacionistas sentiam, no cont to direto,
que aqueles cidadãos e cidadãs, na maioria talvez tivessem votado no
Prefeito Paulo Maluf. E isto tudo dava a esses moradores uma legítimi-
dade, uma credibilidade extraordinárias. E por isso o projeto não an-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

574 do proc.
B44 de 1993
10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
034	3	Leo	C. de Política Urbana	18/4/94	M. Faria	

dava na Câmara, segundo a vontade do Prefeito. Porque os vereadores situacionistas viviam aquele drama e aquele dilema, de serem vereadores que têm compromissos com o Prefeito, mas vereadores que sentiam o que é que estava em jogo no movimento, que respeitavam aqueles moradores, que se sentiam até sob uma pressão legítima e democrática envolvendo as suas imagens, os seus mandatos.

E esta relação democrática, dos moradores com a instituição Câmara Municipal, foi cortada em janeiro, porque exatamente as coisas na Câmara não corriam segundo a vontade do Prefeito. E, então, desengavetou-se a Lei de 68, uma lei aprovada por decurso de prazo. E nunca é demais lembrar que, na época, em 68, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, propunha um substitutivo pelo qual aquela lei teria um prazo de validade de no máximo cinco anos, para efetizar desapropriações. Porque, a Comissão de Justiça daquele tempo entendia que é um absurdo, é uma arbitrariedade inominável, manter cidadãos proprietários, com o peso de uma lei que implica em desapropriação por mais de cinco anos. No entanto, foi aprovada por decurso de prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

375
544
93
1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-35	1	alice	com.pol.urb.	18.4.94	maurício	

E essa lei foi desencavetada, e com base nessa lei se atropela a Câmara Municipal e se faz dessa audiência pública algo que perde muito do seu sentido, porque na verdade as marretas já estão em ação e os tratores já estão tendo os seus motores preparados. Os cidadãos, diante dessa arbitrariedade do janeiro, do rompimento da palavra empenhada, os cidadãos recorreram então a outras instituições. E num Brasil em que as instituições estão em crise, em que a população está descrente das instituições e da própria democracia, o teste que este movimento tem feito das outras instituições é lamentavelmente um teste negativo. Hoje, eu recebo com absoluta tristeza a decisão do Condephaat. Por quê? Porque o Movimento foi capaz inclusive de levantar a importância da igreja que existe lá em Pinheiros, importância esta que havia sido atropelada em 68 quando se vivia sob uma ditadura, uma igreja fundada pelos primeiros imigrantes japoneses como marco da imigração japonesa, que tem todo um significado social e econômico e cultural na vida de São Paulo e na vida brasileira, o Movimento resgatou isso, e o Condephaat foi capaz hoje de ter uma decisão que implica em sacrificar a igreja original, o marco, para tomar uma posição de conveniência e de acomodação dando como preservável a segunda igreja, o que é um contra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

344 do proc.
544 de 1993
a 1000000

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-35	3	alice	cam-pol.urh.	18.4.94	maurício	

to do Servidor Público Municipal é puro arbátrio. E mais ainda, a Constituição de 88 assegura direito de defesa com contraditório também em processos administrativos, e a Constituição de 88 é posterior ao Estatuto do Servidor Público Municipal.

Portanto, foi mais um golpe contra os direitos dos cidadãos deste País. E eu tenho a expectativa de que o Judiciário cumpra o seu papel.

Hoje, cai no Diário Oficial o cancelamento do comissionamento do Arquiteto Horácio Galvanoso junto ao meu gabinete. Quem está sendo atingido não sou eu só, é claro que o meu mandato perde tecnicamente, porque eu senti a satisfação e o orgulho de ter um técnico da capacidade de Horácio em meu gabinete, mas ele não estava no meu gabinete como Presidente do Movimento Pinheiros Vivo, ele tinha absoluta autonomia enquanto cidadão participante daquele Movimento, jamais eu discuti com ele, orientei-o ou dei qualquer opinião sobre o que ele deveria ou não deveria fazer enquanto cidadão participante do Movimento Pinheiros Vivo. E aqui cada Vereador desta Casa que foi procurado por ele é testemunha, ou publicamente, ou dentro da sua consciência, de que sempre foi tratado pelo Líder de um Movimento suprapartidário, que jamais misturou as coisas, e que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO 278 do proc.
544 1993
0 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C-35	4	clico	com.pol.urc.	18.4.94	maurício	

sempre respeitou a definição não partidária do Movimento Pioneiros Vivo.

Na verdade, a resposta a este ato arbitrário não deve ser dada por uma bancada, nem pelo Vereador que teve o seu assessor descomissionado. Ela envolve a relação entre os poderes, ela envolve todos os Vereadores, ~~o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo~~

~~o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Poder Executivo~~

~~o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Poder Executivo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
030	1	ANA	aud. pub.	18.4.94		

Ela envolve a dignidade da Câmara Municipal de São Paulo. E eu tenho a certeza, Vereador Antônio Paiva que o senhor não poderá concordar com isso. Não porque eu tenha sido atingido e seja seu colega, mas porque o senhor foi atingido, a senhora foi atingida, todos nós fomos atingidos. Então, na verdade é a democracia, como bem diz, está sendo atingida. Eu ~~per~~ espero que a Câmara Municipal de São Paulo acorde, enquanto instituição, acima dos partidos e que tenhamos uma tomada de posição da Câmara porque não é possível que a Câmara fique insensível a esta realidade, de que cidadãos e cidadãs acorreram à Câmara, acreditaram na Câmara durante mais de um ano e a Câmara vá se omitir, vá cruzar os braços diante dessa sucessão de arbitrariedades contra a cidadania, mas ~~mas~~ também contra a Câmara Municipal. Isto que eu queria dizer, muito obrigado. (Palmas)

A SRA. ZULATÊ COBRA RIBEIRO - Vou dar a palavra agora ao nosso arquiteto Ives de Freitas.

O SR. IVES DE FREITAS - Sra. Presidenta da Comissão, Srs. Vereadores e todos participantes da audiência pública, na verdade hoje eu estava pensando e a exemplo de outros fiz uma relação de tópicos, mas em cinco minutos quero fazer uma reflexão. ~~em~~ Uma reflexão porque na última vez que estivemos aqui representando o sindicato dos Arquitetos, do ~~qual~~ qual sou presidente, nós fizemos uma análise que concluía pelo estaciona-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 380 do proc.
544 93
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c36	2	ANA	aud. publ	18.494		

to à cidadania cometido pelo Prefeito ~~Paulo~~ Paulo Maluf, alguns dias atrás. Já se desenhava este quadro que hoje estamos discutindo aqui. Então pensei é o caso de voltar a falar dessa lei espúria de 68, que já foi lida aqui e não tem amparo legal? Me parece que não. É o caso de lembrar que esse processo vem sem licitação há sete anos, apesar da lei de citação aprovada pelo Congresso da câmara Federal, é o caso de a gente lembrar a vergonha que o p prefeito tem de assumir esse projeto, quando anunciou em janeiro de 93, mas que só tornou público em agosto do ano passado, depois de muita pancadaria pública? Seria o caso de lembrar que esta Administração, e a gente tem localizar este projeto dentro da realidade discriminatória de fazer obras viárias na região Sudoeste do Município? Seria o caso de lembrar o impacto ambiental e a falta de perspectiva urbana deste projeto? Seria o caso de lembrar que os recursos que já foram colocados, como já foi bem dito aqui, que era para ser custo zero, hoje envolve títulos da dívida pública, precatórias que ainda não pagaram desapropriações anteriores, endividamento brutal que já foi feito em um ano e quase meio de governo? Era o caso de voltar a repetir que da mesma maneira que o paubrasil revela o quanto o governo Maluf discute com empreiteiros, pouco ou nada discutiu com a população, nem com aquele movimento que diz apoiar esta obra? Era o caso de lembrar também, do ponto de vista da defesa dessa audiência pública e das anteriores, sem dúvida porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

281
544
93
10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C36	3	ANA	aud. pub.	18.4.94		

~~Resumo~~

é este espaço das tribunas populares na Câmara os únicos espaços onde a população pode discutir esse projeto, porque se dependesse do Executivo, nenhuma iniciativa foi tomada nem para elucidar nem para tornar transparente nas intenções que tenham. Agora eu quero retomar onde paramos na última audiência, que é este estelionato à cidadania. Porque da mesma forma que meu ~~ex~~ colega arquiteto Zaretini teve o seu escritório, que diga-se de passagem é uma obra, projeto premiado pela concepção, não só pela autoria, pelo valor do profissional, na sétima versão do projeto Faria Lima, a versão passa por sobre o seu escritório. Este ataque à cidadania está só a nível do colega? Não. p Procurava atingir aquele que preside o movimento que é contra a avenida e contra a população urbana que envolve. Só ele? Não. O companheiro arquiteto também já bem esclarecida a situação pelo Vereador, companheiro Horácio, arquiteto, funcionário da Prefeitura, hoje também atingido na sua cidadania que por extensão concordo perfeitamente é uma agressão à Câmara Municipal. Mas só isso, não. Porque os tratores que hoje na verdade fazer a ~~gira~~ figura desse estelionato, porque ~~enquanto~~ enquanto a população discute nessa instância ainda sem a desobediência civil, eu digo ainda porque não estou negando de discutir isso em breve, mas no momento em que discutirmos concretamente o projeto, os tratores atingem hoje a Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	QRADOR	CONT. APARTE
C37	1	Norma	Aud. Pública	18.04.94		

porque enquanto a população discute nessa instância, ainda sem a desobediência civil, eu digo ainda porque não estou me furtando a discutir isso em breve, mas no momento em que discutimos aqui concretamente o Projeto, os tratores atingem hoje a Câmara Municipal de São Paulo.

-(palmas)- Porque para mim é fácil voltar aqui e reiterar a solidariedade que o Sindicato tem com os moradores e teve desde o início, mas hoje eu quero hipotecar solidariedade também à Câmara Municipal, também aos Vereadores que têm dignidade porque são eles que estão sendo atingidos hoje, e eles, seja qual for o espectro ideológico desta Câmara, e é uma legítima representação popular - são representantes do povo, ou seja, não é só a população, hoje, que é agredida, é também a Câmara, são também os Vereadores.

Nesse aspecto eu quero aqui reiterar o seguinte: é fundamental, Vereadores, que nós possamos dar prosseguimento, e agora estar discutindo o EIA-RIMA, que não foi encaminhado para esta Comissão, fazer com que os dois projetos que estão na Câmara, tanto o que envolve a revisão e a revogação da lei de 68 como aquele que questiona o decreto das desapropriações sejam objeto de votação prévia a qualquer parecer que essa Comissão venha a dar. Esse é meu entendimento.

Mas me parece que não é só isso, eu quero deixar aqui claro também como formulação que da mesma maneira que hoje nós estamos aqui hipotecando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

283 do proc.
n.º 544 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
037 2		Norma	Aud. Pública	18.04.94		

solidariedade à Câmara, amanhã nós iremos cobrar o voto de cada vereador. --(palmas)-- ~~EM~~ Da mesma maneira que os Vereadores irão votar o projeto Faria Lima, não importa em que data, e esse voto será dos vereadores, em breve o voto de resgate à cidadania será nosso, também nas urnas, também nas urnas! Então é fundamental esta audiência pública, a meu ver; não esgota esse processo, a meu ver de fato fica ~~EM~~ muito ~~EM~~ difícil voltar a levantar argumentações técnicas porque no campo político se desenvolve hoje esse movimento que na verdade extrapolou o universo dos moradores de Vila Olímpia, de Itaim, de Vila Funchal, de Pinheiros. É cada vez mais um movimento de defesa da cidadania. É essa justificativa que leva a nossa entidade a estar solidária com vocês, até o fim, e me parece que neste momento não há como a Câmara Municipal e os demais vereadores estarem indiferentes à mesma reivindicação. Mas seja qual for o resultado desta Casa, com certeza, eu quero aqui registrar, nós iremos cobrar. Damos solidariedade à Câmara hoje mas cobrando amanhã e esperando que esteja junto com a população, ~~EM~~ indiferentemente de qual seja o partido e o voto que venha a ser dado. A meu ver essa luta não terminou. Tem muito gás. Eu sou otimista com relação aos rumos que esse movimento ainda possa ter e quero aqui enaltecer por mais uma vez não só a convocação feita



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

284 38 5130.
544 19 93
o [illegible]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C37	3	Norma	Aut.Pública	18.04.94		

pela Vereadora como o caráter democrático que ela tem assegurado em cada uma das audiências públicas, que é o espaço que nós temos, e acho que é fundamental a gente ocupar porque em política o espaço que nós não ocupamos, alguém ocupará. E, a meu ver, a aula da democracia e a luta pela cidadania está sendo desenvolvida por nós e pelos vereadores até o presente momento. Obrigado. --(palmas)--

~~EXCERTE DO DISCURSO DE~~

A SRA. PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro - PSD) -- Eu que

ro dizer... --(palmas)-- que o café não é só para nós não, o café é para todos. Eu não sei se nós temos ali lugares, mas é só... --(parte conjunto)-- Porque tem uma norma na Câmara Municipal de que o garçon não pode servir café para muita gente, então eu pedi que o café ficasse aqui, e quem quiser dá uma levantadinha, dá uma esticadinha e dá uma servida do café. Vamos lá, eu quero dar a palavra agora à Dona Margareth Anderson, por favor. --(palmas)--

A SRA. MARGARETH ANDERSON -- Boa tarde para todos, Sra.

Presidente, demais Vereadores, eu estou aqui hoje como campanha pelo voto consciente, e para quem não conhece a campanha pelo voto consciente, nós acreditamos que representamos o eleitor que vota, e nós cobramos. E eu estou muito feliz com o voto consciente de ver tantas pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 285 do P.M.
-TAQUIGRAFIA- 344 19 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C37	4	Norma	Aud.Pública	18.04.94		

Eu agradeço à Presidente da Comissão amanhã buscar toda essa papclada porque minha na minha vida eu vi uma coisa tão - eu não sei, eu não tenho nem palavras para descrever o que está acontecendo em São Paulo, mas obviamente é o poder econômico contra nós, porque o poder econômico nem veio, só mandou o coitado do Sr. Lefébvre dar algumas explicações, mais uma vez, e o resto ficou conosco. [REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 286 do proc.
544 19 93
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
038	1	ant,	aud.pub.	18.4.94		

Eu também gostaria de dizer a vocês que até hoje não sei se o nosso Prefeito é a reencarnação do Henrique VIII da Inglaterra, ou do Napoleão. Mas o que ele fez com o Horácio é o que ele gostaria de fazer com dada um de nós. E eu não preciso dizer aos vereadores que, realmente, vocês estão com uma missão muito importante, eu diria única, porque o Brasil está numa transformação muito bonita, apesar de todas as coisas que estão saindo. O meu apelo vai para o Verendor Antônio Paiva. Gostaria de lembrar o senhor que o senhor é do Partido Liberal. Eu sei que o PL fez uma coligação com o PPR. Eu não sei bem onde é sua zona de eleição, se foi na nossa ou em outra, mas eu gostaria de lembrar para o senhor que o senhor foi eleito pelo PL e o PL defende os pequenos empresários, os microempresários, a livre iniciativa, os profissionais liberais, mas, acima de tudo, o PL defende o cidadão comum, como cada um de nós aqui. Portanto, quando o senhor olhar esse projeto todo, eu gostaria que o senhor lembrasse dos princípios do PL e não do poder econômico.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRS. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Vou dar a palavra ao Dr. Lefevre (?) que quer se manifestar e como temos por só pessoa dele em defesa do projeto, com todo o respeito de todos os participantes, vamos ouvi-lo, mais uma vez, até porque estamos aqui abertos aos prós e aos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

287 do proc.
Folha 544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
038	2	ant.	aud. publ.	18.4		

contras. O Dr. Lefevre (?), representando a EMURB, ele vai se manifestar antes de se retirar.

O SR. LEFEVRE (?) - Antes de me retirar o que eu queria colocar é o seguinte. Primeiro, não vou fazer a defesa do projeto do ponto de vista político porque não me cabe, eu sou técnico e não vou me manifestar sobre os aspectos políticos. Vou me manifestar do ponto de vista técnico. Do ponto de vista técnico há um consenso e um convencimento de minha parte de que o projeto é absolutamente correto e que o projeto representa, digamos, a aplicação de um mecanismo que é o das operações urbanas, que é um mecanismo que representa um avanço em termos de intervenção dentro da cidade. Essa opinião que eu tenho é compartilhada por diversos outros técnicos. É sabido, porque foi publicado recentemente, a posição favorável ao projeto de técnicos que são reconhecidos nacionalmente, como o Dr. Roberto Salvador Scaringhela, como é o caso do Dr. Cândido Malta Campos, que se manifestou a favor do projeto, em termos, desde que seja garantido o custo zero. Foi manifestado publicamente pelo ex-Prefeito Figueiredo Ferraz falando a respeito do tempo já decorrido pelo qual esse projeto já deveria ter sido implantado. No entanto, só para citar outras pessoas, gostaria de citar o ex-Secretário do Planejamento Dr. Roberto Cerqueira Cesar, o Arquiteto Paulo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

388 de proc.
544 de 1993
nº
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
038	3	ant.	aud. çub.	18,4		

Mendes da Rocha, que se manifestou publicamente pelo IAB, ou seja, existe entre os técnicos uma grau e razoável de entendimento de que este projeto é um projeto que está lastreado tecnicamente e que representa um avanço em termos de mudança na cidade, ~~mas~~ acredito que em termos técnicos temos que discutir serenamente e não em altos brados e não envolvidos emocionalmente. Eu me manifesto tecnicamente e não emocionalmente. Evidentemente que existem emoções envolvidas e aspectos políticos envolvidos. Existem muitos interesses políticos envolvidos de ambas as partes. Eu lembraria que o mundo não é dividido em anjos e demônios. Aqui é fácil falar numa assembléia onde existe uma audiência favorável. Eu estou me manifestando, acho que sou o único a me manifestar nesse sentido. Mas é muito fácil falar a favor quando existe uma audiência favorável. No entanto, até aqui a covardia não faz parte do meu caráter e eu manifesto, coloco a minha posição porque estou crente naquilo, estou colocando serenamente porque acredito naquilo que estou falando aqui. Gostaria de colocar só mais esta questão e também o seguinte. Que o relatório de impacto ambiental e o RIMA, que foram elaborados, foram elaborados por uma firma cuja constituição me parece absolutamente isenta em termos técnicos e reconhecida de gabarito técnico. É só ver a constituição da firma e saber que realmente, se foi elaborado, podemos discutir inclusive tecnicamente e não politicamente o seu conteúdo...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
039	1	valéria	aud. publ.	18.4.94		

a instituição me parece absolutamente isenta em termos técnicos e reconhecida de gabarito técnico, só que a constituição da firma, e saber que realmente foi elaborada e nós podemos discutir tecnicamente, não politicamente, o seu conteúdo. E? da mesma forma que todos os exames feitos a partir do desempenho viário, desempenho do tráfego e do trânsito, do transporte principalmente, elaborado por uma firma que foi contratada, que é a Protran, que demonstra a melhoria em termos de transportes que houve com a implantação do projeto. É evidente que existem interesses contrariados e que esses interesses têm de ser atendidos. Aliás, é uma das recomendações do Nima que levou em consideração os aspectos pessoais, a recomendação é que as desapropriações sejam acompanhadas diretamente junto a todos os desapropriados. Isso é uma coisa que tem de ser cumprida e acho que tem de ser cobrada, inclusive, da Prefeitura esse acompanhamento direto junto aos futuros desapropriados. Bom, basicamente era isso que queria colocar. Não quero me estender mais porque já falamos anteriormente.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO = Tem a palavra o Vereador
Antônio de Paiva Monteiro.

O SR. ANTÔNIO DE PAIVA MONTEIRO - Prezada Vereadora
Zulaiê, demais Vereadores presentes, minhas senhoras, meus senhores,
inicialmente, quero cumprimentá-los por essa luta do bem comum, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

290
544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
039	2	valéria	aud. publ.	18.4.94		

tenho certeza de que se todos os brasileiros se unissem em suas lutas e suas reivindicações, este país seria outro. Isto serve de exemplo para a Nação. Quero publicamente pedir desculpas pela cena onde fui obrigado a agir de maneira mais rude, mais mal educada até. Respeito muito o Vereador Arselino Tatto e toda a Bancada Do PT mas não poderia ouvir pacificamente uma agressão, seja qual for o Prefeito que esteja exercendo o cargo, não podemos ofendê-lo publicamente. Acho que tenho ainda por tradição de família ser uma pessoa conservadora. Não podemos publicamente falar palavras de baixo calão, ofendendo pessoas que são autoridades. (aparte). Para a senhora, para mim não. A D. Sara bem falou eu não fui eleito por aquela região, fui eleito para ser Vereadora da cidade de São Paulo. Portanto, tenho obrigação com a cidade de São Paulo e não com a minha Zona Leste, tenho obrigação e uma responsabilidade muito grande de estar aqui junto com vocês para analisar o que é melhor para a cidade de São Paulo, sem agredir as pessoas, sem deixar as pessoas sem teto, porque sei o que é uma desapropriação. As pessoas que foram desapropriadas pelo M.Etrô, muitas delas não conseguiram até hoje um imóvel próprio. Quanto à colocação do amigo Sérgio, só hoje tomamos conhecimento de suas perguntas, portanto, eu ou a Comissão não poderemos responder, porque não envolve somente a Comissão, envolve o Poder Executivo Municipal e o Estadual. E a Infração, quando o senhor coloca o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C39	3	valéria	aud. publ.	18.4.94		

trânsito aéreo. Nesta Comissão não teríamos condições de responder. Tenho certeza, temos a palavra empenhada da Presidenta, de amanhã, pessoalmente, tenho certeza de que as respostas virão a público para conhecimento de todos. EU peço à Comissão de Política Urbana que dê mais prazo para que possamos analisar o projeto e estou de acordo quando o Vereador Marcos Mendonça propõe que seja feita uma sessão extraordinária para se tratar do problema da Faria Lima, porque é um problema muito delicado, então, não podemos, a qualquer momento, colocar o projeto em plenário, com paixão, ou por pressão, votemos a favor. Temos de ter uma análise profunda, deixar as paixões de lado, a ideologia de lado e verificar o ser humano. (Palmas). Aquelas pessoas da Comissão que me procuraram em meu gabinete, tenho certeza, com humildade, procurei tratá-las educadamente, procurando ouvi-las e na hora exata a minha posição como relator é ler os autos, ouvir a gravação e me pronunciar. Sinto neste momento uma tristeza muito profunda quando não vejo elementos da coligação aqui presentes. Isso me deixa muito triste. Somos em sete nesta Comissão, portanto, se 4 elementos derem o voto contrário, ele sai com o parecer da Comissão de Política Urbana com parecer contrário...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 292 do proc.
-TAQUIGRAFIA- n.º 544 do 13

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
C40	1	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

~~Eu não estou falando com paixão, eu me elegi com o meu voto, não me elegi com o voto de~~

~~ninguém, não precisei sair grudado, de braço dado com o Prefeito para~~

~~pedir voto. Só no meu bairro, e no Tatuapé, tive dez mil votos. Por~~

~~tanto, tenho credibilidade para falar. Eu não pedi ao Sr. Paulo Maluf,~~

~~ou quem quer que seja para sair pedindo voto para mim, eu fui eleito por~~

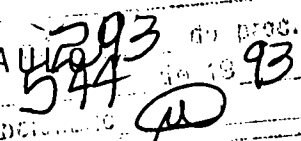
~~uma coligação que felizmente foi o que me apresentaram e pelo Partido~~

~~Posteriormente terá só mais uma comissão, que é~~
é a Comissão de atividades ~~Financeiras~~ Financeiras e se essa comissão vier
dar parecer contrários esse projeto ~~será~~ será arquivado. Aí só outro pro-
jeto poderá mexer na Faria Lima.

Portanto, pessoal, a vossa luta tem que continuar.

Nós estaremos aqui com plena disposição de dialogar com vocês, achar o
melhor para a Cidade de São Paulo com prejuízo para ninguém. Com isso
vocês poderão contar. ~~Era~~

Era isso que eu tinha para falar. Eu não estou falan-
do com paixão, eu me elegi com o meu voto, não me elegi com o voto de
ninguém, não precisei sair grudado, de braço dado com o Prefeito para
pedir voto. Só no meu bairro, e no Tatuapé, tive dez mil votos. Por-
tanto, tenho credibilidade para falar. Eu não pedi ao Sr. Paulo Maluf,
ou quem quer que seja para sair pedindo voto para mim, eu fui eleito por
uma coligação que felizmente foi o que me apresentaram e pelo Partido





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º

294
544

93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C40	3	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

realmente um dia possa ser ~~em~~ o que nós todos desejamos. ~~Síndico~~ (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Zulaig Cobra Ribeiro) - Tem a palavra agora a Sra. Rosana, da Federação ~~de~~ das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo.

A SRA. ROSANA - Eu sou assessora da Federação para questões urbanas e de habitação popular. Queria fazer uma reflexão que acho que essa lei de 68, ~~apesar~~ apesar de ter 26 anos, ela guarda uma coerência com a atitude que está sendo tomada agora pela administração, de se utilizar de uma lei tão velha para se implementar uma obra com esse ~~discurso~~ discurso de modernidade, de se utilizar um instrumento maravilhoso, para se botar dinheiro na cidade para fazer obra com uma operação urbana. Eu queria dizer que existe uma semelhança dos 26 anos, do período em que foi ~~feita~~ feita essa lei com o que a gente assiste hoje na cidade.

A população da periferia, a população mais pobre desta cidade levou mais de 30 anos para conseguir o mínimo do mínimo da qualidade de vida que ela tem hoje na periferia, saneamento, transporte coletivo, asfalto, guias, alguns chegaram a trabalhar nos fins de semana para fazer casa, para fazer mutirão de guia e ~~margem~~ sarjeta em várias gestões que assistimos. O que a gente vê hoje é na verdade essa adminis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 295 do proc. 544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C40	4	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

tração procura voltar há 30 anos. Está havendo um sucateamento de todos os serviços públicos na cidade de São Paulo e novamente os serviços e tudo aquilo que o poder público tem obrigação de prestar como serviço aos cidadãos desta cidade, ~~estando sendo~~...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C41	1	Marcelo	Av. Pública	18.04.94		

está sendo levado para mãos de quem detem o poder econômico.

Aí eu acho que tem uma semelhança com a questão de estar usando um instrumento tão antigo, tão velho e que todo mundo já sabe que é uma lei inconstitucional, não tem base legal para estar sendo utilizada para este projeto.

Eu queria ~~xxx xxx~~ colocar aqui o seguinte: eu acho que os métodos são os mesmos. Naquela época a população teve que se mobilizar e arrancar na marra esses mínimos benefícios que hoje temos nesta cidade e agora o que estamos assistindo é que a população precisa se mobilizar de novo e lutar para manter aquilo que conquistou durante esses anos todos.

Então, a semelhança que tem é que, na verdade, os métodos são autoritários ainda. Esse poder que está aí ainda serve a uma minoria, uma minoria que hoje, infelizmente, referenda esse poder porque esse poder foi eleito pelo voto.

Acho muito importante a gente ter isso em mente porque esse discurso que não tem nada a ver com política tem sim, porque é através da política que se chega ao poder, através da política que se ganha uma prefeitura, como a de São Paulo, é através da política que se elege os Vereadores que vão dirigir os destinos de milhares de cidadãos desta cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ILUMINADOR	CONT. APARTE
C41	2	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

Então acho que a população tem que se conscientizar que tem que cada vez mais participar da vida política desta cidade, do estado e do país.

O que eu queria colocar é que queria propor para esta Comissão que ela aguardasse para tomar uma decisão de seu relatório, que é um relatório de mérito, esta Comissão que agora está a operação urbana, que ela aguardasse o resultado da ação de inconstitucionalidade em relação à lei de 68 e de 74, porque corre o risco dessas leis, e a própria reconhece isso, que existem elementos que tornam essas leis inconstitucionais num processo que está correndo no Tribunal de Justiça do Estado, e na medida em que essas leis possam vir a ser consideradas inconstitucionais, esse projeto que está tramitando aqui na casa vai ter que se alterado e não vale mais a lei de 68 e 74. Então ~~correr~~ corre-se o risco de estar dando um parecer de mérito favorável, ou contra o projeto, baseados em leis que estão sob uma ação na justiça. Eu queria propor que esta Comissão assumisse o compromisso de aguardar. ~~primeiro~~ Primeiro, a Câmara Municipal está sendo citada num processo que está correndo no Tribunal de Justiça para prestar esclarecimentos sobre a lei de 68 e 74; segundo, se essas leis forem julgadas inconstitucionais pelo Tribunal, o projeto que aqui tramita terá que ser obrigatoriamente modificado pelo Executivo, porque ele se baseia nessas ~~leis~~ leis. Então, e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha nº

GO. PROC.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
041	3	Marcelo	Aut. Pública	18.04.94		

nesse caso, acho que tem uma questão de mérito. Já que a Comissão de Justiça da Câmara desconsiderou a ação que está correndo na Justiça, porque quando ela deu o parecer a ação já estava no Tribunal de Justiça, ela deu o ~~par~~ parecer em fevereiro e a ação está ~~corren~~ correndo desde ~~xx~~ outubro do ano passado, eu gostaria que esta Comissão não desconsiderasse a ação e aguardasse o resultado dessa tramitação na Justiça. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Zuleide Cobra Ribeiro) - Tem a palavra agora, voltando um pouco, ao arquiteto Zanettini, até porque dei a palavra também de novo ao Dr. ~~Infante~~ Lefevre. Nós vamos aqui encerrar os inscritos, a não ser que até lá apareça mais alguém.

O SR. ZANETTINI - Eu voltei a falar porque o Lefevre colocou algumas questões que me parecem importantes de serem rebatidas e complementar com algumas outras coisas.

Primeira complementação, é que me parece fundamental que se coloque, que este movimento, ou este conjunto de movimentos na realidade, hoje extrapola muito a ~~Síndica~~ Vila Olímpia Viva e Pinheiros Vivo, hoje são várias ~~entidades~~ entidades trabalhando juntas em defesa da cidadania, não comete em nenhum instante, não cometeu, atos desse tipo, que o outro movimento que veio aqui com uma pilha de processos, ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

do proc. 544-93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C41	4	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

de assinaturas, ~~origem~~ arregimentadas sabemos como, numa gincana que vai desde shopping center, até por galeria pagê, levantadas de forma a gente sabe como, e eu tenho uma fita do Afenázia que valeria a pena ser ouvida, que é bastante impessoal em relação a isso, porque ele foi um dos entrevistados, ~~então eu vou manter~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 300 do proc. 544 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
C42	1	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

então vale a pena mostrar, eu gostaria que o plenário ouvisse. Então a gente não comete, o nosso movimento não faz isso, não convoca a miséria para transformá-la em massa de manobra, que está aqui: "Sem-terras usados" naquela audiência pública que nós comparecemos e fomos agredidos. E não dá para dizer que não foi o movimento zona sul, está aí a camiseta do movimento zona sul. Então tem a prova de que essa gente age assim e ele vem, como veio e na outra audiência, defender o seu passado. Se existia algum achado que ele foi esquecido. (Palmas). E também combatendo, o que é fundamental, que alguns desavisados profissionais assinaram e alguns deles contestam a assinatura desse documento que saiu, esse documento que está aqui, que são de interesses diretos ou indiretos ou de associações que está ligadas ^{aos} grandes escritórios de arquitetura, e nós sabemos quais são. Ao lado dessa posição nós temos no nosso movimento também, que não faz cambalacho e não faz matéria paga e nem tem banco atrás, funcionando para pagar pesquisa. Nós temos um manifesto da principal intelectualidade de São Paulo, das principais personalidades de São Paulo, que são partidárias, ou que são a favor do movimento, contra essa avenida. Eu gostaria de ler o nome dessas pessoas, são mais de 150 entre milhares convocadas num último fim de semana. Figuras entre eles Dom Paulo Evaristo Arns, Antonio Cândido, nosso R presidente de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do proc.
-TAQUIGRAFIA- n.º 544 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C42	2	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

honra, graças a Deus, Gilda de Mello e Sousa, Ruth Cardoso, Florestan Fernandes, Fábio Feldman, Gofredo da Silva Telles Jr., Miguel Realli Junior, Fábio Konder Comparato, Francisco de Oliveira, Roberto Romano, Maria Silvia de Carvalho Franco, Décio de Almeida Prado, Edgar Carone, Roberto Chuartz, Bento Prado Jr., Carlos Lidosta, Ivis de Freitas, José Alvaro Moises, Maurício Segal, Beatriz Segal, Pedro H Jacob, Otília Araoz, José Gregori, Fernando Gabeira, Luiz Felipe de Alencastro, Ester Hamburger, Osvaldo Sevá, ~~Angela~~ Angelina Figueiredo, Regina Maier, Roberto Saruê, Paulo Arantes, Eduardo Assis de Carvalho, Zulmira Ribeiro Tavares, Roberto Guichinami, Juan Monteiro, Carlos Lobo, Maurício Faria, Roberto Tripoli, Dalmo Pessoa, Eder Jofre, Adriano & Diogo, Francisco Whitaker, Ermínia Maricatto, Odilon Guedes, Aldaíza Sposati, Lucas Buzato, Roberto Gouveia, Elói Pietá, Beatriz Pardi, Iven Valente, João Paulo Cunha, Vilma Farias, Rita Buzzar, Mario & Iazar Segal, Aldo Rabelo e mais de 150 assinaturas, das principais personalidades do país. Esse documento passo à Presidência. Obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Zulaio Cobra Ribeiro) - Eu quero, meu senhores e minhas senhoras, antes de encerrarmos esta audiência pública, dizer um pouco a respeito deste procedimento. E

Eu não quero falar muito a respeito de muitas coisas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

702 do proc.
544 - 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C42	3	Marcelo	Au. Pública	18.04.94		

que acontecem aqui na Câmara Municipal de São Paulo, até porque eu sou Vereadora e na minha vida eu sempre me portei por dois elementos muito importantes, que é a democracia e a ética. Eu sou profundamente democrática e procuro sempre ter e na minha vida a ética naquilo que eu faço. Dentro desse espírito eu procurei, ~~como~~ como Presidenta da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio-Ambiente fazer com ~~que o procedi-~~
~~mento da comissão com nenhuma intenção de~~
~~de sua atuação dizer que eu Vereadora Tereza Galvão Ribeiro, continue~~
empenhada em defesa do movimento dos senhores.

Mas tive as maiores.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 544 de 503 do proc. 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C43	1	morg,	aud. pública	18.4.94		

o procedimento se processasse na minha comissão sem nenhuma intervenção, sem nada que pudesse dizer que eu Zulaiê estivesse empenhada em defesa do movimento dos senhores. Mas, tive as maiores decepções da minha vida, porque todas as vezes convocava os ilustríssimos representantes do governo, todas as vezes convocava os Secretários, todas as vezes discutia aqui na Câmara Municipal de São Paulo com os dirigentes da Câmara, eu tinha como resposta aquilo de sempre - bah! não sei se vai dar para comparecer na audiência pública. E eu questionava - é a audiência pública uma oportunidade que o governo municipal tem de se fazer presente junto à população de São Paulo. Lá não vão estar só as pessoas que estão lutando contra a Faria Lima, temos também o respeito à população que está alheia e que quer participar e que quer discutir. Mas essa minha intenção de fazer com que esses dois procedimentos, esses dois projetos que vieram de lá, do governo, o que estão aqui tramitando tivessem de todos os lados as informações necessárias e devidas. Não obtive. Não tenho tido nesse tempo toda esta chance de me fazer aqui presentear com o lado do questionamento favorável ao projeto da Faria Lima e do outro lado os senhores contrários. Nós tínhamos só os contra, porque os que estão favoráveis não têm comparecido e não têm inclusive respondido às nossas perguntas. E hoje, fico profundamente preocupada, porque desde que entrei nesta Casa, eu quis fazer com que as audiências públicas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

304
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C43	2	morg.	cul, pública	18.4.94		

fossem fora da Casa, e quando falas aqui no começo que ninguém, que ninguém assiste, é uma verdade dolorida, mas é verdade. Aqui eu faço audiência sozinho, eu abro a audiência, eu fecho a audiência para ninguém, salvo exceções brilhantes quando as pessoas daquele projeto vêm até aqui discutir comigo a respeito de uma mudança de encaminhamento, de uma questão qualquer, mas a grande verdade, aqui na Comissão de Política Urbana, em que discutimos o mérito das questões, fico aqui, olho para os meus assessores e pergunto - é sempre assim? Sempre foi assim. Então, resolvi tirar de dentro da Câmara esse questionamento, esses projetos, daí porque eu fui para Itaquera, fui para Pinheiros, fui para a Mooca, para as Perdizes, fiz audiências públicas fora da Câmara Municipal de São Paulo, até para dizer, quem são os interessados? Eu vou até lá, e eu ia até lá, pelo menos lá eu tinha os interessados. É o mínimo que eu posso esperar é que os interessados que vieram, que procuraram o vereador, que fizeram o projeto através do vereador discutissem a matéria. Mas a grande verdade é que muitas vezes nem o autor do projeto estava presente na audiência pública. Mas no caso a minha consciência de vereador me fazia sair da Câmara. Neste caso específico da Faria Lima, eu fiz tudo para sair da Câmara, a primeira audiência que eu tinha um prazo, e eu estava cumprindo o prazo, a primeira audiência que foi dia 14 de março, pensei comigo, não dá tempo de arrumarmos o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO do pres.
-TAQUIGRAFIA- 544 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C43	3	morg.	mod. pública	18.4.94		

local fora da Câmara, daí porque fiz a audiência aqui, sob o meu protesto, porque eu não queria aqui, até porque foi à noite, foi tarde, não tinha banheiro, não tinha elevador, não tinha ninguém, fecharam a Câmara e nós ficamos aqui até meia noite e quinze. Descemos pelas escadas porque não tinha elevador e não tinha luz na garagem, um desrespeito a uma audiência pública feita nesta Casa. Aguentei calada e dizia a mim mesma, a Câmara Municipal de São Paulo não está à altura do seu povo, porque tinha uma audiência pública feita aqui e não ter uma infra-estrutura para o povo que vem até aqui, a Câmara Municipal de São Paulo não está se importando com o povo. E a segunda audiência pública e vamos fazer aqui uma penitência, até porque eu queria fazer essa audiência pública fora da Câmara Municipal de São Paulo e não consegui, pedi a vários locais, a vários clubes, eu queria, eu dizia, eu quero um local grande, eu quero um local que seja imparcial, que não seja nem do movimento e nem do governo, não consegui esse local. Dias depois conseguiram até um bufett mas já estava em cima da hora. E eu preocupada com a tramitação do processo, porque eu sou preocupada com a tramitação do processo, eu estava muito preocupada com o prazo, eu estava preocupada que nós pudéssemos não comissão, os membros da Comissão de Política Urbana nesta Casa não atrasarem, nenhum processo, este é o meu objetivo, a partir de hoje eu não tenho mais esse objetivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 206 de 206
93
Folha 11
11

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C43	11	morg.	aud. pública	18.4.94		

Esse procedimento, os dois PIs da Faria Lima estão parados. Nós vamos aguardar as respostas de todas as perguntas que Sérgio Carneiro h oje aqui nos fez. Vamos responder todas as perguntas. Nós, não, o governo. O governo vai dizer por que e vamos juntar ao processo. Não temos mais por que correr, eu não tenho, a não ser que os ilustres membros da comissão me forcem a isso, mas até prova em contrário, dia 20 está extinto este tempo, que é dia 20 agora, Acabou, Eu não vou me submeter a um regimento interno, quando não tenho elementos para colocar numa discussão, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, ~~apresentando~~ um procedimento que está todo vazado, isso é verdade que ele está mesmo, mas acima de tudo nós queremos julgar e julgar bem. Então, em nome dos senhores e das senhores, em respeito à tudo aquilo que eu tenho para comigo, como coisa séria nesta cidade, eu vou fazer com que tenhamos um prazo maior para que possamos passar um parecer digno da população de São Paulo. (Palmas,)

Muito obrigado, Vamos encerrar esta audiência pública e convocando os senhores para o plenário, porque a luta continua e a luta é no plenário desta Casa.

A Sra. Teresa Cristina de Souza Lajolo - Deixa só colocar uma coisa que eu esqueci na minha fala, Estiveram aqui presentes representantes dos demitidos da CMTU, que já são para mais de 18 mil, e,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

307
344
93
do pres.
n.
o funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C44	2	morg.	aud. pública	18.4.94		

colocando a solidariedade a vocês, (Palmas.)

A Sra. - Posso dar uma mensagem para os moradores da Vila Olimpia. E os que são do partido contrário, os que não contra a Vila Olimpia, principalmente, gente, vocês adotam o sistema de ler os Salmos diz tudo o que Cristo nos gostaria de dizer em todas as provações da nossa vida, para os nossos inimigos que deverão estar aqui ainda, para os nossos inimigos que já foram embora, que acabaram de sair, só posso dizer, temporária é a felicidade dos perversos, E para os lutadores da Vila Olimpia posso dizer - o Senhor é nosso Pastor nada nos faltará. (Palmas.)

* * *



Prefeitura do Município
São Paulo, 16 de maio de 1994

Folha n.º	308	do proc
N.º	544	de 1994
O.º	funcionário	Paulo

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º 166 /94

10 - OFICIO
10-0187/94-3

16 05 94
17:15

Senhor Presidente

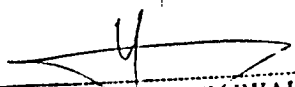
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas ao requerido por essa Casa, por meio dos ofícios nos. DT.7/Leg.3/300124/94, DT.7/Leg.3/300125/94, DT.7/Leg.3/300132/94, DT.7/Leg.3/300133/94, DT.7/Leg.3/300151/94, DT.7/Leg.3/300134/94, DT.7/Leg.3/300131/94.

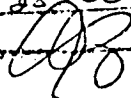
Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/fsc

À Leg. 3
Em 16.5.94


LUIZ ARENAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chelo-
A. T. M.

RECEBIDO EM LEG.
Em 16.05.94
Ho 18:00 horas


À Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente:-
Para as devidas providências.

17/05/94


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I



Folha n.º	309	do proc
N.º	544	de 1993
O funcionário		

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 544/93, REFERENTE AO OFÍCIO Nº DT.7/LEG.3/300151/94, RE
METIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO ATL. Nº 166 /94



Folha de informação n.º.....

do Processo.....n.º 59-002.437-93*04.....em 05/05/94 (a).....

FELIPE PEDROSO
Assessor de Setor II
L. 3001

Informação n.º: 15/94-Proj.3

Referência : Processo 59-002.437-93*04

Assunto : Plano de melhoramentos no Itaim-Bibi

P R O J

Sr. Superintendente

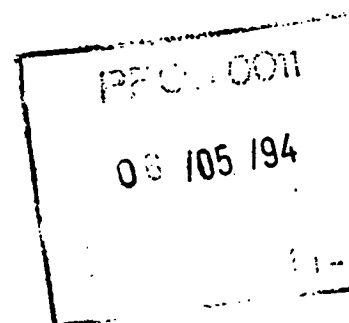
Em atenção a consulta de fls. 45 da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente esclarecemos que:

1. As praças mencionadas no projeto de lei estão situadas na confluência da Rua Gomes de Carvalho com a Al. Vicente Pinzon e a ligação proposta e a outra na esquina da Rua Quatá e a ligação proposta conforme assinalamos em amarelo na cópia de fls. 04 e se originaram do estudo de traçado geométrico da via.
2. Os alinhamentos a serem revogados já estão representados em tracejado no projeto de lei de fls. 04.
3. Não, a presente propositura não depende da aprovação da Operação Urbana. No nosso entendimento a aprovação da Operação Urbana viria apenas agilizar a execução dessa importante ligação viária.

05 / 05 / 94

ROBERTO HENRIQUE FASANO
Diretor de Divisão Técnica - Proj.3

RHF/.tp.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 311 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário [assinatura]

Folha de informação n.º 50

d. o Processo n.º 59-002.437-93*04

em 06 / 05 / 93 (a)

[assinatura]
MARIA J. SOUZA
Of. Adm. Geral - Proj. 001

INF: Nº 985/94

REF: Processo nº 59-002.437-93*04

ASS: Projeto de Lei nº 544/93- Plano de Melhoramentos
no Itaim-Bibi.

S V P - G/A.T.

Sra Chefe da Assessoria Técnica

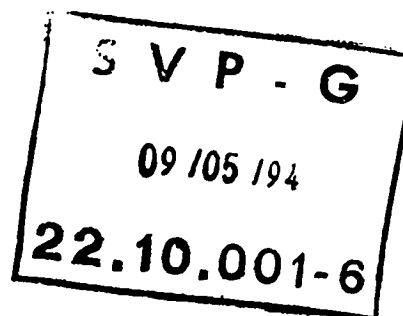
Com os esclarecimentos de PROJ-3 a fls 49,
referentes as indagações de fls 45, a propósito do Pro-
jeto de Lei nº 544/93.

Solicitamos o prosseguimento.

06 / Maio / 94

[assinatura]
EDUARDO JOSÉ DE CARVALHO FILHO
SUPERINTENDENTE DE PROJETOS VIÁRIOS

FVG/jo.

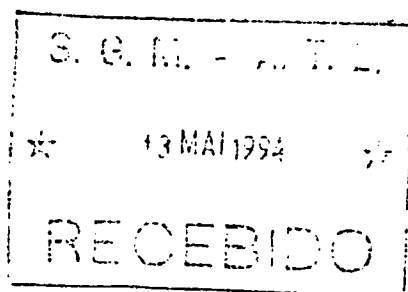


SGM / ATL

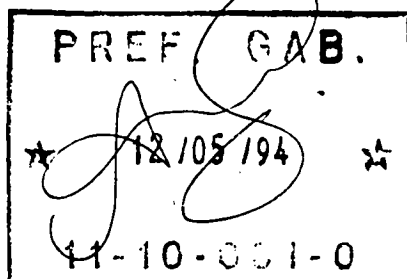
Sra. Assessora Chefe

De ordem do Sr. Chefe de Gabinete, restituímos o presente para ciência do informado por PROT as fls. 49, com atenção às indagações de fls. 45.

11.05.94.



ATH Brasil
MARIA HELENA BRAGA BRASIL
Assessor Técnico - SVP.Q.



ATH II

Preparar resposta - xerox
fls. 49, 50 e 50 n.º
13.5.94

[Signature]
LEONA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO
Assessora Chefe

Juntado....., nesta data..... e folha de informação,

rubricado.....sob n.º.....

Em...../...../.....

(a).....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 312 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E

MEIO AMBIENTE

Presidentes: Sra. Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Antonio Paiva Monteiro Filho

Bruno Feder

Tereza Cristina de Souza Lajolo

Emílio Meneghini

Faria Lima

AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre O Projeto de lei nº 543/93, do
Executivo, realizada no Auditório Oscar Pedrosa Horta,
da Câmara Municipal de São Paulo.

Data: 24 de agosto de 1994.

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaiê Cobra Ribeiro.

(Memo. nº. URB. 200/94).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 3/3 do proc.
Nº 544 de 1993
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Cl	1	ant.	com.pol	24.8.94		

A SRª. -Vamos começar a audiência pública

do projeto de Executivo que tem o nº543/93, de 4.8.93. Vou começar a ler as perguntas que foram encaminhadas ao executivo e posteriormente as respostas,

O pedido que entrou solicitado em audiência pública os quesitos abaixo relacionados no sentido de que seja solicitado ao Executivo para que esse se manifeste,

1-Quais os impactos previstos por essa proposta de operação urbana sobre serviços e equipamentos de infra-estrutura urbana relativas ao abastecimento de água, energia elétrica, telefonia, gás e coleta de esgotos e quais as medidas ou iniciativas para equacionar o suprimento das demandas potencializadas pela eventual implantação do projeto?

2-Qual a projeção para circulação viária na região após o adensamento previsto no projeto incluindo-se a atração de fluxos alternativos às marginais? Quais as soluções viárias estão sendo elaboradas para os cruzamentos entre as avenidas e para os congestionamentos nestes novos polos geradores de tráfego?

3- Como se prevê a compatibilização do projeto e seus efeitos decorrentes do fluxo de veículos e no adensamento da região com o sistema integrado metropolitano recentemente apresentado pelo governo do Estado de São Paulo?



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
01	2	ant.	com.pol.	24.8		

4—Com relação à bacia hidrográfica, particularmente a sub bacia do Pinheiros, sistema Eletropaulo, quais as medidas previstas pela PNST, DAEP SABESP e Eletropaulo, para minimizar o impacto conjunto das edificações e adensamento estimados para a região e ainda quais o estado das galerias pluviais e dos córregos para suportar os efeitos do projeto?

5—Qual o tratamento técnico e legal no que se refere a interferências da operação urbano com aeroporto e rotas aéreas na mesma direção do projeto em sua área de influência?

Além das considerações ~~maximizadas~~ de praxe para as obras próximas a aeroportos, considerar ruídos, alturas e edificações a ser estimuladas pelo OEPAES.

6—Qual a solução para o colégio estadual Ciciliano José Enes e Instituição NS do Carmo e seus alunos? Essas escolas estão no roteiro das desapropriações?

7—Quanto a poluição do ar quais as previsões e medidas de contenção estão contempladas no projeto?

8—Sobre as concorrências públicas relativas ao projeto é indispensável as informações acerca dos seguintes processos. Escolha do escritório responsável pela elaboração do projeto, escolha da empresa construtora responsável pela elaboração do estudo de impacto ambiental, e relatório do impacto no meio ambiente e escolha das empresas ou instituições



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha N.º 315 do pr.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Cl	3	ant.	com. pol.			

responsáveis pela análise do EIA-RIMA.

Este ofício foi enviado no dia 19.4.94.

Agora vamos passar a ler as respostas do Executivo. Em atenção ao requerido pela digna Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, no ofício tal dessa Egrégia Câmara tenho a honra de encaminhar a V.Exa. cópias das informações prestadas pelas unidades competentes dessa Prefeitura relativas ao projeto de lei 543/93, de autoria desse Executivo que estabelece programa de melhorias para área de influência definida em função da interligação da Av. Brig. Faria Lima com a Av. Pedroso de Moraes e com as Avs. Pres. Juscelino Kubitschek, Elio Pelegrino, dos Bandeirantes, Eng. Luiz Carlo Beline e Cidade Jardim, cria incentivos e instrumentos para sua implantação e dá outras providências, Ofício de 6.6.94, foi recebido na ATM.

Arquiteto José Eduardo Lefevre, trata o presente de um pedido de informações complementares referentes ao projeto de lei 543/93, solicitadas ao Executivo na audiência pública do dia 18.4, pp encaminhados para manifestação através da Sra. Zulaiê Cobra Ribeiro, Vereadora do Município e presidente da Comissão,

As informações solicitadas refere-se a mensuração de impacto sobre a infra-estrutura urbana e a qualidade ambiental nas áreas abrangidas pela operação urbana Faria Lima em função do adensamento populacio



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 316 do proc.
RAULO 548 de 1993
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
01	4	ant.	com.pol.			

da região ~~insensível~~ incentivado pelo projeto, A EMURB durante a elaboração do projeto estimou os números do adensamento populacional após a implantação do projeto. O cenário futuro foi construído a partir de estimativas de adesão da iniciativa privada a operação urbana Faria Lima onde foram considerados o potencial de transformação das áreas atingidas pelo projeto em função dos incentivos oferecidos e aspectos característicos do setor imobiliário. A avaliação do desempenho dos serviços públicos e do sistema viário e de modificações da qualidade de vida na área da situação futura após implantação do projeto deve ser considerada à luz desse cenário, cuja montagem a seguir explicitamos.

1-Estimativa de adesão do projeto nas áreas diretamente beneficiadas. O total ~~xxx~~ do potencial construtivo adicional estabelecido no projeto de lei para as áreas diretamente beneficiadas é de 1.500 milhão de metros quadrados de construção para uma área total de terrenos de ~~milhão~~ 1 ~~mil~~ metros quadrados. Em razão da situação fundiária dos trechos Pinheiros, Itaim, Funchal, Vila Olímpia e Uberaba e das características atuais e do uso do solo e do tipos das construções ali observados, foram estabelecidos índices de adesão diferenciados para as áreas delimitadas pelos diversos subperímetros. Considerou-se, por exemplo, que a incorporação imobiliária de áreas ~~urbanas~~ ocupadas por residências unifamiliares tem como elemento complicador a negociação com diversos proprie-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 317 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
01	5	ant.	com.pol			

tários com ~~.....~~

~~.....~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 318 do proc.
N.º PAULO 344 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	1	Monteiro	Aud. Púb.	24.08.94		

... com interesses nem sempre convergentes, que nas áreas comerciais consolidadas a verticalização dos lotes é obstaculizada pelo fato de que ali o pavimento térreo é o mais valorizado, tendência que só parcialmente deverá ser alterada."

Aí, ele mostra aqui um gráfico. "Em função das atividades consolidadas nos diversos subperímetros, foram também estimados índices diferenciados de adesão segundo os usos residenciais e não residenciais. Em Pinheiros, no Itaim e na Vila Funchal é esperado um número maior de construções comerciais em comparação ao previsto na Vila Olímpia e Uberaba.

A ocupação atual dessas áreas, segundo uso e tipo de edificação, está indicada no quadro abaixo." E aqui ele coloca um quadro em que põe todos os subperímetros Pinheiros, Itaim, Funchal, Uberaba e Vila Olímpia, os terrenos vagos, a ocupação horizontal, residencial ou não residencial, e vem a ocupação vertical e o uso institucional e o total.

Apenas edificações com térreo comercial e pavimento superior residencial, sobrados, estão incluídos na coluna "ocupação horizontal residencial".



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 319 do proc.
N. 344 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
02	2	Monteiro	Aud.Pub.	24.08.94		

Considerou-se que os lotes ocupados por uso institucio -
nais e por edificações com mais de dois pavimentos de altura não so -
freriam transformações significativas com a implantação do projeto,
ao menos para efeito de montagem desta estimativa. Assim, foram ado -
tados os seguintes ~~termos~~ de adesão à operação urbana." E aqui
faz mais um quadro de percentuais estimados de adesão à Operação Ur -
bana Faria Lima. E aí coloca também um outro quadro dizendo das á -
reas de terreno sujeitas a transformação e verticalização e coloca,
de novo, as áreas, os terrenos vagos, a ocupação horizontal, a ocupa -
ção vertical.

Segundo essa estimativa, apenas 34% da área total dos lo -
tes contidos na área de beneficiamento direto da Operação Faria Lima
deverão sofrer transformações. No quadro abaixo está indicado que is -
so representará, em termos de acréscimo de área construída na região
por uso após a implantação do projeto." Aí, ele coloca de novo ou -
tro quadro.

"Está previsto no projeto de lei que para os lotes conti -
dos no subperímetro Uberaba a utilização de potencial construtivo
adicional restringe-se ao uso residencial multifamiliar. Esses va -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 320 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	3	Monteiro	Aud. Púb.	24.08 94		

lores de área de construção podem ser traduzidos em população, considerando as seguintes relações."

- o - o -

- Intervenções fora do microfone.

- o - o -

a SRA. _____ - Não, é preciso ler para constatar na audiência pública. É preciso ler para depois vocês se manifestarem.

"Esses valores de área de construção podem ser traduzidos em população considerando as seguintes relações: uso residencial, 30x metros quadrados de área construída por morador, segundo o padrão de construção esperado para a região. Uso não residencial; 15 metros quadrados de área construída por usuário. Desse modo, a concretização da Operação Urbana Faria Lima deverá representar um acréscimo de população além daquele causado pela prática dos índices urbanísticos estabelecidos pelo zoneamento vigente, de 17.500 morado-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 321 do proc.
PAULO 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C2	4	Monteiro	Aud. Púb.	24.08.94		

res e de 44.000 usuários.

Considerando um dado do comportamento atual do mercado imobiliário quanto ao número de lançamento de edifícios por ano, por bairro, que é de cinco empreendimentos; considerando que as áreas de beneficiamento direto estão contidas em cinco bairros diferentes e que 60% dos lançamentos desses bairros possam ocorrer nessas áreas, teríamos o seguinte quadro: área média de construção computável por empreendimento, 7.000 metros quadrados; número estimado de novos edifícios, 169; número estimado de lançamentos por ano nos cinco subperímetros, 15; prazo para concretização do total de lançamentos, 11 anos; prazo de construção, 11 anos mais cinco anos, 16 anos; ano-meta, 2.010. O incremento populacional por ano, segundo essa estimativa, seria de aproximadamente 1.600 moradores e de 4.000 usuários.

2. Estimativa de adesão ao projeto nas áreas indiretamente beneficiadas. O incremento populacional dessas áreas, em função da implantação do projeto, foi estimado a partir de dados referentes às propostas de operações interligadas encaminhadas à SEMPLA entre 1988 e 1994 para imóveis contidos na região da operação Urbana Faria Lima. Este parâmetro foi adotado porque as propostas de partici



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 322	do prog.
N.º 349	de 1993
O funcionário	
ORADOR	CONT. APART.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
03	1	Monteiro	Aud.Púb.	24.08.94		

pação da Operação Urbana Faria Lima, para imóveis localizados na área indiretamente beneficiada, estarão sujeitas a um processo de análise e aprovação semelhante àquelas adotados para as propostas de operação interligadas.

No período indicado, o comportamento do mercado imobiliário na região da Operação Urbana Faria Lima, face aos incentivos previstos pela Lei 10.209, de 1986, que dispõe sobre as operações interligadas, está caracterizado no quadro abaixo.

Total de propostas encaminhadas, 45; desistências, seis; propostas indeferidas, oito; propostas concretizadas, sete; propostas aprovadas, menos projeto mais contrapartida, nove; propostas parcialmente aprovadas e projetos urbanísticos, sete; propostas em análise, oito. Para efeito do cálculo do potencial construtivo adicional concedido através deste instrumento foram consideradas as propostas concretizadas e as propostas aprovadas, o que representa um total de 189, 206 metros quadrados de área construída. Considerando a área média de construção de 22,5 metros quadrados por morador/usuário, o conjunto desses empreendimentos representou um acréscimo populacional de 8.400 pessoas. Esse número distribuído ao longo de seis anos que cobrem o período analisado traduz-se num incre-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 323 do proc
Nº 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	2	Monteiro	Aud. Púb.	24.08.94		

mento populacional de 1.600 pessoas por ano. Assim, computando as duas estimativas a implantação do projeto deve representar um crescimento populacional adicional por ano na região em torno de 7.000 a 200 moradores/usuários. Esses são os números que traduzem a proposta. Informações solicitadas..." Agora acho que ele passa a responder diretamente as perguntas. Agora, começa.

"Quais os impactos previstos por esta proposta de operação urbana sobre os serviços relativos ao abastecimento de água, energia elétrica, telefonia, gás e coleta de esgotos? Quais as medidas ou iniciativas para conciliar (?) o suprimento das demandas potencializadas por eventual implantação do projeto?"

1º - Abastecimento de água. A Operação Faria Lima, pelo seu porte, comparada às dimensões da Grande São Paulo não afeta significativamente o macrossistema de abastecimento de água. Dentro da região metropolitana crescimentos de demandas acentuados em áreas localizadas geralmente são compensados por crescimentos menores em outras áreas. A área de influência do empreendimento conta hoje com uma infra-estrutura consolidada. Por se tratar de uma região já urbanizada, as redes de distribuição operam com uma margem de segurança razoável, tendo sido planejadas para atender demandas maiores que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 324 do proc.
N.º 548 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
C3	3	Monteiro	Aud. Pùb.	24.08.94		

as atuais.

Por essa razão, os investimentos necessários à adequação da rede ao crescimento populacional concentrado nesta área serão menores do que aqueles necessários, por exemplo, para atender a áreas de baixa densidade populacional que sofram um crescimento populacional repentino e deverão ser custeados pelo incremento do número de usuários do serviço e conseqüente aumento do montante relativo às tarifas de fornecimento cobradas, considerando ainda que o crescimento populacional se dará de forma paulatina medidas específicas visando a adequação do sistema não foram consideradas necessárias.

2. Coleta de esgotos. Quanto à coleta de esgotos, praticamente toda a área da Operação Urbana Faria Lima dispõe de rede coletora. Essa rede é ligada aos coletores-tronco que contribuem para o interceptor da margem direita do Rio Pinheiros que, por sua vez, transporta os efluentes para a Estação de Tratamento de Marueri. Recentemente, com o início do programa de despoluição do Titê, a SABESP analisou todo o sistema de esgoto da Grande São Paulo. Para a área de influência direta da Operação Urbana Faria Lima chegou-se à conclusão que exceto problemas localizados o sistema opera com folga, os coletores-tronco existentes foram implantados ^{Há} a menos de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha N.º 325 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	4	Monteiro	Aud.Púb.	24.08.94		

15 anos tendo sido dimensionados para demandas próximas a da catu-
ração das bacias.

Além disso, o programa de despoluição do Rio Tietê prevê
para 1994 a construção dos coletores-tranco dos córregos Águas Es-
praiadas e Cordeiro e a complementação das redes coletoras das pou-
cas áreas atualmente não servidas. Desse modo, considerou-se que a
implementação do projeto não agrava a situação de desempenho das re-
des coletoras de esgoto a ponto de se preverem obras específicas pa-
ra essa situação.

3. Fornecimento de energia elétrica. Na área de influên-
cia indireta da Operação Urbana Faria Lima estão instaladas oito es-
tações transformadoras, localizadas três delas na confluência da A-
venida dos Bandeirantes com Marginal direita do Rio Pinheiros, uma
no Itaim, Rua Seridó, uma ao lado da ponte Cidade Universitária, uma
nas proximidades da Avenida Diógenes Ribeiro do Lima, uma próxima à
Ponte do Jaguaré e outra nas proximidades da Avenida Heitor Pentea-
do. Está prevista ainda a instalação de uma estação secundária de
distribuição nas proximidades da confluência da Avenida Presidente
Juscelino Kubitschek com Avenida Nações Unidas.

Toda a área de influência indireta do projeto é cortada por



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 326 do proc
RAULO 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	5	Monteiro	Aud. Púb.	24.08.94		

sistema ~~de~~ aéreos e subterrâneos de distribuição, isto é, redes e circuitos primários e secundários de distribuição de energia elétrica nos quais estão agregadas estações transformadoras, poços de inspeção, caixas de passagem etc. A Eletropaul vem também desenvolvendo estudos no sentido de promover a conversão de alguns trechos dos circuitos aéreos em circuitos subterrâneos em função da saturação do sistema em duas regiões constantes da área de influência indireta do projeto em questão. A primeira abrange o quadrilátero formado pela Avenida São Gabriel, Rua Joaquim Floriano, Rua Iguaçu e Avenida 9 de Julho, junto à área da operação urbana proposta, cuja conversão total está prevista para 1996. A segunda região, vizinha à Avenida Luís Carlos Borrini, também tem sua conclusão prevista para 1995. Segundo a empresa, a rede já tem capacidade para atender as demandas atuais provendo obras de expansão no sistema elétrico de alta tensão para atendimento das demandas projetadas no período 94/98.

4. Distribuição de gás. A Companhia de Gás de São Paulo, Comgás, é a concessionária responsável pela geração e distribuição de gás de nafta e distribuição de gás natural para todo o Estado. Face à disponibilidade de gás natural em bacias próximas, a Comgás,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 327 do proc.
N.º 344 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C3	6	Monteiro	Aug. Pub.	24.08.94		

desde a metade da década de 80, vem implantando um plano de conversão que consiste na substituição do gás de nafta pelo natural, Através desse plano, que implica na execução de obras civis, a empresa objetiva aumentar sua capacidade global de atendimento, assim como aumentar o percentual de atendimento aos grandes consumidores.

Existe ainda um projeto em andamento voltado para bolsões residenciais que tem por objetivo a conquista do mercado consumidor residencial. Está prevista a criação de 12 bolsões, dois deles parcialmente inseridos na área Operação Urbana Faria Lima, Brooklin Novo e Vila Madalena o, para tanto, já estão sendo implantadas redes de distribuição. O adensamento populacional previsto na área da Operação Faria Lima representa uma demanda significativa cuja atendimento, parece-nos, vai ao encontro aos objetivos da Congás.

5. Sistema de telecomunicações: A Telesp considera que atualmente todo o sistema de telecomunicações da Grande São Paulo está saturado, isso porque 99% dos seus dutos são subterrâneos e o subsolo apresenta-se congestionado pelas diversas redes das diferentes concessionárias que atendem a Grande São Paulo, Sabesp, Congás, Eletropaulo etc. A estação Pinheiros, que atende as regiões de Pinheiros, Alto do Pinheiros e Vila Madalena, é considerada crítica



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 328 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C4	1	Monteiro	Aux. Púb.	24.08.94		

pela Telesp, principalmente na área da Rua Padre Carvalho e Avenida Faria Lima.

Para solucionar e ampliar e melhorar a qualidade, o nível de atendimento à região, a Telesp deverá instalar, em breve, uma nova estação telefônica na Vila Madalena. Essa prática é adotada pela Telesp sempre que uma determinada região atinge o nível de saturação. Igual procedimento deverá ser adotado na região da Operação Urbana Faria Lima no caso de a demanda ultrapassar a capacidade do atendimento das estações que servem a área. Considera-se que o ~~número~~ aumento concentrado do número de consumidores permitirá um atendimento qualitativamente melhor e um custo mais econômico para o serviço.

Segunda pergunta. Qual é a projeção para a circulação viária da região após o adensamento previsto pelo projeto, incluindo-se a atração de fluxos alternativos às Marginais? Quais ~~as~~ soluções viárias estão sendo elaboradas para os cruzamentos entre avenidas e para os congestionamentos nesses novos pólos geradores de tráfego?

A situação operacional das vias do sistema estrutural e coletor na área de estudo apresenta no seu conjunto níveis de saturação por insuficiência de capacidade, associados à inexistência de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 329 do proc.
N.º 544 de 19 93
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C4	2	Monteiro	Aud. Púb.	24.08.94		

retas alternativas para o tráfego local, que na maioria das vezes está superposto ao tráfego de longo percurso. Esse quadro referencial é, de forma geral, constante em toda área de estudo, principalmente nos períodos de ~~de~~ pico, onde a ocorrência de congestionamento, ou retardamento do fluxo de veículos ocasiona velocidades inferiores a 20 quilômetros/hora em determinadas vias.

Os melhoramentos viários propostos, segundo estudos realizados pela Pro-tran para a Emurb, ~~determinarão o aumento da velocidade média dos veículos à medida em que garantirão a continuidade dos eixos viários,~~ com rebatimento sobre a economia de tempo e os níveis de poluição do ar. Algumas das vias já existentes, que integrarão o novo eixo viário a ser criado, como as Avenidas Pedroso do Morais, Santo Amaro, Engenheiro Luís Carlos Berrini, apresentarão aumento de volume de tráfego. No entanto, outras vias atualmente sobrecarregadas pela inexistência de ligação viária, serão aliviadas, como as marginais do Rio Pinheiros, Avenida Cidade Jardim, Brasil, Ibirapuera, Bandeirantes e Jucelino Kubitschek. Essa situação deverá se verificar em vias coletoras dos bairros do Itaim e Vila Olímpia, com as Ruas Tabapuã, Joaquim Floriano, João Cachoeira...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 330 do proc.
Nº 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C4	3	Monteiro	Aud. Púb,	24.08.94		

- Intervenção fora do microfone.

- o - o -

A SRA. _____ - Eu quero, estou completamente sem voz. Por favor, Vereador.

A SRA. _____ - "Essa situação também deverá se verificar em vias coletoras dos bairros do Itaim, e Vila Olímpia, como as Ruas Tabapuã, Joaquim Floriano, João Cachoeira, Atílio Innocenti, entre outras, que deixarão de receber o fluxo de tráfego de veículos que atravessa esses bairros.

No quadro abaixo, apresentamos os números que confirmam as projeções obtidos através de modelos de simulação de tráfego onde é possível comparar o carregamento do sistema-viário no ano-horizonte 2010,

~~na pista de mão única, nos pontos de congestionamento.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 331 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	1	dalva	Audiência Pública	24.08.		

(...) no pico da manhã, nos pitores trechos das vias, nas situações com e sem a implantação dos melhoramentos, — agora vem uma tabela aqui — Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, papel de informação publicado ~~xxx~~ na Folha ~~de~~ 17 do processo 5900126994157 de 25 de ~~março~~ de Maio de 94. Comparação de mapas 6.5 e 6.8, estudos de tráfego e transportes. Aqui tem uma tabela que diz o seguinte: nomes das vias, em seguida situação sem projetos, veículos por hora, situação com projetos, veículos por hora, onde diz assim a ~~table~~ tabela: sentido 1 e sentido 2, Pedroso de Moraes, sentido 1, ~~2559~~ 2559 veículos hora. Sentido 2 Pedroso de M_orais, ~~2~~ 4709 veículos hora. Depois ~~com~~ projeto. A mesma avenida, 3105 veículos hora, e sentido 2, 5451, veículos hora. Então tem uma tabela aqui das Avenidas Pedroso de Moraes, Marginal Pinheiros, Jaguaré/Santo Amaro, Marginal ~~x~~ Pinheiros de novo, ~~sem~~ ~~sem~~ dados, Santo Amaro/Jaguaré, Av. Cidade Jardim/ Av. Santo Amaro, Av. Brasil, Ibirapuera, Bandeirantes, Jucelino Kubitschek, Tabapuã e Joaquim Floriano. Então tem todo um estudo de tráfego de transporte, ~~incluindo~~ e veículos hora. Então ele propõe: velocidade média prevista, para situações sem projetos, e com projetos: depois vem a mesma tabela, velocidade sem o projeto e com o projeto Faria Lima. Por exemplo, na Margi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 332 do proc.
PAULO 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C5	2	dalva	Audiência Pública	24.08.		

nal de Pinheiros, ele pretende aumentar a velocidade de 29,5, para 25. Na Cidade Jardim 15,7 para 26,4, na Santo Amaro, de 11,1 para 14, 4, Brasil de 24,7 para 27,7, Ibirapuera e Vereá or José Diniz, para de 14, para 19,4, República do Líbano de 30,2, para 15., na Bandeirantes de 16 para 20,1, na Jucelino com Antônio Moura Andrade, 17,2, para 24,8. Essas duas tabelas, eles tem mostrados dois aspectos; o aumento do número de veículos, por hora, nos dois sentidos, nessas avenidas e a situação com a Avenida e sem Avenida, com o aumento da velocidade que haveria. Depois, a outra parte diz o seguinte: a velocidade dos ônibus calculada pela simulação foi considerada um função da velocidade dos automóveis nas vias em que ambas compatilham o mesmo leito viário. Nas vias com faixas exclusivas, admitiu-se a velocidade de 20Km por hora. A partir desses dados, que mostram-se tranquilizadores quanto às possíveis impactos negativos da implantação do projeto sobre a sensibilidade da área, estão sendo desenvolvidos estudos, relativos a pequenas alterações no sistema viário secundário, para garantir transposições e retorno no sistema Pedrosa de Moraes, Faria Lima, Berrini. Quanto aos polos geradores de tráfego, a lei nº 10.384, de 87, torna obrigatório o pedido de diretrizes de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 333 do proc.
PAULO 544 de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
05	3	dalva	Audiência Pública		24.08	

de acesso a Secretaria Municipal de Transportes, para edificações que prevê ofertas de vagas de estacionamentos de veículos, superiores a 200, em qualquer região do Município superior a 80. Nas áreas especiais de tráfego, definidas por essa lei. Além dessa disposição, o decreto 32.329 de 92, que regulamenta a lei 11.228 de 92, do código de obras e edificações, inclui o conceito de polo gerador de ~~tráfego~~ tráfego, os hospitais, mais de 7500m², de área construída, computável. Os estabelecimentos de ~~ensino~~ ensino com mais de 2500m² de área construída, computável, locais de reunião com capacidade ~~de~~ a partir de 500 pessoas, e ~~clubes~~ clubes esportivos com mais de 2500m² de área de construção computável. Os empreendimentos ~~incluídos~~ incluídos nessa classificação, que vierem a ser edificadas na área da operação urbana Faria Lima, estarão sujeitos ao atendimento a essas exposições. 3 - como se prevê a compatibilização do projeto e seus efeitos decorrentes no x fluxo de veículos e no adensamento da região, como sistema integrada metropolitano, recentemente apresentado ~~em~~ pelo Governo do Estado. ~~Como~~ Pelo Plano Metropolitano da Grande São Paulo, 1993, 2010, ~~re~~ recentemente divulgado pela Secretaria ~~de~~ de Planejamento, em gestão do Governo do Estado de São Paulo, o Cen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 334 do proc.
PAULO 344 de 1983
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
05	4	dalva	Audiência Publica	24.08.		

tro Metropolitando considerado abrange ~~x~~ além do Centro da Cidade, e da região, áreas tradicionalmente incluídas neste conceito.

~~x~~ As regiões da Faria Lima e Berrini. A página 43 desse documento ~~encontra-se~~ encontra-se referências ao processo que justificou essa inclusão. Já nos anos 80, o centro de decisão começa deslocar para a zona Sul, Sudoeste, Av. Brigadeiro Faria Lima, Av. Luiz Carlos Berrini, Av. Marginal do Rio Pinheiros, etc... Isso ~~x~~ se dá sobretudo, por estarem sendo criadas as condições de infraestrutura, ~~xxx~~ necessárias a esse serviço, oferta de prédios de escritórios ~~xx~~ preços competitivos, sistema de telefonia e telemática abundante, sistema viário acessível, e sem problemas de estacionamento. Na formulação ~~diretrizes~~ diretrizes territoriais e ambientais, foi identificad neste documento, como forma desejada de uso, e ocupação do solo, o bolsão urbano, cujo desenvolvimento deverá ocorrer de forma concentrada, para garantir a viabilização de obras ~~x~~ e infraestrutura, pg. 178. Além disso estão indicadas, como elementos de regularização, do contínuo urbano, as concentrações e atividades produtivas, secundárias e terciárias e do assentamento residencial, bem como o sistema viário ~~x~~ e do transporte que ~~garante~~ garante a articulação ~~xx~~ entre elas. Dentro disso, foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 335 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	1	dalva	R Audiência Pública	24.08		

icluído, entre outros objetivos do plano metropolitano, o fortalecimento dos polos ~~urbanos~~ locais, dois deles a Sudoeste, em ~~Pinh~~ Pinheiros, Santo Amaro, pág. 178. Os ~~seguintes~~ objetivos da operação urbana Faria Lima, detalhados da exposição de motivos, que recomendam o projeto de lei à Câmara Municipal, vão encontro dessa proposição que reconhece e afirmam a importância da região Faria Lima, dentro da estrutura Metropolitana, assim como justificam a concentração de ~~atividades~~ atividades e moradia, como estratégia de organização do espaço urbano. Quanto ~~as~~ questão da infraestrutura viária e de transportes, os resultados impactos operação Faria Lima, também caminha no mesmo sentido ~~traçado~~ traçado pelo Plano Metropolitano, 1.º, a intensificação, uso da rede ampliada de METRO, e ferrovias, com a implantação da 4ª linha do METRO, e melhorias ~~substantiais~~ substanciais da linha CPTM. Melhorias das condições de uso, e ~~prope~~ção do sistema de linha de ônibus, ~~as~~ melhorias ~~de comunicação~~ e integração da malha regional em trechos de via existentes, melhorias em ~~traçados~~ traçados de sinalização em mais condições, que afetam o tráfego em pontos críticos da malha regional em locais ~~de~~ ocorrência, constantes de bloqueios e congestionamentos. 4.º - Com relação a Bacia Hidrográfica ~~particularmente~~ particularmente a sub ba-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 336 do proc.
N.º 544 de 19 93
O funcionário R

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	2	dalva	Audiência Pública	24.08		

cia de Pinheiros, quais as ~~medidas~~ medidas previstas pela FMSP, SAPESP, ELETROPAULO, para minimizar, o impacto conjunto das edificações e o adensamento estimados para a região. Qual o estado das galerias pluviais e dos córregos, para suportarem os efeitos dos projetos? A área abrangida pelo projeto é ~~totalmente~~ drenada pelos córregos, Belini, Corujas ~~Vermelhas~~ Verdes, Iguatemi, Sapateiro, Uberaba, Traição e pelo dreno do ~~Rio~~ Rio ~~Brooklyn~~ Brooklyn, afluentes da margem esquerda do Rio Pinheiros, Córrego das Águas Pretas. Com excessão da Água ~~Preta~~ Preta, todos os córregos são canalizados em ~~galerias~~ galerias fechadas. Em 1986 foram mapeados cerca de 30 pontos críticos de enchentes, dentro da área de influência indireta da operação urbana, ~~proposta~~ proposta. Daquela época para cá poucos foram resolvidos, essas enchentes, decorrem de deficiências generalizadas no sistema, construídas ao longo do tempo sem que houvesse um planejamento global que acompanhassem a expansão urbana. Algumas galerias são muito antigas, algumas tem mais de 50 anos, e necessitam de obras de ampliação e recuperação. Este caso encontram-se um grande parte as galerias da bacia do Iguatemi, Verde, Corujas e Belini. A galeria do córrego do Sapateiro, de construção mais recente, cerca de 20 ~~anos~~ anos, também



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 337 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTES
CG	3	dalva	Audiência Pública	24.08.		

apresentam fortes capacidades especialmente no trecho da Av. Santo
Aaro e República do Líbano. Este último trecho, o córrego Ubera-
ba, entre as ruas B Nova Cidade e da Iambú, foi canalizada em
galeria fechada em 1992, o trecho do Rio Pinheiros e a Nova Cida-
de está passando por obras de ampliação. A ~~galeria~~ galeria do
~~córrego~~ córrego Traição, ~~está passando por obras de ampliação~~
não tem apresentado problemas significativos. O Córrego Aguas Praia-
das que está em estado natural, está sendo analisado pela EMURB em
canal ~~aberto~~ aberto. A galeria do Córrego do Cordeiro, está sen-
do ampliada pelo METRO. O dreno do Brooklin, originalmente um canal
~~artificial~~ artificial construído pela LI — , atualmente
não ~~tem~~ tem capacidade para receber vazões, cheias do Águas R.
Praias, e Cordeiro. A EMURB estuda alternativas para a
solução desse problema, consistindo em reservatório de amortecimen-
to de cheias e o bombeamento de parte da ~~vazão~~ vazão, com Águas Praia-
das exatamente pelo trecho elevado do Rio Pinheiros. O impacto
causado pela ~~implementação~~ implementação da ~~operação~~ operação urbana Fa-
ria Lima, não deverá alterar ~~significativamente~~ significativamente
o quadro atual. Os índices de impermeabilização do solo não deve
ser alterado e mais de 90% dos pontos críticos de enchentes si-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 238 do proc
N. 544 de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	4	dalva	Audiência Pública	24.08		

tuam-se à montante da nova Avenida. Na área de ~~mt~~ influência di-
reta existe apenas um ponto crítico, situado na Rua BRIGADEIRO
Aroldo Veloso, nas proximidades da Av. Cidade Jardim. A Prefei-
tura do Município já ~~possue~~ possui um projeto para solução
deste ponto, que será compatibilizado ao Projeto Faria Lima.

5 - Qual é o tratamento técnico e legal, no que se refere ~~maxxxtum~~
~~maxxxtum~~ as interferências da operação urbana, com o Aeroporto e ro-
tas áreas, na mesma direção do projeto e na sua área de influência.
Além das considerações de praxes para obras próximas Aeroportos, con-
siderar x ruídos e alturas de edificações a serem estimuladas pelo
SEPAC. Valem para a área de edificações urbanas Faria Lima, as mes-
mas disposições que regulamentam a construção de edifícios na pro-
jeção das rotas áreas. Ressaltamos que os incentivos estabelecidos
pela operação urbana, serão concedidos dentro dos limites esta-
belecidos por essa disposições, assim como as diretrizes de tráfegos
rereridas as respostas a segunda questão. 6 - Qual é a solução pa-
ra o Colégio Estadual Ceciliano José Enes, Instituto Nossa Senhora
do Carmo, essas escolas estão no roteiro das desapropriações.
Até o final do corrente ano letivo, essas escolas não terão o fun-
cionamento comprometido pela implantação dos melhoramentos viários.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 339 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
C6	5	dalva	Audiência Pública	24.08		

A relocação da Escola ~~Estadual~~ Estadual Ciciliano José Enis, foi equacionada conforme o que se segue: o terreno, onde está implantado a escola, tem área aproximada ~~de~~ de 6mil metros quadrados. Cerca de 4mil m², serão atingidos pelo prolongamento da Faria Lima. Os ~~2x~~ 2mil m² remanescentes, uma faixa aproximadamente de 23 metros de largura, por 98 de extensão, comporta a construção de um prédio ~~xx~~ escolar, e mais a quadra esportiva. Ali deverá permanecer o BEFAM - curso de 2º grau que atualmente funciona, independentemente da escola de 1º grau Ciciliano Enis. Para relocação do 1º grau, a EMEI Tia Setúbel, na Rua Cojuba, e mais a área pública Municipal, contígua, serão integralmente ~~xxxx~~ reestruturada para acomodar o novo edifício da EPG Ciciliano José Enis, e o novo ~~edifício~~ edifício da EMEI Tia Setúbel, considerando que as instalações atuais dessa última estão precárias, e não atendem a demanda da área. Os três edifícios deverão estar concluídos, quando do ~~x~~ início do próximo ano letivo. Essa proposta apresentada em reunião do COG-SP, no dia 17 de maio, passado, está sendo analisada por este órgão que se pronunciará a respeito dentro dos próximos dias. Quanto ao Instituto Nossa Senhora do Carmo, a maior parte da área onde está ~~implantada~~ implantada, não será atingida pelo projeto. Como não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 340 do proc
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C6	6	d. lva	Audiência Pública	24.08		

foi permitido acesso de técnicos a divisão de topografia na ENURB, nas instalações do Colégio, para cadastramento do imóvel, não é possível avaliar o impacto da desapropriação na ~~na~~ área edificada. Contudo pertencendo o imóvel e a instituição a congregação das ~~as~~ Irmãs Carmelitas da Divina Providência, a quem o Poder Público deverá idennizar pelo trecho a ser desapropriado, em valores de mercado, arbitrados em perícia judicial, entende a Prefeitura que caberá aquela entidade ~~tomar~~ tomar as providências que julgar cabíveis, ~~para~~ para relocação da escola, ou resturruação das suas intalações~~em~~ na área remanescente. 7 - Quanto a poluição do ar quais as previsões e ~~medidas~~ medidas de contenção estão contempladas no projeto. A quantidade de poluentes emitidos por veículos, em uma via urbana, é em função dos combustíveis utilizados da quantidade de veículos, por tipo de combustível, da extensão percorrida, da velocidade de deslocamento que os mesmos desenvolvem ao longo da ~~própria~~ própria via. Os modelos de simulação empregados, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela PROTAM, consideraram todos esses dados, e com recursos com trabalhos recentemente ~~desenvolvidos~~ desenvolvidos e ~~disponíveis~~ disponíveis na CBT e SETESB, foram relacionados a variação de velocidade dos automóveis e o ti-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 341 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	1	dalva	Audiência Pública	24.08		

po dos combustíveis e pregados a emissão de poluentes por tipo. Para assimulação foi adotado como sendo de 40% a participação dos veículos, à álcool no total da frota circulante, conforme informações da Secretaria Municipal de Transportes e da Secretaria de Transportes Metropolitano. A melhoria de desempenho, do sistema viário com a implantação do projeto no ano horizonte, 2010, resulta na melhoria da qualidade do ar como demonstra o quadro abaixo.

Óxido de nitrogênio - situação sem projeto, permissão de poluentes

" " - sem projeto - 2858,8 toneladas ano

com " - 2810,8 " "

Monóxido de Carbono sem " - 8736,2 " "

80092,2 " "

com o projeto 189x 2292.

Hidro Carboneto sem " -11957,0 " "

com " -10570,0 " "

Dióxido de Enxofre sem " -1309,4 " "

com " - 1305,7 " "

Material Particulado sem " - 2546,1 " "

com " - 2325,9 " "

Fontes: Estudo desenvolvido pelo departamento de operações urba-

na da EMURB, EIA/ RIMA, desenvolvido pela TETAPLAN, Consulto-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 342 do proc
Nº 544 de 1993
O funcionário
ORADOR
CONT. APART.

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
C7	2	dalva	Audiência Pública	24.08		

ria e Planejamento, estudo de tráfego e transportes, desenvolvi-
do pela PROTAM. Assina. Arquiteta Rita ^{Gonçalves} ~~xxxxxx~~, 23 de maio de 1994.

A SRA. _____ - Essas foram as coloca-
ções do projeto de lei 543/93. Agora nós temos o PL do Executivo
544/93, que nós ~~fixamos~~ fizemos as seguintes colocações:

- 1-ONde se situam as praças que o projeto de lei menciona.
- 2 - Os alinhamentos que serão revogados constarão do
outro PL.
- 3 - A presente propositura está na pendência da aprova-
ção da op. ração urbana Faria Lima, para obtenção de recursos neces-
sários a sua extensão? E aí o Executivo responde:

Em atenção a consulta de folhas tais, esclarecemos
que: ~~xxxxxx~~ 1º - As ~~praxas~~ praças mencionadas no projeto de lei
estão situadas na confluência das ~~Ruaxx~~ Ruas Gomes de Carvalho com
Alameda Vivente Pison, e a ligação proposta e a outra, na esquina
da Rua Quatá, e a ligação proposta conforme nós assinalamos em
amarelo na cópia de folhas 4, que se originam de estudos de tra-
çado do projeto da via.

- 2 - Os alinhamentos a x serem revogados, já es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 343 do proc
N.º 544 de 1993
C funcionário 22

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	3	dalva	Audiência Pública	24.08.		

tão representados ~~xxx~~ entrasejado no projeto lei, de folhas 4.

3 - A presente propositura não depende de ~~aprox~~
aprovação da operação urbana, o nosso entendimento à ~~par~~ aprovação
da operação urbana viria apenas agilizar a execução dessa impor-
tante ligação viária. Assina. Roberto Henrique Fasano, Diretor de
Divisão Técnica.

Ficamos aqui todo esse tempo ~~xx~~ fazendo aquelas
perguntas que foram encaminhadas a Comissão de Política Urbana,
e as respostas do Executivo.

Com a palavra o representante da EMURB, com rela-
ção a essas respostas que nos foram apresentadas.

O SR. _____ - Eu gostaria apenas
de colocar algumas questões com relação as respostas que foram co-
locadas aqui. O desenvolvimanto do projeto e a sua implantação, tem
seguido os trâmites necessários do ~~quartel~~ do ponto de vista, não
só se atender todas as recomendações e solicitações feitas da Secre-
taria do Verde e Meio Ambiente, através da posição do CARDES, no
que diz respeito aos projetos complementares, e no ~~xxxxxxx~~ desen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 334 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C7	4	dalva	Audiência Pública	24.08		

volvimento dos projetos de adequação da implantação dos projetos na necessidade da região. Exemplo, o projeto da ciclovia, que foi uma das ~~xxx~~ exigências colocadas pelo ~~SENHOR~~ CARDES, e esse projeto já encontra-se na Secretaria do Verde, para ser analisado, é umaciclovía que interliga desde o CEAGESP até o Shopping Center Morumbi, através de diversas alternativas, inclusive esse ~~proj~~ projeto tomou um vulto um pouco maior permitindo inclusive ligações em direção a Cidade Universitária em direção ao Parque do Morumbi, onde está ~~x~~ tendo uma rede um pouco mais ampla que se prevê, quer dizer, existe um projeto de implantação, e que na medida em que o projeto for sendo implantado, terá condições de ~~execu~~ executado. Com ~~relação~~ relação a questão que foi aqui falada, da escola esta-
~~menta~~ dual Ciciliano José Enis, é que toda a transferência da escola para nova localização na Rua Cojubas, não só já está projetada em termos do projeto de arquitetura, como também a transferência já foi acertada e ~~xxx~~ aprovada a nível de entendimentos entre o Governo Municipal e ~~o~~ o Governo Estadual, ou seja a transferência de terreno e a transferência da escola, já foi ~~obje~~ objeto de um acordo, entre os dois governos, portanto já tem prazo marcado para a inauguração da nova escola. Com relação a outros



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

FALTA Nº 345 do proc
Nº 544 de 19 83
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
C7	5	dalva	Audiência Pública	24.08	

estudos solicitados pelo CARDES, também estão em desenvolvi-
mento, como é o caso das travessias em ~~desniveis~~ desniveis,
da * Faria Lima, com Cidade Jardim, e com a Av. Rebouças. E
está em desenvolvimento também, todo o estudo de resolução
das inter-fazes entre os projetos da Faria Lima, com implantação
~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 0:346 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário *[assinatura]*
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	1	morg.	aud. pública	24.8.94		

A quarta linha do Metrô é uma obra que já tem um cronograma marcado, embora haja agora uma mudança na administração estadual, existe um financiamento que já está consolidado e é uma linha que já tem prazo de execução implantada e que passa através, cruza com a Faria Lima, na altura do Largo da Batata e portanto ali diversas melhorias estão previstas no sentido de permitir resolver o problema que é representado atualmente pelo largo da Batata, com a grande quantidade de ônibus que saem por ruas relativamente estreitas. Esse projeto de acerto do sistema viário, sistema de acesso ao Largo da Batata está sendo desenvolvido em conjunto e já prevendo a interface a futura implantação da avenida e a execução da quarta linha. Portanto, não tenho muito a acrescentar com relação àquilo que já foi colocado por escrito nas respostas as questões que foram aqui formuladas e que respondem as perguntas nas outras audiências públicas dos vereadores no que diz respeito ao desenvolvimento do projeto propriamente dito. Estou a disposição ao depois, dependendo das questões que forem colocadas, para responder a mais alguma questão. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zuleide-Cobra Ribeiro) - Vou dar a palavra agora aos representantes da Faria Lima e começamos com o Dr. Yves, arquiteto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 347 do proc
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	2	Org.	end. pública	24.8.94		

O SR. YVES - Antes de mais nada quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui mais uma vez discutindo os dois projetos de lei que envolvem a Faria Lima e só lamentamos que desta vez não pudéssemos fazer esta audiência no horário noturno, porque parece que pela nossa experiência da Casa, quando as audiências são feitas num horário, ao final da tarde, recorde-me que terminou à meia noite, mas de qualquer forma eu lamento que este horário não reúne as condições ideais para que a população por mais diversos motivos possa comparecer.

Queria me ater inicialmente a essa resposta que foi lida, encaminhada pelo poder Executivo e lembrando que sem dúvida ela responde partes das indagações e questionamentos que tanto o sindicato como várias entidades, movimentos dos bairros vem levantando até aqui, são quatro meses decorridos da última audiência pública. gas

Gostaria na verdade de rapidamente de passar um questionamento da resposta encaminhada aproveitando a presença do Laífreve e de outros representantes do governo da maneira que a gente possa esclarecer melhor. Foram feitas pela comissão oito perguntas e ao que tudo indica sete diretamente pela EMURB e a oitava pela área jurídica da própria EMURB. A primeira dizia respeito ao impacto na rede de infra-estrutura urbana. Com relação ao abastecimento de água é curiosa a resposta que a Emurb



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 348 do proc
N.º 544 de 19 93
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C8	3	morg.	aud. pública	24.8 .94		

encaminha porque ela faz uma comparação com as dimensões da grande São Paulo e não consegue localizar os problemas específicos da Faria Lima e do seu impacto no município. Evidente que se a cidade tivesse um plano diretor ou se a atual administração tivesse uma política para nortear uma obra desse porte seria outro tipo de resposta, mas na medida que não há plano diretor a atual administração faz questão de não ter para desenvolver projetos dessa envergadura, a resposta extremamente genérica não coloca um único dado, mas adianta que pelo menos essa questão deverá estar prevista no aumento da rede que a Sabesp tem, sem definir que custo isso envolveria e que prazo de investimentos tanto Estado e Município teriam no projeto. Portanto, eu sinto que a resposta está prejudicada no sentido que ela é muito genérica e não apresenta nenhuma informação nova em função do requerimento colocado. Com relação a coleta de esgoto, ainda nesse ponto igualmente não define os períodos de implantação, joga também a questão do Governo do Estado, fala que há investimentos na área reconhece que há problemas localizados no próprio texto de qualquer maneira também não dá um prazo efetivo de investimentos e onde a operação Faria Lima estaria exigindo por parte do governo do Estado mais investimentos na região diretamente afetada. Na questão da distribuição de gás aí é alto mais ou menos curioso, reconhece que a própria Congás tem a perspectiva de ampliação da rede na região, e vou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 349 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	4	morg.	aud.pública	24.8.94		

ler um trecho que fala de uma demanda significativa cujo atendimento parece nos vai de encontro aos objetivos da Congás, ou seja, simplesmente desloca o problema da Faria Lima para a Congás. Vamos ter um custo adicional e essa rede vai ter que crescer mas como a Congás já tem essa perspectiva parece que estamos caminhando na mesma direção, mas não deixa claro quem paga essa conta e também não dá nenhuma informação com relação aos prazos de implantação da rede da Congás. Com relação sistema de telecomunicações aí é mais fantástico porque há um reconhecimento por parte da Emurb correto como de quem diz, aqui que a Telesp considera que atualmente todo sistema de telecomunicações da grande São Paulo está saturado e aí dá exemplo da região de Pinheiros e Vila Madalena comprovando que de fato na região inclusive está saturado. A resposta que é dada a isso é de que na incerteza haverão igualmente investimentos por parte da Telesp, o sistema já está saturado, não há qualquer dimensionamento portanto do que o projeto operação urbana Faria Lima teria a mais a colocar e reporta também já que a Telesp terá que crescer com a rede sem problemas nenhum a exemplo dos itens anteriores. No segundo ponto a pergunta levantada pela comissão é no tocante a questão do viário e a sua referência a nível da cidade de São Paulo e até onde o projeto estaria levando uma melhoria do sistema viário na região. Aí é fantástico, vou me prender a um exemplo e gostaria depois



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 350 do proc.
Nº 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
08	5	morg.	aud. pública	24.8.94		

que o colega Lefreve e ex-professor pudesse esclarecer essas questões. Há uma primeira relação que já foi lida aqui das algumas avenidas e ruas esclarecendo qual a situação hoje e qual a situação com o projeto e isso envolve na verdade tanto no sentido um como no sentido dois é curioso porque por exemplo a Pedrosa de Moraes ea Engº Luiz Carlos Berrins e há o reconhecimento de que vai haver um aumento significativo da demanda de veículos nessa região, uma avenida como a Santo Amaro igualmente é exemplificada com aumento de tráfego, e quando a gente verifica na tabela de baixo se aqui existe uma certa previsão em função dessas avenidas que foram destacadas na resposta onde vai haver aumento ou diminuição ou vai se manter o equilíbrio de tráfego a gente pela a Santo Amaro, quando vai comparar a velocidade média por uma avenida que reconhecidamente terá um aumento de veículos não sei como passaria a ter de 11,1 a velocidade média para 14,4. Eu não consigo entender se há um reconhecimento no próprio estudo que vai haver o aumento da demanda de veículos, aumento significativo, como explicar que a velocidade média vai aumentar. De qualquer forma as avenidas curiosamente que foram colocadas, a Pedrosa de Moraes que já é um corredor comercial, onde termina a avenida no trecho de Pinheiros e a Luiz Carlos Bergighe, essas duas estranhamente não aparecem no cálculo de aumento de velocidade média, quero acreditar por motivos óbvios, porque simplesmente estarão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 351 do proc.
N.º 549 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C8	6	morg.	amd. pública	24.8.94		

mais do que saturadas essa informação não é que é mentirosa é omitida não aparece no relatório mas eu posso concluir de que para aquelas avenidas que já foram tidas como que em função do projeto com aumento do sistema viário é lógico que não há interesse nenhum em exemplificar qual seria a velocidade média e em outro caso que é muito curioso se com relação a situação de tráfego é discriminado avenida por avenida no momento que é apresentada a relação do aumento de velocidade média aí as avenidas são colocadas de maneira conjugada, por exemplo, a Av. Ibirapuera aparece isolada quando a gente analisa que vai manter pelo estado pela projeção de tráfego, mas quando você olha a avenida Ibirapuera em baixo na velocidade média ela já está conjugada com a Vereador José Diniz, ou seja, outro cálculo, não está dizendo só a Ibirapuera mas com a Diniz teria aumento viário de 14 para 19,4. E assim vale para a Juscelino com a Antonio José de Andrada, assim vale para a Cidade Jardim com a Nove de Julho, não há um dado apresentado compatível só da Cidade Jardim e só da Nove de Julho, o que evidentemente omite informações que permitiriam analisar se está havendo aumento ou diminuição de tráfego como ocorre a avenida por avenida e não elas conjugadas. Mas a frente na terceira questão levantada pela comissão perguntava qual era a compatibilização do projeto com o fluxo de veículos e adensamento da região, aí desculpe o termo, mas a resposta ela simplesmente é omitida porque joga isso para o plano metrop



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 8.º 352 do proc.
N.º 548 de 1993
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	1	morg.	aud. pública	24.9.94		

litano recentemente apresentado pelo Governo do Estado, volto a insistir se tivéssemos o projeto Faria Lima localizado na ótica do plano diretor da cidade seria mais do que cabível e necessário uma resposta desse porte, mas como está simplesmente destaca alguns trechos da proposta feita pelo governo do Estado para a região metropolitana o que absolutamente não dá o parâmetro para analisar naquilo que a comissão indagou por parte do Executivo. A quarta pergunta na verdade mencionava quais as implicações com toda bacia hidrográfica no tocante a drenagem urbana e é curioso porque já reconhece que desde 86 havia cerca de 30 pontos críticos de enchentes na cidade de São Paulo, comenta-se aquilo que chamamos carinhosamente de buraco do Maluf, na passagem da Santo Amaro, das implicações que houveram, o Vereador Adriano Diogo deve ter reparado como isto aqui foi apresentado e na verdade ao reconhecer que o projeto Faria Lima não dá conta da questão específica da Faria Lima diz que a Emurb estuda alternativas para a solução do problema que ocorre com o Brooklin. Então, queria como a primeira reivindicação a comissão que a gente anota a necessidade de pedir informações específicas sobre esse e outros projetos que estudos que a Emurb arrota que estão sendo desenvolvidos mas que não são de conhecimento da Câmara Municipal e desta comissão. Acho que é importante a correção da Emurb e já adiantar que estudos complementares estão sendo feitos, só que parece que a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 353 do proc
N. 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C9	2	morg.	aud. pública	24.8.94		

Câmara deve ter acesso e conhecimento a eles. De qualquer forma esta informação da drenagem conclui dizendo que a Prefeitura do Município de São Paulo já possui um projeto para a solução deste ponto que será compatibilizado no projeto de prolongamento da Faria Lima. Este ponto específico diz respeito à rua Brigadeiro Haroldo Veloso nas proximidades da Cidade Jardim, ou seja, um segundo estudo com relação à drenagem que é a Emurb reconhece que está sendo feita mas que não é do conhecimento desta Casa. A quinta pergunta diz qual é o tratamento técnico legal que é dado para a questão da Faria Lima com o aeroposto e rotas aéreas. Aqui simplesmente se diz que vai cumprir a lei. A pergunta permanece como se está mas onde o projeto compatibiliza essa questão, compatibiliza só pela lei e cada um entende o que achar conveniente. No item seis a resposta deveria ser com relação às escolas da região a pouco o representante da Emurb já deu uma informação atualizada, mas eu acho que seria de interesse da Câmara, como também da segunda solicitação dos vereadores a ser feita, é qual o compromisso e que prazos foram colocados. A pouco o colega Leffrevo mencionou aqui que já foi feito um acordo entre Prefeitura e Estado e já tem uma data para o projeto executado, seria de interesse também saber que acordo é esse, que compromisso é esse e qual será essa nova área da escola e qual o prazo de construção e viabilidade, para que também a comunidade escolar não seja



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 354 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
89	3	morg.	aud. pública	24.9.94		

prejudicada a exemplo dos moradores que residem na região. A sétima pergunta diz respeito a poluição do ar e aí aparece mais um dado novo que queria solicitar um pedido de informação da comissão que arrola os índices que já foram lidos, mas diz que os modelos de simulação no âmbito do trabalho desenvolvido pela Potran. Eu gostaria também de saber como essa empresa foi contratada, licitada, por carta, convite, qual a extensão desse projeto porque nas informações que aqui estão eu poderia questionar algumas, por exemplo, diz no próprio texto examinado, que para simulação foi adotado como sendo de 40% a participação de veículos à álcool na frota circulante de automóveis, dados da CNT e da CET. Pelas informações da indústria automobilística já diz que de quatro anos para cá se inverteu completamente a linha de produção e os veículos a álcool têm hoje uma porcentagem muito menor do que os movidos a gasolina, mas é evidente que tem uma frota colocada no mercado de cinco anos para cá, mas será que ainda assim dá pra dizer que 40% da frota é de álcool. Informações como esta e outras acho que justificam a gente verificar já que hoje se fala que é em torno de menos de 10% de veículos produzidos à álcool, o próprio descrédito que se tem na política oficial. Então, informações que essa Potran se fazem necessárias, de onde apareceu essa empresa, que estudos são esses e que interpretações existem. Por último e aí acho que vale a pena destacar a oitava pergunta não foi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 355 do proc.
N.º 0584 de 1983
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
09	4	morg.	aud. pública	24.8.94		

respondida pela área técnica nas jurídica da Emurb, onde a indagação dessa comissão ~~era~~ era bem objetiva, indagava sobre as concorrências públicas relativas ao projeto e que informações se teria nesse processo onde a primeira era sobre a escolha do escritório responsável pela elaboração do projeto, essa informação foi descaradamente omitida, aquilo que já foi dito aqui não é nenhum problema de deixar isso gravado, não é nenhum ~~demérito~~ pelo contrário o reconhecimento do escritório Julio Neves e de todas as personagens que lá trabalham não é essa a questão é um escritório competente personagem qualificados, mas se indaga aqui o seguinte qual é a relação desse escritório com o projeto. Essa informação não é prestada ela é omitida pelo Executivo, mais uma vez e esse questionamento já foi feito em outras audiências públicas há vários meses. As outras informações são solicitadas e são de fato prestadas com relação as empresas que envolveram a questão do EIA/RIMA, sem problema algum, mas queria reiterar para essa comissão que de fato seja encaminhado novo requerimento ao Poder Executivo reiterando a informação já solicitada e não prestada sobre a escolha do escritório responsável pela elaboração do projeto. Esses são os pontos principais que eu destaquei para concluir o seguinte, que a meu ver se faz necessário solicitar novo requerimento ao Poder Executivo solicitando fundamentalmente ~~escolar ecilimentos~~ estudos complementares que são mencio-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 356 do proc
N.º 548 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C10	1	morg.	aud. pública	24.8.94		

nados e não são apresentados, sugestões que teria a essa comissão, um novo pedido de informações do Poder Executivo onde primeiro se reitera as informações solicitadas e não respondidas, onde destacaria, a primeira solicitação seria reiterar os pedidos de informação sobre o escritório responsável pelo projeto, com esse escritório, efetivamente, que relação mantém com o Poder Executivo. Esses quesitos não foram respondidos. Segundo ponto decorrente disso a mesma relação que foi estabelecida com outros escritórios empresas relacionadas nas que não se tem informação da mesma forma se foi licitação, carta convite ou seja. A terceira questão a solicitação do adorno desses estudos, o conjunto de estudos complementares que são mencionados decorrentes do projeto operação urbana Faria Lima, mas que não são explicitados, são mencionadas algumas informações complementares são dadas mas esse estudo a meu ver deveria estar sendo encaminhado a esta casa. A quarta informação seria com relação ao processo de desapropriações, é um fato posterior a última audiência pública de abril, e acho que é fundamental o Poder Executivo esclarecer primeiro como esse processo vem sendo desenvolvido e isso diz respeito ao conjunto de imóveis que já foram notificados e aqueles que efetivamente já vem tendo algum procedimento concreto por parte do Executivo. Segundo, qual o custo que essas desapropriações envolvem hoje perante a Prefeitura. Eu quero esclarecer e vou concluir



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 357 do proc
RAULO 544 de 1993
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CLO	2	morg.	mud. pública	24.8.94		

mais a frente nessa linha, o problema desse projeto não é tanto político, muito menos no interior desta Câmara, mas é de viabilidade econômica, porque as desapropriações que se imaginava que pudessem ocorrer em torno de 300 dólares o metro quadrado estão hoje sendo arbitradas pelo Poder Judiciário numa faixa em torno de mil dólares o metro quadrado, o que torna esse projeto inviável pelo menos na escala e na magnitude inicial. Então, portanto, o segundo aspecto esse item não é só o processo de desapropriação como vem ocorrendo, mas o custo que isso está implicando para a Prefeitura. Terceiro como essas desapropriações estão sendo pagas dentro da prioridade que já existe para as demais desapropriações feitas na Cidade de São Paulo inclusive resguardadas pela Constituição Federal e pelas precatórias que já vêm de anos lembrando que estamos no último período para se cumprir aqueles cinco anos de desapropriados que já foram e não receberam um centavo da Prefeitura até aqui. E parece que essa, Sra. Presidente e Srs. Vereadores, são os principais pontos que a meu ver fundamentam um novo pedido de informações ao Executivo. Queria só concluir dizendo o seguinte, esse projeto que já está aí para um ano e oito meses em tramitação, desde o anúncio oficial, leva também hoje e a gente tem que fazer uma rápida avaliação, posso me inscrever depois, mas quero só anunciar, como já disse, parece que o maior impacto está colocado hoje é da viabilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 358 do proc.
N.º PAUL 544 de 1990
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
010	3	morg,	aud. pública	24.8.94		

econômica desse projeto. A Prefeitura como é do conhecimento público está literalmente entivida, esse projeto que foi apresentado como a 5a. Avenida em cartão postal na verdade já foi atropelado por "n" e tantas outras obras viárias na própria região sudoeste e a meu ver o próprio reconhecimento que esse projeto encontra problemas dentro e fora da Prefeitura, sobretudo no setor imobiliário que seria o grande beneficiário de um projeto dessa envergadura, faz com que hoje - e até queria pedir e que a Vereadora pudesse me informar - que o próprio Executivo, não ele, mas através do ex-Secretário Municipal de Planejamento, Vereador Marcos Cintra, desta Casa, já tenha apresentado um projeto próprio para a questão do CEPAC em si, ou seja, esse projeto Faria Lima quando foi apresentado, a sua viabilidade técnica, entre aspas, estava calada no CPEC. Dado o impasse criado o CEPAC tem um projeto próprio tramitando nesta Casa até já com o reconhecimento que está difícil passar dentro do projeto que tal aprová-lo por fora e já tem uma característica de diferenciação do CEPAC em existências no interior do projeto Faria Lima. E por último queria aqui só fazer uma manifestação de solidariedade aos vereadores desta Casa e seus assessores que vem sofrendo a maior e absurda represália vista na relação do Executivo com o Legislativo (Palmas.) Faço referência direta ao Vereador Maurício Faria, do PT, que teve o colega arquiteto profissional



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha N.º 359 do proc.
N.º 594 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
010	4	org.	ad. pública	24.8.94		

Hordelio Galvanazzi, abundantemente descomissionado desta Casa, simplesmente suspenso por 90 dias, porque como cidadão participou legitimamente da reivindicação, da demolição em frente onde reside, na região de Pinheiros, profissional esse que após cumprir a sua suspensão, digno de passagem arbitrária e ter sido fruto de uma comissão de inquérito, foi absolvido pela comissão constituída pela própria Prefeitura, onde os três integrantes da comissão, depois concluíram que na máxima a pena que poderia ser imputada seria uma suspensão, mas como ele já tinha cumprido nada mais a fazer, extinguiu-se essa arbitrariedade e o terceiro integrante da comissão designada pela própria Prefeitura concluiu que no máximo caberia uma advertência. Com essa conclusão, desclassificando qualquer falta com qualquer prova contra esse profissional, tanto o Secretário de Justiça como o Sr. Prefeito, discordando da conclusão, arbitrariamente, por mais uma vez, exoneraram esse servidor da Prefeitura de São Paulo. Esse servidor legitimamente não ter recorrido nos recursos que tem direito entrou na Justiça e a Justiça fez prevalecer a sua condição e está por um liminar judicial reintegrado nos quadros da Prefeitura, mas é lamentável que esse episódio tenha ocorrido nesta Casa apesar dos "n" oficiais que encaminhamos ao Presidente desta Casa pedindo uma modificação, Vereador Miguel Colasuenno e não rec-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 360 do proc
N. 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
010	5	morg.	mud. pública	24.8.94		

posta tivemos e nem do Prefeito Paulo Maluf, é lamentável que o Poder
Legislativo arrogasse a sua integridade e deixe esse procedimento
ocorrer.

~~(interrompeu o discurso e saiu da sala)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 361 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
011	1	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

Antes que tivéssemos o profissional arquiteto, colega nosso, Galvanez, o Horácio, prejudicado no seu exercício pelo que foi relatado, o gabinete do Vereador Marcos Mendonça e o do Vereador Arnaldo "adeira são igualmente penalizados pela Prefeitura de São Paulo, quero acreditar, sobretudo por uma matéria publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" que só tem a ver com o que nós estamos discutindo aqui, que era uma matéria de "Obras de Aluf privilegiam regiões nobres", onde estudos feitos pelos dois vereadores do PSDB demonstravam que 41,2% de tudo que foi investido do atual orçamento se encontra em obras do setor viário na região sudoeste do Município. O que para nós não é novidade. Essa informação não é nova para nenhum de nós. De qualquer maneira, isso que está envolvendo um gasto absurdo, e quero dizer, não prioritário para o Município, levou, por mais de uma vez, a Prefeitura a descomissionar 10 servidores, cinco de cada um dos vereadores desta Casa, inclusive dois profissionais arquitetos, que sem dúvida alguma, legitimamente e legalmente, prestavam serviços do Executivo no Legislativo, também penalizados pela excolente contribuição que têm dado aos vereadores que nesta Casa representam o povo e questionam projetos como esse da Faria Lima e demais, do viário, em prejuízo da população.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 362 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Cl1	2	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

Eu queria concluir para os vereadores porque parece-me que é fundamental que esta comissão deva também se manifestar com as represálias, com a truculência do Governo Maluf, contra os vereadores, contra a Câmara Municipal, através daquilo que vem sendo feito, tentando calar a voz daqueles que se colocam como vereadores, contrários a um projeto dessa natureza. Se for o caso depois eu posso me reportar das represálias que estão sendo feitas também profissionalmente, a colegas de escritório de arquitetura, na Capital, que também quando manifestam posições contrárias, são igualmente prejudicados em licitações, concorrências e outras obras que a Prefeitura tem amparo.

É isso o que eu queria dizer mas é fundamental que essa comissão não deixe passar este tipo de represália política. Porque, se o Governo Maluf tivesse instância democrática, estaria discutindo o projeto de igual para igual e não reprimindo até mesmo vereadores e aqueles todos que se levantam contra um projeto dessa candidatura, que não é de interesse público, muito menos da população. Obrigado. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Vereadora Tereza Lajolo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 363 do proc
N.º PAULO 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Cl1	3	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA IAJOLO - (PT) - Eu que -
ria fazer um complemento ante a manifestação do companheiro, de que
o processo de penalização dos vereadores na Câmara Municipal já vem
desde o mês de junho. A primeira Vereadora a ser atingida, na Câmara
Municipal, foi a Vereadora Aldaíza Spasati, que teve descomissiona-
mento em junho. Em início de agosto foi o Vereador Arselino Tatto .
Depois veio a questão do companheiro Horácio e, posteriormente, os
Vereadores Marcos Mendonça e Arnaldo Madeira. Os comissionados dos
Vereadores Arnaldo Madeira e Marcos Mendonça ainda não retornaram aos
gabinetes. Estamos exigindo que o Presidente da Câmara, na medida em
que há um acordo entre o Executivo e o Legislativo, que tanto de lá
venham comissionados como daqui para lá possam ir, ele tem que respei-
tar. E até agora não se conseguiu, por parte da Presidência da Câmara,
o respeito efetivo à Câmara Municipal no nosso legítimo direito de
manifestar opiniões , inclusive discordantes, principalmente do que a
administração fala.

Quero lembrar que a mesma prática ocorreu já, aqui, na
Câmara Municipal quando da época do Prefeito Jânio da Silva Quadros.
Ele descomissionou várias vezes os funcionários de gabinetes de vere-
adores que eram de Oposição. Portanto, esta é uma prática comum de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 364 do proc.
0544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Cl1	4	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

quem viveu e de quem tem um espírito autoritário, que impõe a todos os indivíduos a condição de obediência e, portanto, subalternidade às suas opiniões e, portanto, se descaracterizam como cidadãos que têm capacidade de pensar, opinar e principalmente nós, como vereadores, que temos na nossa função, expressarmos opiniões, termos posições e queremos discutir junto com a população, junto com o Executivo o que é melhor para a Cidade. E isto está sendo também a nós impedido. Mas, mesmo com toda a repressão, já passamos pela Ditadura Militar e sabemos o que isso representa. Não abaixamos a cabeça e continuamos a lutar. Estaremos exigindo sempre respeito às nossas posições e estaremos juntos com todos vocês na luta para que possamos impedir projetos e situações que estamos vivendo cada vez mais, de destruição da nossa condição de cidadão. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaia Cobra Ribeiro - PSDB) - Eu quero ler a oitava pergunta que não tínhamos visto aqui, a Vereadora Aldaíza descobriu agora, no final. Eu vou só ler para constar, porque já tínhamos marcado aqui que nesse requerimento que fomos enviar ao Executivo estaria também a colocação que a resposta à oitava pergunta tinha sido omitida. Mas nós achamos e vamos ler.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 365 do proc.
RAULO 544 de 1993
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C11	5	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

(Lê):

Sobre as concorrências públicas relativas ao projeto, é indispensável informações acerca dos seguintes projetos: escolha do escritório responsável pela elaboração do projeto, escolha da empresa consultora responsável pela elaboração do impacto ambiental em relatório de impacto de meio ambiente, escolha das empresas ou instituições responsáveis pela análise do EIA - RIMA.

Através da carta-convite nº 34430300, que teve por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços relativos à elaboração do estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental e relatório de impacto de vizinhança, para implantação do projeto do prolongamento da Avenida Faria Lima, foram convidadas a participar da licitação as seguintes empresas: Tetaplan, Consultoria e Planejamento, Sociedade S.C. Ltda, Engea, Engenharia Ltda., ECOPLAN, Arquitetura e Planejamento S.C. Ltda e PROEMA, Engenharia e Serviços Ltda.

No ato público realizado às 15 horas do dia 17 de junho de 92 foram recebidos, pela comissão especial de julgamento, os envelopes contendo as propostas formuladas pelas empresas TETAPLAN, ECOPLAN e PROEMA, onde foram constatados os seguintes valores ofertados:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 366 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Cl1	6	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

no 1 - TETRAPLAN, Consultoria e Planejamento S.C. Ltda.:
2 bilhões, 995 milhões, 546 mil cruzeiros;

no 2 - ECOPLAN, Arquitetura e Planejamento, S.C. Ltda.:
2 bilhões, 998 milhões de cruzeiros;

no 3 - PROEMA, Engenharia e Serviços Ltda.: 2 bilhões,
997 milhões e 500 mil cruzeiros.

Declarou a Comissão Especial de Licitação a Empresa
TETRAPLAN, Consultoria e Planejamento S.C. Ltda. a vencedora da li-
citação por ter proposto o menor preço total pela prestação dos ser-
viços conforme estabelecia o sub-item 622 da norma específica de par-
ticipação. Quer dizer que a PROEMA é quem ganhou.

Esclareço, outrossim, que as cópias xerográficas rela-
tivas ao procedimento licitatório, que teve como objeto a contrata-
ção da empresa TETRAPLAN, Consultoria e Planejamento, S.C. Ltda.,
seguem a contra-capa do presente, para instrução da resposta.

O superintendente jurídico é o Dr. Edgar Ermelindo Leite
Junior.

- aparte fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Bem,
então, continuamos com a pergunta. Com a palavra o nobre Vereador
Adriano Diogo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 367 do proc.
ON. PAULO 544 de 1983
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	1	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

O SR. ADRIANO DIOGO - (PT) - Eu só queria consignar e agradecer à Comissão de Urbanismo pela palavra, que naquela reunião em que o Reynaldo de Barros veio pela primeira vez aqui na Câmara discutir o projeto Faria Lima, que até então ele negava até a sua existência, fizemos uma pergunta: se a TETRAPLAN iria vencer a concorrência do RIMA. Estávamos juntos com o arquiteto Ives e com a arquiteta Raquel Rulnick. Ele disse que desconhecia. Nem sabia da existência dessa empresa. Curiosidade. Inclusive está transcrito nas notas taquigráficas da época. Lembro-me até que não sabíamos exatamente o nome da empresa e tínhamos perguntado TATREX ou TETRAPLAN, que depois foi esclarecido. Acho que não vai dar nada, como nada dá nesta terra, mas é bom registrar que, naquele dia, nós já sabíamos quem ia vencer essa concorrência.

Bom, mas vamos ao que interessa. Infelizmente, quem assinou o relatório também nunca poderia ter assinado o mesmo.

Eu queria acrescentar mais uma pergunta porque todo esse relatório parece que pretende só a elaboração de uma obra viária, de uma avenida, quando sabemos que a operação urbana Faria Lima, na proposta do Executivo, é uma coisa muito mais abrangente, porque, além da área da avenida, ele inclui aquelas três zonas de apropriação, que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 368 do proc.
N.º PAULO 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
012	2	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

le zoneamento triplo, que é o conjunto da operação urbana. Então, ao longo de todo o texto, a resposta a essas perguntas, por exemplo, se refere ao patrimônio enterrado lá na região, seja da telefonia, de rede de luz, enfim, todo o patrimônio lá enterrado. E todos nós sabemos que a coisa mais cara numa obra, o que é mais caro numa obra é exatamente a remoção das interferências. Então, naquela região concentra-se o maior nível de interferências de tudo, inclusive do que diz respeito à infraestrutura. Além do que estamos ao lado de uma barragem, no Rio Pinheiros.

Então, esse custo dessa obra, dessa remoção das interferências, porque um projeto com essa magnitude vai mexer com toda a infraestrutura, desde drenagem, telefonia, sistema semafórico, luz, enfim, todo aquele patrimônio que está naquela região vai ter que ser removido. Em isso tem um custo. Então, queríamos saber duas questões:

1)- quem arca com a remoção dessas interferências, quem é o empreendedor, no caso, porque a Prefeitura nunca conceitua quem é o empreendedor. Conforme o seu interesse, ela muda. Quem vai arcar? É o poder público? É a própria Prefeitura de São Paulo que vai remover tudo aquilo que está lá, ou são os futuros empreendedores, os adquirentes dessas áreas que serão responsáveis? Essa é uma questão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 369 do proc.
N.º PAU 044 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C12	3	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

2) - Qual é, na visão do projeto, o custo da remoção das interferências. Qual é a abrangência das questões? Porque tem coisas aí muito mal descritas, superficialmente descritas. Porque a Prefeitura Municipal de São Paulo não dispõe nem de instâncias técnicas, por isso nem poderia ter avaliado o RIMA, para saber o que há lá enterrado. Porque são questões que só o Governo Estadual e o Governo Federal dominam plenamente.

Eu quero exemplificar que, quando do acidente da passagem de nível da Avenida Santo Amaro, só a remoção daquele cabo custou cerca de 10 milhões de dólares! E foi um ponto restrito. Imaginem um projeto com essa abrangência, o nível de interferência que ele vai ter que remover.

Acho que é uma questão concreta, que a Prefeitura se nega a discutir. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Com
palavra o nobre Vereador Maurício Faria.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 370 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
cl2	4	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

O SR. MAURÍCIO FARIA - (PT) - Meus cumprimentos à Comissão de Política Urbana, a todos os presentes.

Entendo que existe uma realidade para apreciação da Comissão de Política Urbana que, além dos aspectos especificamente técnicos do projeto, o dado é de que a proposta original de operação urbana enfrenta, hoje, uma situação de um certo impasse, enquanto proposta de operação urbana. Por que? Porque existe uma série de questionamentos a respeito da operação urbana, existe um questionamento de natureza jurídica que tem uma implicação sobre a proposta porque, na medida em que surgiram opiniões jurídicas e, particularmente, a opinião do Dr. José Afonso da Silva, questionando a legalidade, a constitucionalidade do CEPAC, é evidente que isso tem um significado. Não basta o Município, a Câmara Municipal, eventualmente, aprovar o CEPAC. O CEPAC, pela sua natureza, teria que ter legitimidade no mercado. Ele teria que gerar a confiança dos investidores, dentro da sua lógica.

Na medida em que ele está cercado de toda uma controvérsia jurídica e há opiniões jurídicas de peso, questionando o CEPAC, é razoável supor que ele será objeto de uma disputa judicial. É razoável supor isso.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 371 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário *Q*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C13	1	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

A simples perspectiva, a simples previsão de uma disputa judicial já compromete a previsão original de que o CEPAC seria algo fluente que teria receptividade do mercado e que permitiria, então, alavancar financeiramente o projeto da operação urbana.

Então, a preliminar, quanto ao financiamento, está cercada de uma disputa de argumentos jurídicos e de uma possível disputa jurídica. Portanto, acho que é razoável supor esses imponderáveis a respeito a viabilidade do CEPAC como instrumento de financiamento do projeto.

Além disso, o arquiteto ¹⁹⁹ Iris de Freitas colocou bem que existe uma situação em que o valor das desapropriações está muito acima daquilo que a Prefeitura provavelmente previa, originalmente. O Judiciário tem arbitrado esse valor de, aproximadamente, mil dólares o metro quadrado, o que coloca um custo para as desapropriações, para efeito das intenções do projeto original, muito superior àquilo que se previa, e há uma realidade financeira da Prefeitura, em que uma série de indícios apontam graves dificuldades das finanças municipais.

Eu diria que há um impasse quanto à previsão original de financiamento, há um impasse quanto à possibilidade de realizar a obra com recursos próprios, há uma dificuldade, há uma extrema len -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 372 do proc
Nº PAULO 544 de 1993
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL3	2	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

tidão num quadro de dificuldades das finanças municipais. E além disso, há uma realidade no Legislativo, em que este refletindo, e sensível, de alguma forma, aos argumentos, às pressões da sociedade civil, o fato é que o Legislativo tem tido uma posição de extrema cautela com esse projeto. O dado é que o projeto está no Legislativo e provavelmente ficará tramitando por dois anos, porque a previsão é essa: sem uma definição do próprio Legislativo, tal é a insegurança que existe na Casa a respeito do projeto. Ou seja: o projeto não convenceu, não empolgou os legisladores mesmo com a influência que o Executivo tem sabidamente na Câmara Municipal.

Além disso, quer dizer, há um dado de que, com o processo eleitoral, deve haver uma mudança substancial ou uma mudança significativa na composição da Câmara Municipal, o que coloca, provavelmente, dificuldades ainda maiores para a obtenção, pelo Executivo, do quórum de dois terços, necessário à aprovação da operação urbana.

Acho que a Comissão de Política Urbana, ao apreciar a realidade desse projeto, tem que partir de uma constatação que o projeto está vivendo um impasse, que o projeto está vivendo uma situação de que todas as suas premissas fundamentais estão sujeitas a imponderáveis que põem em questão a continuidade do projeto, o futuro do mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 373 do proc.
N.º PAULO 54 de 1994
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL3	3	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

A ação do Executivo, no sentido de usar, pura e simplesmente, a lei de 68, para alavancar o projeto, essa dinâmica pretendida pelo Executivo, não tem tido a velocidade, o alcance e não apresenta perspectivas promissoras, pelo menos esse é o quadro das finanças municipais, da ação do Executivo nessa área.

Seria interessante que a Comissão de Política Urbana levasse em conta esses aspectos mais globais, inclusive indagando do Executivo como ele vê, como o Executivo avalia esses impasses que estão cercando o projeto original de operação urbana e que eu acho que são impasses, vamos dizer assim, profundos, e que se refletem, na conduta desta Casa, de uma extrema cautela, de um extremo cuidado, de uma extrema insegurança no sentido de, mesmo com a influência do Profeito na Casa, avaliar o projeto. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Eu só quero avisar o seguinte: são quinze para o meio-dia e ao meio-dia em ponto vou ter que suspender os trabalhos. Tenho uma outra audiência pública, em seguida. E estou marcando uma nova data, para uma outra audiência pública, deste mesmo Pl.

Para o dia 26 de outubro, eu vou dar dois meses para o Executivo responder de novo às questões que vão ser encaminhadas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 354 do proc.
N.º AUL 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
013	4	Leo	Audiência Pública		24/8/94	

amanhã. É à noite. Vou marcar às 19 horas. Estou pondo 18 horas para publicar no Diário Oficial 18 horas, mas com certeza vamos dar um prazo maior para começar.

Hoje eu tive um horário bem rígido, eu comecei exatamente às 10 horas porque hoje temos Plenário e mais três audiências públicas que vão se iniciar ao meio-dia e meia. E temos reunião de Comissão de Política Urbana.

Será aqui mesmo, neste mesmo local, no dia 26 de outubro, às 18 horas.

Vou dar a palavra, agora, à Vereadora Aldaíza Sposati. Solicito que sejam breves porque eu ainda quero dar a palavra para outras pessoas.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - (PT) - Vou fazer uma ponderação, acho que até no caninho que o Vereador Maurício Maria colocou e que é o peso para nós, vereadores da Comissão de Política Urbana, no exame desse projeto... eu teria duas indagações para nossa comissão, que são as seguintes: já que a Câmara de São Paulo instituiu uma comissão, inclusive para apreciação dos projetos que alteram o zoneamento da Cidade, e se esse projeto, através da operação urbana, altera o zoneamento, ele não deveria também ser remetido à audiência



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 375 do proc
PAULO 549 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
013	5	Leo	Audiência Pública	24/8/94		

desta Comissão de Zoneamento? Quer dizer, esta eu acho que é uma pergunta que estamos apreciando, senão fica uma indagação: teria ele um tratamento privilegiado frente às outras alterações de zoneamento?

Segunda questão, para reflexão da comissão. É a seguinte: existe, claro, e isso até foi mostrado, a entrega do EIA - RIMA. Questionou-se aqui a questão da forma pela qual foi contratado o EIA - RIMA. Agora, a apreciação do EIA - RIMA deu-se pelo Executivo. O que eu queria indagar é se, efetivamente, o Legislativo não teria que ter também um poder inclusive de questionamento do EIA - RIMA, em não dar por aprovado, de imediato... digo isso até por estar trabalhando um pouco com essa questão, do relatório de impacto de vizinhança, são várias discussões que me parece que o EIA - RIMA apresentado para esta operação urbana, não dá conta.

Por exemplo, o impacto do ponto de vista humano, o impacto enquanto as desapropriações, o impacto quanto às favelas na região, vejam que mesmo em relação à resposta aqui, às escolas, num dado momento, quando se diz: bom, a questão desse Colégio do Carmo. Isto vai ser uma relação comercial, contratual, em relação à propriedade? Mas, e os alunos? E o serviço público ali instalado? Quer dizer, então ~~que eu levante como questão...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 376 do proc.
N.º AULO 544 de 1923
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL4x	1	beth	com. polít.	24.8.		

o que eu levanto como questão - acho que isso é matéria nova do ponto de vista do Legislativo, até porque do meio urbano é uma novidade do ponto de vista do Uso - que deveríamos pronunciar. Chamo a atenção para o seguinte, Sra. Presidente, o Eiarrima (?) é um estudo preliminar para a aprovação do projeto. Então, a meu juízo, quando o Executivo já opera as desapropriações antes da aprovação do projeto pela Câmara está atropelando e de certa forma não coloca em questão a nossa apreciação do Eiarrima, entende? O que está colocado e que acho ~~bastante~~ extremamente sério é: qual é o poder legal do legislativo do ponto de vista de uma operação urbana, até onde o Legislativo interfere na apreciação de um Eiarrima, de uma operação urbana. Se é o Eiarrima que fundamenta essa operação, o impacto dessa operação, como é que nós interferimos. É uma questão de fundo que eu gostaria de que tivéssemos um posicionamento como Comissão, como Legislativo.

A SRA ZULAIKXPRESIDENTE (Zulaic Cobra Ribeiro - ESDE) - Tem a palavra Verendárea Ana Martins.

A SRA ANA MARTINS - Mais uma vez preocupada com os problemas da cidade e com um raciocínio de que todo esse esforço que fazem hoje - não com a visão individual, do problema de vocês - mas se solidarizando com problemas tão sérios que estão acontecendo no Município eu me animo a dar o meu tempo possível a estar presente quando houver



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n. 377 do proc
RAULO 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C14	2	beth	com. pol.	24.8.		

alguma audiência pública ou alguma atividade do Movimento Faria Lima Viva e Pinheiros Viva. Eu preciso expressar aqui a minha solidariedade aos Vereadores que estão sendo punidos por posições mantidas na Câmara e também que precisamos nos regozijar com a volta do Horácio e divulgar isso. Essas pequenas conquistas têm que animar os que ainda acreditam que é possível construir uma política séria. Todo o nosso povo precisa dessa política. Não temos saída para os problemas. Em primeiro lugar, a minha solidariedade. Quero dizer a todos que a democracia consistente, a garantia dos direitos sociais são conquistados. Eles exigem de nós persistência, seriedade também para construir um Legislativo num outro perfil. Essa nossa resistência é para ajudar a Cidade a construir outras alternativas no Poder Legislativo, no Poder Executivo e no Poder Judiciário. Temos que construir outros caminhos. Além disso gostaria de colocar uma solicitação à Comissão e à nobre Presidente Zulaiê que uma vez que o CEPAC faz parte deste projeto de Lei que a Comissão de Política Urbana não permitisse que prosperasse esse projeto de lei que fosse encaminhado para outras comissões enquanto nós não descascarmos com profundidade o Cepac. Então, que a gente se empenhe nesta questão. Fiquei satisfeita, Zulaiê, que você está propondo uma nova audiência para o dia 26 de outubro. Esse período eleitoral terá passado e teremos condições de ver que novo quadro se criou na Câmara. Alguns se ele



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 378 do proc
PAULO 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
614	3	beth	com. pol.	24.8.		

gerão, outros não e certamente teremos outro quadro. Então, a solicitação é que haja um empenho nosso em aprofundar melhor a questão do CEPAC porque ele faz parte desse projeto de lei. A última questão que por conta daquela ação de inconstitucionalidade direta movida pelo PC do B junto ao Poder Judiciário, está marcado novo julgamento para hoje, às 13 horas, no Tribunal de Justiça o julgamento do Agravo Regimental relativo à medida cautelar para sustar o projeto. Continhamos persistindo. Estivemos na semana passada e sabemos que o Sr. Prefeito pediu mais oito dias. Sabemos que está com dificuldades com seus procuradores por conta de uma medida que nós somos contrários mas por conta do rebaixamento salarial aprovado na Câmara Municipal. Então, às 13 horas, no Tribunal de Justiça, na João Mendes, Obrigada.

A SRA PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - DD. Zanetini

tem a palavra.

O SR ZANETINI - Bom dia a todos. Eu dizia na

última audiência pública que aqui esse projeto iria, como uma bola de neve atingindo outras regiões. Mas não é sem razão que agora os moradores de Cidade Jardim entram ~~apontando~~ apontando fraudes na execução do túnel de Pinheiros e apontam que a Prefeitura manipulou dados para justificar a mudança do projeto do túnel sobre o Rio Pinheiros.

~~A acusação está em documento elaborado pela Sociedade Amigos do Bairro~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 379 do proc.
N.º 374 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C14	4	beth	com. pol.	24.8.		

Cidade Jardim que apontam relatório de impacto ambiental como fraudado. Então, é a consequência natural desses bairros. EAKU Será de um lado a Cidade Jardim e de outro Alto do Pinheiros, logo mais estará se movimentando pelas consequências de projetos desse tipo. Essa é uma primeira questão. Outra questão é que recentemente esteve em São Paulo - e foi matéria importante da Veja - um urbanista americana, a Janice Pealman, diretora do Projeto Megacidade, em que coloca algumas questões importantes para essa visão de urbanismo que defendemos. A registra pergunta: antigamente as cidades tinham ruas onde as crianças brincavam no quintal e os vizinhos se conheciam pelo nome. No futuro todos estão condenados a viver em grandes edifícios? Ela responde: depende da geografia e da infra-estrutura de cada cidade. Quem quiser viver em Manhattan, em Nova Iorque, terá que viver em um arranha-céu, não existe mais espaço. Entretanto, em São Paulo e no Rio é diferente. Essas cidades já tem muito espaço e não precisam adensar-se demais. As pessoas podem morar em bairros mais tranquilos desde que os transportes sejam eficientes e que haja uma infra-estrutura urbana nesses locais. Há uma outra pergunta importante: há uma febre de shoppings centers nos mercados do Brasil. A quitanda da esquina e as ruas de comércio tem alguma chance de sobreviver nas grandes cidades? Responde: a multiplicação dos shoppings centers destrói os bairros onde eles se instalam devido ao



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 380 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CLB	1	beth	com. pol.	24.8.		

congestionamento de automóveis que geram na região. É um tipo de comércio massificado então não se encontra ninguém conhecido e os frequentadores não conseguem identificar-se com o local onde vivem. Por isso o pequeno comércio tem que sobreviver. É fundamental para a qualidade de vida de uma cidade entrelaçar suas diversas atividades em pequenas escalas de forma que comércio, indústrias não poluentes, serviços e residências possam conviver harmoniosamente. O Brasil tem dois exemplos opostos disso: Curitiba conseguiu diversificar e misturar a ocupação do solo melhor que outras capitais, é um bom exemplo. Ao contrário se fez em Brasília, Cidade das avenidas. É uma cidade que segregou o uso dos espaços. Onde tem comércio só tem comércio. Onde tem casas só tem casas. É um dos exemplos de cidade feita para atrapalhar a vida de seus moradores. Outra: qual o futuro dos carros nas grandes cidades? O automóvel é um meio de transporte com os dias contados. Por isso os prefeitos deveriam pensar melhor antes de construírem estradas e auto-pistas para carros particulares. A produtividade de uma cidade estará sempre ligada à infra-estrutura dos transportes. Os congestionamentos são um problema terrível no mundo inteiro. Em geral o trânsito é tão lento que é melhor andar à pé. Mais do que esses relatórios que temos recebido e que falam algumas inverdades que são risíveis, essa questão da poluição que está relatada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 381 do proc.
N.º 544 de 1963
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
c15	2	beth	com. pol.	24.8.		

nesse relatório que eu teria vergonha de assinar. Um aumento de quase 100 mil automóveis por conta desse projeto os níveis de poluição vão diminuir. Eu não consigo entender essa matemática técnica. No entanto, tem gente que assina coisas como essa. Agora, entrando em questões mais urbanísticas, ~~porque~~ porque me parece importante que a gente saia dessa posição defensiva que foi esse movimento, durante um ano e meio a tentativa de regatar a cidadania dessa Cidade e mostrar que urbanistas como eu, como Cândido Malta, como Saulo Vilça, de renome internacional e nacional, têm propostas alternativas ao projeto. São propostas que efetivamente não mexem com a superfície da Cidade. Isso é fácil ver: mostrei há algum tempo e ratificar: esse é o projeto Faria Lima proposto para a região do Itaim e Vila Olímpia. Olha a curvatura viária que executa na Cidade. Veja se isso é tráfego paralelo ao rio? Acho que não precisa ser urbanista para perceber que a curva tem quase 800 metros. A região de tráfego, portanto, mais de 400 casas e mais 50 no novo projeto do PL, quando se poderia ter uma ligação viária, se fala tanto nesse projeto, ela não poderia ser muito mais direta que essa em azul. E mais, diria que já ~~esse projeto~~ existe projetos propondo alternativas disso. Seria uma ligação subterrânea que passa pela Cidade Jardim, conectando com o Itaim e indo com a ligação, por baixo da Funchal, por baixo da Bandeirantes, por baixo da Juscelino Kubitschek e atingiria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 382 do proc
N. 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C15	3	beth	com. pol.	24.8.		

a Herrini sem mexer em nenhum imóvel de superfície.

A SRA PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - E o Sr. vai juntar isso aos autos?

O SR ZANETINI - Vou juntar isso aos autos.

Como primeiros esquemas possíveis de trânsito AEX tão ao gosto da atual Prefeitura de fazer túneis por toda a Cidade. Seria um. Segundo, que essa proposta, que é muito mais direta e muito mais objetiva em termos de ~~projeto~~ tráfego eliminaria o que é conhecido na Cidade como o Cotovelo da Vingança, que é a avenida que faz a ligação entre a Hólio Pellegrini que continua morrendo na Nova Cidade, não tem continuidade, faz um desvio por aquilo que seria o antigo trajeto Faria Lima, passa pela Elvira Ferraz com o objetivo de destruir meu escritório e a escola da Rosângela. É mais uma tentativa agressiva dessa Executiva tal como demite funcionários, a mesma tentativa de fazer uma ligação espúria, uma ligação de tráfego com três cotovelos indecentes. Acho que o PL 544 deveria ser revisto porque é um atentado ao um projeto viário urbanístico.

A SRA PRESIDENTE (Zulaide Cobra Ribeiro) - Com o adiantado da hora não poderei mais far a palavra. Dr. Lobfreve vai falar, concluindo, porque no dia 27 de outubro estaremos. Acho melhor encerrarmos agora porque tenho outra comissão ao meio dia e meia. Temos a Comissão de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 383 do proc.
N.º PAULO 54 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. ARABTE
C16	2	beth	com pol.	24.8.		

política Urbana agora à tarde. Encerramos juntando o mapa que nos é apresentado pelo Dr. Zanetini e daremos continuidade à audiência atendendo pedidos à noite. Dia 26 de outubro, portanto em dois meses, para dar tempo de resposta do Executivo e também para que possamos atravessar esse momento eleitoral. Estaremos no dia 26 de outubro, aqui mesmo, às 18 horas, horário da publicação do Diário Oficial. Daremos um tempo para o início dessa audiência. Sabemos que a casa fecha à meia noite e que portanto não poderemos ultrapassar o horário. Agradço a atenção ea presença de todos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 384 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA

E MEIO AMBIENTE.

Presidente: Sra. Vereadora Zulaide Cobra Ribeiro

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Spesati

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Bruno Feder

Tereza Cristina de Souza Lajele

Emílio Meneghini

Faria Lima

Audiência Pública sobre os PLs. 543/93 e 544/93, realizada
no Auditório "Oscar Pedross Horta" da Câmara Municipal de
São Paulo, em 07 de novembro de 1994.

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaide Cobra Ribeiro

(Memo. nº 402/94 da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 385 do proc.
PAULO 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E36	1	vand	com.pol,urb,	7.11.94		

A SRA PRESIDENTA (Tereza Cristina de Souza Lajolo)

Vamos dar início à continuidade da audiência pública anterior que suspendemos por conta do horário. Estarão ausentes as Vereadoras Aldaíza Sposati, Zulaíê Cobra Ribeiro, por compromissos, no caso da Aldaíza Sposati, por profissional, ela está dando aula na FUC. A Zulaíê Cobra Ribeiro tinha outros compromissos agendados e nós, por colaboração, a gente assume sem reclamar. Tivemos a comunicação pelo Hugo Ricardo Balistrieri, assessor do Vereador Antonio de Paiva Monteiro Filho, que S.Exa. teve compromisso, mas será representado por seu assessor. Aqui nos entendemos, só a Vereadora Tereza Cristina de Souza Lajolo não quer dizer que não tenhamos a audiência pública, ela vai acontecer. E queria ~~em~~ chamar a atenção que é a última reunião pela Comissão de Política Urbana. A partir daqui, se houver solicitação via alguma entidade, teremos outras, mas pela Comissão da Política Urbana é a última sobre o projeto Faria Lima. Terminada esta, não havendo nenhuma solicitação, a comissão terá que dar o seu parecer que poderá ser conjunto ou haver fracionamentos, não sabemos. Não houve uma discussão explícita na Comissão de Política Urbana a respeito do projeto. É essa a situação traçada porque

cóp. ~~af~~ ela ~~xfr~~ vai tramitar para outras comissões que ~~tem~~ também



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 386 do proc.
544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CANT. APARTE
E36	2	vand	com, pl, urb.	7.11.94		

pela lei poderão fazer audiências públicas para discutir o projeto. Temos a presença do Vereador Maurício Faria. Na audiência anterior foi ~~ex~~ apresentado pelo movimento uma proposta. Sabemos que o movimento pretende que essa proposta, ao ser conhecida, seja colocada na mesa também como proposta que entra em discussão e negociação no espaço da Câmara. Portanto, esse projeto foi apresentado, como não houve uma discussão ele parou e prorrogamos para hoje. Estamos discutindo agora a proposta que o ~~movi~~ movimento apresentou através do Prof. Antonio Candido Malta. O Sr. Ives, do sindicato dos arquitetos, tinha solicitado, via apresentado para nós da comissão, uma série de ~~ex~~ informações que foi transformado ~~com~~ pedido da Comissão de Política Urbana, para a Prefeitura. As respostas as questões chegaram hoje. Por ordem de quem estava escrito, a pessoa que estava inscrita inclusive para fazer a leitura de um documento que entregou à comissão era o Ives do sindicato. Não estando presente, temos 3 inscrições que foram feitas. O Sr. José Eduardo Leferve, da Emurô, Sr. Rodolfo Mansetudin que é do escritório técnico do Sr. Julio Neves, e Sr. Luiz Antonio Siqueira Dias, presidente do movimento Viva Nova Zona Sul. Agora ou posteriormente se as pessoas quiserem se inscrever nós... Está se inscrevendo o Prof. Candido Malta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Reunião n.º 397 do proc.
N.º 544 de 1953
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E36	3	vand	com.pol.urb	7.11.94		

Tem a palavra o Sr. José Eduardo Lefreve.

O SR JOSE EDUARDO LEFREVE - Boa noite a todos os presentes. Gostaria de colocar algumas questões, colocar claramente qual é a posição da administração com relação à proposta e colocar algumas questões que levantamos com relação às características da proposta que foi apresentada. No que diz respeito aos princípios gerais que orientaram a elaboração do plano diretor, consideramos altamente elogiável a elaboração do plano o que demonstra um reconhecimento de que é necessário introduzir no planejamento da região elementos que orientem o seu desenvolvimento. ~~E elementos que orientem o seu desenvolvimento.~~
~~o que demonstra um reconhecimento de que é necessário introduzir~~



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E37	1	Marcelo	Com.Pol.Urb.	07.11.94		

e elementos que orientem seu desenvolvimento com a participação dos moradores e com a participação da iniciativa privada que, em última análise, serão a ~~xx~~ responsável em grande parte, pela própria renovação urbana da área, independentemente, inclusive, dos planos que vierem a ser feitos. Portanto, é importante que os planos possam orientar o ~~que~~ que venha acontecer em matéria de transformação da região.

Particularmente, na questão ~~de~~ de se procurar conciliar a ~~modernização~~ com a preservação dos elementos a serem preservados, considerando que esse é um dos pontos mais importantes a serem analisados em qualquer proposta que venha a ser elaborada. No entanto, o que nós observamos é o seguinte, ~~entre~~ entre os princípios gerais que são colocados e as diretrizes que foram apontadas, existem questões que ficam no ar e nós gostaríamos justamente de levantar, porque sugerem uma série de dúvidas em relação à efetiva concessão dos objetivos colocados, quer dizer, nós acreditamos que entre os objetivos colocados através das diretrizes há, digamos, uma distância ou uma incógnita em ~~na~~ ~~na~~ relação a como esses princípios serão atingidos. Então vou ~~analisar~~ analisar item por item para ficar mais claro aquilo que nós colocamos.

Inicialmente, no que diz respeito a diretrizes gerais apontadas existe a questão da preservação das vilas e das ruas vilas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 38 do proc.
RAULO de 1933
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E37	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

O mecanismo que foi apontado, que é o Z8-200, é um mecanismo restritivo, normalmente adotado pela Prefeitura, pelo Poder Público em caráter unilateral, ~~por~~ porque o tombamento é uma medida arbitrária, unilateral por parte do Poder Público. Quando o Poder Público determina que alguma coisa deve ser tombada, normalmente é uma determinação que vem do Poder Público e que cria uma série de restrições para o proprietário daquela obra e eventualmente para os proprietários vizinhos. Portanto, uma primeira pergunta é a seguinte: como será definida, o que será incluído como zona ~~Z8-200~~ Z8-200? Será feita uma votação, uma pergunta entre os moradores para definir quais moradores que querem que seja estabelecido Z8-200, será feita uma votação no bairro? Qual foi o mecanismo previsto, porque, se não houver uma consulta aos moradores os mecanismos de Z8-200 são muito mais restritivos do que os tombamentos que foram feitos até aqui. Por exemplo, os tombamentos dos bairros de Pacaembu e dos Jardins são tombamentos que definem a preservação da escala dos prédios, da volumetria e das áreas públicas, aquilo que está incluído como Z8-200 é a conservação do próprio edifício e normalmente, a análise da Z8-200 feita pela Sempla exige todo um ~~acompanhamento~~ acompanhamento no que diz respeito à preservação da própria arquitetura e não da zona como um todo. Trata-se de um mecanismo um pouco diferente do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha Nº 390 do proc.
N.º 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
B37	3	zMar elo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

tombamento que foi adotado em Pacaembu, Perdizes; Pacaembu, que foi o bairro tombado ou ~~na~~ no Jardim América e Jardim Europa. E no caso da 28-200 esse mecanismo nós temos, digamos, uma ~~mar~~ certa dúvida de que os proprietários de toda região tenham efetivamente conhecimento de quais são as restrições que estão implicadas nisso, ou seja, que a 28-200 realmente limita o direito de reformas, limita bastante o direito de demolição e de reconstrução de uma forma bastante ampla e, portanto, uma medida tão impositiva como é a imposição como 28-200, deveria, evidentemente, partir, neste caso, de acordo com ~~extrema~~ lógica dessa proposta, de uma ampla consulta à população.

Nesse caso também fica a questão de ~~que~~ como ficam as ruas e vilas que alguns proprietários aderem e outros proprietários não aderem. Então haverá uma imposição por parte de uma parte dos moradores ~~p~~ em relação ao direito dos demais, ou seja, nós vemos aí uma contradição porque sempre haverá direitos de proprietários sendo afetados por uma decisão que venha a ser tomada. O mesmo vale no que diz respeito à questão dos planos envelopes e a definição daqueles ângulos, dos planos que limitam a altura dos edifícios. Digamos que os moradores ~~das~~ de uma vila estejam de acordo, por sua decisão estará sendo criada uma limitação ao direito de ~~próprios~~ proprietários, ao direito de uso dos moradores, dos proprietários de outras áreas que são circunvizinhas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 331 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B37	4	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

Portanto, nós vemos aí também uma contradição no que diz respeito ao mecanismo que tem um caráter impositivo, que é o da Z8-200, ou o mecanismo de imposição de planos envelopes, ~~que~~ que restringe a ocupação das áreas vizinhas.

Nós vemos também, se for estudado detalhadamente, casa por casa o que é ~~uma~~ Z8-200, o que não é, sendo estabelecido para cada uma ~~uma~~ quais são esses planos envelopes, se terá, digamos, uma grande confusão na aplicação desses diversos planos envelopes em função das vilas que vierem a ser escolhidas.

Nós vemos, portanto, uma contradição no que diz respeito a efetiva participação, conhecimento e interesse dos proprietários da região, ~~trata-se~~ trata-se de uma região bastante ampla, na efetiva definição do que seja efetivamente tombada esse região, congelar.

Uma outra questão que vemos em seguida, outra questão que foi levantada, proposta que foi levantada para as áreas adensáveis, que é a definição de plataformas ~~x~~ aéreas de pedestres. O que nós observamos na adoção da proposta de plataformas aéreas de pedestres é que essa proposta é uma proposta que já foi proposta anteriormente em outros planos, o Plano Jorge Willem para São José dos Campos, de 1965, que previa esse mecanismo, há um problema que nós vimos como ~~se~~ resolver até hoje,

que é a sua implantação gradativa. Essa plataformas têm viabilidade na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 392
544
53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B37	5	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

na medida em que elas são implantadas de uma vez, ou seja, que a plataforma estabelece uma continuidade, essa plataforma que é prevista para ser instalada a cerca de seis metros de altura, ela tem vitalidade na medida em que estabeleça continuidade. Se alguns proprietários, isoladamente, ao longo de uma quadra, adotarem uma plataforma e outros não nós faremos que essas áreas já colocadas em plataforma apresentem uma perda de vitalidade muito grande. ~~Textivoapart~~

Eu tive oportunidade de ver o que foi feito em Paris, numa zona de reurbanização chamada de Porta de Tali, onde foi implantado esse tipo de solução e realmente o que pude observar lá na ocasião é que essas áreas se encontravam num razoável grau de deterioração, ~~mas~~

~~mas nem sempre~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 343 do proc.
N.º 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E38	1	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07 .11.94		

exatamente porque alguns prédios implantaram e outros não implantaram.

Então, a descontinuidade levava a que essas áreas ~~fossem~~ não tivessem serventia, a menos que fossem implantadas de uma vez. ~~Nenhuma~~

No caso de ser implantada de uma só vez isso levaria novamente a uma decisão ou de desapropriação de uma quadra, para poder implantar essas plataformas elevadas e, portanto, mais desapropriações, ou, eventualmente, outras formas de obrigação de tal forma que os proprietários fizessem ~~nessa~~ essa continuidade da plataforma, ou, então, o risco de que algumas dessas áreas ficassem sem função durante muitos anos e sem um controle, ~~podendo~~ podendo ficar até indefinidamente. Por outro lado, o que nós ~~temos~~ vimos foi o seguinte, nessa implantação de lote sim, lote não, que não é possível garantir ~~x~~ estatisticamente que todos os proprietários, a menos que sejam desapropriados, sejam obrigados a implantar essa plataforma, o que acontece ~~é~~ é que aqueles moradores ou proprietários que não aderirem à plataforma ~~podem~~ dizendo que preferem continuar nas suas casas e não querem fazer a plataforma porque mora lá e não querem mudar. O resultado é que ~~podem~~ ele pode se ver, de repente, cercado por plataformas construídas no alinhamento, a seis metros de altura, portanto, ~~se~~ gerando uma situação para o lote isolado muito pior do que a solução anterior.

~~Uma outra questão que ainda tenho a ~~me~~ observar com re-~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 384 do proc.
PAULO 544 de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E38	2	Marcelo	Com.Pol .Urb.	07 .11.94		

lação a essas áreas de plataformas é a seguinte: é o que eu já pude observar de solução bem resolvida para solução de pedestre circulando num nível e automóveis circulando em outro nível foi no Japão, onde o nível de poder aquisitivo garante, incluindo a localização, que essas áreas inferiores tenham um altíssimo padrão de lojas, de equipamentos e essa continuidade é fundamental. E Todos os arredores da estação de Chinjuco, por exemplo, que é um bairro de renovação, é praticamente um shopping center, com pedestre ~~xxxx~~ circulando em cima e pedestre circulando em baixo, junto de automóveis. Realmente lá está beleza, maravilha, porque houve continuidade e é um altíssimo padrão.

Eu acredito que a menos que a gente consiga implantar em algum local, de uma vez, esse sistema, nós corremos o risco de ter uma área deteriorada ~~ao longo do tempo~~ ao longo do tempo, como é o exemplo, como vi lá em Paris, nessa região de Tali, que estava absolutamente deteriorada, você circulava no meio de prédios, alguns em cima, outros embaixo e ferros de espera, um ambiente absolutamente caótico nessa ocasião.

Portanto, é uma questão ligada à própria estratégia de implantação.

Essa mesma questão de implantação de uma vez ou de implantação gradativa também nos leva a dúvidas com relação a uma das propostas que nós consideramos a mais interessante do ~~ponto~~ ponto de vista es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 398 do proc.
RAULOS 44 de 1953
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E38	3	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

pacial, que é a definição, a proposta de quadras pátio, com ~~moderadas~~ habitações na parte interna e com escritórios e comércio voltadas para a rua. Em princípio essa idéia é muito boa e ela tem condições de gerar quadra, um novo tipo de desenho urbano, já foi experimentado em alguns locais e realmente pode dar uma alta qualidade para esses pátios internos. O problema, novamente, é como operacionalizar, ou seja, implantar essa proposta. Se ela não for implantada de uma só vez mediante desapropriação de toda uma quadra o resultado é que nós teremos alguns prédios que seguem esse padrão e outros que não, o miolo da quadra não ficaria garantido a menos que fosse desapropriado e, portanto, a própria qualidade do projeto tende a ficar ~~sempre~~ comprometida a menos que haja desapropriação e uma das premissas do projeto é não fazer desapropriação, ou minimizar as desapropriações.

O que nós vemos é que há uma dificuldade operacional grande de atingir aquele objetivo que foi colocado, que em princípio se trata de um tipo de estrutura urbana muito interessante, a idéia, realmente, é muito boa. Agora, como implantar? A menos que seja feito de uma só vez, com desapropriações, se torna muito difícil implantar gradativamente, esperando que as pessoas venham a aderir essa proposta e o risco é que durante muito tempo se conviva ~~há~~ convivência lado a lado de prédios que ~~não~~ aderiram com essa idéia com prédios, casinhas que não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

296
524
1053
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E38	4	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

aderiram a essa idéia. Então a idéia, que ~~xxx~~ consiste em criar um espaço no interior da quadra, unificador do espaço da quadra, fica comprometido porque nem todos aderiram. Se não aderiram então precisa desapropriar e novamente voltamos à mesma questão.

Com relação ao mecanismo ~~xx~~ proposto, do solo criado, nós consideramos que realmente a idéia ~~x~~ do Sepac, é uma idéia novadora, é uma idéia que representou um avanço no que diz respeito à ~~xx~~ ~~implantação~~ implantação das operações urbanas na medida em que permite a obtenção de recursos previamente à execução das obras. O mecanismo de obtenção de recursos após, quando as obras já estão em desenvolvimento, é o que já estamos propondo nas outras operações urbanas, como do Anhangabau, e nós acreditamos que o Cepac representa uma possibilidade de ~~x~~ avanço na maneira de fazer a obtenção de recursos, exatamente pelo fato delas terem recursos previamente. Nós consideramos que a questão de uma ~~x~~ eventual e alegada questão jurídica ligada ao Cepac é uma questão que tem que ser resolvido progressivamente e todas as visões que temos, ou pelo menos, os ~~parcerias~~ pareceres que nós temos, são pela legalidade do Cepac e que é um mecanismo que deve ser implantada como um avanço na forma de operacionalizar as operações urbanas. Eventualmente, algumas restrições jurídicas que ~~xxx~~ para nós não existem, mas que se forem levanta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 293 do proc.
11.0 544 de 1953
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E38	5	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

das devem ser ~~deixar~~ devidamente contestadas e devidamente argumentadas, no sentido de que se trata de um mecanismo que representa um avanço em termos de participação de recursos privados na urbanização.

Outra questão que observamos é a questão das torres símbolos, as grandes torres altas. Realmente eu acho que a idéia de termos elementos visuais marcantes na cidade é importante, é preciso que a cidade tenha referências, realmente eu acho que a premissa também é importante, porém, na questão, primeiro, da própria viabilização desse dois edifícios gigantes, o que nós vemos é o seguinte: nenhuma ~~pr~~ pessoa gosta que ~~apont~~ lhe apontem com quem deve namorar, com quem deve casar, a mesma coisa a iniciativa privada. Não existe, ~~gi~~ digamos, uma ~~xxx~~ análise de viabilidade que ~~realmente~~ efetivamente nesses locais, desta forma haja interesses por investimentos deste porte, desta envergadura naquele local.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 298 do proc.
IPAULO 545 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E39	1	Marcelo	Com .Pol.Urb.	07.11.94		

Particularmente, no que diz respeito ao símbolo , representado pela torre, no caso do edifício colocado ao lado de Itaim, vai estar justamente muito próximo de um outro edifício que já está construído, a estrutura construída, que é o prédio da Eletropaulo, inclusive tem uma dimensão que atualmente já é um elemento de referência visual. Então há, digamos, uma proximidade muito grande em relação a outro edifício que já tem essa função. Então aí é uma indagação, como ficam? São os ~~dois~~ dois, eles deverão conviver, como fica?

Na questão da viabilidade financeira, há uma indagação grande de quais são as condições de mercado que efetivamente levariam a viabilização desses ~~dois~~ dois edifícios nesses locais. Nós não temos elementos para realmente poder considerar que efetivamente haja interesse naqueles locais de investimentos daquela envergadura.

Finalmente, uma outra questão em relação ao plano de circulação que foi apontado, nós vemos que existem ~~dois~~ dois pontos de contradição, um dos pressupostos, um dos princípios gerais apontados é o do predomínio e da valorização do transporte coletivo e nós vemos que nas duas soluções de circulação o transporte coletivo, de uma forma ou de outra, ~~fica~~ fica prejudicado . Na questão do túnel o que nós observamos é o seguinte , o transporte sobre ~~os~~ pneus não é mais ~~adequado~~ adequado para atravessar túneis , ele gera fumaça, mesmo que seja troleibus é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 398 do proc. 544 de 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E39	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	08.11.94		

um plano de instalação de troleibus que dependeria de uma organização em toda cidade e atualmente não está caminhando no sentido do troleibus e mesmo dentre os defensores de planos de troleibus há uma série de dúvidas em relação ao custo da ~~impl~~ implantação de troleibus e a sua manutenção. ~~Então~~

Então, efetivamente se fica um problema criado, quer dizer, se a criação do túnel está voltada para aliviar o sistema viário, esse sistema viário e o túnel ~~não~~ não são adequados para a circulação de ônibus e existe a necessidade circulação de ônibus da região da Ber-rini até a Faria Lima e , portanto, digamos , essa circulação que é feita por ônibus passando por ruas muito estreitas, dificilmente esses ônibus poderiam circular nos túneis e mesmo que circulando pelos túneis ~~não~~ efetivamente não estariam atendendo à população, porque no túnel não dá para descer e não dá para tomar o ônibus.

Então o problema de transporte coletivo de ônibus ao longo desses bairros não é resolvida pelo túnel.

De outro lado , do lado ~~n~~ de ~~Pin~~ Pinheiros, ~~os~~ que nós observamos é que há uma abertura que estão sendo feita para a implantação da avenida projetada em 1968, e a sua redução para colocação do boulevard de bares e restaurantes representa uma redução na caixa viária e, portanto, uma redução no espaço destinado à ~~circu~~ circulação de veí-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

400
544
53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E39	3	Marcelo	Com.Pol.Urb.	07.11.94		

culos, sejam eles ônibus, sejam eles automóveis particulares, sejam ambulâncias, seja todo o conjunto de veículos ~~que~~ que se utilizam do sistema viário. Portanto, digamos, a ligação viária entre Pinheiros, e Alto de Pinheiros, quer dizer, entre Ceasa, Lapa, são os ônibus que fazem essa ligação, de qualquer forma, com a implantação da pista somente em meia pista, de ~~em~~ qualquer forma representa uma não solução da circulação de ônibus entre esses ~~dois~~ dois pontos.

Essas são questões que estamos colocando pelas quais há dúvidas com relação a exequibilidade e a obtenção, que realmente se atinjam os objetivos traçados, os princípios gerais parece que há uma concordância com respeito à preocupação do que ser obtido, mas realmente as diretrizes adotadas de desenho, digamos, de operacionalização, nós temos dúvidas com relação à sua possibilidade de levar àqueles objetivos.

Dessa maneira, a posição adotada pela Prefeitura, no caso, da Emurb, é de manutenção desse projeto ~~que~~ como foi inicialmente proposto, como está ~~atualmente~~ atualmente na Câmara. ~~Portanto~~ Portanto, esta é a posição que tenho que colocar em relação à posição da Prefeitura.

Basicamente eram essas as questões principais que tinha a colocar. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Tereza Cristina Lajolo) - Eu gostaria



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E39	4	Marcelo	Com .Pol.Urb.	07 .11.94		

de lembrar que a gente tem que ter um cuidado hoje de não terminar tão tarde porque a partir das zero horas greve geral de ônibus em São Paulo e já está em greve a zona leste. É isso que queria lembrar vocês por que ficando até tarde muita gente pode ter problemas, Eu não sei se aqui tem gente que ~~tem~~ tem que retornar de ônibus, mas esse é um problema que estará ocorrendo na cidade de São Paulo a partir das zero horas. Teve uma assembléa dos motoristas e cobradores e foi essa a informação que recebi no Gabinete.

Está presente o Vereador Odilon Guedes.

Tem a palavra o Sr. ~~Roberto~~ Rodolfo Monsueto Din (?)

O SR. RODOLFO MONSUETO DIN (?) - Boa noite a todos. Na qualidade de representante do escritório técnico Julio Neves, nós gostaríamos de apresentar à Comissão de Política Urbana, na oportunidade seria à Vereadora Zulaiê Cobra, mas agora estamos com a nossa Vereadora Tereza Lajolo, que está dirigindo os trabalhos, os comentários, a análise e os estudos que nós fizemos da proposta que foi apresentada neste recinto e no dia 26 passado.

Tivemos a oportunidade redigir todo um trabalho para que pudéssemos, então, apresentar a todos os senhores de forma bem clara o que estamos pensando sobre o trabalho apresentado pelo nosso colega arquiteto Candido Malta Campos Filho . O documentado apresentado ~~em~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 402 do proc.
n.º 844 de 19 53
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. ARABETE
39 E42	5	Marcelo	Com.Pol.Urb	07 .11 .94		

por n os hoje é o seguinte: "Na audiência pública realizada no dia 26 de outubro de 1994, com a finalidade dos Srs. Vereadores tomarem conhecimento de manifestação de representantes de setores da comunidade e da população em geral, referente ao projeto de lei nº 543/93, que trata da operação urbana Faria Lima, entre outras foi exposto um estudo superficial elaborado sob a ~~responsabilidade~~ responsabilidade do arquiteto Candido ~~Malta~~ Malta Campos Filho e que, ~~estava em anexo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 43 do proc.
PAULO S. L. de 19 53
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E40	1	Marcelo	Com. Pol. Urb	07.11.94		

entretanto, foi apresentado como sendo um plano diretor de bairro Pinheiros e Vila Olímpia, Itaim Bibi, Vila ~~Penha~~ Funchal.

Em que pese o nosso respeito aos trabalhos elaborados por quaisquer colegas de ~~profex~~ profissão, em especial quando realizado por um ex-integrante da equipe do nosso antigo escritório, não poderemos deixar de apresentar as condições e considerações pertinentes sobre o estudo que se não for convenientemente esclarecido poderá vir a influenciar na decisão dos Srs. Vereadores de forma contrária ao interesse público.

Com efeito, a decisão de V. Exa., Sr. Presidente da Comissão de Política Urbana, de ~~se~~ suspender a audiência pública do dia 26 de outubro, estabelecendo a sua continuidade nesta data, enseja a oportunidade e obrigação de nossa manifestação para que não somente este ~~plm~~ Plenário, como a população em geral venha a ser corretamente informados sobre o estudo apresentado.

É indispensável que antes da análise de qualquer proposta alternativa, sobre a forma de realização da operação urbana Faria Lima, esse Plenário tenha conhecimento do resumo do conteúdo do projeto de lei 543/93, a seguinte apresentado: A operação urbana é instrumento criado por lei orgânica dos municípios para possibilitar a renovação de áreas específicas da cidade. Consiste na ação conjunta da municipalidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 405 do proc. 5413 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E40	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

de que permanece com as prerrogativas de planejamento da legislação, e
do controle sobre o solo da cidade e da iniciativa privada, que for-
nece os ~~recursos~~ recursos técnicos e financeiros para implantação de obras
do interesse da comunidade.

A proposta da operação urbana Faria Lima tem três carac-
terísticas principais: ~~1º~~ Primeiro, sistema ~~viário~~ viário. Complementa-
ção do sistema viário da zona sudoeste de São Paulo para o atendimento
da demanda de tráfego resultando da conclusão das obras de implantação
do túnel da avenida presidente Juscelino Kubitschek, da ~~ex~~ nova Ponte
Bernardo Goldfaber, no complexo Eusébio Matoso, da quarta linha do Me-
trô, da adequação do ramal da Fepasa na marginal do rio Pinheiros e,
ainda, do grande volume de obras em construção ao longo desta marginal.

Essa complementação será efetuada através de prolongamen-
to da avenida Brigadeira Faria Lima até avenida Pedroso de Moraes, em
direção de Pinheiros, e até a avenida Hélio Pellegrino, na direção de
Vila Olímpia, de ~~ex~~ acordo com traçado previsto em lei de 1968 e implan-
tada apenas no trecho central. Implantação da ligação da avenida Enge-
nheiro Luiz Carlos Berrini com a ~~ponte~~ ponte da avenida Cidade Jardim,
através de melhoramento da rua Funchal com avenida Haroldo Veloso, de
~~acordo~~ acordo com traçado previsto em lei de 1924 1974. Interligação
~~das suas novas avenidas, Faria Lima e Funchal, com a criação de um~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

405
544
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E40	3	Marcelo	Com.Pol.Urb.	07.11.94		

sistema viário complementar através da implantação de ~~a~~ várias leis anteriormente aprovada e ~~pela~~ pela proposta de ~~xt~~ diversos melhoramentos em ruas existentes. Complementação dos ~~acessos~~ ^{das} acessos viários ~~nas~~ ^{das} pontes Bernardo Goldfaber, Eusébio Matoso, Cidade Jardim e Bandeirantes. Complexo viário resultante foi dimensionado de forma proporcionar o atendimento prioritário do transporte coletivo com a implantação de um terminal integração ônibus-metrô no largo da Batara e com a interligação às futuras estações da Fepasa, junto à marginal do Rio Pinheiros. Existe um croquis no texto.

Segundo, solução urbanística. Em 1986, a partir do interesse viário da época, foi apresentada uma proposta urbanística baseada no conceito de renovação urbana, totalmente realizada pela municipalidade, na qual além das áreas destinadas ao uso público, seriam também desapropriadas ~~xx~~ ~~xx~~ áreas ~~x~~ destinadas a empreendimentos imobiliários, efetuados sob o controle da Emurb, a exemplo do já ~~realizado~~ realizado junto às linhas do metrô. Na administração seguinte, no período entre 89 e 92, a solução foi analisada e incluída na proposta do Plano Diretor, como uma das ~~expansão~~ operações urbanas recomendadas para o desenvolvimento da cidade. Na Administração Paulo Maluf, a partir de 1993, após análise dos órgãos técnicos da municipalidade, ficou estabelecido que a intervenção urbana seria ~~limitada~~ limitada às desapropriações das



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E40	4	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

áreas destinadas ao uso público, sistema viário, praças e ~~em~~ equipamentos ~~x~~ urbanos e ~~as~~ criação de incentivos aplicados aos ~~x~~ índices urbanísticos de uso, ocupação e aproveitamento do solo estabelecidos como forma de atrativo para participação da iniciativa privada no empreendimento.

O perímetro da operação urbana, com 450 alqueires foi definido em função das ~~áreas~~ áreas de influência dos melhoramentos objetivados e aplicados em duas categorias : áreas diretamente beneficiadas, áreas localizadas nas ~~próx~~ proximidades imediatamente dos melhoramentos, nos quais ~~as~~ os benefícios da lei concedidos de ~~a~~ forma onerosa, serão aplicados automaticamente, destacando-se entre tais benefícios, o aumento do coeficiente de aproveitamento para até quatro vezes a ~~área~~ área de cada lote, a possibilidade de mudança de uso e o aumento da taxa de ocupação de ~~x~~ acordo com os critérios pré definidos.

Áreas indiretamente beneficiadas, ~~áreas~~ áreas localizadas na parte remanescente do perímetro da operação nas ~~quais~~ ~~as~~ quais os benefícios da lei concedidos de forma onerosa referentes a alteração dos parâmetros de uso e ocupação do solo serão aprovados para cada lote pela comissão normativa de legislação ~~urbanística~~ urbanística, em função de atendimento dos objetivos da operação urbana e do interesse da cidade constatado pelos órgãos ~~técnicos~~ técnicos da Prefeitura.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 457 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
840	5	Marcelo	Com. Poo. Urb.	07.11.94		

O perímetro da operação urbana o

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 407 do proc.
PAULO 544 de 953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E41	1	Leo	Audiência Pública C. Pol.	Urbana		7/11/94

compreende, em mais de 90% do seu território, zonas de uso de baixo aproveitamento, uma vez, comercial, duas vezes, habitação, ensejando a adoção de uma política de adensamento e ocupação do solo, compatível com a maximização do uso das redes de infraestrutura de transportes e de serviços, que serão implantadas juntamente com o novo sistema viário.

O total do potencial adicional de construção, computável, admitido para zonas diretamente beneficiadas, é de 1,5 milhões de metros quadrados e para as zonas indiretamente beneficiadas é de um milhão de metros quadrados, respeitado em cada lote o máximo de quatro vezes sua área.

As zonas diretamente beneficiadas foram classificadas em cinco subperíodos, de forma a possibilitar, em cada um deles, a indução de um uso predominante e a valorização ambiental através do aumento do coeficiente de aproveitamento nos terrenos com mais de mil metros quadrados, conforme o croquis 2, que está aqui.

O subperímetro 1, Pinheiros, tem uso misto, já predominantemente na vizinhança, com restrições especiais no corredor da Avenida Pedroso de Moraes.

O subperímetro 2, Itaim, tem uso comercial já predomi -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 401 do proc. 594 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARTE
E41	2	Leo	C. Política Urbana	7/11/94		

nantemente na região, com exigências especiais de eliminação de recuos laterais no térreo e de aproveitamento de recuos de frente, para as atividades de lazer.

Subperímetro 3, de Vila Olímpia, o uso é residencial, multifamiliar, nos lotes não localizados em vilas, transformando o bairro, portanto, em uso predominantemente residencial, admitindo o uso comercial e de serviços apenas nos lotes com frente para a Avenida Juclino Kubitschek.

Subperímetro 4, Vila Funchal - uso comercial e de serviços, já predominante na vizinhança imediata, de forma a possibilitar a sua perfeita integração com a zona da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, após a construção do viaduto da Avenida Bandeirantes, de ligação com a pista de trânsito rápido da Marginal do Rio Pinheiros,

Subperímetro 5, Uberaba - uso residencial, multifamiliar, criando desta forma, uma região de baixo valor, bairro residencial de boa qualidade, localizado entre a Vila Nova Conceição, Moema e o Brooklin.

Além dos incentivos concedidos de forma onerosa, foram estabelecidos outros de forma gratuita, visando a anexação de terrenos para a criação de novos lotes, com área mínima de 2.550 metros que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 410 do proc.
P.AULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
341	3	Leo	C. Política Urbana		7/11/94	

drados e também para a implantação de projetos onde o pavimento térreo seja destinado à circulação e atividade de uso aberto ao público.

Ham estabelecidas na proposta condições especiais para que sejam convenientemente utilizados os imóveis da casa bandeirista e do parque do povo.

Foi estabelecido na proposta que a alteração das condições, nas vilas existentes no perímetro da operação urbana, só poderá ser efetuada com a concordância expressa da totalidade dos seus proprietários.

As exigências de estacionamento para uso comercial e de serviço, em todo o perímetro da operação, foram aumentadas para o atendimento da condição de uma vaga para cada 35 metros quadrados de área de construção computável.

Para possibilitar a utilização conjunta de lotes separados por espaços públicos, foi prevista a possibilidade de cessão de uso aéreo ou subterrâneo de tais espaços, desde que aprovada, caso a caso, pela comissão normativa de legislação urbanística.

3 - Forma de viabilização.

Os recursos necessários para a realização da operação urbana Faria Lima, fornecidos pela iniciativa privada...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 411 do proc.
PAULO 349 de 1953
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E41	4	Leo	C. Política Urbana	7/11/94		

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - (PT)- Deixe-me saber uma coisa : o senhor vai fazer a leitura de todo esse documento?

O SR. _____ - É.

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - (PT)- Então eu gostaria, se for possível, que o senhor dê uma reduzida, do contrário não vamos ter debate e aí o senhor entrega o documento para nós , faz parte do processo e o senhor simplesmente, como fez o Sr. Lefèvre , fala o que é essencial na discussão. Porque, senão, vamos nos limitar a ouvir o senhor e não vai haver debate. (Palmas) Acho que é ruim . Além do senhor, tem o Sr. Luiz Antonio , que é também do Movimento, tem o Cândido Malta, tem os estudantes de arquitetura e urbanismo, tem o Sr. Horácio. Eu gostaria de ver se é possível o senhor reduzir, dar uma sintetizada para que possamos abrir o debate.

O SR. _____ - Dada vênha, Sra. Presidenta , nós ouvimos, com muito agrado, a exposição do arquiteto Cândido por duas horas;

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - (PT)- Não, não! Nós não estamos proibindo nada aqui, que as pessoas se manifestem . Só que é o seguinte: ele fez uma exposição de um projeto. O projeto anterior nós já fizemos várias exposições via o Sr. Lefèvre . O



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 412 do proc.
344 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
341	5	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

Sr. Lefèvre, que veio aqui representando a Prefeitura, foi o porta-voz do projeto anterior, ele fez várias exposições, fez projeções, fez considerações pormenorizadas, defendeu dentro das suas condições, de forma brilhante, sendo até hostil o plenário com relação a ele. Mas ele enfrentou tudo isto, Então, já conhecemos o projeto anterior. A mesma situação que foi auferida ao senhor Lefèvre, defendendo o projeto da Prefeitura, foi também auferido o espaço dentro de um limite que era estabelecido pelas condições do horário da audiência pública, ao Sr. Cândido Malta. O mesmo espaço. Aliás, o Lefèvre teve até mais espaço porque várias reuniões, aqui ou lá, no espaço, ele falou, respondeu perguntas, o pessoal ficou bravo, xingou, vaiou, o diabo, e ele teve o espaço, inclusive, de projeções aqui.

Então, neste momento, o senhor que já dete até ter assig-
tido às outras audiências públicas, deve ter percebido que o espaço
foi extremamente democrático. Aliás, mais democrático para o projeto
da Prefeitura do que para o projeto que o movimento apresenta. Não é
o Sr. Cândido Malta. Então, nós queremos agora o respeito ao espaço que
eles tiveram, como teve o projeto da Prefeitura, e que o senhor, por
favor, resumisse a sua crítica, como fez o Lefèvre. Pontuou. E colo-
cou questões em discussões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

413 do proc.
344 de 1993
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E42	1	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

Não fez para nós a apreciação de um projeto que já demos um espaço imenso e extremamente democrático para discussão. E quero aqui parabenizar o Lefèvre, que teve que aguentar, vamos dizer, a descarga de repúdio, de revolta da população. Porque, todas as audiências públicas, relativas a todos os projetos que alguém da Prefeitura tem que levar uma cacetada, está lá o Lefèvre aguentando. (Palmas). Então, um parabéns público ao Lefèvre, que é o único que está aguentando a bucha, desde o começo. Ele já levou lá nas águas espreiadas. Vai levar mais se vai sozinho.

Então, eu quero lhe dizer, desculpe-me estar tratando assim, mas eu sou meio..., trato muito as pessoas de igual para igual, não quero Exa., o senhor, a senhora. Então eu pediria que você abreviasse para que possamos abrir uma discussão que não foi aberta porque o espaço foi democrático, do ponto de vista de dar condições da exposição sobre o projeto do Executivo e o projeto do Movimento. Era isso que eu queria lhe pedir, senão não vamos discutir nada e para nós, da Comissão de Política Urbana, seria interessante a discussão. Era isto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

414
524
S

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E42	2	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

O SR. _____ - O seu pedido tem fundamento porque, senão, vamos nos estender muito. Então, eu gostaria de ler as considerações sobre o projeto.

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO -6(PT)- Acho. Se for curto e grosso para objetivarmos questões para a discussão. Acho importante que objetivemos questões para a discussão, como fez o Lefèvre. Parabéns, Lefèvre, outra vez. Foi um objetivo curto, chegou aqui, pá, pum. Outro dia você levou um cacete porque falou muito. Mas não aqui, no 'Água Espraiada.

- APARTE FORA DO MICROFONE - Estão levando ele em todo o lugar, hein?

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - (PT)- Mas ele tem um espírito extremamente democrático como nós.

O SR. _____ - Vamos lá. Então, considerações sobre o estudo.

1 - Definição da área geográfica, de abrangência do plano.

Foi apresentada apenas a denominação de quatro bairros, tratados no estudo como ilhas, pois não foi considerada a sua integração com outros bairros ou com as demais regiões da Cidade. Então,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 415 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E42	3	Leo	Audiência Pública.C.Política Urbana	7/11/94		

foi tratado cada bairro, independentemente do conjunto.

Levantamentos preliminares.

O estudo apresentado não foi baseado em levantamento ou no potencial do uso e ocupação e aproveitamento de imóveis existentes ou na infraestrutura urbana, redes de infraestrutura, transporte e tudo mais. Eventualmente posso acreditar que até tenha sido, mas não estava junto com o estudo que nós examinamos. Então, nós consideramos que, como os dados não estavam ali, que não foi baseado nesses levantamentos.

Interligações do sistema de transporte coletivo na região,

O estudo apresentado se ocupa apenas da integração da futura linha 4 do Metrô com a linha de trem da CPTM, ex-FEPASA, que circula na Marginal do Rio Pinheiros, não levanto em consideração sua interligação com o sistema complementar de ônibus, condição indispensável ao atendimento dos usuários, que é a demanda da aplicação do sistema viário existente, apesar de, por diversas vezes, enfatizado em um estudo apresentado, a necessidade de priorização de transporte coletivo.

Procuramos dentro do estudo se havia uma preocupação maior do que se fosse só a linha 4 do Metrô, CPTM, e não encontramos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 416 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E42	4	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

um detalhe ali, de forma que integrasse toda a parte de sistema de transportes coletivos e não só uma parte que seria a parte do Metrô e dos trens.

Sistema viário.

Apesar de, no estudo, ser mantido integralmente a proposta original de acréscimo de dois milhões e meio de metros quadrados potencial adicional de construção, não foi proposta qualquer melhoria no sistema viário, hoje já saturado, em todo o bairro indicado.

Isso significa o seguinte: foi aceita a proposta de se aumentar até dois milhões e meio de metros quadrados como potencial construtivo. Mas, nada foi proposto, de melhoria do sistema viário para conseguir que esses dois milhões e meio não viessem a prejudicar a qualidade de vida já existente na região.

No bairro de Pinheiros é inacreditável que se possa ser sugerido que os imóveis desapropriados para o uso público, com a finalidade de atender, de forma adequada, a ligação Pedroso de Moraes-Largo da Batata, possam vir a ser utilizados para a instalação de um boulevard de bares, restaurantes e atividades culturais, em detrimento do melhor desempenho da circulação no bairro, em especial, de transportes coletivos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 417 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E42	5	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

Uso do espaço que já é público porque já foi desapropriado e já foi pago deve ter o seu conceito ali, de forma que permaneça o conceito de ligação viária para benefício, principalmente do transporte coletivo.

Nos bairros de Itaim, Vila Olímpia e Vila Funchal, é incompreensível que apenas para atender a conveniência de poucos interessados, seja apresentada uma proposta de mutilação, de importante componente do complexo viário, ligação das Avenidas Faria Lima e Helio Pelegrino, complexo viário este exaustivamente analisado por todos os órgãos técnicos da municipalidade e com RIMA aprovado. No estudo apresentado, entretanto, é reconhecida a importância da ligação das avenidas Faria Lima e Luis Carlos Berrini.

Para que sejam atendidas as conveniências de tais interessados, que imaginamos, sejam os habitantes da área limitada pela Avenida Presidente Juscelino Kubitschek e pelas ruas Atilio Innocenti, Elvira Ferraz, Piandeiras e Ramos Batista, é proposta a construção de um túnel direcional para a ligação direta da Avenida Faria Lima até a altura ou na altura da Avenida Cidade Jardim, com a rua Brigadeiro Haroldo Veloso, túnel este estimado pelos autores do estudo em 800 metros de extensão e que adiante será comentado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 541
-TAQUIGRAFIA-

413
53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E42	6	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

De acordo com o estudo, a circulação de veículos no bairro de Vila Olímpia ficaria limitada à utilização do saturado binário existente, formado pelas ruas Clodomiro Amazonas e Atilio Innocenti e continuado pelas ruas Riberão Claro e Nova Cidade.

Se adensarmos o bairro com alguns milhões de metros quadrados ali, esses corredores que já estão saturados, vão ficar numa situação ainda pior, mais congestionada.

Cabe salientar, ainda que, tanto para o trecho de Pinheiros como para o trecho Itaim, Vila Olímpia e Vila Funchal, não foi apresentado nenhum dimensionamento de vias ou estudo de tráfego.

Preservação das vilas e ruas-vilas.

No estudo apresentado é introduzido um conceito de rua-vila, ou seja, a criação de locais com as características de zona exclusivamente residencial, de ZI, o que já é possível, na conformidade da legislação em vigor, bastando, para tanto que se apresente um projeto de lei à Câmara Municipal, com a concordância de pelo menos 75% dos proprietários interessados nos perímetros onde a modificação é desejada.

Isso já é possível fazer hoje em dia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Foiha n.º 418 do proc.
RAULO YAS de 19 93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R43	1	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

No caso presente, entretanto, acreditamos não ser este o desejo da maioria dos proprietários. Até porque, mais da metade dos imóveis contidos, em qualquer dos bairros atingidos, já está ocupado por atividade comercial ou de serviço. Nos levantamentos que estão sendo feitos verifica-se que o bairro já tem bastante uso comercial e bastante uso de serviço: mais de 50%. É um levantamento feito caso a caso.

Quanto à preservação das vilas existentes, conforme já esclarecido no resumo do conteúdo do projeto de lei, foi estabelecido que a alteração de qualquer das vilas existentes no perímetro de operação urbana, somente poderá ser efetuada com a concordância expressa da totalidade dos seus proprietários, cabendo salientar ainda que o traçado viário contido no projeto de lei atinge, no bairro de Vila Olímpia, apenas uma vila.

Caso, entretanto, o desejo da maioria dos proprietários, de qualquer dos bairros atingidos, seja o de manutenção do seu status quo, a exemplo do que já tem acontecido nos Jardins e no Pacaembu, poderá ser solicitado o tombamento dos mesmos bairros, junto ao CONDEPHAAT ou ao COMPRESP, que procederão à análise do assunto e que, se aceita, assegurará aos proprietários dos imóveis atingidos,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E43	2	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

a transferência do seu potencial construtivo nos termos da Lei 9.725, de 84, já referida anteriormente.

Áreas excepcionalmente adensáveis, conceito de solo criado e adotado, desenho da paisagem urbana resultante.

Como no estudo apresentado, a quantidade de dois milhões e quinhentos mil metros quadrados de potencial construtivo, é integralmente mantida, e como não poderiam ser verticalizadas as chamadas ruas-vila, é proposta, como em compensação, a permissão da construção de dois edifícios-torre-símbolo, em duas áreas de adensamento ainda mais alto: uma em Pinheiros, junto ao futuro terminal da interligação metrô-trem, com 70 pavimentos, e outra na Vila Funchal, com 50 pavimentos,

No bairro de Pinheiros tal proposta é absolutamente inaceitável, por caracterizar um favorecimento absurdo em terreno pertencente a particular. E ainda pelo fato do terreno não comportar a construção de estacionamento compatível com a área de pavimentos pretendido.

No bairro de Vila Funchal a proposta não teve a menor viabilidade de implantação pois o terreno indicado já está sendo construída a sede da ELETROPAULO, com aumento de potencial construtivo do terreno, obtido através da realização de uma operação interligada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 421 do proc.
RAULO S44 de 53
C. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E43	3	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

Cabe salientar que, embora o autor do estudo admita o contrário, existe um plano diretor em vigor na cidade de São Paulo, onde existem outras disposições fixando como coeficiente máximo de aproveitamento o índice de quatro vezes a área do lote, disposição essa que foi obedecida no Projeto de Lei 543/93, e que não está sendo respeitada no estudo apresentado.

Zoneamento de uso e ocupação do solo.

No estudo apresentado é proposto outro conceito denominado quadra-pátio, onde deverão ser integradas as habitações das atividades de serviço, comércio e lazer, o que nos termos da atual legislação já é permitido, sob a forma de uso misto, e que tem sido utilizada apenas para acomodar habitações de valor mais baixo, tendo em vista os inconvenientes de, no mesmo lote, serem abrigadas todas essas atividades. Isso já é permitido. A inovação seria a utilização do interior da quadra para construção de habitações voltadas para o pátio interno e da utilização comercial-serviço, com frente para os espaços viários.

Tal proposta revela um total desconhecimento da realidade pois demandaria a existência de grandes espaços ainda não verticalizados e pertencentes a um único proprietário, situação inexistente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha no 422 do 53
543
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E43	4	Leo	C.de Política	Urbana	7/11/94	

pois praticamente todas as quadras são compostas de pequenos lotes, pertencentes a vários proprietários. Ou a necessidade da desapropriação para a obtenção de tais espaços. Seria necessário desapropriar a quadra inteira.

Desta forma, o resultado obtido, certamente não será o do modelo de Barcelona nem o de São Francisco, mas provavelmente, o de Copacabana, sem a avenida e sem a praia.

A plataforma de pedestres, sugerida para a inteligência dos diversos espaços, só tem sentido quando resolvidos os problemas fundiários de lotes adjacentes ou mesmo os lotes já separados por vias já existentes.

Plano diretor dos bairros.

As propostas contidas sob o título de plano diretor de bairros - Pinheiro, procura compatibilizar os conceitos já comentados. Na nossa opinião, não se constitui em um plano diretor a proposta viário específica. Por um lado confirma a proposta de ligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a rua do Sumidouro, já estabelecida no Projeto de Lei 543.E, por outro lado, propõe a utilização de uma rua de aproximadamente 9 metros de largura, a Maro Cavalheiro(?) e do trecho final da rua Butantã, em mão dupla, para dar acesso à ponte



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E43	5	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

Bernardo Goldfather. Neste ponto o autor do estudo revela total desconhecimento do traçado da ponte, que já foi projetada e construída, prevendo o acesso à rua Eugênio de Medeiros.

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO -(PT)- Vamos estar belecer, Sr. Rodolfo, o tempo que o senhor já falou. No mínimo nós já temos 25 minutos, está certo? Eu estava olhando. No mínimo. Então, eu lhe dou mais cinco minutos, o senhor termina, para que possamos abrir para o resto, senão nós também vamos terminar tarde e tem a questão de ônibus.

O SR. RODOLFO - Proposta de construção dos túneis para a interligação das vias do mesmo bairro.

As considerações sobre a proposta de construção de túneis, para a interligação de duas vias de um mesmo bairro, merecem ser efetuadas em um tópico separado, por envolverem diversos aspectos.

Como o desenho anexo ao estudo foi apresentado em escala muito reduzida, procedemos à elaboração de outro desenho, em escala compatível, onde foram indicados o sistema viário existente, os edifícios existentes, com o seu número de pavimentos, os terrenos livres e o traçado adequado para implantação dos túneis na região proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

424
545
A 53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E43	6	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

com a compatibilização do sistema viário do Entorno, tendo sido constatado que a sua extensão não é de oitocentos metros e, sim, de 1.200 metros.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 425 do proc.
PAULO 544 de 1953
O. de Antônio

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E44	1	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

As principais características dos túneis são as seguintes: dois túneis com dois sentidos de direção, de cada lado, acessos e saídas e sistema de ventilação, sistema de drenagem e demais sistema de iluminação, segurança, combate à incêndio, segurança operacional e sinalização.

Uma estimativa preliminar, feita com valores que estão na praça, demonstram que um túnel desse tipo teria um valor de aproximadamente 110 milhões de reais. Nos custos não foram considerados nem pagamento referente a projeto, decorrente de eventuais indenizações, etc. e tal.

Apenas a título de esclarecimento informamos que os custos previstos para implantação do trecho Itaim - ligação da Avenida Cidade Jardim - Jucelino Kubitschek, onde já foram ajuizadas todas as ações expropriatórias, são os seguinte: desapropriação - 44 milhões de reais. Custo das obras: já foi feita até a licitação: 8 milhões de reais. Total: 52 milhões de reais. O túnel seria 110 milhões e a avenida 52 milhões de reais.

Conclusão: é incrível que tão somente agora, depois de decorridos quase dois anos de acaloradas e esclarecedoras discussões, este estudo seja apresentado, levando em conclusão de que, além de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 526 do proc.
S44 de 973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E44	2	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

acadêmico, foi elaborado com a finalidade específica de uma solução lógica, definida com base em estudos aprofundados e que atinge, num primeiro momento, apenas proprietários de imóveis que estão há mais de vinte e cinco anos esperando para serem desapropriados.

Cabe salientar que o estudo entregue foi elaborado a pedido de duas associações, presididas por arquitetos, que apesar de terem entendido o estudo, provavelmente não explicaram a seus associados, pois com a aprovação de tal estudo, não mais terão condição de decidir sobre o destino dos seus imóveis. Poderão, em alguns locais, ser definitivamente congelados para manter a qualidade de vida do bairro ou, em outro, serem desapropriados, para a construção de quadras à parte.

Fica evidenciada, no estudo apresentado, a preocupação elitista de pseudo-defesa de moradores de casas, em detrimento do progresso, em uma região onde não há mais nada importante a preservar, pois se houver, depois de tanta discussão, os órgãos encarregados da preservação em nossa Cidade, já teriam adotado as medidas compatíveis, a exemplo do já efetuado com a Casa Bandeirista.

No estudo fica também evidenciado que a rua é pensada para servir apenas aos que nela habitem e não para todos os habitan -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha no. 423 de 543
PAULO 543 de 543
O funcionário A

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E44	3	Leo	C.de Política Urbana	7/11/94		

tes e contribuintes da Cidade.

É muito importante que os senhores vereadores , ao apreciar o projeto de lei da operação urbana Faria Lima, não venham a ser influenciados por interesses menores, mas tenham consciência de sua responsabilidade com o futuro da nossa Cidade.

Finalizando, vamos requerer à Sra. Presidenta desta Comissão, que seja o presente documento , com todos os seus anexos, transcritos na sua íntegra, aos Anais da Câmara, e para conhecimento, no futuro, daqueles que se interessam pela história da nossa Cidade.

São Paulo , 7 de novembro - arquiteto Júlio Neves e escritório técnico Júlio Neves Soc. Civil Ltda. Muito obrigado pela atenção.

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - (PT)- Eu gostaria que o documento fosse entregue.

- aparte fora do microfone.

A SRA. TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO - (PT)- Essa interrupção na gravação se deveu à manifestação de uma pessoa presente na audiência Pública. Tudo bem.

Está com a palavra o Sr. Luiz Antonio Siqueira Dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 423 93
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E44	4	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

Eu gostaria que todos se limitassem, no máximo, a dez minutos cada um. No máximo. Se possível. Senão, prorrogável, mais cinco.

Pois não. Luiz Antonio Siqueira Dias, Presidente do Movimento Nova Zona Sul.

O SR. LUIZ ANTONIO SIQUEIRA DIAS - Boa noite. Em primeiro lugar já tivemos oportunidade de conversar mais calmamente, o que frutificou o debate. Só melhorou. Quando a passionalidade abateu, as discussões melhoraram, tanto é que temos um projeto alternativo aqui.

Então é preciso ficar claro, primeiro, qual o papel das coisas, das pessoas e do que vamos fazer. Sinto-me à vontade de estar aqui e dizer que eu não tive a menor relação com a Prefeitura, não conheço o Prefeito. Não tenho a menor relação com o escritório de arquitetura e nada porque eu não sou do ramo. Não tenho construtora, não tenho imóvel, não tenho nada.

Acontece o seguinte: eu queria um pouquinho de paciência de vocês. Nós já conversamos calmamente. Porque as coisas evoluem.

O que acontece é o seguinte: havia num determinado momento, claro, uma polêmica que podia gerar um benefício para a Cidade,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 428 344 53
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E44	5	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

enorme. Qual é o benefício da Cidade? A Faria Lima? Não. É o primeiro projeto de grande porte que é discutido exaustivamente. Até dou parabéns para essa militância fervorosa porque só foi possível ter esse momento porque vocês estiveram aqui. Porque, senão não tinha, e ia passar na calada da noite, e tudo. (manifestação dos presentes).

É inegável que foi um processo político que evoluiu dentro da Cidade. E aí as lideranças estão de parabéns. Foi discutido democraticamente. Não é todo mundo obrigado a pensar a mesma coisa, principalmente numa Cidade como São Paulo.

Essa era a luta inicial. E eu já tinha dito a vocês o seguinte: existiam claramente duas lutas diferentes. Uma, do ponto de vista de urbanismo, etc., que aí se aliam pessoas especializadas, de um lado, de outro, e que é difícil entendermos, porque é complicado para burro esse negócio. Outra, era a organização do desapropriado. Vocês foram à frente de um problema que não é só da Cidade, mas é nacional, sobre a instituição da desapropriação.

O que nos levou, efetivamente, a apoiar essa operação urbana, foi exatamente o mecanismo que ela tem, de pagamento ou de

~~_____~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E45	1	regina	Com.Pol,Urb.	7.11.94		

arrecadação financeira, etcêtera.(Aparte dos presentes). Eu não sei, vamos ver. Isso aí é uma lei que aí está para ser analisada, para ser julgada se é boa ou ruim.Por isso é que veio para a Câmara, não fomos nós que decidimos. Pois é, mas aí acontece o seguinte: quando não houve? É isso que quero explicar para vocês. Como não houve discussão específica sobre o processo, acabou, por pressão e legalidade, porque bem tudo que é legal é legítimo, o Prefeito utilizou o que era mais cômodo para ele. Porque é uma postura de quem está no poder. A gente tinha, num determinado momento, que avaliar, além da questão urbanística, a questão de financiamento do Estado. Esse problema hoje não é da Prefeitura, é do Governo do Estado e do Governo Federal. Se não houver o mínimo de compreensão de que a capacidade do Estado está diminuindo, para investimentos em áreas prioritárias, podemos ter um colapso social. Então o mecanismo é importante. E vocês tiveram uma vitória enorme, enquanto se organizaram para defender as casas de vocês. E a Cidade teve um benefício enorme, porque daqui para frente nenhum projeto vai entrar sem ter conhecimento de todo mundo, discussão, etcêtera. Eu sinto pela Cândido Malta, que conheço há muito tempo, sei que é uma pessoa altamente coerente e correta, porque... (Aparte dos presentes). Ué, mas não falei ao contrário! Eu sinto por dois pontos. O primeiro: a angústia que vocês viveram esse tempo, sem saber o que ia acontecer, porque não foram objetivamente no ponto da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Foiha n.º 431 do proc.
NPAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E45	2	regina	Com, Pol, Urb.	7.11.94		

operação urbana em relação ao financiamento e ressarcimento de perdas e danos. O segundo: sinto que esse projeto não tenha acontecido antes por que a gente ganharia muito do ponto de vista de um processo mais estudado, mais analisado, melhor identificado e com menor efeito, para vocês, possível. Então, eu acho que a partir desse exemplo que tivemos, tem uma coisa absolutamente infeliz que é a dificuldade que estão tendo com uma lei de 1968, que está sendo aplicada. Podia ter... (Aparte dos presentes). Vamos ao mérito! E que podia ser resolvido trabalhando em cima da operação urbana e de como esse mecanismo iria funcionar. E o segundo, é que nessas alturas do campeonato, sob pena — e estou fazendo uma reflexão, eu não conheço urbanismo suficiente para julgar um projeto de outro, respeito os dois arquitetos ou os três, porque o Zanetini respeito também — de neste momento, quero saber o seguinte, se tudo que foi feito nessa Cidade passar por processo confuso de organização da discussão política, tudo que vocês conseguiram volta. Tudo que foi avanço, retroage; todos os outros desapropriados do Brasil não vão ter defesa. É do Brasil, desapropriados e é instituto de direito, que existe. (Aparte dos presentes). Esperem! Então, para concluir... Está difícil falar.

A SRA. TEREZA LAJOLO — Pessoal, vamos deixar que ele se manifeste. Já faz cinco minutos, temos acordo de dez e aí ele termina, por favor.

O SR.

— Eu queria dizer que nós chegamos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 432 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E45	3	regina	Com, Pol, Urb.	7.11.94		

a um consenso, que a Faria Lima é necessária seja pela via do Professor Cândido Malta, seja pela via oferecida pelo escritório do Júlio Neves. Esse mérito está aí, colocado. Vamos ser objetivos no encaminhamento das coisas para que haja resultado, que a aflição de vocês acabe. (Aparte fora do microfone), Não é isso, minha senhora. Eu não estou defendendo, estou colocando para reflexão.

A SRA. TEREZA LAJOLO - Pessoal, vamos deixar ele acabar de falar porque está para terminar o tempo. Fiquem quietos, por favor.

O SR. _____ - Vamos ter objetividade no tratamento das coisas, vamos nos esforçar, e contem com minha calaboração, para que não haja injustiça desapropriatória porque é fato concreto. Estamos discutindo outra coisa, a preservação do interesse de vocês. E do ponto de vista da proposta que existe, acho que é uma medida protelatória que vai adiar o problema de vocês. Só isso que queria dizer. E digo mais, fiquei muito satisfeito em saber que está sendo organizado movimento para a cidade inteira, isso é necessário e útil. Quero dizer, do meu lado, que não é exatamente a linha que acredito, mas está sendo criado um em nível da cidade inteira também. E são problemas meramente de opiniões. Vocês podem assistir uma eleição em que o PT, que sempre foi aliado do PSDB, o partido que pertencço, e teve um momento que tivemos de separar porque eram posições diferentes. Mas em relação ao Covas, todo mundo es



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 433 do proc.
PAULO 544 de 9 53
O funcionário *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E45	4	regina	Com. Pol. Urb.	7.11.94		

tá junto. Temos que tentar chegar a consenso das coisas da Cidade, por que para a história vocês já entraram, porque foi o único momento em que a cidade pôde assistir esse tipo de discussão. Então, parabéns para todo mundo e agora a solução está na mão dos Vereadores.

* * *

- Tumulto entre os presentes.

* * *

A SRA. TEREZA LAJOLO - Esperem um pouquinho. Eu gostaria de fazer uma consideração. Não confundam a atuação da Comissão de Política Urbana, que com base em elementos contidos na Lei Orgânica e nosso Regimento de Câmara Municipal, tenha aberto o espaço da Câmara para discussão, manifestação da população sobre qualquer projeto que esteja em discussão. Não são só essas que vocês vêm assistindo, nós fazemos outras sobre outros projetos. Esse é um comportamento democrático, decidido pelos Vereadores da Câmara Municipal. Confundir esse mecanismo e essa discussão, e a presença de Vereadores aqui garantindo que elas existam, é uma questão política-partidária. Por favor, não confundam. Aqui não se está misturando PT, PSDB, PPR ou quem quer que seja. O movimento existiu, existe. Faria Lima, na medida em que foi trazido pelo Executivo, e creio que não pelo escritório do Sr. Júlio Neves, uma proposta. Nós abrimos a discussão e a população está aqui sempre e permanentemente se manifes



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E46	1	regina	Com.Pol.Urb.	7.11.94		

tando e decidindo os rumos do confronto e do enfrentamento. Essa não é uma questão político-partidária, é uma questão política e aqui não cabe discutir se o povo, por estar contestando e querendo participar de um processo de discussão e negociação, é militante desse ou daquele partido. Quer dizer, consciência e quer dizer organização e é isso que nós temos que respeitar.(Palmas). Não gostaria que houvesse a mistura de questões de PT, PSDB ou qualquer partido.

O SR. _____ - Eu não sei o que a senhora quer inserir. Aqui foi apresentado abaixo-assinado, atestado técnico, não tem nada político-partidário, foi um exemplo. Não se aproveite desse ~~momento~~ momento para fazer sua campanha política.(Aparte dos presentes).

* * *

- Tumulto entre os presentes,

* * *

A SRA.TEREZA LAJOLO - Tem a palavra ox Sr. Cândido Malta, que está inscrito.

Pessoal, vamos respeitar todo mundo, por favor!

Cândido, dez transferível para quinze,

O SR.CÂNDIDO MALTA - Perguntaria a Presidenta da Mesa quanto tempo eu tenho, porque são várias as questões levantadas.

A SRA.TREZA LAJOLO- Em princípio, são 10 minutos prorrogáveis



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 344
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E46	2	regina	Com.Pol.Urb.	7.11.94		

por mais cinco. São quinze minutos. (Pausa). Eu estabeleci da seguinte forma: falou o Engenheiro Lefèvre, representando a Emurb, por mais ou menos 15 minutos, porque estou olhando aquele relógio, não estou perdendo de vista, respeitou um prazo, falou, fez suas observações. A questão de prazo entrou com a manifestação do Sr. Rodolfo, e aí nós estipulamos um prazo. Porque quem desrespeitou, em tese, foi ele. Mas não é um desrespeito porque ele não sabia como ia seguir. Fiz uma observação, ele respeitou o prazo que determinei, dentro do que foi determinado. Falou o Luis Antônio, também respeitando o prazo. E agora a gente continua, respeitando o máximo que puder. Vamos lá: dez ~~min~~ prorrogável por mais cinco. Até às 9:55 hs.

O SR. CÂNDIDO MALTA - Em primeiro, quero agradecer o cuidado e a qualidade das questões levantadas pelo arquiteto Lefèvre, da Emurb, dizendo que foram muito bem levantadas. Houve atenta leitura do projeto e isso nos permite debate com bastante seriedade. ~~Primeiro~~ Primeiro, eu gostei de ver que a Prefeitura está reconhecendo, nos princípios gerais que estamos defendendo, os princípios válidos. E a única coisa que a Prefeitura aponta seria uma certa coerência, ou melhor, incoerência entre os princípios e o que nós apontamos como solução. Vou tentar mostrar a coerência dos princípios, com o que nós estamos propondo. Inicialmente, levantou-se a questão da preservação das vilas. Também fiquei su



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 446 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E46	3	regina	Com, Pol, Urb,	7, 11, 94		

tisfeito em verificar que a Prefeitura reconhece o valor das vilas, da necessidade da sua preservação, e da existência do instrumento, 28-200, que permite, por estar em lei, que a preservação seja feita. A única dúvida levantada é se seria do desejo dos proprietários a preservação. Nós estamos fazendo uma pesquisa, estamos em contato na área de Pibheiros com 19 vilas. E do levantamento feito, podemos afirmar que a grande maioria quer sua preservação. Se há concordância por parte da Prefeitura que havendo concordância dos moradores, elas devam ser preservadas, está aí um caminho de entendimento. Podemos por aí caminhar. Mas não podemos deixar que a questão das vilas seja decisão exclusiva de seus moradores. Elas não são apenas bem para seus proprietários, são bem coletivo. Então poderá haver ocasião em que os proprietários queiram demolição da vila, mas os moradores da maioria das vilas e da Cidade, representados na Câmara Municipal, preferam suas preservações. A posição que estamos defendendo é que deveriam ser preservadas nesse caso. Tem sido essa a posição tradicional da Prefeitura e da própria Câmara: o bem coletivo deve predominar sobre o individual. Sobre a possibilidade ou não de ser fazer a preservação por planos-envelope, eu não vi sua apreciação sobre a qualidade do plano em si. Mas como não houve uma critica explícita, estou entendendo que o plano envelope ajuda a preservar as vilas, porque retira do lado da vila o prédio alto, que acaba com a privacidade da vila e que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 447 do proc.
SÃO PAULO 544 de 953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E47	1	regina	Com, Pol, Urb.	7, 11, 94		

permite se jogarem coisas sobre as casas, etcôtera. Então o plano-envelope afasta prédios altos do entorno das vilas, ajuda na preservação.

Do ponto de vista do direito, e aí vem uma questão levantada pelo Bini, os proprietários vizinhos teriam redução do seu direito de construir. Se o plano-envelope limita a altura do prédio, vai reduzir, ^{faixa} uma faixa estreita, ~~XXXX~~ de 20 ou 30 metros, são 24 metros em Z2 e um pauquinho mais em Z3 e Z4, por causa das alturas diferentes de prédios permitidos nessas zonas, onde há limite, traz grandes benefícios ~~XXXX~~ aos moradores das vilas. E pode trazer malefícios para os proprietários lindeiros, no sentido de não permitir construção de prédios tão altos quanto hoje. Mas aí existe mecanismo de ressarcimento, esses proprietários poderiam, pela proposta que defendemos, ter o direito de transferir, de vender esses direitos, que não podem usar pelo plano-envelope, a terceiros. Com isso, não teriam prejuízo algum. Já existe lei municipal nesse sentido, a 9725, então nós estaríamos introduzindo no caso da Z8-200, que preservam vilas. Eu, como Secretário do Planejamento, propus a criação de "n" Z8-200, nem me lembro o número delas, mas foi coisa de 100 Z8-200 em São Paulo. Conheço muito bem esse mecanismo. E o mecanismo que existe em vigor dá à Sempla poder de ficar regulando exatamente o que fazer com a Z8-200. Aqui estamos propondo uma coisa diferente, que a definição fosse da lei. Agora, para que isso possa ser feito de forma de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	458	do total	53
Assinatura			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E47	2	regina	Com. Pol. Urb.	7.11.94		

mocrática, queremos que haja uma consulta aos proprietários das vilas para que digam se querem que a vila seja exclusivamente residencial, se aceitam que as vilas tenham escritórios ou se as vilas possam ter até comércio, como algumas já têm, Creio que isso conciliaria os interesses, porque algumas poderiam ter, outras não em função do desejo dos seus moradores. A consulta, então, estamos fazendo e entendemos que essa forma de consulta trará decisão bem sólida e democrática. Aproveito para responder a questão que o escritório do Júlio Neves levanta sobre a consulta. Nós entendemos que a consulta é importante ser feita e deverá ser feita da forma mais democrática possível, como aliás estamos agindo. (aparte fora do microfone).

Sobre as plataformas de pedestres, é uma questão mesmo essa da implantação gradativa. E um proprietário que não queira fazer pode prejudicar a sequência e o sucesso até comercial delas, porque fica interrompida. Entendemos que se deva criar mecanismos de incentivo para que esse proprietário, que não está querendo colaborar ou que está adiando a decisão, faça o mais rápido possível. Temos que estudar isso, não temos posição definitiva, mas sabemos que há possibilidade de se criar incentivos para isso. Agora, o benefício é tão enorme que vale a pena o risco. Se não tentarmos isso, não vamos saber se deu certo ou não, nunca. Acho que essa oportunidade aqui em São Paulo é única. Nós temos na Vila



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E47	3	regina	Com. Pol. Urb.	7.11.94		

Olímpia mercado imobiliário emergente que poderá comprar a idéia. Da mesma forma Pinheiros, porque lá há duas estações de metrô que a plataforma poderia interligar ao longo do tempo. Então se nós temos possibilidade de fazer uma inovação, como cidade do 1º mundo, em que algumas deu certo, no caso do bairro Ginja, citado, no Japão; e outros que não deram tão certocomo a Port D'Itali(?), porque é lugar distante do centro, não é central, não tem o poder econômico que teria a Marginal Pinheiros em termos de potencial imobiliário, temos nas chances de dar certo aqui do que lá nesse lugar de Paris.

Sobre a questão das quadras-pátio, também coloca-se a mesma questão. Eu só diria ao Dini que não poderia ser chamada de "desconhecer a realidade de lotes pequenos". Imagine se vou desconhecer uma coisa dessas. Imaginei que ali fosse uma critica que você fazia, que o escritório fazia, um pouco para dizer que é inexperiente. Um pouco foi por isso, como se eu não pudesse ter um conhecimento desse tipo. Eu só quero lembrar, aliás o escritório Júlio Neves fez questão de lembrar e eu faço questão de lembrar aqui também, que o escritório Júlio Neves me contratou há 24 anos atrás para fazer o Plano Diretor da região metropolitana. E para esse trabalho do Plano Diretor da região metropolitana, eu recebi carta-branca do Júlio Neves. Nessa ocasião, não sei se o Dini está lembrado, propusemos os corredores metropolitanos. Eles previam uso mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 500 do proc.
RAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E47	4	regina	Com, Pol, Urb.	7.11.94		

intenso das ferrovias, transformadas em metrô. Não sei se você está lem-
brado desse ponto, que se transformou, mais tarde, em minha tese de dou-
toramento logo em seguida. Fiz minha tese na Usp em 73. E o que estamos
fazendo agora, por uma coincidência, é que 24 anos depois estou pondo em
prática aquela idéia, que o Júlio aprovou, do plano metropolitano. Que
era concentrar a densidade do solo junto à ferrovia. É isso exatamente
que estamos propondo exatamente em Pinheiros, procurando levar o termi-
nal de ônibus, por exemplo, que vocês propõem que continue no largo da
Batata, para a Marginal do Pinheiros para fazermos terminal tripartite:
você tem ônibus, o trem metropolitano e o metrô. Na proposta de vocês,
só liga metrô e ônibus, o trem metropolitano fica fora. Estamos defenden-
do uma idéia que me parece melhor para a Cidade, ao mesmo tempo, estamos
pondo em prática uma velha idéia, de 24 anos atrás.

Sobre a idéia das quadras-pátio, voltando à idéia dos lotes
pequenos, de novo são os incentivos que darão possibilidades para isso
acontecer o mais rápido possível. Sabemos que é processo que demorará al-
guns anos, não será instantâneo quanto seria desapropriar e fazer de uma
vez. Mas o desapropriar é o caso que estamos querendo evitar aqui, tirar
do proprietário a iniciativa de fazer uma coisa que possa lhe beneficiar
ao longo do tempo. E não fazer com que a Prefeitura intervenha por lar-
gas desapropriações. O mecanismo que estamos propondo, embora mais lento,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 50 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E48	1	regina	Com.Pol.Urb,	7.11.94		

embora mais difícil, é mais democrático, vai contruindo uma cidade mais pouco a pouco, mais organizamente, E cada um raciocinado sobre os benefícios que pode trazer essa proposta, esse projeto das quadras-pátio, e se incorporando à idéia, Eu acho que com isso iremos construindo uma cidade mais solidária e não uma cidade que se ~~desapropriar~~ desapropriar, desmancha pedaços enormes para construir uma outra, através de outro empresário que não tem nada a ver com aquela população, Estamos exatamente querendo contruir essa outra forma de produzir o espaço urbano, Uma coisa mais humana.

Vamos falar um pouco da coisa "sem especulação", Quando estamos propondo as torres símbolo, nós não estamos criando uma enorme vantagem para o proprietário daquele lote ou daqueles lotes, pode ter mais do que um, Porque o direito de construir terá de ser adquirido, É o mesmo mecanismo que está se propondo para esse direito adicional, Não há enorme vantagem, A grande vantagem do solo criado é exatamente essa: você pode trabalhar com o desenho urbano, com alturas diferentes e lotes diferenciados, sem estar dando privilégios a esse ou aquele proprietário, Temos de saber tirar partido do instrumento que, no fundo, é o que vocês estão propondo, Só que estamos propondo de uma forma mais democrática, mais garantidora dos direitos do proprietário. Estamos dando ao proprietário direito de acesso ao potencial construtivo, Ele tem direito de acce-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 502 do proc.
PAULO SSS de 953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E48	2	regina	Com. Pol. Urb.	7.11.94		

so, terá de adquirir mas tem direito de acesso adquirido, assegurado. Esse direito deixa de ser um papel abstrato, como é o Cepac, Passa a ser algo que está ligado a cada lote. E aí temos uma outra vantagem da proposta. Para o mercado imobiliário porque ele não terá de negociar na Sempla a obtenção do direito caso a caso, como é o caso da operação interligada, que dá margem à corrupção, porque os empresários poderão estar sujeitos a esse tipo de pressão, da comissão que está ali examinando, que então faz corpo mole, cria dificuldades para vender facilidades. Então, o nosso mecanismo aqui é assegurar aos proprietários o direito, sem ter de negociar com essa comissão. Para o empresariado é muito melhor, para os proprietários também.

Sobre a questão do mercado imobiliário para as torres. Não tivemos contato com o Secovi e ele aponta que, do ponto de vista deles, provavelmente fazer escritórios ali, criaria perturbação no mercado pela oferta muito grande em ponto só, em face ao tamanho do nosso mercado de escritórios, mas que isso não aconteceria se fossem feitos apartamentos. Eventualmente, poderia se pensar em torres mistas, parte escritórios e a maior parte residências. Existe a possibilidade do mercado se interessar, não houve rejeição por parte do mercado. Isso responde a uma questão levantada pelo Lefèvre, se haveria ou não estudo de viabilidade econômica. Preferimos consultar aqueles que estão ~~por dentro~~ por dentro do merca



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

503
544
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E48	3	regina	Com. Pol. Urb.	7.11.94		

do, que é o próprio Secovi.

Sobre o túnel, de que não seria adequado à circulação de ônibus poluentes, mas ao mesmo tempo o Lefèvre admitiu que seria adequado à circulação de ônibus não poluentes, por exemplo, elétricos. Precisaria examinar se poderia usar ônibus a gás e que nível de poluição eles produziriam. Sabemos todos que é muito menor do que poluição por óleo diesel. Esse é o caminho: procurar um sistema de transporte coletivo por ônibus, não poluente, e implantar em São Paulo. Aliás não é só problema daquela ligação Faria Lima-Berrini, essa poluição é problema de toda cidade. Temos de encaminhar solução para isso. Parece-me, pelos conhecimentos que tenho, não sou especialista no assunto, que os ônibus a gás seriam os mais viáveis a serem implantados num certo prazo.

Sobre o bulevar em Pinheiros, ele daria mau uso à desapropriação já feita porque estaria trocando importante ligação viária por um bulevar de bares e restaurantes. Justamente é essa a discussão que nós colocamos: qual a importância dessa via. A posição é que enquanto não tem um plano diretor, do conjunto da Cidade, não se deve pensar vias, do porte que se pretende fazer, paralela à Marginal Pinheiros, ligando desde o Cessa até Santo Amaro, sem que haja uma clara definição de ~~qual a importância dessa via~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
49	1	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

(...) uma demanda futura, e que a gente vê nessa ligação, que não há demanda hoje. Não se congestiona, a não ser o nível de congestionamento ~~próprio~~ próprio a ser expandido, quer dizer não nenhum congestionamento especial de quem vem da Pedrosa, e para a Faria Lima, ou vice-versa. Então o número de pistas que nós estamos propondo, é o número de pistas suficientes para resolver a questão do ~~x~~ tráfego atual, pode ser que no futuro se nós conseguirmos um dia fazer o Plano Diretor, se justifique alguma coisa maior, mas por enquanto não, e nós entendemos que o uso melhor a ser dado é esse Boulevard, porque ele é uma necessidade concreta que a cidade já apresenta, um benefício real para o conjunto da Metrópole, Metrópole que quer oferecer serviços de bares e restaurantes de lazer para os seus moradores, que nos visitam, então nos parece ser uma boa coisa que estaremos oferecendo a cidade.

Sobre a superficialidade do estudo, que ~~seria~~ seria uma crítica feita pela rapidez pelo que ~~se~~ ele foi feito, nós hastamos 120 horas de trabalho, eu acredito que o escritório Julio Neves, deve ter gasto muito mais que isso, entre técnicos que ~~estão~~ ele deve disponível, com dados e o gasto que teve o projeto, não se pode comparar todo o trabalho que teve o escritório Julio Neves com o



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
49	2	dalva	Audiência Pública	7.11.95		

nosso, em termos de tempo, mas uma coisa eu posso afirmar o nosso só pode ser feito, porque partiu do de vocês, se nós não tivéssemos partido do trabalho de vocês, da qualidade como ele foi feito, nós não ~~poderíamos~~ poderíamos ter aperfeiçoado o nosso, o nosso é um aperfeiçoamento do de vocês, quer dizer, é um trabalho que procura construir sobre um trabalho feito, então a definição da área toda, nós a modificamos porque temos um critério de planejamento de bairro, então não podemos ~~pegar~~ pegar um pedaço de um bairro vizinho, e colocar ele dentro, porque passaria ser um simples pedaço da Vila Nova Conceição, de Moema, aquele trecho da Helió Pelegrino, então não faria sentido, temos que projetar o Bairro de Vila Nova Conceição, projetar o plano de ^{Moema} ~~Moema~~, aliás a Associação de Moradores de Moema, sempre demonstrou interesse em fazer esse plano diretor de bairros, eu tenho contato com a associação, há anos que eles ~~pleiteavam~~ pleiteavam, então a oportunidade de fazer um plano, quer dizer, não se é contra o fato de querer ~~verticalizar~~ verticalizar ao longo da Helió Pelegrino, simplesmente não se entendeu que seria parte desse plano diretor de bairro, é ~~uma~~ uma questão do critério, a unidade do bairro como critério, eu acho que é um avanço em relação a proposta do escritório Julio Neves.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
49	3	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

A questão da Hélio Pelegrino, sua ligação, a exposição de motivos da operação urbana, eu acho que tem uma coerência muito grande, ela procura fazer sistema viário, onde o zoneamento tem coeficiente baixo, quer dizer, o traço da ~~rua~~ via procura encontrar as áreas de baixa densidade pelo zoneamento, que são Z-2 e Z-9, porque ali é que será possível fazer os prédios que vão dar origem ao dinheiro capaz de financiar a obra viária, quer dizer, essa é a coerência da proposta do escritório Julio Neves, só que no bojo dela vem ~~na~~ a destruição da Vila Olímpia, a destruição do bairro de ~~Pinheiros~~ Pinheiros, nós queremos uma outra coerência, a partir dessa, fizemos o quê? Não queremos a destruição e sim a preservação, das vilas e das vilas da Itaim, e tem lá Vila Punchal, onde é possível adensar mais, superando o coeficiente 4 do plano diretor que tradicionalmente sempre foi seguido, ~~na~~ plena consciência disse, abrindo uma exceção a esse plano, e justamente levando esse adensamento para junto do transporte coletivo, para junto dos ~~três~~ trens metropolitanos do Metro, então você vê nós concilhamos esses dois milhões e meio de metros quadrados, que é a proposta do Julio Neves, ~~na~~ propunha, jogando ela junto do transporte coletivo e ao mesmo tempo ~~preservando~~ preservando a Vila Olímpia e ~~Pinheiros~~ Pinheiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 53 do proc.
N.º 545 de 1953
O unificadora

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
49	4	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

ros. Então pode se ver que ela é melhor nasse sentido, ela consegue aliar essa modernidade com a preservação. Esse é um ponto chave. Na proposta do Júlio Neves, isso ainda não foi ~~alcançado~~ alcançado, embora reconheça que as vilas devam ser preservadas, então se a gente parte desse princípio, as vilas devem ser preservadas, é por aí, que temos que caminhar e provavelmente vamos chegar a uma convergência, que daí decorre a necessidade de vocês concentrar esses metros quadrados a mais na área onde a oferta de transporte coletivo seja uma realidade, já que não vai se ~~abrir~~ abrir tanta avenida quanto na proposta Júlio Neves, mas nós substituímos abertura de avenida por transporte coletivo, no caso o METRO? e os trens metropolitanos, agora, não se ~~deixa~~ deixa também de abrir algumas vias, é o caso do túnel, sobre a questão do túnel, eu ~~queria~~ queria trazer um argumento que eu acho bastante importante. Vamos aceitar os números apresentados pelo escritório J^oúlio Neves, vamos admitir que o Túnel custe 110 milhões de dólares, e vamos admitir que a... há uma diferença de valor entre aquilo que vocês propoem, como túnel, e o valor que vocês dizem que custariam a Avenida, seria coisa de 50 milhões de dólares. Dá uns 60 a 70 milhões de dólares entre o túnel e a avenida. Se a gente admitir esse valor, como va-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 508 do proc.
P.A.O. 544 de 1973
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
49	5	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

lor para comparação, nós ~~tem~~ teremos uma diferença com outro túnel, cerca de 60 a 70 a milhões de dolares, nós temos o caso do túnel, o encurtamento de trajeto, de um KM., faça a seguinte conta: todos os dias passarem por essa via, essa ligação, Berrini e Faria Lima, 80 mil veículos, ~~passam~~ passando pelo Túnel nos dois sentidos, que é uma estimativa não exagerada, normal desse tráfego, nós teremos uma economia de 80 mil KM. por dia, que cada veículo vai economizar um KM. por dia, se você multiplica isso pelo custo e você andar esse KM. que dá 0,18 centavos de dolar por KM. incluindo aí o custo do combustível, o custo do desgaste do veículo, quer dizer o capital imputado no veículo, ~~desgastado~~ desgaste tanto, multiplique. Você vai ter coisa de 5 milhões de dolares por ano, de economia. ~~Exemplo~~ Ex. Em quantos anos essa diferença se paga? 75 milhões de dolares em 15 anos. Se for 50 milhões de ~~mil~~ dolares em 10 anos. Certo? Então mesmo que haja essa diferença, que eu acho que esse número deve estar exagerado, a ~~impr~~ impressão que me dá é que vocês reduziram o máximo que puderam o custo da avenida, não incluindo ~~em~~ vários custos, quer dizer o custo da escola, que terá que ser construída, está incluído? Não. Não está. Os custos, por exemplo, da SABESP estão incluídos? Também não.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 509 do proc.
PAULO 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
50	1	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

Os custos de água e esgoto, também, não. O custo da ELETROPAULO de remanejamento da rede, está incluído? (Pausa) Não estão. P'is então vocês estão colocando só o custo da obra viária, não estão inculuidos, mas outros custos de outros níveis de governo. Porque uma estimativa do Julião que ele tinha me falado vários meses atrás, ele chegava em 90 a 100 milhões de dolares. Tudo. Os três KM, do lado de lá da Vila Olimpia, iria custar três quartos disso. Então deveria dar uns 80 milhões de dolares, por aí, e não 40 a 50 que vocês estão afirmando agora. Então imaginei que vocês estavam tirando alguns custos, desse custo inicial. Essa questão dos números nós podemos examinar com mais calma, quer dizer, nós temos alguns números vocês tem outros números, vamos sentar na mesa, com os números nas mãos...., mesmos com esses números q eforam apresentados, a nossa proposta, se paga a diferença em 10 ou 11 anos, coisa dessa ordem o resto é lucro, quer dizer, daí para frente, a sociedade estaria economizando ~~um~~ realmente.

O Binário saturado, se nós ~~imaginamos~~ imaginamos que p tráfego devesse continuar cruzando pelo Itaim, sim, se nós adensássemos o Itaim, quer dizer, a lógica da proposta de Júlio Neves é essa se adensa, o Itaim, é claro que tem que abrir a Avenida para cuidar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
50	2	dalva	Audiência Pública		7.11.94	

do tráfego gerado, mas nós não estamos mais adensando o Itaim, e sim Vila Funchal. Onde nós estamos colocando a minoria ~~viária~~ viária, que foi dito que não tem nenhuma, nós temos uma minoria viária, que é o túnel, que melhora ~~enormemente~~ enormemente a ligação, que terá um KM, a menos, então você terá onde vai haver um adensamento: uma melhoria do sistema de circulação, vai ser mais fácil ~~x~~ você sair da Vila Funchal, ir para Berrini, e ir para Faria Lima, pelo Túnel do que ir, dar ~~xx~~ aquelas voltas todas que a Avenida dá por dentro do Itaim, para tirar proveito da baixa densidade da Vila Olímpia 2-9. Eu quero crer, eu não sei se estou sendo muito otimista, que é possível a gente se entender, se nós formos nessa linha de ~~xx~~ análise bem sensata, bem dos pontos dos reais, especialmente pela admissão por parte do escritório Júlio Nves, e por parte da EMURB, da preservação das vilas, porque é por aí que tudo parte, se nós admitirmos que isso deva ser preservado, eu acho que nós vamos por consequência tirando as conclusões disso, e nos aproximando das propostas que nós estamos aqui defendendo. Obrigado. (Palmas)

O SR HORÁCIO

- A minha falação vai no

sentido, de que a gente acorde um pouco para os acontecimentos. Eu acho que o Cândido colocou muito claramente que esse projeto que es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

511
Sh
funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E51	1	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

tá apresentando, não saiu do bolso do colete. Ele foi fruto de todo um processo de discussão, de análise, que é verdade, partiu da, proposta de ~~uma~~ operação urbana apresentada pelo Executivo, mas ele muda um pouco as características deste projeto. O projeto de operação urbana, ele se resume nesse ~~projeto~~ projeto, pensa no adensamento como uma coisa única, e ~~ele~~ tenta anexar isso a um projeto ~~de~~ dosistemaviário. Eu acho que eu já falei isso na Audiência passada, eu acho que o o movimento ele cria uma espécie de jurisprudência a cerca da discussão sobre as questões urbanas, na cidade de São Paulo. Quando a gente propõe uma discussão do plano diretor local, e é bom reafirmar isso, em nenhum momento a gente perdeu a perspectiva da necessidade de um plano diretor para a cidade de São Paulo como um todo, continuam sendo premente e os projetos que estão sendo apresentados, os níveis de discussões que estão sendo feitas, mostram essa necessidade. Eu espero que cada vez mais a sociedade o Executivo, o Legislativo, se ~~convença~~ convença dessa necessidade. Então a proposta que nós estamos apresentando, ela parte de um conceito, um pouco diferente do que está colocado na operação urbana Faria Lima. ~~Se~~ Começa, que é o contrário do que foi dito, ~~ele~~ respeita e parte da expectativa ~~de~~ que a população tem em relação a sua



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B51	2	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

qualidade de vida em seus bairros, Esse é o princípio que motiva todo o restante da proposta, Então quando a gente propõe a manutenção das vilas, e que isso foi, colocado um dado aqui que mais de 50% das vilas são hoje comerciais, não são os dados que nós temos, aí eu volto a reafirmar o que o Cândido falou, existem dados e dados, cabem a gente sentar e discutirmos essa questão, não temos problema nenhum em discutir isso, Agora, nós temos ciência e contato com a população que está presente aqui, e a gente já reafirmou isso em outras oportunidades, existe uma tradição, todo o planejamento urbano da cidade é feito em cima de prancheta, e desconsidera o ser humano, as ~~relações~~ relações que existem nos bairros, e nós estamos procurando preservar isso, Então quando a gente pensa em poder trabalhar junto a questão da preservação daquilo que é importante para a população como a modernidade, nós estamos falando aquilo que efetivamente representa para a população, No caso de Pinheiros, por exemplo, e aí tem uma questão colocada, tem ~~representantes~~ representantes da comunidade ~~Japonesa~~ Japonesa, presentes aqui, é uma necessidade que aquela igreja se preserve, aliás eu gostaria de fazer uma pergunta, no caso pode ser para o Leferver, Leferver você sabe que tem uma liminar, e a questão da liminar você sabe que ela é juri-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 513 do proc.
PAULO 544 de 153
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E51	3	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

dica, ~~mas~~ para nós ela não se ~~xxxxxx~~ resolve dessa forma, apenas juridicamente, pode ser que a Prefeitura casse essa liminar. Agora existe um anseio da população, em preservar aquela igreja, ela representa, ela tem um significado para ~~xx~~ a população hoje. E é inadmissível, eu acho que é uma certa insensibilidade, aliás eu gostaria de reforçar tudo que foi dito a ~~x~~ seu respeito aqui, eu só discordo da ~~xxxxxxxx~~ forma como você encerrou, quando você, quase que ~~xx~~ fecha a discussão dizendo que a posição é seguinte: nós continuamos defendendo o projeto de operação urbana Faria Lima, tal como ele é. Eu não gostaria que a coisa ~~fuisse~~ fechada dessa forma. E ^u acho que essas considerações podem ser levadas em considerações, a gente sente, Vamos sentar, vamos ^{discutir} ~~xxxxxx~~ ponto a ponto, Vamos ver como podemos resolver essa questão da igreja. Para nós essa igreja é inderrubável. E não é porque nós estamos fazendo política partidária como a Tereza já colocou aqui, muito pelo contrário, existem interesses da comunidade em relação a isso. Existem interesses em preservar as vilas, preservar a qualidade de vida e melhorar a qualidade de vida. Então eu faço um apelo, na verdade, eu entendo que o movimento, ele teve a dignidade de compreender, de amadurecer as suas ~~xxxxxxxx~~ concepções, nós batalhamos durante dois anos contra



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
51	4	dalva	Audiência	Pública	7.11.94	

esse projeto, nossas convicções não foram alteradas, nós continuamos a entender que aquela área não é prioritária para planeja, ento urbano na cidade, porém existe um fato concreto, e diante desse fato, estranha a nossa, uma certa insensibilidade do poder público, em dar o caso por encerrado, nós não consideramos o caso encerrado, nós voltamos a reiterar, nós entendemos que a Comissão de Política Urbana deva fazer essa mediação no sentido do que o Cândido colocou, quer dizer, vamos sentar, vamos ~~discutir~~ discutir dado a dado, vamos ver o que ~~significa~~ significa uma proposta, e outra, e o Siqueira não está presente, infelizmente ele já se retirou, mas não existe nenhuma intenção protelatória a ~~respeito~~ respeito disso, muito pelo contrário, eu acho que é assim a reprodução da cidade ela tem que ~~fazer~~ fazer mediante o uso completo da democracia. E sua completa compreensão, não dá para a gente dissociar aquilo que é representativo da população, exercício da cidadania, com aquilo que o Poder Executivo, quer, então se o Poder Executivo, quer abrir uma avenida, não me interessa ~~a população~~ a população. Eu não acho que deva ser dessa forma. Toda a nossa briga durante dois anos, foi no sentido seguinte: nós nunca fomos ouvido, nós chegamos ao ponto de apresentar ~~uma~~ uma proposta para colocar o seguinte: nós queremos ser ouvidos. Estamos querendo ~~discutir~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 515
PAULO 515
O fundado

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E51	4	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

dicustir. Espero que haja o mínimo de sensibilidade do Executivo espero que o Dime, representando o escritório diretamente interessado, nessa questão perceba essa colocação que está sendo feita, e se abra campo para a negociação. É isso que pretendemos. Obrigad-
do. (Pálmãs)

O SR ZANETTI - Companheiros já es-
tamos aqui há quase 2 anos, nessa luta, onde dia a dia ganha mais
espaço na cidade. Nos parece importante colocarmos algumas questões
que estão ligadas, tanto ao plano, como a toda a questão urbana que
se envolvem a questão Faria Lima hoje, nós enfrentamos coisas não
muito agradáveis, durante esse processo a todo de 2 anos, quem assis-
tiu aquela ~~extrema~~ pantomima da Secretaria do Meio Ambiente, quem
assistiu aquele relatório de impacto ambiental, nós temos 16 páginas,
quem assistiu manifestações de truculências por parte de várias ~~ma-
nifestações~~ setores da Administração pública, e a gente engoliu, me p a-
parece importante que apesar de tudo, esses são alguns exemplos, nes-
ses dois ~~anos~~ anos o ~~movimento~~ movimento cresceu e hoje ~~ganha~~ ga-
nha a cidade. Estive sábado no Pacaembu, são mais 4 bairros que
se unem com o movimento vivo. Como eu já disse outra vez, daqui há
pouco será São Paulo vivo. ~~Isso~~ Isso é fundamental. As teses estão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

516
544
53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E52	1	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

aí colocadas, nós nos alinhamos ao Cândido, e não é uma proposta do Cândido, é uma ~~ma~~ proposta que o Cândido capitaneou, mas tem o respaldo de toda a população. O que ela não defende a questão econômica como está colocada na operação urbana, quem lê o documento da ~~ma~~ operação urbana, está hoje na ~~ma~~ Câmara, na Comissão de Política Urbana, esse documento nada é além do que um documento de caracterização ~~x~~ econômica de um empreendimento, só falem em gestão, meios, em quem cuida, quem paga ~~x~~ e quem recebe. Isso para nós não é plano urbano em contra ponto a isso, nós estamos colocando um outro plano, que preserva direitos, adquiridos ao longo de muitos anos, que fazem parte alienável de cada cidadão e esse ~~movimento~~ movimento nasceu da defesa de cada um de sua casa, isso é ~~fundamental~~ fundamental que se reafirme, é o direito ~~x~~ alienável de cada proprietário, por outro lado, falou-se em custos, mas esqueceu-se o mais violento dos custos, que são os custos sociais, ~~porque~~ porque um projeto desse desconhecem? Então me parece importante que a gente reafirme aqui, ~~ma~~ ao longo dos dois anos o que foi essa luta, luta de resgate de cidadania, luta de afirmação dos seus direitos, ~~do~~ direito de dizer não como disse o Mantovane, do direito de não acreditar que os órgãos públicos estão em nossa defesa, quase sempre não estão. No



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO ⁵¹⁷
- TAQUIGRAFIA - ⁵⁴⁴ 93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E522		Dalva	Audiência Pública	7.11.94		

direito de reafirmar uma série de coisas colocadas pelo Cândido tecnicamente, e colocou com a mais profunda experiência que não são de 120 horas de trabalho, são de 25 anos de trabalho. Então me parece importante que se reafirme aqui toda uma condição que não está ligada, a um desejo ~~mas~~ específico de ninguém mas a uma cidade que representa hoje ~~uma~~ a posição de São Paulo, eu não tenho dúvida em reafirmar, que a partir desse movimento São Paulo será outro. Obrigado. (Palmas)

O SR. SERGIO CARNEIRO - Gostaria de lembrar a Comissão de Política Urbana ~~Mas~~ Metropolitana e Meio Ambiente que nós temos encaminhado, já de algum tempo, alguns documentos a essa Comissão, aliás encaminhamos na primeira Audiência Pública, e foram posteriormente reiterados na segunda audiência pública, foram novamente reafirmados na terceira audiência pública e para não perder o costume eu vou falar deles nessa nossa 4ª audiência pública, afim de que a Comissão com os representantes da nossa população, eleitos e que se constituem no fórum, decisório sobre o andamento desse ~~projeto~~ projeto de operação urbana, e os projetos correlatos que caminham paralelamente a esse projeto. Não custa na -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

518
544
93

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E52	3	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

da lembrar o 544, que é aquele que rasga a Euvira Ferraz, para fazer a ligação da Faria Lima, com Funchal. Esses projetos estão tramitando conjuntamente na Comissão de Política Urbana que deve dar um parecer sobre o conteúdo desses projetos. Os documentos que eu que lembrar e que constam da documentação que está nas mãos da Comissão, são fundamentalmente dois. O primeiro deles é o que se refere exatamente ao que foi citado pelo nosso Presidente Zanetini, ao EIA-RIMA, elaborado pela TETRAPLAN, sobre o impacto ambiental do projeto de operação urbana. Esse EIA-RIMA, ele foi analisado e criticado pela comunidade afetada pela operação ~~urbana~~ urbana que tramita por essa Câmara e no momento por essa Comissão. E foi criticado duramente num documento assinado por um conjunto de entidades e que leva cerca de 20 páginas, que diz a respeito, não apenas dos procedimentos formais que foram contrariados por esse EIA-RIMA, como também criticam o seu conteúdo, vistosamente parcial na nossa opinião, porque não apresenta e não lida com alternativas...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 519 do proc.
PAULO 585 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E53	1	vand	com.pol.urb.	7.11.94		

~~Até que venham respostas sobre essas críticas, por 'mais que se~~ quando analisa um estudo de impacto ambiental, quando analisa um projeto de impacto ambiental. Na nossa opinião esse E-arrima carece de fundamentos e carece de objetividade e imparcialidade, coisa que um E-arrima deveria ter para poder sustentar efetivamente a validade ou não do projeto ao qual ele se refere, ao qual ele está analisando. Pode-se dizer o seguinte: essa é nossa opinião, mas no entanto não tivemos opinião do outro lado. Não tivemos nenhuma resposta de nenhum dos órgãos municipais nem das secretarias do verde e do meio ambiente nem do cades, nem da Emurb, representada pelo Lefreve, e nem de qualquer outro órgão que dissesse que nossa crítica era infundada. Até que venham respostas sobre essas críticas, por 'mais que se intenda formalmente aprovado esse E-arrima numa sessão comentada e discutida que houve do cades, ainda carecessemos como moradores de uma resposta que cabe ao Poder Público nos dar. Afinal de contas o Poder Público nos representa também, não x representa apenas interesses vinculados a projetos tramitando nesta Câmara. Aguardamos que a Comissão de Política Urbana aprecie esse documento crítico que fizemos ao E-arrima. Ele tem informações que poderia ler, mas é desnecessário, pois todos já têm conhecimento, já que isso foi apresentado desde janeiro e a Comissão tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 525 do proc.
SÃO PAULO 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E53	2	vand	com.pl.urb.	7.11.94		

esse documento, mas insisto e reitero da importância do exame desse documento pelos Vereadores da Comissão de Política Urbana. para emitir seu parecer sobre o projeto. Outro documento também foi apresentado na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª sessões como este outro. Ele reúne uma série de questões de natureza técnica sobre o conteúdo e estudos que levaram à formação do projeto. Esse questionamento que foi encaminhado na segunda sessão para a Prefeitura, ela obteve uma resposta que é parcial. Tenho um documento aqui e várias das questões são respondidas apenas como uma descrição parcial favorável ao projeto e lida com hipóteses sem citar cifras, números e argumentos que justifiquem as posições assumidas no projeto. Questionamos através de várias perguntas a natureza das decisões assumidas por esse projeto. Gostaríamos que a Prefeitura nos respondesse. Não se trata de gesto de boa vontade, mas de competência intransferível que a Prefeitura tem não só para nós, mas para a Câmara de Vereadores que nos representa. Acho difícil que os Vereadores reunidos nesta comissão consiga ter uma clareza crítica sobre esse projeto para aprová-lo ou não se se escorar apenas de respostas parciais ou de hipótese acerca do futuro desse projeto sem cifras, sem números que apresentem qualquer consistência para consolidar a posição afirmativa sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 521 do pr
S44 de 1993

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E53	3	vand	com. po. urb.	7.11.94		

esse projeto, Queria registrar esses 2 documentos e reiterá-los à Comissão de Política Urbana para que os apreciem na hora da sua deliberação, mas gostaria de dizer outra coisa que talvez seja mais importante que a apreciação desses 2 documentos. É a coincidência que ocorre nas afirmações do arquiteto Rodolfo Dini, do arquiteto Lefreve que com muita clareza expuseram suas críticas e indagações sobre o projeto apresentado pelas comunidades Vila Olimpia Viva Itaim, Vila Funchal e Pinheiros Vivo que foi formulado através do apoio voluntário do escritório do arquiteto Cândido Malta. Essas afirmações ~~xix~~ algumas ~~xxx~~ coincidem com as perguntas que fizemos e não foram respondidas, alguns se referem de um ponto de vista mais objetivo do que conseguimos formular, mas aponta problemas que tem um projeto de operação urbana que está tramitando nessa comissão. Poderia citar várias coincidências, mas de memória poderia dizer das questões relativas à infra-estrutura as questões relativas a mercado. O Dini e o Lefreve devem estar lembrados do documento que leram, do Fipe, da Fundação de Estudos de Pesquisa Econômica que foi contratado pela Prefeitura para fazer análise do E-arrima que aponta um problema de mercado para execução do projeto Faria Lima e particularmente uma questão de mercado para o Sapequa. Não estou nem ligado essa



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E54	41	vand	com.pol.urb.	7.11.94		

questão a já conhecida inconstitucionalidade do projeto já afirmada pelo Prof. José Afonso da Silva. Estou levantando uma questão de mercado que também é levantada pelos observadores em relação ao nosso projeto e que existe de forma clara colocada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas contratado pela Prefeitura. Isso está escrito no ~~documento~~ documento. Estamos vivendo aqui um impasse ou um empate. Diria que estamos vivendo um empate que nos leva a um impasse. Acho que tem dúvidas, eu diria das que temos do nosso lado em relação ao projeto de operação urbana, várias implicações do ponto de vista técnico, urbanístico e financeiro e até da legitimidade da contratação daqueles que fizeram o projeto, é uma das questões que continua presente nas nossas cabeças como dúvida. Isso, do ponto de vista nosso, como moradores da região que vai ser afetada, que se pretende transferir para outro tipo de uso e ocupação, gostaríamos de sugerir a essa comissão que esclarecesse todos esses pontos através de reuniões técnicas. A Comissão de Política Urbana tem um ~~um~~ dispositivo que para sua tomada de decisão objetiva, para não tomar decisões de afogadilho quando existem críticas, dúvidas e mostram que o projeto tem algumas questões que são insustentáveis, pelo menos até que se responda sobre elas, que ficas-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E54	2	vand	com.pol.urb.	7.11.94		

se registrado e que fosse apreciado com seriedade essa reivindicação e que hajam mesas ou reuniões técnicas com convocação de representantes da comunidade, da Emurb e do escritório Julio Neves que é o autor do projeto que tramita na Câmara, a fim de que se possa esclarecer e tentar um desempate que seja não vitorioso por um lado e nem vitorioso para o outro, mas que seja vitorioso para São Paulo e com o ~~patrocínio~~ patrocínio desta Câmara que acreditamos não estar assumindo nem posições ~~in~~ indefesas específicas de um escritório de arquitetura e nem interesses específicos de apenas um ou dois ou até, somos vários movimentos, mas poderia abrir essa ~~discussão~~ discussão nas mesas técnicas para que pudéssemos dirimir essas dúvidas. Acho desagradável como cidadão e contribuinte ter que ~~vir~~ voltar novamente para casa com questões que não são respondidas, ter que vir admitir que esse projeto possa vir a tramitar e ser objeto de parecer desta Câmara sem que essas questões sejam discutidas e respondidas. Por isso insisto que haja um esclarecimento sobre o conteúdo dessas propostas. Acho que um canal bastante razoável que é um dispositivo que a Comissão tem são as reuniões técnicas. Então reitero esse nosso pedido e lembro da existências dos nossos documentos que certamente estão sendo apreciados pela Comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 525 do proc. 534 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E54	4	vand	com.pol.urb.	7.11.94	sandra	

na discussão do projeto de operação urbana. Então fica muito complicado o que vai acontecer. Não nos basta ter vindo aqui.

~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 524 do proc.
PAULO 535 de 1953
O funcionário

ROPÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E54	3	vand	compol.urb.	7.11.94		

A SRA SANDRA - Queria fazer uma cobrança especificamente para a senhora aqui hoje representante da Comissão de Política Urbana, mas de sorte para todos os nossos representantes nesta Casa. E para isso queria tomar a ~~fix~~ fala, infelizmente ele não está mais aqui, do Siqueira que na sua visão miúda e mercantilista continua não entendendo nada. E ele veio aqui dizer que estamos adotando um esquema protelatório. Teríamos que ser muito burros para neste momento estarmos adotando um esquema de protelação porque 68 vem nos comendo assim como se devora um mingau quente pelas bordas. A nós não interessa esse confronto e essa protelação, mas sim um espaço de negociação. E por isso estou chamando a responsabilidade da senhora e dos demais membros desta Casa porque no início desta reunião a senhora disse que hoje estaríamos encerrando a tramitação do projeto na Comissão de Política Urbana, nessa audiência pública. O que acontece a partir de amanhã? Foi nos dado o direito de esperar, que já disse da outra vez, viemos aqui foi apresentado um plano diretor, tudo bem, e daí, o que acontece? A comissão fez a sua última audiência pública, talvez seja para nós não só no âmbito dessa comissão, mas no âmbito das demais comissões de mérito também a última audiência pública que teremos direito



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E55	1	Marcelo	Com. Pol. Urbana	07.11.94		

não nos interessa esse confronto, que até pode ser a minha posição essa, a posição é outra, enquanto isso tem casa caindo. Nós precisamos chamar à responsabilidade os membros desta Casa e desta Comissão para que o assunto não possa ser dado por encerrado, de forma alguma, para que as desapropriações parem. Não nos interessa o confronto, nos interessa a negociação.

Para isso precisaria que a lei de 68 realmente parasse e que essa coisa vingasse. Precisa ser entendido que o que foi apresentado aqui, como falei no início da audiência passada, não seja visto somente como um mero esquema de banho-maria ou de estar x apresentando alguma coisa para ganhar tempo. Nós estamos perdendo tempo porque casas e pessoas estão sendo sacrificadas. Nós queremos, isso sim, que o projeto, chamado de Plano Diretor, apresentado pelo Cândido, seja olhado com objetividade e x com a responsabilidade que nós elegemos para esta Casa. Isso que queria dizer. Muito obrigada. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTA (Tereza Cristina Lajolo) - Tem a palavra o Vereador Maurício Faria.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Eu acho que esta audiência está situada num período que é um período decisivo para se saber que rumos vai tomar essa questão referente à Faria Lima.

Nós temos nesta noite a continuidade de uma situação que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 527 544
-TAQUIGRAFIA-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E55	2	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07 .11.94		

é uma situação que vem acompanhando a tramitação desse projeto, que é uma situação que tem sempre causado estranheza, porque temos, de um lado o arquiteto Lefevre representando o Executivo, que é o autor do projeto. Do ~~outro~~ ponto de vista do ~~projeto~~ processo legislativo o autor do projeto é o Executivo na medida que ele assumiu a proposta do escritório Júlio Neves, ele, perante a Câmara, perante a sociedade, no processo institucional, no processo democrático, ele é o motor do projeto de lei e há, claramente, uma nuance na participação desta reunião do representante do Executivo e dos representantes do escritório Júlio Neves, que, inclusive, pelo que me consta, já se retiraram.

Do ponto de vista, então, do representante do Executivo, que eu acho que é para todos os efeitos institucionais, de responsabilidades legais no processo legislativo, é um interlocutor fundamental. Eu ~~ponderaria~~ ponderaria ao arquiteto Lefevre o seguinte, a alocação do arquiteto Lefevre tem uma contradição que eu tenho procurado assinalar que é que o arquiteto Lefevre, em nome da Emurb, e devemos supor que em nome do Executivo, vem, reconhece uma série de méritos na proposta apresentada pelo movimento, com a colaboração fundamental do arquiteto Cândido Malta, enumera uma série de pontos positivos, apresenta, ao mesmo tempo, uma série de questionamentos, de dúvidas de questionamento

CÓD. 007 quanto à viabilidade e termina dizendo o seguinte: "O Executivo mantém



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	523	do proc.
PAULO	514	de 19 93
O. funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E55	3	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

o projeto de lei em tramitação". Ocorre, porém, que o projeto de lei em tramitação numa análise realista, serena, ele vive um impasse no seu processo de tramitação legislativa, ele está há dois anos tramitando, ele não conseguiu hegemonizar a Câmara de Vereadores para efeito do quórum qualificado de três quintos. Esse é um dado verdadeiro, isso não é um argumento retórico, é uma constatação.

Tanto é a dificuldade do Executivo de reunir três quintos e aprovar a operação urbana que exatamente levou o Executivo a operar com a legislação de 68. O ~~próprio~~ próprio fato de ter modificado o procedimento alguns meses atrás e passado a agir com base na lei de 68 é um conhecimento tácito, prático, de que o Executivo tem dificuldade de obter os três quintos e aprovar, então, a ~~operação~~ operação urbana.

Portanto, não basta reafirmar o projeto de lei de operação urbana. É preciso responder ao fato de que ele está vivendo um impasse, porque se não fica uma discussão, me parece, um pouco surrealista. Então, existe um impasse, existe uma dificuldade, a meu ver, insuperável para o Executivo, de aprovar a operação urbana nos moldes originais e existe, da parte do movimento, uma dificuldade de materializar em plenário os dois quintos mais um, que arquivaria o projeto.

Então esse impasse recomenda uma negociação, quer dizer,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 529 do proc.
PAULO 546 de 9/93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E55 4		Marcelo	Gem. Pel. Urb.	07.11.94		

a negociação existe quando nenhuma das duas partes pode simplesmente excluir a outra, ou pode simplesmente prevalecer integralmente sobre a outra. E essa é a nossa realidade.

~~Não~~ Não está claro para mim, talvez nos próximos dias esclareçam qual é a posição do Executivo. Quanto a reafirmar informalmente que continua em tramitação o projeto de lei de operação urbana, isso é um fato, enquanto o Executivo não retira um projeto ele continua tramitando.

Agora, com respeito à idéia da negociação, idéia de se estabelecer uma mesa de negociação na tentativa de se construir uma proposta negociada que possa, então, tendo a condição de proposta negociada, ser objeto de uma deliberação legislativa. Qual é a posição do Executivo? Isso ainda não está claro, não está definido e eu entendo que há um dado novo fundamental. A proposta apresentada pelo movimento está tendo uma certa legitimidade ~~em~~ ~~em~~ enquanto consistência urbanística, enquanto valor urbanístico. Tanto é assim que vai haver no próximo dia 17 um debate convocado pelo Instituto de ~~Engen~~ Engenharia. O Instituto de ~~Engen~~ Engenharia, sabidamente, é uma instituição que não pode ser entendida como instituição alinhada com um lado ou com o outro automaticamente, é uma instituição que ~~tem~~ tem mantido, em relação à questão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

531
544 / 53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
E56	1	Marcelo	Com .Pol.Urb.	07 .11.94		1

há interesse visível de Vereadores de ~~x~~ vários partidos em ~~acompanhar~~ acompanhar essa discussão e, então, fica essa indagação. Porque dá a idéia, com os argumentos apresentados, que o Executivo diz que vai aprovar a operação urbana. Isso não é real, não vai aprovar, ele sabe disso, o Lefevre sabe disso, no fundo, ele pode não ~~fi~~ dizer aqui, mas então qual é a posição? É usar a lei de 68, implantar um viário e depois apostar na mudança de zoneamento pontual, casual, caótica, fortuita e num vôo cego. É isso? Mas eu já disse, ~~x~~ disse para o ~~x~~ Júlio Neves que esse caminho é ilusório, não vai conseguir três quintos na Câmara Municipal para mudanças pontuais, aleatórias e caóticas de zoneamento, porque aí se entra numa dinâmica de interesses particularistas, de interesses fragmentários, de interesses especulativos cujo resultado concreto e prático é o seguinte, a Câmara Municipal não tem votado alterações pontuais de zoneamento há muito tempo, porque esse jogo de fragmentação, de ~~interesses~~ interesses particularistas, de interesses especulativos, a resultante é zero. Essa é a ~~real~~ realidade da Câmara Municipal. Sem um bloco de votos que se estruture em cima de uma convicção urbanística, discussão urbanística e que opere com a opinião pública, se legitimando enquanto valores urbanísticos, vai haver um im passe global, total para qualquer mudança de zoneamento na cidade ~~para~~ durante essa legislatura, porque aí vai se ~~ix~~ ingressar numa política



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 532 do proc.
PAULO S44 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E56	2	Marcelo	Com .Pol.Urb.	07.11.94		

de cabo de ~~gu~~ guerra e vai se mergulhar aqui na Câmara nesse caos das tentativas de mudanças isoladas de zoneamento.

Eu tenho dito ao Executivo porque acho que isso não interessa para a cidade. Estabelecer um quadro caótico não interessa para ninguém. Então não consigo entender se, por exemplo, existe uma declaração atribuída ao arquiteto Júlio Neves de que diz o seguinte: "Feita a avenida os Vereadores vão ter que ~~m~~ mudar o ~~m~~ zoneamento". Eu já ~~m~~ argumentei que não vai mudar por uma série de razões que o Júlio Neves conhece muito bem, que é essa miscelânea, esse ~~caos~~ caos de interesses pulverizados e particularistas quando a discussão vai por aí.

Por que o Executivo quer? Ele quer jogar cem milhões de reais, porque os próprios decretos de declaração de utilidade pública, no Diário Oficial, atos do Executivo, perfazem mais de mil metros quadrados de área desapropriada e o que tem sido arbitrado pelo Judiciário é algo em torno de mil dólares o metro quadrado. Isso dá cem milhões de ~~m~~ dólares em desapropriações, num Executivo que sabidamente está com dificuldade de caixa. Então isso é uma insanidade, você jogar cem milhões de dólares, pulverizando, criando prejuízos a dezenas de pessoas sem isso ter nenhuma lógica urbanística, sem isso corresponder a nenhum interesse de agente econômico na cidade. Então, qual é a posição do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 533 do proc.
N.º 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E56	3	Marcelo	Com. Pol. Urb.	07.11.94		

Executivo? A ~~lógica~~ lógica do Prefeito, de que a imagem do tocador de obras é trunfo político eleitoral, e hoje qualquer análise séria, isenta, desapassionada, diz que não é. Quer dizer, existiu um político que apostou nessa imagem, foi o ex-governador Orestes Quêrcia que foi fragorosamente derrotado nas eleições. A imagem do Prefeito Paulo Maluf está fortemente abalada. A simples condição de tocador de obras e de realizador de ~~avenidas~~ avenidas tem enfraquecido politicamente o prefeito. ~~Nã~~

Não consigo entender exatamente o que se quer. Talvez se ache o seguinte: o movimento fez uma proposta porque está fraco e porque as desapropriações estão em ~~mar~~ marcha. Não é isso. O movimento enfrenta dificuldade, vamos ser realistas, enfrenta ~~2~~ dificuldades, mas o movimento criou uma convicção urbanística que tem hoje 23 votos na Câmara Municipal. ~~Esse~~ é um trunfo real. Não dá para ignorar.

Eu acho que essa questão talvez se resolva nos próximos dias para se saber se vai prevalecer a lógica democrática da negociação e do bom senso ou a lógica da insanidade, que acho, francamente, insanidade persistir num caminho de vôo cheio, num caminho de salto no escuro, que é o que está se configurando, não apenas em relação à Faria Lima. Eu tenho a convicção de que se não houver uma negociação a par-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 534 do proc.
545 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E56	4	Marcelo	Com.Pol.Urb.	07.11.94		

tir da Faria Lima, vai se conflorar toda a realidade se mudança de zoneamento na cidade, ela vai se tornar uma questão política, vai ser tratada politicamente. Eu vou ~~me~~ me engajar no tratamento político da questão, e eu sou um dos que mais prega a negociação. ~~mas~~ Mas sinto que se tenta desmoralizar a idéia da negociação, se tenta humilhar a outra parte, se tenta brincar com coisa séria, então, tudo bem, nós sabemos também agir de outra maneira. Eu acho quem está em jogo muitas coisas nos próximos dias, até o debate no Instituto de Engenharia e caberá ao arquiteto Lefevre ponderar ao Executivo e ao Prefeito qual é propriamente a posição. A posição é que não tem negociação? Eu acho que a Comissão de Política Urbana, que hoje não está aqui presente, embora vá ter acesso às atas, não está presente pessoalmente, e acho que a Comissão de Política Urbana teria que fazer uma reflexão no seguinte sentido: indagar do Executivo oficialmente, há uma ~~proposta de negociação~~ proposta de negociação, o Executivo aceita uma negociação, em que termos aceita uma negociação, ou o Executivo rejeita uma negociação. Essa é a questão crucial que precisa ser esclarecida para não se perder inclusive tempo. Então, se há espírito de negociação vamos ver os termos, a mesa de negociação, os interlocutores, vamos trabalhar a idéia da negociação. Se não há, a idéia é simplesmente desqualificar a pro-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

535

544

53

funciona

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E56	5	Marcelo	Com.Pol.Urb.	07.11.94		

se diga isso claramente e aí cada um vai agir da maneira que achar
melhor. (Palmas).

~~REDACTED LINE~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E57	1	Leo	Audiência Pública - C.	Pol. Urbana	7/11/94	

A SRA. PRESIDENTA - (Teroza Cristina de Souza Lajolo-PT)-

Esta Presidência esqueceu-se de registrar que por aqui passaram o Vereador José Mentor e a Vereadora Ana Martins.

Eu gostaria de responder a duas indagações, mas direto à Comissão. Porque hoje estou só eu. Diante da realidade colocada, a minha posição, pelo menos a minha, congraçada com a Vereadora Aldaíza Sposati, é de colocar à Comissão de Política Urbana a necessidade de buscarmos resolver os impasses que estão colocados, impasses de existência de questionamentos, muitos nem respondidos, nem corretamente, com problemas. Mas há um impasse.

Tenho a mesma posição que o Vereador Maurício Faria. Não desqualifico nenhuma das propostas, acho que são propostas. Todas podem ter problemas. Nenhuma deve ser considerada perfeita, senão não temos como discutir, ter democracia nas relações. Se alguém apresenta, perfeito... então tem alguém aí com poderes sobrenaturais. Não podemos considerar assim, somos seres humanos.

Na Comissão de Política Urbana, diante deste impasse colocado, temos uma posição de colocar aos companheiros a necessidade de realmente arguirmos, e não sei se o Lefèvre tem esta autoridade hoje, de responder se é possível e se o Executivo está disposto, disposto - nível para uma negociação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

532
544
73

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E57	2	Leo	C. Política	Urbana	7/11/94	

Está posta necessidade de negociar, de resolver esta situação criada. E o espaço da Comissão de Política Urbana ..., parou a audiência pública mas não quer dizer que ainda não haja espaço para sentarmos e discutirmos em termos de Comissão de Política Urbana e tentar estabelecer um processo e chegar a um parecer conjunto, inclusive que envolva as partes que estão envolvidas.

É uma proposta que pelo menos eu e a Vereadora Aldaíza temos para colocar, inclusive, para o Vereador Antonio Paiva, que é relator da matéria, e para a Presidenta, Vereadora Zulaiê, para que possamos dar a vocês a melhor resposta possível, fruto de todo este esforço, que foi um esforço conjunto. Tanto de vocês enquanto moradores, quanto nós, da Comissão de Política Urbana, e até, porque não, com críticas que se tenha ou não, também foi do Executivo. Então, este esforço conjunto de discutir dois anos é a busca de um entendimento, de algo de consenso. Esta é a posição que nós temos. Eu não respondo pela Comissão de Política Urbana porque temos agora que sentar e conversar. Pelo menos eu respondo por duas vereadoras porque somos do mesmo partido e conversamos. Está certo? Mas, a nível da comissão, não houve ainda uma decisão. E esta vai ser a nossa colocação diante dos componentes da Comissão de Política Urbana.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E57	3	Leo	C.de Política	Urbana	7/11/94	

Agora, se o Lefèvre tem condições e ele quiser fazer uso da palavra agora, de nos responder a esta questão... porque a observação que o Vereador Maurício Faria faz eu também faço. Se há pontos positivos porque não sentamos e conversamos? E não dizer o seguinte: maravilha, vocês fizeram um esforço maravilhoso, mas olha, sinto muito, não vale nada. Porque o que eu quero é isto e acabou! Então, aí é uma decisão - consideramos nós, - extremamente autoritária. Mas, se é possível, vamos colocar a Comissão de Política Urbana nessa posição para que ela pondere e posamos, se o Executivo for sensível, também pondere e abra um processo de efetiva negociação para já se sair, pelo menos da Comissão de Política Urbana, com algumas questões já engatilhadas de consenso a nível do que está posto em termos de decisão sobre o Projeto Faria Lima.

Esta é a minha posição, da Vereadora Aldaíza, com relação à Comissão. (Palmas). Lefèvre agora.

O SR. LEFÈVRE - Eu tinha pedido 60 segundos para a Vereadora Tereza Lajolo mas, tendo em vista a colocação do Vereador Maurício Faria, vou pedir um pouco mais porque, em sessenta segundos, não vai dar para responder.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 539 do proc.
PAULO 544 de 1993
U. M. 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E57	4	Leo	Audiência Pública	-C. Política Urbana	7/11/94	

Inicialmente eu gostaria de dizer o seguinte: houve um longo trajeto entre a elaboração do projeto pelo escritório Júlio Neves e aquilo que foi encaminhado à Câmara. Esse projeto, quando foi elaborado, na gestão Jânio Quadros, previa realmente a desapropriação de todas as quadras vizinhas, ao longo da Faria Lima. Por isso que houve, inclusive, muita confusão, de saber se o projeto, qual era o projeto, qual não era.

O primeiro projeto, realmente, previa a desapropriação de todas as quadras por onde passava a avenida.

Entre esse projeto e o que foi encaminhado, houve, portanto, uma grande diferença, principalmente instituindo a questão da participação voluntária, não compulsória, em torno das pessoas que não são desapropriadas, em torno dos proprietários que não são desapropriados. Não vou puxar, é evidente, para a EMURB a responsabilidade pela autoria integral do projeto como foi encaminhado. No entanto, muitas das idéias que foram colocadas nesse projeto, foram resultado da adoção de modelos de proposta de operação urbana, que nós encaminhamos à Câmara, como é o caso da operação urbana do Anhangabaú, cujos princípios, em grande parte, principalmente na parte operacional, foram adotados no projeto da Faria Lima. Portanto, digamos, houve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 540 do proc.
PAULO 544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E57	5	Leo	Audiência Pública - C. Política Urbana	7/11/94		

uma grande mudança e houve uma cocautoria ou uma participação da EMURB e da SEMPLA também, no projeto que aqui foi encaminhado à Câmara.

Com relação à questão do impasse da proposta operação urbana, não posso falar politicamente em nome da Prefeitura. Não me cabe falar politicamente. No entanto eu gostaria apenas de levantar o seguinte, e queria fazer uma solicitação. Quer dizer, aí é uma questão de usar o bom senso, pelo menos da forma como eu vejo: quem, efetivamente, deve deliberar, a respeito da proposta da operação urbana, é o plenário da Câmara Municipal, mais do que os representantes da Prefeitura, os representantes da Comissão de Política Urbana, em que pese toda a sua autoridade. Mas, efetivamente, a deliberação cai nos ombros dos vereadores.

Repito as palavras da Vereadora Zulaê Cobra Ribeiro, que disse aqui: gente, vamos mandar esse projeto para o Plenário porque é ele quem decide. Nós aqui estamos falando, tem consultas, tem debates, mas quem resolve, efetivamente, é o Plenário.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 541 do proc.
N.º 544 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E58	1	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

Nesse sentido eu acredito que o melhor bom senso seja realmente mandar esse projeto para o Plenário pois é ele quem, efetivamente, tem a competência para negar, rejeitar, aprovar ou fazer o que seja a solução final. Enquanto na Comissão de Política Urbana é feita a consulta, esse debate, tudo o mais, a obra está acontecendo. E a solução, a situação da obra, está acontecendo, é o pior dos cenários porque o orçamento da obra recai sobre toda a Prefeitura, sobre todo o orçamento da Prefeitura, não existem diretrizes urbanísticas precisas que são detalhadas na operação urbana, quer dizer, o mecanismo da operação urbana foi feito exatamente para dar diretrizes urbanísticas e foi feito também para aliviar o orçamento da Prefeitura, de fazer uma obra numa região que tem condições de pagar a obra. Portanto, a meu ver, o pior dos cenários é realmente que a obra aconteça sem que a operação urbana tenha sido aprovada. Seja a operação urbana a ou b ou c. Quer dizer, conforme a orientação que venha a ser aprovada no final. Portanto, repito mais uma vez: acho que é de melhor bom senso mandar para o Plenário para que essa negociação ocorra no Plenário.

Acredito que tudo que já informamos, já deliberamos, quer dizer, não houve deliberação, houve só informações, tipo de informa -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E58	2	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

ções, de posição. No ambiente da Comissão de Política Urbana é uma coisa. O ambiente de aprovação é o ambiente do Plenário.

Outra coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção é para o seguinte: todas as questões que foram encaminhadas à Prefeitura foram respondidas. Pelo menos as que nós recebemos foram respondidas. Não recebi outras questões que não tenham sido encaminhadas. Então, fica aí a questão, que todos nós respondemos.

- aparte fora do microfone.

O SR. LEFÉVRE - Sim, mas nós não recebemos na Prefeitura.

- aparte fora do microfone.

O SR. LEFÉVRE - Veja, eu não sou juiz para julgar a respeito da parcialidade ou imparcialidade. Apenas estou afirmando o seguinte: todas as questões que foram encaminhadas foram resolvidas, foram respondidas. Quanto à parcialidade, é possível dizer de que lado, se é julgar parcial a resposta ou a interpretação da resposta.

- aparte fora do microfone - Foram respondidas em parte, não totalmente.

O SR. LEFÉVRE - As que nós recebemos, recebemos integralmente. Portanto...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E58	3	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

- aparte fora do microfone : Gostaria que a Vereadora Tereza Lajolo respondesse porque não foi esse o documento que recebemos.

O documento que recebemos existem várias questões que não estão respondidas. Esse parcial, no sentido de ser unilateral na resposta. Ficaram faltando respostas para várias questões. É o documento que eu tenho aqui. Foi isso que eu quis dizer.

A SRA. PRESIDENTA - (Tereza Cristina de Souza Lajolo-PT)-

Nós recebemos. Eu tomei conhecimento na hora em que eu cheguei aqui e disse a vocês, que nós recebemos um outro documento da EMURB, respondendo outras questões. Eu nem vi quais são porque eu dei continuidade ... é tudo isto daqui. Não sei se são essas porque eu dei andamento sem olhar aqui. Não posso dizer.

O SR. LEFÈVRE - Realmente. Das questões que nós recebemos, respondemos a todas. Em todo o caso não sou o juiz para dizer se foram respondidas com parcialidade ou não. Não nos cabe dizer. Respondemos aquilo que foi perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Tereza Cristina de Souza Lajolo - PT)

As perguntas, uma delas, a primeira é: solicita-se informações específicas sobre os projetos de drenagem que dizem respeito



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 544 do pres. 535	0/19
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E58	4	Leo	C. Política Urbana	7/11/94		

ao projeto Faria Lima. Quais os projetos^e estudos complementares sobre o projeto Faria Lima que a EMURB está desenvolvendo sem que a Câmara Municipal e a Comissão de Política Urbana tenham conhecimento. Quais os acordos existentes entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo para construção de escolas na região abrangida pelo projeto Faria Lima. Como foi contratada a empresa que analisa o ar da área do projeto Faria Lima em fase de estudo sobre poluição atmosférica e qual a extensão desse serviço. Como vem sendo desenvolvido o projeto de desapropriação no que diz respeito ao conjunto de imóveis que já foram notificados e aqueles que já vêm tendo algum procedimento concreto por parte do Executivo. É isto? Seriam estas as questões? Tem, tem, aqui tem. Qual o custo que essas desapropriações envolve hoje? Já que o Poder Judiciário está arbitrando previamente valores que não são previstos pelo Executivo. Estão sendo pagas as expropriações do projeto Faria Lima dentro da prioridade que já existe para as demais desapropriações em toda a cidade de São Paulo, já que essas são resguardadas pela Constituição Federal e pelas precatórias? Quem arcará com a remoção das interferências a executar o projeto? Se for empreendedor, quem é ele? O poder público ou os adquirentes de suas áreas? Baseado no projeto, qual o custo da remoção dessas inter-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 545 do proc.
544 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E58	5	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

ferências ? Como o Executivo avalia os impasses que estão cercando o projeto original da operação urbana no que concerne ao CEPACS, aos valores das desapropriações muito acima daqueles previstos pela Prefeitura e quanto à possibilidade de realizar a obra com os recursos próprios, Certo?

E aí termina. É este documento que recebemos. Eu recebi aqui e dei andamento à audiência sem dizer a vocês que nós tivemos acesso às respostas a essas perguntas. Não sei se são as que você está colocando ou esperando.

O SR. LEFÈVRE - O documento a que eu me refiro, que foram as respostas, é exatamente esse que foi encaminhado. Realmente nós já respondemos faz algum tempo. Parece que só chegaram agora. Mas, realmente já foram respondidas faz algum tempo.

Então, mais uma vez, só reprisando o encarecimento, que eu acho que é o que cabe: de encaminhamento das conclusões da Comissão de Política Urbana ao Plenário porque é o Plenário que, efetivamente, deverá deliberar a respeito da operação urbana, e a consideração de que o pior cenário é este, de que a obra está sendo executada sem nenhum instrumento de operação urbana.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 546
-TAQUIGRAFIA- 544
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E58	6	Leo	C. de Política Urbana	7/11/94		

Dois detalhes. Um é o seguinte: na área de Pinheiros o Metrô é subterrâneo. Quer dizer, a questão da plataforma de pedestres elevada apresenta um problema de conciliar o Metrô subterrâneo com a plataforma superior.

Na área do projeto da Estação de Estrada de Ferro...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

547
546

53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E59	1	regina	Com.Pol.Urb.	7.11.94		

~~Projeto da Estação de Estrada de Ferro~~, aí sim a plataforma superior poderá resolver. Mas o metrô, o projeto todo é subterrâneo, quer dizer, cria uma dificuldade. Eu gostaria de fazer uma correção sobre o que foi colocado pelo arquiteto Zenetini, que é a seguinte: a experiência do Professor Cândido é de 33 anos pelo menos, a minha já está nos 25, mas a dele é superior, portanto, é só isso então. Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. TEREZA LAJOLO - Têm mais duas pessoas para falar. Eu queria dizer o seguinte: me lembra o Luís Fernando aqui que o Lefèvre, ao responder as questões, despachou da Emurb para o Executivo fazer chegar aqui dia 11.10.94 e só chegou hoje. Dá Emurb vai para o Executivo, e o Executivo tem que mandar para cá. Levou um mês para fazer Emurb lá na Prefeitura e chegar aqui, na Câmara Municipal. Viagem longa.

Horácio e Leopoldo.

O SR. _____ - Eu só queria me reportar ao que o Lefèvre acabou de colocar, porque isso não resolve a questão. Aliás, assim, com todo respeito que você me merece, reputo uma atitude irresponsável do Executivo, pelo fato de que em havendo duas propostas, havendo disposição de negociação, e tendo a clareza pública de que há pontos positivos inclusive, que isso seja jogado ao Plenário. No Plenário a coisa vai ocorrer de outra forma, não haverá possibilidade de negociação, não haverá possibilidade de discussão dos pontos sobre a proposta. Eu reafirmo



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E59	2	regina	Com, Pol, Urb,	7.11.94		

mo a irresponsabilidade e insensibilidade do Executivo, E aí você falando em nome do Executivo, vai fechando a questão, Mas reafirmo, acho uma insensibilidade não perceber o que está acontecendo e deixar para um Plenário, que a gente sabe ser complicado, a grande questão que está sendo colocada, até o final do ano, é a Orçamentária e dificilmente isso vai passar, Porque tem de passar por mais uma comissão, a de Orçamento e Finanças da Câmara e, enquanto isso, a obra está acontecendo. Há insensibilidade e, do ponto de vista da gestão da Cidade, irresponsabilidade porque estamos ~~chamando~~ chamando à discussão, ao diálogo e o poder público tem essa obrigação para com o cidadão, Acho que você tem que repensar, pelo menos levar essa discussão para os setores que respondem pelo Executivo, (Palmas).

O SR. LEFÉVRE(?) - Coloco que, da minha parte, pelo menos não vejo como irresponsabilidade porque a discussão verdadeira é aquela que vai se dar no Plenário, Porque, em última instância, são os Vereadores que aprovam ou não levando em consideração todo panorama da Cidade. A negociação que tiver de haver, deve ocorrer no Plenário. Se a Comissão de Política Urbana chegar a um resultado, no Plenário eventualmente os Vereadores podem derrubar a decisão por outras razões quaisquer.

O SR. LEOPOLDO - Quero me dirigir diretamente... (Apartes fora do microfone, interrupção na explanação do orador).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 548 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E59	3	regina	Com, Pol, Urb,	7, 11, 94		

A SRA. TEREZA LAJOLO - Nova manifestação de uma moradora.

* * *

- Depoimento feito fora do microfone.

* * *

A SRA. TEREZA LAJOLO - Sr. Lefèvre sente aí. Isso é liberdade de manifestação, Leopoldo.

O SR. LEOPOLDO - Eu abri mão do meu tempo para o Professor Cândido Malta, mas em função da condução sempre democrática sua dos trabalhos, abrindo a palavra novamente aos representantes da Emurb e a outras pessoas presentes, como representante do movimento, faço questão de me dirigir a você como Presidente da Comissão em exercício hoje, e quero levar para o movimento uma posição. Porque hoje é a última audiência pública da comissão. Estamos colocando claramente que queremos uma negociação em relação aos dois projetos. A posição que nós estamos defendendo e a posição que o Executivo defende. E não ficou claro aqui qual o encaminhamento que será dado. Nós temos questões concretas colocadas. Uma delas é sobre a inconstitucionalidade do Cepacs. Nós temos documento assinado pelo Professor José Afonso da Silva, que afirma e nos autoriza e nos utilizarmos do documento da forma que julgarmos melhor, que o Município é incompetente para negociar esse tipo de instrumento, que é âncora financeira que defende a Operação Urbana Faria Lima. Essa é uma questão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 550 do proc.
PAULO 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E59	4	regina	Com, Pol. Urb.	7.11.94		

concreta, Temos uma outra que é a discussão da reinserção dos desapropriados, que o Projeto Faria Lima, operação urbana, não leva em consideração. Entendemos que o ordenamento social atual deve se preocupar preponderantemente com o destino daqueles que irão ceder suas casas, para que o poder público execute obras em benefício de todos. Essa questão não está ou não faz parte desse projeto. Tanto que vizinhos, amigos nossos estão tendo que abandonar suas casas a custa de seus próprios recursos, e próprios conhecimentos do mercado imobiliário e coisas do tipo, precisam remanejar suas famílias, sem apoio dos que conduzem o projeto. Existe a questão central nossa: o Professor Cândido Makta, como bem lembrou o representante da Emurb, é profissional reconhecido, tem 33 anos de militância em questões urbanísticas no nosso Município. É pena que o representante do escritório do Sr. Júlio Neves se retirou, mas ele nos provocou de forma irônica e rasteira, querendo desqualificar o projeto que foi tecnicamente conduzido pelo professor, e que tem todo apoio dos movimentos organizados. É só olharmos para este Plenário e dar para perceber que são pessoas moradoras da região, ou de Pinheiros, de Vila Olímpia, de Vila Funchal ou do Itaim-Bibi. A questão central, que queremos colocar, é que não acreditamos porque confiamos na Justiça. E não estou aqui fazendo jogo de retórica não. Nós confiamos na Câmara dos Vereadores como representantes de legitimidade da população. Os Vereadores são



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 557 de 558
PAULO 544
O Indício

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B60	1	regina	Com, Pol, Urb,	7.11.94		

eleitos para serem arbitros das demandas sociais, E as questões que estamos colocando, como disse a Sandra e outros interlocutores, não têm objetivo protelatório. Queremos ter o direito de ter participação efetiva na decisão e não estou entendendo, como diretor e dirigente do movimento, que possa levar isso para a minha comunidade. Não estou entendendo. Neste momento, em nome da Associação Vila Olímpia Viva, na presença do nosso presidente, o Zanetini, eu faço essa arguição a você, como presidente dos trabalhos. Quero uma garantia de que nós vamos, através da sua representação, ter uma resposta do Executivo, em relação a essa proposta de negociação que colocamos, e que haja garantia de negociação no processo. Senão, vamos nos sentir extremamente traídos e extremamente fraudados pelo processo. (Palmas),

A SRA. TEREZA LAJOLO - Leopoldo, você faz uma exigência que é correta, corretíssima, só que eu não respondo pelo conjunto de Vereadores, que agora é que vão sentar e decidir: bom, diante desse impasse, o que vamos fazer. Eu garanti a posição de duas Vereadoras que fazem parte da comissão, essa eu garanti. Do resto, nós ainda vamos sentar na quarta-feira. Inclusive, temos uma reunião da Com. de Pol. Urbana para tratar, que é normal porque todas as quartas-feiras,

O SR. _____ - As reuniões são secretas ou abertas?

A SRA. TEREZA LAJOLO - Elas são abertas mas nós sentamos e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

552
544
53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E60	2	regina	Com. Pol. Urb.	7.11.94		

analisamos os projetos. Cada um leva os projetos que dêram parecer...

(Aparte fora do microfone). Quando são chamados, porque normalmente são só os Vereadores que levam os projetos e os pareceres que deu. Veja, Leopoldo, eu acho que a tua insistência é legítima, não estou que chegue lá o movimento e converse. Não estou negando isso, mas estou dizendo que nós dois vamos chegar lá e dizer que há impasse e como é que vamos tratá-lo. E o tratamento que iremos defender... Porque, por exemplo, não sei se ele pode responder pelo Vereador Antônio Paiva, que é o relator. Eu não conversei com o Antônio Paiva em relação a essa questão. Vamos ter de colocar a questão, e vamos colocar, defendendo que a Comissão coloque a necessidade de negociação. E que não se coloque ou este ou aquele, ou nenhum dos dois. Essa é a posição que temos e eu vou levar, não tenho a posição aqui da Zulaide diante do impasse criado. Há uma outra coisa que quero colocar claramente: eu brinquei, falei da forma que falei, louvei as atitudes do Lefèvre, e sinto ter que dizer mas vou dizer, porque temos que achar quem é o negociador dessa história. É você? Senão é, quem é no Executivo o negociador? A Comissão de Política Urbana tem...

(Aparte fora do microfone). Companheira, eu tenho que saber por parte da Câmara se a Comissão de Política Urbana se fechamos que vai negociar. Vamos chamar o Executivo para negociar. Eu quero saber se é o Lefèvre, se é o Secretário de Obras, se é o Secretário de Planejamento ou se é



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E60	3	regina	Com.Pol.Urb.	7.11.94		

o Sr. Prefeito. Porque pode ser o Júlio Neves, contratado, porque a idéia é dele, e o diabo, o que for, Mas tem alguém que enviou o projeto e quem enviou foi o Executivo, assinado pelo Sr. Paulo Salim Maluf, Prefeito de São Paulo. Ele tem que me dizer se é o Lefèvre ou quem é, porque não creio que seja o Lefèvre. Aí preciso saber com quem vamos sentar, precisamos saber! Essa é a posição que a ~~EXISTENTE~~ Comissão de Política Urbana levará, no impasse achamos que a Comissão de Política Urbana, para que não jogue também na lata do lixo não só a expectativa de vocês, Leopoldo, mas o trabalho que nós tivemos, que tenhamos maturidade para tratar a questão. É por isso que estou dizendo a posição de duas que conversaram, ~~porque, depois, também tivemos uma reunião com o Sr. Prefeito, e ele não chegou a uma conclusão, e aí ficou a questão em aberto.~~

~~continua...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

554
544
53

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E61	1	dalva	Audiência Pública		07.11.94	

(...) porque, senão se nós votarmos ou este ou aquele, ou nada... está certo. Nós estamos sendo razoavelmente, eu considero ~~um~~ irresponsável. Não é necessário o Movimento Viva lá, vamos conversar. Agora, se os Vereadores acharem por bem que não é assim, a maioria decide o que quer. E aí aguarde as conseqüências, que nós sabemos quais são. Nós todos sabemos, ~~temos clareza~~ temos clareza, há cada momento da nossa vida nós sabemos, vou dar oportunidade para o Assessor do Vereador Antônio Paiva. Mas eu quero saber também do Executivo. Quem decide? Porque ele também tem que dizer, então vamos sentar e vamos negociar. E aí colocamos as partes em negociação. Tem razão o Leferve em uma coisa, nós podemos negociar, vamos dizer, na Comissão de Política Urbana, mas no processo de tramitação os Vereadores mudam, vocês podem chegar em outra Comissão e ter mais gente dando palpites, querendo alterar, e nós vamos ter que saber lidar com isso até o fim. Tudo bem? Só que eu acho que por parte do Executivo, realmente ~~é~~ é um absurdo, de repente querer impor uma ^{solução} ~~solução~~ caótica que você mesmo reconhece que é a solução de 68. Então nós temos que ser responsáveis diante dessa realidade, que além de termos um impasse que é uma necessidade de negociação com dois projetos, tem um projeto que é de uma solução caótica, sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 555 do proc.
PAJULO 546 do 53
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADAPT.
E61	2	dalva	Audiência Pública	07.11.94		

~~existia~~ e qual é a nossa nessa história toda? ~~Existia~~ Com a pa-
lavra o Sr. Hugo, Assessor do Nobre Vereador Antônio Paiva,

O SR. HUGO - Eu só queria colocar, em no-
me do Vereador Antônio de Paiva ~~Monteiro~~ Monteiro Filho, que o
gabinete dele, está a disposição dos Srs, e ele está aberto no sen-
tido de recebe-los, aberto para conversar. ~~Eu~~ Era o que eu tinha
a colocar,

O SR. ZANETINI - Estava ratificando, realmente, não
é de 25 anos, somos sócios há 10 anos, são 33 anos de ~~militância~~ mi-
litância na arquitetura, mas o que eu acho muito estranho realmente
é uma coisa que vale a pena, nós que militamos há 33 anos na
arquitetura em várias escalas, a gente quando não tem um projeto
aprovado, a nível de Prefeitura, a nível de Estado, a gente não to-
ca, então é essa insanidade que nos cutuca muito, quer dizer o
projeto não está aprovado, ele está na Câmara para ser aprovado.
Então o mínimo que deveria ser feito, era a paralização total das
obras. Ele está inclusive ~~irregular~~ irregular contra próprias de-
terminações que fazem necessário a qualquer profissional. Então me



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 556 do proc. N.º 544 de 1953
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E61	3	dalva	Audiência Pública	7.11.94		

parece que seja importante que a gente recorram essa lucidez que deve haver neste momento, e todo esse esforço nosso de negociação é para colocar isso claramente. Enquanto esse projeto não for aprovado, continuar o processo dedemolição das casas, me parece até estranho para quem milita na área de arquitetura.

A SRA. PRESIDENTA (Tereza Cristina de Souza Lajolo)

Antes de dar por encerrado essa nossa reunião, eu queria parabenizar a todos vocês pelo comportamento que tiveram, pelo espírito de luta, esse tempo todo que a todos nós nos alenta, porque muita gente nuncateve que enfrentar o que está enfrentando hoje, e assumiu a luta, está firme nela, aprendeu uma série de coisas, portanto a luta é um aprendizado, e para qualquer idade, isso são lições importantes para a gente não deve dizer porque estamos fechando um momento ou ~~mas não~~ não sabemos qual é o caminho a seguir, que a gente perdeu, a gente ganhou e muito neste processo todos, até conhece-los, para nós foi um grande ganho, vê o espírito de luta de vocês. Eu gostaria de dizer que a gente continua junto na luta para podermos falar.

* * *

- Fora do microfone,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º

552

544

53

O TENDENTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Egl	4	dalva	Audiência Pública		7.11.94	

O SR. _____ O meu chefe é o Sr.

Prefeito constitucionalmente eleito para São Paulo. Esse meu chefe já chamou Faria Lima, Figueiredo Ferraz, Luiza Erundina, Olyvo Setubal e outros. Portanto o meu chefe é o Sr. Prefeito constitucional de São Paulo. E nada mais.

SRA. PRESIDENTA (Tereza Cristina de S.Lajolo) -

Está encerrada a presente Audiência Pública.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 558 do proc.
N.º 544 de 93
O funcionário

PARECER Nº DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 544/93

COPIADO NA SESSÃO
- DE -

27 DEZ 93

De autoria do Executivo, o presente projeto de lei, nº 544/93, visa aprovar plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, com a finalidade de estabelecer a ligação viária entre as Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Luis Carlos Berrini.

Na verdade, trata-se, no presente processo, de apenas uma parcela das providências efetivamente necessárias à ligação entre as duas avenidas acima citadas. O alinhamento aqui proposto estabelece ligação viária entre o futuro prolongamento da Av. Faria Lima, consubstanciado pelo alinhamento aprovado pela Lei nº 7.104/68, e a R. Funchal, conforme se pode observar na planta nº 26.725/I-540 da Superintendência de Projetos Viários anexa ao processo. A partir da R. Funchal é que se alcançará a Av. Luís Carlos Berrini.

A área formada por essas duas grandes avenidas, em conjunto com a Marginal Pinheiros, vem caminhando celeremente para se constituir, se já não o é, na mais importante região econômica-comercial da cidade. De forma que é consensual, entre todos aqueles que se debruçam sobre a matéria, a necessidade de se estabelecer a ligação pretendida.

O encaminhamento viário "in totum" adotado pelo Executivo para a ligação das duas grandes avenidas tem diversas vantagens. Entre elas, a de incorporar ao sistema viário de mesmo porte que o seu, a recém-construída Av. Hélio Pellegrini, hoje quase que solta dentro da malha viária. Promove, também, melhores condições para desafogo do tráfego na área do Itaim, atualmente com as condições bastante comprometidas. Aproveita, ainda, quase que na íntegra, o alinhamento proposto pela Lei nº 7.104/68. Também, no trecho que o presente processo aborda, o traçado foi definido de forma a minimizar o número e o custo das desapropriações necessárias a viabilizar o novo alinhamento,



Câmara Municipal de São Paulo

2

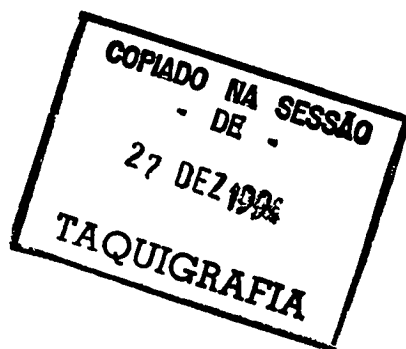
com o aproveitamento da totalidade do leito da Rua das Olimpíadas e de parte do leito de diversas vias públicas da área, o que reduziria consideravelmente o número de imóveis atingidos.

Assim sendo, em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à propositura.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em

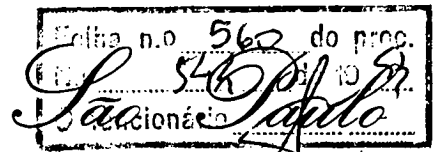
PRESIDENTE

RELATOR





Câmara Municipal de



PARECER Nº

/94 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 544/93

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa aprovar plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi.

Quanto ao aspecto financeiro, as despesas geradas pela implementação da propositura serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Presidente -

[Signature]

Relator -

[Signature]

ALMIR

GIANETI

GARIB

MADEIRA

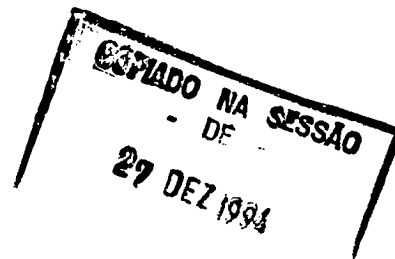
ZEMAS

KASSAB

ODILON

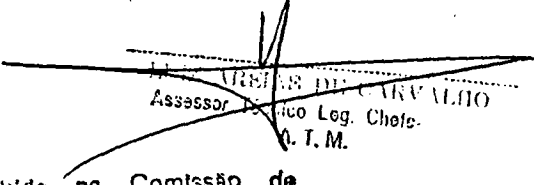
J. JÚNDIO

VICENTE



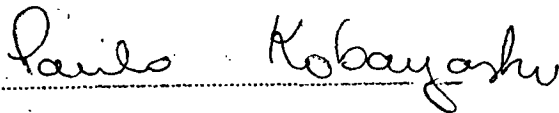
A Comissão de Atividades Econômicas,
conforme fl. 50.

02/01/95


ULYSSES DE CARVALHO
Assessor Jurídico Leg. Chefe.
O. I. M.

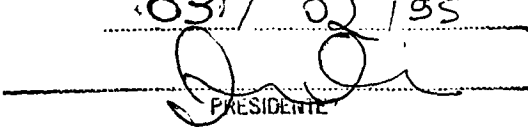
Recebido na Comissão de
Atividade Econômica
Em 02/01/95 às 17:00h.

Ao nobre Vereador
para relatar.



Sala da Comissão de Atividade Econômica

03/02/95


PRESIDENTE

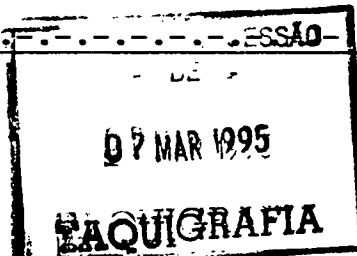


Câmara Municipal de São Paulo

Folha no 561 do proc.
n.º 544 de 1953

PARECER DA COMISSÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI
Nº 0544/93.-----F-----ESSAO-----

*Lião Hede Alen
JAF 2/3/95*



De autoria do Executivo Municipal, o presente projeto visa aprovar plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, com a finalidade de estabelecer a ligação viária entre as Avenidas Brigadeiro Faria Lima e Luis Carlos Berrini.

Com a ausência de dados técnicos essenciais a análise do mérito e dada a exiguidade do prazo desta Comissão, encaminho favoravelmente para efeito de possibilitar a manifestação definitiva do Plenário desta Egrégia Câmara Municipal.

Sala da Comissão de Atividade Econômica, em
_____de_____de 1995

Presidente:

[Signature] LIDIA

Relator:

[Signature] LUIZ CARLOS BERRINI

[Signature] - M. C. MORA

[Signature] 3
BRASIL V. R.

SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI 544/93

COPIADO NA SESSÃO
DE
07 MAR 1995
TAQU

Aprova plano de melhoramentos no distrito de Itaim-Bibi e modifica parcialmente a Lei 8274/75.

APROVADO EM 1.ª DISCUSSÃO
A Câmara Municipal de São Paulo **VOLTA A 2.ª DISCUSSÃO**

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO
Municipal de São Paulo

★ 07 MAR 1996 ★



PRESIDENTE

APROVADO EM 2.a DISCUSSÃO A SANÇÃO

★ 07 MAR 1995 ★

[Signature]

PRESIDENTE

DECRETA:

Art.1º - De acordo com a planta anexa nº 26725-I-540/A que deverá integrar o arquivo da Superintendencia de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de melhoramento no Distrito de Itaim-Bibi, consistente em abertura de Avenida, composta de 2 trechos, o primeiro com largura básica de 20,00 (vinte) metros e extensão aproximada de 300,00 (trezentos) metros e o segundo com largura básica de 36,00 (trinta e seis) metros e extensão aproximada de 750,00 (setecentos e cinquenta) metros.

Parágrafo Único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.

Art.2º - De acordo com o planta anexa referida no artigo 1º desta lei, fica parcialmente modificado, no trecho com extensão aproximada de 430,00 metros, compreendido entre a Rua Nova Cidade e o cruzamento da Rua Fiandeiras com o prolongamento da Rua Caetano Velasco, o melhoramento viário aprovado pela Lei 8274/75, mediante a redução de sua largura de 30,00 metros para a largura básica de 20,00 metros, vedado, o acesso aos imóveis lindeiros, no trecho entre as Ruas Nova Cidade e Alvorada.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.

Art.3º - Os Imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art.4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de recursos próprios da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, ou, ainda, de outros recursos, especificamente obtidos para tal finalidade.

Art.5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO**

**PLANTA
OU
DOCUMENTO
NÃO
DIGITALIZADO**



Câmara Municipal de

Diário 565
Folha n.º 563 do proc.
n.º 535 de 1993
São Paulo

PARECER CONJUNTO Nº /95 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTI-
TUIÇÃO E JUSTIÇA, DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIEN-
TE, DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBS-
TITUTIVO Nº /95 AO PROJETO DE LEI Nº 544/93

O substitutivo em análise, apresentado na forma regimen-
tal, objetiva alterar o projeto de lei em referência, que visa
aprovar plano de melhoramentos no distrito de Itaim Bibi, ligação
entre as Av. Brigadeiro Faria Lima e Luiz Carlos Berrini (abertura
de rua).

A matéria encontra amparo no artigo 13, I e XIV, e 70,
VIII, da Lei Orgânica do Município, e no art. 269, § 1º, do Regi-
mento Interno.

Pela legalidade.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Am-
biente considera que o substitutivo apresentado realmente aprimora
o projeto original, introduzindo modificações que visam adequar o
plano proposto às carências urbanísticas da Cidade.

Favorável, portanto, o parecer.

A Comissão de Atividade Econômica entende que as altera-
ções propostas vem ao encontro do aprimoramento da conjuntura eco-
nômica do Município, pois tende a estabelecer mecanismos que faci-
litem e viabilizem as atividades produtivas na área atingida e em
suas cercanias, com conseqüências benéficas para toda a Urbe.

Destarte, favorável o parecer.

A Comissão de Finanças e Orçamento entende nada haver a
opor ao substitutivo, porquanto as despesas para sua execução cor-



Câmara Municipal de

566
Folha n.º 564 do proc.
n.º 545 19 93
São Paulo

rerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas
se necessário.

Favorável, portanto, o parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DA'ACIE
TATO
ALDA
MELB
SANCHES
GILSON
OLIVIANI
OVENURA
MENTON

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

ANA GUADALUP
PAIUA
BAUNO
J. EDUARDO
ALDAIZA
MELEGHINI
F. LIMA

COMISSÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

LIDIA
SALAO
CINTIA
PACHECO
ITALO
LITA
FEBAYASH

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ACMIR
GIANETI
GARIB
PROENSA
ZENAS
KASSAB
ODILON
J. JINDIO
VISCONE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

"VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO PL N° 544/93"

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR: _____

170ª SESSÃO ☐ ORDINÁRIA
☒ EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE 03 DE 19 95

Substituto

Nº	VEREADORES	VOTOU SIM	VOTOU NÃO	ABSTEVE- SE	Nº	VEREADORES	VOTOU SIM	VOTOU NÃO	ABSTEVE- SE
1	ADRIANO DIOGO(I)	X			29	JOOJI HATO	X		
2	ALBERTO CALVO	X			30	JOSÉ ÍNDIO F. NASCIMENTO	X		
3	ALDAIZA SPOSATI	X			31	JOSÉ MENTOR	X		
4	ALEX FREUA NETTO	X			32	JOSÉ VIVIANI FERRAZ	X		
5	ALMIR GUIMARÃES	X			33	LÍDIA CORREA	X		
6	ANA MARTINS	X			34	MANOEL SALA	X		
7	ANTONIO DE PAVAMONTEIRO F.	X			35	MARCOS CINTRA	X		
8	ARCHIBALDO ZANCRA	X			36	Gilson Barreto	X		
9	Ana Maria Quadros	X			37	MARIO DIAS	X		
10	ARSELINO TATTO	X			38	MARIO NODA	X		
11	AURÉLIO NOMURA	X			39	MAURÍCIO FARIA	X		
12	Edson Simões	X			40	MIGUEL COLASUONNO	X		
13	BRASIL VITA	X			41	MURILLO ANTUNES ALVES	X		
14	BRUNO FÉDER	X			42	NELO RODOLFO	X		
15	CHICO WHITAKER	X			43	NELSON GUIMARÃES PROENÇA	X		
16	COSME LOPES	X			44	ODILON GUEDES	X		
17	DALMO PESSOA	X			45	OSVALDO GIANNOTTI	X		
18	DARCIO ARRUDA	X			46	OSVALDO SANCHES	X		
19	DEVANIR RIBEIRO	X			47	PAULO KOBAYASHI	X		
20	EDER JOFRE	X			48	PAULO ROBERTO FARIA LIMA	X		
21	EDIVALDO ESTIMA	X			49	Gabriel Ortega	X		
22	EMÍLIO MENEGHINI	X			50	SERGIO ROSA	X		
23	GILBERTO KASSAB	X			51	José Eduardo M. Cardozo	X		
24	GILBERTO NASCIMENTO	X			52	VICENTE VISCOME	X		
25	GUILHERME GIANETTI	X			53	VITAL NOLASCO	X		
26	LIANNA GHARIB	X			54	WADII MUTRAN	X		
27	HENRIQUE PACHECO	X			55	ZENAS PIRES	X		
28	ÍTALO CARDOSO	X							

Votaram "SIM": 49 Srs Vereadores

Votaram "NÃO": _____ Srs Vereadores

ABSTIVERAM-SE: _____ Srs Vereadores

VISTO:

SECRETÁRIO

COPIADO NA SESSÃO
- DE -

07 MAR 1995

TAQUIGRAFIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

"VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO P.L. Nº 544/95"

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR: _____

1710 Sessão ☐ ORDINÁRIA
☒ EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE 3 DE 19 95

Subst.

Nº	VEREADORES	VOTOU SIM	VOTOU NÃO	ABSTEVE- SE	Nº	VEREADORES	VOTOU SIM	VOTOU NÃO	ABSTEVE- SE
1	ADRIANO DIOGO()	X			29	JOOJI HATO	X		
2	ALBERTO CALVO	X			30	JOSÉ ÍNDIO F. NASCIMENTO	X		
3	ALDAIZA SPOSATI	X			31	JOSÉ MENTOR	X		
4	ALEX FREUA NETTO	X			32	JOSÉ VIVIANI FERRAZ	X		
5	ALMIR GUIMARÃES	X			33	LÍDIA CORREA	X		
6	ANA MARTINS	X			34	MANOEL SALA	X		
7	ANTONIO DE PAIVA MONTEIRO F.	X			35	MARCOS CINTRA	X		
8	ARCHIBALDO ZANCRA	X			36	Gilson Barreto	X		
9	Ana Maria Quadros	X			37	MARIO DIAS	X		
10	ARSELINO TATTO	X			38	MARIO NODA	X		
11	AURÉLIO NOMURA	X			39	MAURÍCIO FARIA	X		
12	Edson Simões	X			40	MIGUEL COLASUONNO	X		
13	BRASIL VITA	X			41	MURILLO ANTUNES ALVES	X		
14	BRUNO FÉDER	X			42	NELO RODOLFO	X		
15	CHICO WHITAKER	X			43	NELSON GUIMARÃES PROENÇA	X		
16	COSME LOPES	X			44	ODILON GUEDES	X		
17	DALMO PESSOA	X			45	OSVALDO GIANNOTTI	X		
18	DARCIO ARRUDA	X			46	OSVALDO SANCHES	X		
19	DEVANIR RIBEIRO	X			47	PAULO KOBAYASHI	X		
20	EDER JOFRE	X			48	PAULO ROBERTO FARIA LIMA	X		
21	EDIVALDO ESTIMA	X			49	Gabriel Ortega	X		
22	EMÍLIO MENECHINI	X			50	SERGIO ROSA	X		
23	GILBERTO KASSAB	X			51	José Eduardo M. Cardozo	X		
24	GILBERTO NASCIMENTO	X			52	VICENTE VISCOME	X		
25	GUILHERME GIANETTI	X			53	VITAL NOLASCO	X		
26	HANNA GHARIB	X			54	WADII MUTRAN	X		
27	HENRIQUE PACHECO	X			55	ZENAS PIRES	X		
28	ÍTALO CARDOSO	X							

Votaram "SIM": 55 Srs Vereadores

Votaram "NÃO": _____ Srs Vereadores

ABSTIVERAM-SE: _____ Srs Vereadores

VISTO

SECRETÁRIO

COPIADO NA SESSÃO
- DE -

07 MAR 1995

TAQUIGRAFIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

diço 569

- 567 -

Papel para informação, rubricado como folha nº.....

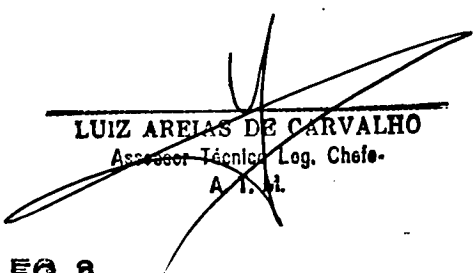
do processo nº 01-0544 de 19 1994 (a).....

S. Blancei

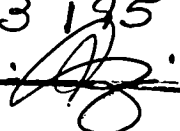
À LEG.3 - Sra. Chefe:

O Substitutivo de fls.562 foi aprovado em 2a. discussão e votação na 171ª Sessão Extraordinária de 7 de março do corrente, estando em condições de ser enviado à sanção.

08.03.95


LUIZ ARELAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe-
A. T. L.

RECEBIDO EM LEG. 3

21 03 195
18:20h. 

Sra. Kathya,

Preparar ofício encaminhando cópia autêntica ao Executivo, providenciar carta de lei e registro e desentranhar planta de fls. nº 563.

07/03/95



ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica II

Sra. Chefe,

Providenciado conforme despacho de V.Sa..

09/03/95



KATHYA REGINA MORAES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEGUIR..... juntado S..... nesta data, documento S..... e papel para Informação, rubricado S.....

sob folha S..... nº 570 à 576

Em 27/03/95

(a).....
KATHYA REGINA MORAES DE SOUZA
Assistente Parlamentar



Câmara Municipal de

Folha n.º 570 do proc
N.º 544 de 1994
C. Funcionário

São Paulo, 09 de março de 1995.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0033/1995

Senhor Prefeito.

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 07 de março do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 544/93 de autoria desse Executivo - aprovando plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi e modificando parcialmente a Lei 8274/75.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

MIGUEL COLASUONNO
Presidente

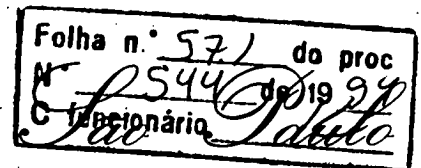
Anexo: Planta nº 26.725-I-540/A.

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo

SLF.



Câmara Municipal de



-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 07 DE MARÇO DE 1995. Cópia extraída de fls. nº do Processo nº 10544/93. (PROJETO DE LEI Nº 544/93). Aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e modifica parcialmente a Lei 8274/75. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - De acordo com a planta anexa nº 26.725-I-540/A que deverá integrar o arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de melhoramento no Distrito de Itaim-Bibi, consistente em abertura de Avenida, composta de 2 (dois) trechos, o primeiro com largura básica de 20,00 (vinte) metros e extensão aproximada de 300,00 (trezentos) metros e o segundo com largura básica de 36,00 (trinta e seis) metros e extensão aproximada de 750,00 (setecentos e cinquenta) metros. Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.

Art. 2º - De acordo com a planta anexa referida no artigo 1º desta lei, fica parcialmente modificado, no trecho com extensão aproximada de 430,00 (quatrocentos e trinta) metros, compreendido entre a Rua Nova Cidade e o cruzamento da Rua Fiandeiras com o prolongamento da Rua Caetano Velasco, o melhoramento viário aprovado pela Lei 8274/75, mediante a redução de sua largura de 30,00 (trinta) metros para a largura básica de 20,00 (vinte) metros, vedado, o acesso aos imóveis



Câmara Municipal de

Folha n.º 572 do proc
N.º 544 de 1994
Funcionário Paulo

lindeiros, no trecho entre as Ruas Nova Cidade e Alvorada.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo. Art. 3º - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação. Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de recursos próprios da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, ou, ainda, de outros recursos, especificamente obtidos para tal finalidade. Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Eu, PAULO M. A. DE PAULA Oficial Legislativo, padrão "QPA-09B", extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 47 e datilografei. Eu, ZUZIASATO Oficial Legislativo, padrão "QPA-09B" a conferi. São Paulo, 07 de março de 1995. Chefe da Seção Técnica de Preparo e Registro de Documentos Legislativos, ANGELA BORDIN ANDREONI Visto, Angela Bordin Andreoni Chefe de Seção Técnica II

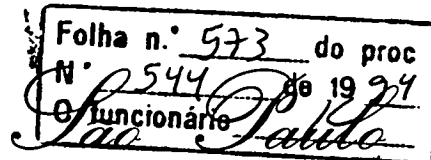
MAPINA M. MACHINO NAKAMURA Diretora do Departamento dos Serviços Legislativos da Câmara Municipal de São Paulo.-
Subdiretor Técnico

AA) MIGUEL COLASUONNO, Murilo Antunes Alves, Edivaldo Estima, José índio Ferreira do Nascimento, José Viviani Ferraz

SLF.



Câmara Municipal de



LEI nº

DE

DE

DE 1994.

Aprova plano de melhoramentos no Distrito de Itaim-Bibi, e modifica parcialmente a Lei 8274/75.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 07 de março de 1995, decretou a seguinte lei:

Art. 1º - De acordo com a planta anexa nº 26.725-I-540/A que deverá integrar o arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de melhoramento no Distrito de Itaim-Bibi, consistente em abertura de Avenida, composta de 2 (dois) trechos, o primeiro com largura básica de 20,00 (vinte) metros e extensão aproximada de 300,00 (trezentos) metros e o segundo com largura básica de 36,00 (trinta e seis) metros e extensão aproximada de 750,00 (setecentos e cinquenta) metros.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.

Art. 2º - De acordo com a planta anexa referida no artigo 1º desta lei, fica parcialmente modificado, no trecho com extensão aproximada de 430,00 (quatrocentos e trinta) metros, compreendido entre a Rua Nova Cidade e o cruzamento da Rua Fiandeiras com o prolongamento da Rua Caetano Velasco, o melhoramento viário aprovado pela Lei 8274/75, mediante a redução de sua largura de 30,00 (trinta) metros para a largura básica de 20,00 (vinte) metros, vedado, o acesso aos imóveis lindeiros, no trecho entre as Ruas Nova Cidade e Alvorada.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.



Câmara Municipal de

Folha n.º 574 do proc N.º 544 de 1994 Funcionário Paulo

Art. 3º - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de recursos próprios da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, ou, ainda, de outros recursos, especificamente obtidos para tal finalidade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 07 de março de 1995.

O Presidente,

SLF



CÂMARA MUNICIPAL DE

Folha n.º	575	do proc
N.º	544	PAUL 1994
C	funcionário	K

São Paulo, 09 de março de 1995.

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 0033/1995 de
09/03/95 , encaminhando ao Sr. Prefeito Municipal cópia autên
tica da lei decretada pela Câmara, relativa ao Projeto de Lei
nº 544/93 de autoria desse Executivo.

ANEXO: Planta nº 26725-I-540/A.

Recebi

09/03/95

SUELLY PENHARRUBIA F. M. DE
Assessora - UGM/ATL



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 576 #

do processo nº 0544 de 19 94 27 03 95 (a) KATHYA

KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

LEI Nº 11.731 , DE 14 DE MARÇO DE 1995

Aprova plano de melhoramentos no distrito de Itaim-Bibi e modifica parcialmente a Lei nº 8.274/75.

PAULO MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 7 de março de 1995; decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - De acordo com a planta anexa nº 26.725-I-540/A que deverá integrar o arquivo da Superintendência de Projetos Viários, rubricada pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, fica aprovado plano de melhoramento no Distrito de Itaim-Bibi, consistente em abertura de Avenida, composta de 2 (dois) trechos, o primeiro com largura básica de 20,00 (vinte) metros e extensão aproximada de 300,00 (trezentos) metros e o segundo com largura básica de 36,00 (trinta e seis) metros e extensão aproximada de 750,00 (setecentos e cinquenta) metros.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.

Art. 2º - De acordo com a planta anexa referida no artigo 1º desta lei, fica parcialmente modificado, no trecho com extensão aproximada de 430,00 (quatrocentos e trinta) metros, compreendido entre a Rua Nova Cidade e o cruzamento da Rua Fiandeiras com o prolongamento da Rua Caetano Velasco, o melhoramento viário aprovado pela Lei nº 8.274/75, mediante a redução de sua largura de 30,00 (trinta) metros para a largura básica de 20,00 (vinte) metros, vedado o acesso aos imóveis lindeiros, no trecho entre as Ruas Nova Cidade e Alvorada.

Parágrafo único - Ficam igualmente aprovadas as concordâncias de alinhamentos e a formação de praças constantes da planta referida neste artigo.

Art. 3º - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão, oportunamente, declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, de recursos próprios da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, ou, ainda, de outros recursos, especialmente obtidos para tal finalidade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de março de 1995, 442ª da fundação de São Paulo.

PAULO MALUF, PREFEITO

JOSÉ ALTINO MACHADO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CELSO ROBERTO PITTA DO NASCIMENTO, Secretário das Finanças

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, Secretário de Vias Públicas

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 14 de março de 1995.

EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal.

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 15 / 03 / 1995

pagina 1 coluna 1

Conferido:

À

ATM - Senhor Assessor Chefe,
Para as devidas providências e posterior encaminhamento ao ar-
quivo.

28/03/95

AB

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica II

Ao DT. 94 - Sra. Chefe:
Arquivar o presente processo.

31/03/95

[Signature]
LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Técn. Leg. Chefe - A. T. M.

Obs.: Da fl. n.º 433 pulla pla a de n.º 444.
Da fl. n.º 449 pula pla a de n.º 500
fl. n.º 503 desentranhada conforme despacho às fl.
509 v. *[Signature]*
REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica I

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado c/	<u>516</u> fls.
Arquivo em	<u>03/04/95</u>
O Func.º	<i>[Signature]</i>
REGINA APARECIDA BARRIOS Chefe de Seção Técnica I	

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha n.º

Em

(a)